UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

MAICON VINÍCIUS DA SILVA CARRIJO

**Cientistas Sociais e Historiadores no mercado editorial do Brasil:
a Coleção Estudos Brasileiros da editora Paz e Terra (1974-1987)**

(Versão Corrigida)

São Paulo
2013

MAICON VINÍCIUS DA SILVA CARRIJO

**Cientistas Sociais e Historiadores no mercado editorial do Brasil:
a Coleção Estudos Brasileiros da editora Paz e Terra (1974-1987)**

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de
São Paulo, para obtenção do título de Doutor
em História.

Área de Concentração: História Social.
Orientador: Prof. Dr. Paulo Teixeira Iumatti.

Versão Corrigida.
De acordo:

Prof. Dr. Paulo Teixeira Iumatti

São Paulo
2013

FOLHA DE APROVAÇÃO

Maicon Vinícius da Silva Carrijo

Cientistas Sociais e Historiadores no mercado editorial do Brasil: a Coleção Estudos Brasileiros da editora Paz e Terra (1974-1987)

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de
São Paulo, para obtenção do título de Doutor
em História.

Área de Concentração: História Social

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição _____ Assinatura _____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição _____ Assinatura _____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição _____ Assinatura _____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição _____ Assinatura _____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição _____ Assinatura _____

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Paulo Iumatti, por todo apoio e compreensão. Em suas recomendações, ao longo deste trabalho, sempre encontrei o caminho e a segurança para ultrapassar “limites” que, em determinados momentos, pareciam ser intransponíveis.

A todos que cederam seu tempo e atenção aos meus questionamentos sobre a Coleção Estudos Brasileiros: José A. Guilhon Albuquerque, Edmar L. Bacha, Maria Clementina Cunha, Sônia Draíbe, Ralph Della Cava, Eurico de Lima Figueiredo, Thomas H. Holloway, Lucia Hippolito, Joseph Love, Wania Malheiros, Luís Milanesi, José Álvaro Moisés, Ingrid Sarti, Amaury de Souza (in memoriam), Marie-Ghislaine Stoffels, Francisco Weffort, Jorge Wilhein, Fernando Homem de Melo, Eli Diniz e, em especial, Juarez Brandão Lopes (in memoriam).

Ao prof. Seth Garfield, em nome de quem agradeço a todos do “Teresa Lozano Long Institute of Latin American Studies”, da Universidade do Texas, onde estive um período como pesquisador visitante.

Ao Flamarion Maués, que cedeu, gentilmente, uma importante entrevista que realizou com o editor Fernando Gasparian.

Aos amigos que, no mesmo caminho há tantos anos, contribuíram com o apoio mais sincero: César Agenor Fernandes da Silva, Juliano Alves Dias, Moisés Antikeira, Paulo Roberto de Oliveira e Rodrigo Matheus Silva.

À minha querida família. Meus pais, Nero e Maria Aparecida, e meu irmão, Gustavo, com carinho, generosidade e dedicação, sempre proporcionaram as melhores condições para que eu pudesse desenvolver este trabalho. Sem eles, certamente, sua realização não teria sido possível.

À Daniela, que há tempos é o meu porto seguro. Nestes anos, independente do momento e do lugar, sempre esteve comigo, enfrentando tudo com gestos repletos de compreensão e amor. Aos nossos sonhos e projetos para o futuro, devo muito da força para concretizar esta pesquisa e etapa da minha formação.

Por fim, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que apoiou financeiramente o desenvolvimento desta pesquisa através da concessão de uma bolsa de doutorado.

RESUMO

CARRIJO, M. V. S.. Cientistas Sociais e Historiadores no mercado editorial do Brasil: a Coleção Estudos Brasileiros da editora Paz e Terra (1974-1987). 2013. 286 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

Este trabalho tem como objeto de estudo a Coleção Estudos Brasileiros da editora Paz e Terra. Publicada entre 1974 e 1987, essa série de livros foi composta, notadamente, por trabalhos de intelectuais do Brasil e do exterior – em especial dos Estados Unidos – vinculados às áreas de Ciência Política, História, Sociologia, Economia e Antropologia. Com a participação de um total de oitenta e oito autores e a presença de quase cem títulos em seu catálogo, a análise da constituição desse conjunto torna possível a visualização da forma como determinados grupos de acadêmicos, sobretudo a partir de um núcleo paulista, se articularam com o editor Fernando Gasparian para divulgar suas interpretações do presente e do passado brasileiro. Ao desenvolvermos essa perspectiva, identificamos preferências temáticas e teóricas, mas também os vínculos institucionais e pessoais que contribuíram para a consolidação de um novo vocabulário a respeito do Brasil – em grande parte influenciado por um objetivo político comum: o fim da ordem implantada em 1964.

Palavras-chave: mercado editorial, ciências sociais, historiografia, editora Paz e Terra, Coleção Estudos Brasileiros.

ABSTRACT

CARRIJO, M. V. S. **Social Scientists and Historians in Brazilian editorial market: the Coleção Estudos Brasileiros of the Paz e Terra publisher (1974- 1987).** 2013. 286 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

This work is focused on the Coleção Estudos Brasileiros of the Paz e Terra publisher. Published between 1974 and 1987, this sequence of books was notably composed of intellectual's works from Brazil and abroad, specially from United States, linked to Political Science, History, Sociology, Economy and Anthropology areas. With the participation of eighty-eight authors and the presence of almost a hundred titles in its catalogue, the analysis of the constitution of this set make possible the visualization of the way that certain academic groups, mainly, of a group from São Paulo city, joined with the editor Fernando Gasparian to spread their interpretations about the Brazilian present and past. Developing this perspective, we identify themes and theoretical preferences, but also institutional and personal links that contributed to the consolidation of a new vocabulary concerning Brazil, mostly influenced by a common political purpose: the end of the order introduced in 1964.

Keywords: editorial market, social science, historiography, Paz e Terra publisher, Coleção Estudos Brasileiros

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Logomarca Paz e Terra presente na capa do livro publicado em 1968: <i>Brasil: tempos modernos</i> , coordenado por Celso Furtado	58
Figura 2 – Propaganda dos lançamentos da Paz e Terra no jornal <i>Opinião</i> – 23 jan. 1976, nº168, p.21	116
Figura 3 – Informe sobre sessão de autógrafo com Carlos Chagas no jornal <i>Opinião</i> – 05 dez. 1975, nº161, p.21	116
Figura 4 – Propaganda do livro de Franco Montoro no jornal <i>Opinião</i> – 06 dez 1974, nº109, p.24	117
Figura 5 – Referência à Direção da <i>Coleção Estudos Brasileiros</i> presente no volume 82 (<i>Estado Capitalista e Burocracia no Brasil pós 64</i> , de Luciano Martins)	144
Figura 6 – Imagem de Luís Inácio da Silva (Lula) e prefácio presentes em <i>Lições de liberdade e de opressão: os trabalhadores e a luta pela democracia</i> , de José Álvaro Moisés	175
Figura 7 – Capa do livro <i>Os mendigos na cidade de São Paulo</i> , de Marie-Ghislaine Stoffels, publicado em 1977	191
Figura 8 – Capa e quarta capa do livro <i>Espoliação Urbana</i> , de Lúcio Kowarick, publicado em 1979	192
Figura 9 – Página do Jornal <i>Opinião</i> (n.210) com artigo e propaganda de <i>Eleições e Partidos no Brasil</i>	195
Figura 10 – Capa do livro <i>Não à recessão e ao desemprego</i> , de Celso Furtado, publicado em 1983	198

LISTA DE FOTOGRAFIAS

- Fotografia 1 – Da esq. p/ dir. (1º plano): Tancredo Neves (1º); Celina Vargas do Amaral Peixoto (2º); Fernando Gasparian (3º). À frente: Barbosa Lima Sobrinho. Foto: Mathias Rezende (CPDOC/FGV)207
- Fotografia 2 – Da esq. p/ dir. (1º plano): Hugo Carvana (1º) Tancredo Neves (2º); Lucélia Santos (3ª). Atrás de Lucélia Santos: José Aparecido de Oliveira e Hélio Beltrão. À dir. (ao fundo): Lúcia Hipólito. Foto: Mathias Rezende (CPDOC/FGV)208
- Fotografia 3 – Da esq. p/ dir. (1º plano): Fernando Gasparian (1º); Maria da Conceição Tavares (2ª); Jô Soares (3º). Foto: Mathias Rezende (CPDOC/FGV)208

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Presença de textos de autores brasileiros nas listas anuais dos dez títulos mais vendidos do ano	51
Gráfico 2 – Distribuição anual dos livros publicados na <i>Coleção Estudos Brasileiros</i> da editora Paz e Terra (1974-1987)	154
Gráfico 3 – Distribuição de autores por tipo de formação acadêmica – <i>Coleção Estudos Brasileiros</i> da editora Paz e Terra (1974-1987)	157
Gráfico 4 – Distribuição de autores por área de formação acadêmica – <i>Coleção Estudos Brasileiros</i> da editora Paz e Terra (1974-1987)	158
Gráfico 5 – Distribuição de autores (Doutores e Mestres) por local de origem dos títulos – <i>Coleção Estudos Brasileiros</i> da editora Paz e Terra (1974-1987)	159
Gráfico 6 – Distribuição de autores (Doutores) por local de origem dos títulos – <i>Coleção Estudos Brasileiros</i> da editora Paz e Terra (1974-1987)	159
Gráfico 7 – Distribuição de autores (Mestres) por local de origem dos títulos – <i>Coleção Estudos Brasileiros</i> da editora Paz e Terra (1974-1987)	160
Gráfico 8 – Distribuição de autores titulados no exterior por nacionalidade e área de formação acadêmica – <i>Coleção Estudos Brasileiros</i> da editora Paz e Terra (1974-1987)	161
Gráfico 9 – Distribuição de autores titulados no Brasil por grau e área de formação acadêmica – <i>Coleção Estudos Brasileiros</i> da editora Paz e Terra (1974-1987)	162
Gráfico 10 – Distribuição dos livros procedentes de Teses ou Dissertações por local de origem dos títulos e área – <i>Coleção Estudos Brasileiros</i> da editora Paz e Terra (1974-1987)	164
Gráfico 11 – Distribuição anual dos livros publicados no Brasil por autores estrangeiros com formação em História nos Estados Unidos (1935-1988)	210
Gráfico 12 – Distribuição anual dos livros publicados no Brasil por autores estrangeiros com formação nos Estados Unidos na Editora Paz e Terra	214

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – O campo dos economistas nos anos 50/60 no Brasil: posicionamento e propriedades sociais dos grupos	85
Quadro 2 – Trechos da publicidade da editora Paz e Terra no jornal <i>Opinião</i> (1974-1977)	118

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição da edição de livros nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro nos anos 50.....	26
Tabela 2 – Produção de livros no Brasil 1960-1969	27
Tabela 3 – Distribuição da matrícula escolar da 1ª série do 1º grau até a pós-graduação.....	28
Tabela 4 – Livros publicados nos anos 70.....	31
Tabela 5 – Distribuição de títulos nacionais e estrangeiros produzidos 1971-1976	34
Tabela 6 – Livros didáticos produzidos no Brasil 1966-1980.....	38
Tabela 7 – Produção de livros no Brasil em número de títulos - <i>Leia Livros</i> (1978-1987) ..	40
Tabela 8 – Produção de livros no Brasil em nº de títulos 1971-1985.....	40
Tabela 9 – Produção de livros no Brasil em nº de títulos e nº de tiragens <i>Leia Livros</i> (1984-1987)	47
Tabela 10 – Assuntos entre os títulos mais vendidos (1980-1988).....	50
Tabela 11 – Os cientistas sociais no jornal <i>Opinião</i>	99
Tabela 12 – As Coleções da Editora Paz e Terra (1973-1987)	127
Tabela 13 – Distribuição dos autores por tipo de obra editada (coletiva ou individual) na <i>Coleção Estudos Brasileiros</i> da editora Paz e Terra (1974-1987)	155
Tabela 14 – Distribuição dos autores com mais de um título editado na <i>Coleção Estudos Brasileiros</i> da editora Paz e Terra (1974-1987)	156
Tabela 15 – Distribuição dos autores brasileiros titulados no exterior por país e área de formação acadêmica – <i>Coleção Estudos Brasileiros</i> da editora Paz e Terra (1974-1987)	161
Tabela 16 – Distribuição dos autores titulados no Brasil por universidade e área de formação acadêmica – <i>Coleção Estudos Brasileiros</i> da editora Paz e Terra (1974-1987)	163
Tabela 17 – Distribuição dos livros procedentes de Teses ou Dissertações por universidade e área de defesa – <i>Coleção Estudos Brasileiros</i> da editora Paz e Terra (1974-1987)	165
Tabela 18 – Distribuição dos livros publicados no Brasil de autores estrangeiros com formação em História nos Estados Unidos por editoras (1935-1988)	211

Tabela 19 – Distribuição dos livros publicados no Brasil de autores estrangeiros com formação em História nos Estados Unidos por editoras e coleções (1935-1988)	211
--	-----

Tabela 20 – Distribuição dos livros publicados no Brasil de autores estrangeiros com formação nos Estados Unidos pela editora Paz e Terra	212
---	-----

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANL – Associação Nacional das Livrarias

ANPOCS – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

ASESP – Associação dos Sociólogos do Estado de São Paulo

BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

CBL – Câmara Brasileira do Livro

CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

CEDEC – Centro de Estudos de Cultura Contemporânea

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina

CESIT – Centro de Sociologia Industrial e Trabalho

CGT – Comando Geral dos Trabalhadores

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNI – Confederação Nacional da Indústria

COLTED – Comissão Nacional do Livro Técnico e Didático

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

ESP – Escola de Sociologia e Política de São Paulo

FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

FFLCH-USP – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

FLACSO – Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais

FMI – Fundo Monetário Internacional

IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IBRE- FGV – Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas

ILPES – Instituto Latino-americano e do Caribe de Planejamento Econômico e Social

IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros

IUPERJ – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

GEIL – Grupo Executivo da Indústria do Livro
GEIPAG – Grupo Executivo da Indústria de Papel e Artes Gráficas
INL – Instituto Nacional do Livro
LASA – Latin American Studies Association
MEC – Ministério da Educação
MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização
PAEG – Programa de Ação Econômica do Governo
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PDC – Partido Democrata Cristão
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PT – Partido dos Trabalhadores
PUC-RIO – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SESI – Serviço Social da Indústria
SNEL – Sindicato dos Editores
UDN – União Democrática Nacional
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNB – Universidade de Brasília
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura
UNICAMP – Universidade de Campinas
USAID – United States Agency for International Development
USIA – United States Information Agency
USP – Universidade de São Paulo
VD – Vanguarda Democrática

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1 – Práticas e tendências no mercado editorial brasileiro (1970-1980)	25
CAPÍTULO 2 – A Paz e Terra: uma editora nas mãos da oposição	56
2.1 Os primeiros anos e o projeto inicial	56
2.2 Fernando Gasparian, “uma posição nacionalista”	60
2.3 “Uma posição nacionalista” no governo dos militares	77
2.4 O exílio “voluntário” e o retorno ao mundo editorial.....	95
2.5 A compra da Paz e Terra e a sua segunda fase	108
CAPÍTULO 3 – O Brasil nos livros da Paz e Terra	129
3.1 A tradição das coleções de livros sobre o Brasil	129
3.2 A “Coleção Estudos Brasileiros” da editora Paz e Terra.....	137
3.3 A diretoria da “Coleção Estudos Brasileiros”	143
3.4 Autores e livros na “Coleção Estudos Brasileiros”	153
CAPÍTULO 4 – A “Coleção Estudos Brasileiros”: um espaço para a historiografia norte-americana sobre Brasil	209
4.1 Aspectos gerais da presença dos historiadores com formação nos Estados Unidos no mercado editorial brasileiro.....	209
4.2 Os historiadores norte-americanos e a “Coleção Estudos Brasileiros”	214
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	253
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	265

ANEXO.....281

INTRODUÇÃO

Embora o termo *brasilianista* tenha sido empregado desde o final da década de 1960 para identificar pesquisadores dos temas do Brasil de diversas nacionalidades, sua principal referência, tanto na imprensa quanto nos meios acadêmicos, sempre foi o grupo de estudiosos norte-americanos. A explicação para essa exclusividade reside no alto número de estadunidenses que se dedicou ao estudo do Brasil depois da Revolução Cubana. Nesse momento, a aparente tranquilidade do domínio dos Estados Unidos no continente foi abalada, o temor de que o comunismo se espalhasse por toda região deu aos programas governamentais e agências de pesquisas um número maior de fundos para os estudos sobre a América Latina, proporcionando o crescimento meteórico dos chamados *Latin American Studies* – onde se desenvolviam grande parte dos trabalhos sobre os temas brasileiros.

A presença dessa onda de pesquisadores e de seus estudos no Brasil, quando o número de teses de doutorados sobre o país entre os norte-americanos foi praticamente quadruplicado nas décadas de 60 e 70, despertou o interesse dos analistas brasileiros, que expuseram suas considerações em artigos na imprensa e também em formato de pesquisa acadêmica. Nos textos que surgiram mais próximos do fenômeno – como, por exemplo, os de Dulce Ramos (1972, 1974), o de José Honório Rodrigues (1976) e o de Janice Theodoro da Silva (1979) –, foram feitas avaliações de algumas obras e da produção geral, com levantamentos sobre o número de trabalhos desenvolvidos e do potencial dessa bibliografia em definir uma “imagem” do Brasil. Nos anos seguintes, foi iniciada também a análise da recepção desses estudiosos no país, cuja principal referência é o trabalho de José Carlos Sebe Bom Meihy publicado em 1984, que teve como maior pretensão a “abertura do tema para um debate mais consequente” – numa referência clara às acusações de espionagem e de vínculos com a política neoimperialista na base de muitas considerações sobre os norte-americanos dispersas em nossos meios intelectuais (1984, p.4)¹.

Ao lado das pesquisas de Sebe Bom Meihy, que manteve a atenção ao tema e publicou um série de resultados ao longo dos anos (1990; 1991), outros trabalhos que aprofundaram a reflexão a respeito dos norte-americanos especialistas em Brasil continuaram surgindo. Nesse

¹ Nesse livro, ao fazer um balanço das posições brasileiras com relação à matéria, trazendo à cena a análise do que nomeou como “antibrasilianismo”, isto é, das causas que contribuíram para a negação dos brasileiros da presença dos pesquisadores norte-americanos, Meihy procurou construir uma definição mais ampla do próprio brasilianismo, atenta à relação com os aspectos da política exterior estadunidense e do Brasil, mas também aos elementos da cultura norte-americana que contribuíram para a formação da corrente de estudiosos dedicada ao país.

grupo, destacam-se pesquisadores que se dedicaram, entre outros elementos, à discussão sobre o termo, à comparação da estrutura institucional dos dois países, às relações travadas entre elas e ao levantamento dos perfis dos pesquisadores e de seus trabalhos. Parte desse esforço, no início dos anos 90, veio, especialmente, de alguns participantes do projeto *História das Ciências Sociais no Brasil (1930-1990)*, realizado no âmbito do IDESP (Instituto de estudos econômicos, sociais e políticos de São Paulo) – nos referimos a Sérgio Miceli (1990), Heloísa Pontes (1990) e Fernanda A. Peixoto (1989; 1990; 1992). Desse empenho em analisar o fenômeno, de uma série de outras instituições, podemos citar também as contribuições de Regina da Luz Moreira (1990), Richard Morse (1990), José J. A. Arruda e José M. Tengarrinha (1999), Astor Antônio Diehl (1999), Paulo Roberto de Almeida (2002)², Ana Luisa Coimbra (2006) e James Green (2003; 2009)³.

Nesse conjunto de estudos, com avanços em diversas linhas de pesquisa, muitos temas relevantes para a compreensão do brasilianismo foram trabalhados. Não obstante, entre acadêmicos brasileiros e estrangeiros, são poucos os que se dedicaram à análise da atuação desses especialistas no mercado editorial do Brasil, utilizando os elementos que compõe o processo de publicação de um livro para trazer à tona importantes aspectos do universo intelectual dos dois países e de suas relações. Com esse enfoque, são pioneiras as pesquisas de Heloísa Pontes (1990) e, posteriormente, sua parceria com Fernanda Peixoto (1992). Ao lado da construção de uma visão panorâmica da presença brasilianista em editoras locais ao longo de quase sessenta anos, que foi o foco do primeiro trabalho, o segundo, que recebeu o título de *Guia bibliográfico dos brasilianistas*, trouxe “catalogados” todos os livros publicados por autores estrangeiros em território nacional entre os anos de 1930 e 1989 – com breves descrições dos temas e objetivos de cada um dos trabalhos, além de informações biográficas dos autores, com referências sobre a titulação e atuação profissional.

Atentos às possibilidades abertas com esses trabalhos, que expuseram dados e conclusões que permitem avanços em um campo pouco explorado, iniciamos uma

² O texto de Almeida foi publicado no livro *O Brasil dos Brasilianistas*, organizado por Rubens A. Barbosa, Marshall Eakin e o próprio Almeida. A elaboração desse livro, proposto “sob a forma de trabalho coletivo”, se deu com o apoio da embaixada do Brasil em Washington, na qual Rubens A. Barbosa era embaixador e onde foram realizadas as reuniões para debate dos textos, com a presença de brasilianistas e de outros autores brasileiros.

³ Alguns desses estudos têm focos mais amplos, mas com os especialistas norte-americanos dos temas brasileiros inseridos nas análises. Esse é o caso, por exemplo, dos trabalhos de James Green, que se dedicou à compreensão das ações de oposição ao regime militar brasileiro por estadunidenses, entre artistas, religiosos e acadêmicos. Vale ressaltar que, outro grupo de trabalhos, voltado para a análise do desenvolvimento dos *Latin American Studies* nos Estados Unidos, também traz muitos elementos sobre a atuação de pesquisadores que se dedicaram aos temas brasileiros, haja vista o espaço ocupado por eles dentro desse campo. Nesse conjunto, que é bastante amplo, podemos destacar as publicações de Berger (1995), Eakin (1998), Skidmore (1998) e Ferez Junior (2003).

aproximação do grupo dos historiadores brasilianistas através de uma análise dos livros editados em território brasileiro por autores que fizeram pós-graduação em História nas universidades norte-americanas, de longe o grupo mais produtivo em estudos sobre o Brasil nos Estados Unidos a partir do *boom* dos anos 60⁴. No novo conjunto de informações, ao lado de uma série de tendências presente nessa linha de produção acadêmica, foi possível vislumbrar que no mercado editorial brasileiro a Editora Paz e Terra se destacou como a grande importadora da história escrita sobre os temas do Brasil por esse tipo de brasilianista até 1988. Sozinha, editou vinte e cinco por cento do total de livros encontrados⁵, estando em seu espaço, portanto, parte importante dos elementos específicos que determinaram, a partir de uma série de princípios daquele momento da história dos meios intelectuais brasileiros, a entrada no Brasil de um conjunto de pesquisas produzidas nos Estados Unidos.

Nesse ponto, vale ressaltar que foram poucos os norte-americanos que ultrapassaram as fronteiras entre os países com uma tradução. Segundo Meihy (1991), somente vinte ou vinte e cinco por cento da produção estadunidense desse período foi editada no Brasil. O que pode ser explicado, entre outros fatores, pelo “sentido da produção”. Na maioria dos casos, os livros dos brasilianistas destinaram-se às universidades e ao público leitor dos Estados Unidos, onde suas carreiras foram construídas. Dessa forma, para que seus livros chegassem ao Brasil, além da disposição do autor em atingir outro público, processou-se um desvio no sentido dessa produção, que foi feito, também, com o aval das casas publicadoras nacionais e pelos grupos intelectuais que lhes serviam de “conselheiros”, isto é, com atenção às abordagens, temas, conclusões e, naturalmente, com o envolvimento de relações pessoais e ao que comercialmente era interessante ou não. Dessa forma, pela significativa participação da Paz e Terra na publicação dos historiadores norte-americanos, a análise de seu espaço possibilita a identificação e o peso de todos esses “critérios”.

Nascida em 1966, a editora Paz e Terra teve como seus fundadores Ênio Silveira – também proprietário da editora Civilização Brasileira – e o poeta Moacyr Félix, ambos reconhecidamente opositores do regime militar. No projeto inicial, a editora foi concebida com o objetivo de publicar as ideias dos grupos cristãos de esquerda, o que a fez ganhar um

⁴ A análise inicial desses dados consta como apêndice em nossa dissertação de mestrado, cujo principal objetivo – a compreensão da trajetória do historiador Thomas Skidmore, com enfoque especial em sua primeira obra *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco* – foi cumprido com o auxílio de um estudo pormenorizado sobre a posição dos estudos brasilianistas dentro do campo dos estudos latino-americanos. Para tanto, tomamos como principal base para as reflexões o conjunto de artigos publicados entre 1955 e 1967 na *Hispanic American Historical Review*, que se tornou o periódico mais importante sobre a história da América Latina nos Estados Unidos (CARRIJO, 2007).

⁵ Civilização Brasileira, Nova Fronteira e Brasiliense estão entre as outras editoras que sobressaíram, mas com um número de obras em seu catálogo muito distante da Paz e Terra.

público cativo entre os religiosos preocupados com as questões sociais no país. Entretanto, em meio às dificuldades financeiras e os embates com a repressão, Ênio Silveira vendeu a Paz e Terra em 1973 ao empresário Fernando Gasparian, com extenso histórico de atuação política em alas nacionalistas desde início dos anos 1950 e ex-proprietário da Editora Saga – essa, sua primeira incursão no mundo da edição dos livros, que foi curta e se deu à sombra dos ex-deputados José Aparecido de Oliveira e Hélio Ramos, cassados pelo governo dos militares logo em seu início.

Quando da compra da editora de Ênio Silveira, Fernando Gasparian havia retornado ao Brasil há pouco tempo. Em virtude da pressão exercida pelos militares, o empresário viveu em Londres por três anos, entre 1969 e 1972, onde se vinculou como pesquisador visitante ao Royal Institute of International Affairs e a Universidade de Oxford. De volta ao país, logo criou o semanário *Opinião*, consagrado como um órgão de resistência ao regime vigente. A compra da editora relaciona-se diretamente ao jornal, já que, além de utilizar seu espaço como moeda de troca na negociação e, depois, como lugar de divulgação do novo empreendimento, deu a Paz e Terra o mesmo teor de oposição do periódico e trouxe dele certos colaboradores – alguns, inclusive, velhos conhecidos. À frente da Paz e Terra, reuniu ao seu lado, por exemplo, Antonio Candido de Mello e Souza, Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso, que passaram a compor o respeitável Conselho Editorial da editora, sempre com os nomes estampados nas primeiras páginas das obras⁶ – os dois últimos, é importante ressaltar, tornaram-se também pequenos acionistas da Paz e Terra no processo de aquisição conduzido pelo empresário.

Foi na nova organização criada por Fernando Gasparian, no que podemos chamar de segunda fase da Paz e Terra, que os livros escritos por historiadores estrangeiros com formação nos Estados Unidos foram publicados. Grande parte deles – treze títulos assinados por doze autores⁷ –, foi inserida numa das principais séries da editora, a *Coleção Estudos Brasileiros*, editada entre 1974 e 1987. Fruto direto das mudanças na direção da casa, que passou a ser influenciada pelos círculos intelectuais e políticos em que seu novo editor estava presente, essa série evidencia como o leque de temas nas publicações foi ampliado, indo muito além das ideias progressistas cristãs para fazer da editora parte do grupo que se destacou por atuar no mercado universitário e em outros segmentos em forte expansão nesses anos. Ao lado de editoras como a Perspectiva, a Civilização Brasileira, a Brasiliense e das

⁶ Por um breve período, Max da Costa Santos também fez parte do Conselho Editorial.

⁷ Sob o comando de Fernando Gasparian, a Paz e Terra editou um total de quinze títulos de historiadores estrangeiros com formação nos Estados Unidos.

empresas de Jorge Zahar (a Zahar Editores e depois a Jorge Zahar Editor), suas publicações procuraram contemplar as demandas do público inserido no ensino superior e dos leitores preocupados com as tensões do presente no país e no mundo.

Na série de estudos sobre o Brasil, durante os seus quase quinze anos de existência, ao lado dos pesquisadores estrangeiros com formação em história, setenta e seis autores – alguns como organizadores e coordenadores – se tornaram os responsáveis pela publicação de outros oitenta e dois títulos. Para essa coleção, seguindo outros formatos da própria Paz e Terra e de editoras nacionais, Fernando Gasparian dividiu a responsabilidade de sua condução também com uma “Direção”, que ganhou vida nas obras a partir de 1975, quando o terceiro livro foi publicado pela série – a obra *Autoritarismo e democratização*, de Fernando Henrique Cardoso, o primeiro título do sociólogo paulista editado na casa. Mantendo-se até o final da *Estudos Brasileiros*, que se deu em 1987, o grupo de diretores foi composto por um trio de cientistas sociais – área de formação mais importante entre os acadêmicos que se mantiveram próximos a Fernando Gasparian –: Aspásia Alcântara Camargo, Luciano Martins e Juarez Brandão Lopes, os dois primeiros com raízes no Rio de Janeiro e o último em São Paulo, mas todos com passagens importantes em universidades fora do Brasil ao longo de suas trajetórias.

O primeiro título publicado nessa coleção da Paz e Terra foi o do Deputado Federal Marcos Freire, que, assim como o editor, era vinculado ao MDB (Movimento Democrático Brasileiro)⁸. De certo modo, a relação que resultou na publicação desse livro, de fundo pessoal e política, se repetiu constantemente nas atividades da editora e, por conseguinte, na composição de sua série sobre o Brasil. Ao longo da trajetória da coleção foi fundamental para Fernando Gasparian o auxílio de sujeitos próximos que, com atuação na imprensa ou de liderança em universidades e centros de pesquisa, se posicionaram contra o regime político e de forma crítica aos programas do governo – também com vínculos, em alguns casos, aos partidos da oposição⁹. Ao lado de outras motivações, esses são fatores que explicam a presença de muitos títulos ligados a pesquisadores do CEBRAP, do CEDEC, do IUPERJ e dos programas de pós-graduação nas áreas da Economia e das Ciências Sociais de universidades de São Paulo e do Rio de Janeiro no catálogo. Entre os principais espaços para análise do país nesses anos, seus membros fizeram da coleção um repertório variado de temas, explicações e propostas para o Brasil, quase sempre voltadas para o retorno da democracia e de um desenvolvimento econômico mais estável e menos marcado pela desigualdade.

⁸ Antes de assumir a carreira política Freire atuava como professor de direito na Universidade Federal de Pernambuco

⁹ Ao MDB e, depois de 1979, com fim do bipartidarismo, principalmente, PMDB e PT.

É esse quadro, ao qual fomos conduzidos por meio da atenção à entrada da produção brasilianista no mercado editorial, que será analisado nessa tese. Ao colocarmos a Paz e Terra e a *Coleção Estudos Brasileiros* em plano de análise, num período marcado pelo autoritarismo e, ao mesmo tempo, maior desenvolvimento institucional de centros de pesquisa e do ensino superior, traremos à tona aspectos determinantes para a compreensão do campo de estudos sobre o Brasil, em especial pelo exame da circulação de um editor de oposição em meio às articulações de diversos grupos de gerações distintas para divulgar e validar um conjunto variado de importantes ideias sobre o país naqueles anos, inclusive as que vinham do exterior. Vale ressaltar que estamos diante de um “objeto” minimamente explorado. Fora alguns trabalhos mais específicos sobre o jornal *Opinião*, existem apenas considerações gerais na bibliografia especializada sobre a trajetória de Fernando Gasparian e a relação que estabeleceu com importantes segmentos da intelectualidade para a condução do seu “negócio”¹⁰.

Para uma abordagem desse tipo, tomamos a posição nesse trabalho de que as editoras são empresas de difusão detentoras do poder de hierarquizar e classificar produtos culturais. Nessa perspectiva, seus espaços tornam-se portas de entrada para o acesso ao modo como se produz e divulga o conhecimento em determinadas áreas, já que a compreensão do processo que concretiza a “materialização” do livro pode contemplar tanto a forma como ocorre a captação das interpretações dos indivíduos de um campo científico, quanto as ações desses indivíduos na luta à procura de consagração no mercado dos bens culturais (BOURDIEU, 2004; 1983). Nesse sentido, como um local de fluxo e organização de estratégias, as editoras podem ser consideradas lugares dotados de características dos “espaços institucionais” – e que podem estar diretamente vinculadas a eles –, na medida em que as relações desenvolvidas em seu entorno refletem divisões do mundo intelectual e contribuem para a autorização de temas, objetivos, métodos e, também, posições políticas (FIGUEIRÔA, 1997; ROBERTO, 2000).

Muito em função dessas características, determinadas editoras podem ser classificadas como empresas “culturais”, isto é, que buscaram, ao longo de suas trajetórias, um tipo lucro quase sempre não vinculado apenas ao material¹¹. Como já deixamos evidenciado aqui por

¹⁰ Dos trabalhos com referências ao jornal *Opinião* e Fernando Gasparian, podemos citar, por exemplo: Kenski (1990) e Kucinski (1991), que buscaram uma compreensão global do semanário e a relação de seu proprietário com os jornalistas, e Almeida (1992), mais atenta à participação dos cientistas sociais num dos projetos mais bem sucedidos da imprensa de oposição. Outros trabalhos, mais voltados para a história dos livros e a atuação dos editores no Brasil, também trazem algumas considerações, embora pequenas, da Paz e Terra e Gasparian, entre eles: Salgado (1994), Paixão (1996), Sorá (1997), Maués (2006) e Pereira (2010).

¹¹ A forma com que cada editora constitui a sua trajetória ao longo do tempo, isto é, como classifica seus livros, autores, leitores, os estilos de lançamento dos seus títulos, os circuitos de difusão que utiliza e as suas estratégias de reedição, possibilitam identificá-las de duas formas: como “empresas orientadas por investimentos seguros

outras afirmações, esse é o caso da Paz e Terra. Em grande parte do seu histórico de atos no mercado de livros, vemos a primazia de produtores e leitores seletos, separados pelo “alto capital escolar e/ou social”, figurando sempre mais próxima de um ciclo de produção longo, por realizar atos profissionais como “atos intelectuais”, resultando em gratificações como o debate e o renome. Com Fernando Gasparian à sua frente, que se tornou parte importante de uma linhagem de editores “engajados” no Brasil, diretamente envolvida nas lutas políticas das décadas de 1970 e 1980, mesmo as ações programadas para a vulgarização do catálogo e, assim, o seu acesso por parte do “grande público”, voltaram-se para a busca de uma recompensa que foi muito além do econômico (SORÁ, 1997). Junto de seus “amigos” intelectuais, o movimento para algumas edições de “massa” foi feito para questionar o regime militar e a situação do país, na busca do apoio para a oposição democrática de todas as alas da sociedade¹².

Com base nessas perspectivas e nesse quadro que viemos traçando brevemente, para abordamos a editora de Fernando Gasparian e seu trabalho com estudiosos dos temas brasileiros do Brasil e do exterior, estruturamos esta tese em quatro capítulos com objetivos mais específicos. No primeiro, para compreensão do universo em que estava inserida a Paz e Terra, nos dedicamos à análise do mercado editorial brasileiro, sobretudo nas décadas de 1970 e 1980. Com o apoio de uma série de trabalhos sobre a produção e a comercialização dos livros no país e, especialmente, com auxílio do jornal *Leia Livros*, um periódico publicado a partir de 1978 que contemplou muitos aspectos do campo da edição – com resenhas, listas de lançamentos, classificações com os mais vendidos, debates, entrevistas e análises do mercado –, definimos as principais linhas de publicação, os embates com as dificuldades econômicas e

em curto prazo” – conhecidas como empresas comerciais, produtoras em larga escala e com foco em bens materiais; ou, como colocamos acima, as chamadas empresas culturais, “orientadas por investimentos arriscados em longo prazo”, de produção restrita e com foco em bens não materiais. Naturalmente, essa idealização não deve ser vista como uma barreira intransponível, existindo a possibilidade de combinações dessas perspectivas em vários estilos, em especial na segunda posição, com a entrada de objetivos econômicos por problemas de “sobrevivência”, por exemplo (McDONALD, 1997; SORÁ, 1997).

¹² A base dessas referências que citamos aqui é, em grande parte, vinculada à perspectiva que buscou ver a produção do livro de forma relacional, nesse sentido, observando a produção editorial e seus resultados como um processo colaborativo e não apenas individual. Com tradição na produção acadêmica, que pode ser encontrada sob a denominação de “sociologia dos textos” ou na “história dos livros e da leitura”, esse ponto de vista permite como foco o entendimento de como um autor, um editor e a “equipe” de uma editora buscam, em determinado contexto, formas, linguagens visuais e lugares de divulgação a fim de construir os “sentidos” para uma obra no espaço público, desvincilhando-se da ideia de significado único e imutável de um texto. Dos autores que contribuíram com formulações que concretizaram propostas desse tipo, como Donald F. McKenzie, Robert Darnton e Roger Chartier, o sociólogo francês Pierre Bourdieu se destaca como uma das figuras centrais para os trabalhos elencados nas definições que demos para as editoras nesses parágrafos – nos casos de Gustavo Sorá (1997) e de Adriana Roberto (2000), realizaram uma leitura do contexto brasileiro à luz de seus conceitos, pontuando como se deu no país a busca pelo “status cultural” na arena composta por editores, autores, leitores e livros. Para um histórico detalhado dessa produção, com raízes em diversas áreas do saber, ver David Finkelstein e Alistair McCleery (2005) e Michael Suarez (2003-2004).

com a repressão, os programas de auxílio do Estado e as mudanças significativas que ocorreram nas práticas e na organização das editoras nesses anos¹³.

A partir do segundo capítulo, iniciamos a aproximação da Paz e Terra, uma das peças do cenário caracterizado anteriormente. Nessa parte do trabalho, identificamos na trajetória da editora suas duas primeiras fases: a inicial, quando foi fundada por Ênio Silveira e Moacyr Félix, que utilizaram do prestígio já acumulado com a Civilização Brasileira para atender mais especificamente a demanda de grupos cristãos de esquerda, e os anos em que passou a ser uma propriedade do empresário Fernando Gasparian, que associou o empreendimento ao jornal *Opinião* e lhe deu um caráter fortemente oposicionista e de abertura para centros de pesquisa e do ensino superior em expansão. Para compreensão do perfil geral da editora nessa segunda fase, foi necessário o resgate de elementos da trajetória do empresário paulista – muito marcada pela bandeira do nacionalismo, com passagens por órgãos de classe patronais e também em instituições do governo em nível estadual e federal até 1964, quando, por conta da tomada do poder pelos militares, passou a atuar no MDB. Foram as relações que vinham desde a sua juventude, somadas às que construiu nas passagens pelo Estado e, depois, na vida partidária de oposição, que permitiram a visualização dos contatos com os grupos de estudiosos que mobilizou para conduzir a Paz e Terra e formar sua imagem no mercado de livros.

Por fim, nos outros últimos dois capítulos, para aprofundarmos a compreensão dos atos de Fernando Gasparian, das suas práticas de publicação e dos grupos de intelectuais que estiveram ao seu lado, tratamos especificamente de uma das mais importantes séries criadas na Paz e Terra em sua segunda fase: a *Coleção Estudos Brasileiros*. Próxima de uma importante tradição do universo editorial no Brasil – a constituição de uma “brasileira”, que estava em transformação desde o início da década de 1960¹⁴ –, realizamos uma análise detalhada da constituição de sua Direção e de seu conjunto de autores e títulos, buscando compreender não só a formação acadêmica, as origens institucionais e o posicionamento político dos que inseriram seus nomes no catálogo, mas também as formas como esses trabalhos chegaram até a editora, receberam a “aprovação” dos “conselheiros” e ganharam o espaço público com o selo da casa, que se tornou um símbolo de honraria no universo

¹³ A leitura do material oriundo do jornal *Leia Livros* foi direcionada por uma bibliografia sobre a história da edição brasileira produzida a partir dos anos 80, como os trabalhos de Hallewell (1985, 1986), e que se desdobrou nas próximas décadas com as pesquisas de Reimão (1991, 1993, 2010), Salgado (1994), Paixão (1996) e Maués (2006), entre outros.

¹⁴ No início desse capítulo, com base em alguns trabalhos sobre a história desse tipo de coleção, como o de Pontes (1989), Vieira (1998) e Sorá (2010), pontuamos como as mudanças no ambiente intelectual e político dos anos 1960 e 1970 mudaram seus perfis, em especial, por meio das séries da Difel e da Civilização Brasileira: a *Corpo e Alma do Brasil* e a *Retratos do Brasil*.

intelectual. Nessa parte final da tese, ao lado da análise da produção e do papel dos brasileiros, em maior número e os responsáveis junto com o editor pelo “perfil” da coleção, desenvolvemos uma reflexão que procurou trazer à tona os elementos que compuseram o “filtro” aplicado aos trabalhos dos historiadores norte-americanos, possibilitando sua grande presença na série. Essa “aceitação”, construída sob uma base de vínculos institucionais, políticos, pessoais e de interpretação, procurou apagar as suspeitas sobre os brasilianistas naqueles anos e, nesse movimento, contribuiu para a transformação da própria produção brasileira posterior.

CAPÍTULO 1 – Práticas e tendências no mercado editorial brasileiro (1970-1980)

Nas primeiras décadas do século XX, com os novos contornos ganhando maior visibilidade especialmente a partir de 1930, um novo momento da editoração foi inaugurado no Brasil. O processo de “substituição de importações” e o aumento no nível de instrução da população, entre outros elementos, afetaram positivamente o mercado de livros no país. Nesses anos, frente a um passado marcado pela importação de obras e com edições de autores brasileiros com impressões feitas no exterior, a fundação de editoras em centros como Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Porto Alegre multiplicou a produção em números nunca vistos antes – só em São Paulo, entre 1930 e 1936, a taxa de crescimento na produção alcançou 600% (SALGADO, 1994; PONTES, 1989).

Como partes desse processo, podem ser destacadas as experiências pioneiras de Monteiro Lobato como editor na Monteiro Lobato e Companhia, entre 1919 e 1925, e depois, como autor ou tradutor, ao lado do editor Octalles Marcondes Ferreira, no projeto da Companhia Editora Nacional, dono de muita visibilidade nos próximos anos¹⁵. Outros empreendimentos, como o de Henrique Bertaso Filho na Editora Globo, ou o de José Olympio, criador da Livraria José Olympio Editora, ou ainda o de José de Barros Martins, com a fundação da Editora Martins, todos levados a cabo próximos a década de 1930, também alcançaram sucesso e são evidências dos passos da expansão da atividade editorial. (SALGADO, 1994; PONTES, 1989). Junto de outros atores, esses nomes contribuíram para diferenciar a atividade de editar da impressão e da livraria, originando, como afirmou Sorá “uma nova forma de poder na regulação da produção e circulação da palavra impressa” no país (2010, p.30). Ainda segundo esse autor, no final da década de 30:

[...] nota-se a existência de catálogos consolidados a partir da imposição de gêneros que, parafraseando Antonio Candido, “permitiram que o Brasil se apalpassem”. Sobre a poesia como gênero literário “maior” se impôs o romance “social” ou “realista” (posteriormente consagrado como “nordestino”). A este se somou, simbioticamente, o ensaio de interpretação do Brasil, além das biografias e das crônicas. Estes três gêneros foram a matéria-prima das coleções “brasileiras” de maior prestígio (pertencentes à Companhia Editora Nacional e a José Olympio Editora). Os catálogos multifacetados que as continham também se povoaram de gêneros e autores que caíram no esquecimento: filões lucrativos, como os de literatura popular

¹⁵ O papel desempenhado por Lobato, que viu e proclamou o livro com uma mercadoria, cujo principal obstáculo para a comercialização estava na distribuição – muito precária em um país com poucas livrarias –, é emblemático nesse momento das atividades editoriais. Atuando nesse problema e também na área da publicidade, do projeto gráfico e da modernização do maquinário, Lobato teve muito êxito por um tempo e tornou-se o símbolo do crescimento editorial nos anos 20.

para novas camadas de leitores (“moças”, “jovens”, “mulher” etc.), guias práticos e sucessos da literatura universal (de Tolstoi a S. Zweig) (SORÁ, 1997, p.179).

Passando por outros surtos de desenvolvimento, como durante a Segunda Guerra Mundial, e também grandes tropeços, notadamente no pós 1945, em meio a novos projetos, falências e reestruturações de empresas, o setor manteve-se ativo e foi acumulando outras realizações importantes para o desenvolvimento das atividades relacionadas ao livro. O surgimento de distribuidores profissionais, a organização de encontros e de sociedades voltadas para interesses próprios dos editores – como o Sindicato Nacional dos Editores de Livros fundado em 1941 e a criação da Câmara Brasileira do Livro em 1947 –, a realização de exposições, o lançamento de periódicos especializados e o aumento no número de propagandas foram todos passos importantes para “a formação de um verdadeiro campo editorial nacional” nessa fase da produção do livro no Brasil (SORÁ, 2010, p.30). Refletindo todo esse quadro, como aponta a Tabela 1, restrita aos anos 50, é possível identificar como o número de títulos publicados em São Paulo e no Rio de Janeiro continuou crescente entre o início e o fim desse decênio, enquanto o número de exemplares foi praticamente duplicado¹⁶.

Tabela 1 – Distribuição da Edição de Livros* nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro nos anos 50

Ano	Títulos		Exemplares	
	SP	RJ	SP	RJ
1950	1.507	983	15.504.036	7.908.928
1955	1.537	1.191	18.464.177	6.844.651
1956	2.070	1.483	25.662.000	9.559.000
1957	2.098	1.395	28.139.883	11.648.679
1958	2.279	1.387	31.801.000	15.084.000

Fontes: SOUZA ANDRADE, Olímpio. O Livro Brasileiro desde 1920. Rio de Janeiro: MEC/Cátedra, 1978; HALLEWELL, Laurence. O Livro no Brasil. São Paulo: Edusp, 1985

Extraído de: SALGADO, 1994, p.24

*Até 1962 as edições de títulos e exemplares referiam-se a livros e folhetos. Após esse período as estatísticas aparecem desmembradas.

¹⁶ Casas editoriais como a Cultrix, sob a direção de Edgard Cavalheiro, e a Civilização Brasileira, onde Ênio Silveira passou de gerente a proprietário com inovações significativas na área gráfica e de propaganda, também têm seus primeiros marcos ou alguns momentos fundamentais nessa década. A primeira foi criada em 1956 por Diaulas Riedel e se dedicou a publicação de textos literários, clássicos brasileiros e obras de história do Brasil (SALGADO, 1994). Já a Civilização Brasileira, fundada no Rio de Janeiro pelo poeta Ribeiro Couto, o escritor Gustavo Barroso e o jornalista Hildebrando de Lima, foi comprada por Octalles Marcondes Ferreira, proprietário da Companhia Editora Nacional, ainda na década de 1930. Ênio Silveira, genro de Octalles, depois de frequentar cursos de editoração na Universidade de Columbia e trabalhar na Editora norte-americana Alfred A. Knopf, voltou ao Brasil e assumiu o posto determinado pelo sogro na editora carioca a partir de 1951. O trabalho de Ênio Silveira, que perseguia a democratização do acesso ao livro, obteve sucesso, resultando na expansão da Civilização Brasileira nesses anos. As divergências que surgiram entre os dois, muito em função da publicação de certos autores, acabaram motivando a venda das ações de Octalles para Ênio Silveira, que se tornou o sócio majoritário da empresa (SILVEIRA, 2004).

Tabela 2 – Produção de livros no Brasil 1960-1969

Ano	Título	Índice	Tiragem	Índice
1960	3.953	100	36.323.000	100
1961	3.911	99	29.170.000	80
1962	4.509	114	66.377.000	183
1963	5.117	129	54.210.000	149
1964	4.972	126	51.913.000	143
1965	**		**	**
1966	**		**	**
1967	5.618	142	68.540.000	189
1968	-	-	-	-
1969	5.105	129	68.068.200	187

Fontes: Serviço de Estatística da Educação e Cultura-MEC (SEEC); Anuários Estatísticos do Brasil, Fundação IBGE.

Extraído de: MAUÉS, 2006, p.35

** Sem informação

Na próxima década, novamente, o processo de crescimento foi mantido, como assinalam uma série de análises sobre o período. Os dados demonstrados por Flamarion Maués (2006) indicam que em 1960 foram editados 3.953 livros no Brasil, com uma tiragem superior a 36 milhões de exemplares. Esses números apresentam-se, em 1969, apesar das oscilações nos anos anteriores, num patamar mais alto: a quantidade de títulos passou para 5.105 e o de exemplares para 68.068.200¹⁷ (ver Tabela 2). Fundamental para formação desse quadro foi a relação mantida entre o setor editorial e a ditadura militar durante esses anos. Por um lado, concretiza-se a experiência com a censura, imposta pelo regime àqueles que eram identificados como inimigos do grupo no poder e dos “valores morais da sociedade brasileira”, o que resultou na condenação de títulos, na apreensão de edições e na prisão de autores e editores¹⁸ (PAIXÃO, 1996). Por outro lado, seguindo uma série de reivindicações de alguns proprietários, organizados nas suas associações de classe, e também como uma resposta ao aumento da demanda, relacionada ao crescimento da população e, sobretudo, do

¹⁷ Na tabulação exposta por Maués (2006), as estatísticas fazem referências apenas aos livros, definidos como uma publicação não periódica com mais de 48 páginas; as com menos de 48 páginas são consideradas folhetos. Isso explica as divergências com alguns dados expostos na Tabela 1, organizada por Salgado (1994), onde os dados não diferenciam livros de folhetos. Apesar dos critérios distintos, o que evidencia certa imprecisão, a percepção do crescimento nos dois períodos (décadas de 50 e 60) não fica prejudicada.

¹⁸ Como apontou Gabriel Labanca (2009), apesar da existência da censura, a menor difusão do livro perante a influência crescente dos novos meios de comunicação é uma causa provável para a falta de uma repressão sistematizada à produção editorial nos anos posteriores ao golpe, situação que foi pouco alterada mesmo quando a censura prévia tornou-se lei em 1970, já que o número de censores era incapaz de avaliar o volume de publicações, sendo a prática da denúncia uma fonte importante para as proibições. De acordo com Reimão (2010), o Brasil teve um número de censores que variou entre 16 funcionários, no início do regime, e 240, no seu final. Corroborar para essa conclusão a afirmação do diretor do Departamento Federal de Censura, Rogério Nunes, presente no trabalho de Hallewell (1985, p.502): “Os livros são proibidos após a publicação, dependendo de que alguém reclame contra eles à Polícia Federal. Não temos funcionários suficientes para examinar todos os livros publicados anualmente neste país”; e ainda acrescenta: “a censura ainda é muito branda, em relação ao número de reclamações”.

número de estudantes (ver tabela 3), existiu um incentivo significativo à produção de livros pelo governo militar. Como afirmou Fernando Paixão: “[...] o governo atuou como investidor em áreas geradoras de infraestrutura para a indústria, como transporte e comunicações”, ao mesmo tempo em que:

[...] decretou medidas que viabilizaram subsídios, reduziram impostos e taxas de importação. Esse processo foi fundamental para as empresas gráficas e de papel, tornando possível a resolução de seus problemas básicos de industrialização. Com isso o setor livreiro foi amplamente beneficiado (PAIXÃO, 1996, p.142).

Tabela 3 – Distribuição da Matrícula Escolar da 1ª série do 1º grau até a pós-graduação

Ano	Primário 1ª/4ª série	Ginásio 5ª/8ª série	Colegial	Escola Normal	Graduação	Pós-graduação (Mestrado/Doutorado)
1960	7.458.002	910.283	173.544	93.600	93.202	2.489
1961	7.798.732	1.006.907	197.857	103.280	98.892	1.689
1962	8.535.823	1.128.600	218.182	117.579	107.299	2.584
1963	9.299.441	1.322.993	248.046	148.550	124.214	1.852
1964	10.217.324	1.453.671	263.656	175.384	142.386	1.959
1965	9.923.185	1.645.320	288.838	220.272	155.781	2.355
1966	10.695.392	1.889.798	227.787	265.626	180.109	1.790
1967	11.263.533	2.120.660	*	688.302*	212.882	2.504
1968	11.943.506	2.404.614	*	801.075*	278.295	4.358
1969	12.294.343	2.719.165	572.293	337.917	342.886	3.938
1970	12.812.029	3.082.598	655.602	347.917	425.478	4.995

Fontes: Anuários Estatísticos do Brasil, Fundação IBGE.

Extraído de: SALGADO, 1994, p.48

*Os dados de 1967 e 1968 dizem respeito ao somatório do curso colegial com o normal.

Parte importante das medidas que favoreceram o crescimento e a modernização técnica do setor vieram de três importantes programas criados pelo governo logo no seu início: o Grupo Executivo da Indústria do Livro (GEIL), instituído por lei em 1965, e a fundação do Grupo Executivo da Indústria de Papel e Artes Gráficas (GEIPAG) e da Comissão Nacional do Livro Técnico e Didático (COLTED) em 1966. O primeiro grupo, subordinado ao MEC (Ministério da Educação e Cultura), foi instituído com o objetivo de incentivar a indústria, a comercialização e a expansão do livro, visando uma melhor coordenação entre o governo e a iniciativa privada¹⁹. O GEIPAG, por sua vez, foi responsável por uma renovação do parque industrial gráfico e editorial, que ainda funcionava com máquinas adquiridas no tempo de Monteiro Lobato, ou seja, com quase quarenta anos de

¹⁹ Vale citar aqui as considerações otimistas sobre o programa feitas por Gabriel Athos Pereira, à época presidente do Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL) e diretor da Livraria José Olympio Editora: o GEIL “traduz o desejo do legislador de que os aspectos fundamentais – Crédito, Financiamento, Papel, Parque Gráfico e Distribuição – sejam plenamente considerados e atendidos” (apud LABANCA, 2009, p.134).

utilização²⁰. Por fim, a COLTED, se tornou uma peça decisiva para o importante setor dos livros didáticos – ao lado do Ministério da Educação, da USAID (United States Agency for International Development) e do Sindicato dos Editores (SNEL), a comissão incentivou atividades relacionadas à edição, aprimoramento e distribuição de livros para os estudantes, colocando em circulação seis mil títulos em 1968, e, com três anos de funcionamento, alcançou o número de quinze milhões de livros entregues às escolas públicas (PAIXÃO, 1996; MAUÉS, 2006).

Nesse período, de fôlego dos didáticos pelo apoio do governo e do crescimento elevadíssimo do número de estudantes, especialmente os universitários (ver Tabela 3), algumas editoras se destacaram pela atuação em áreas que contemplavam esses setores. A Editora Melhoramentos, a Agir e a Francisco Alves estão entre os nomes que se voltaram mais para livros do Ensino Primário. Companhia Editora Nacional e Editora do Brasil, por sua vez, possuíam a maior parcela do ensino secundário. Já com relação às obras técnicas, as editoras Globo, Científica e Guanabara-Koogan disputaram a liderança, enquanto para os livros universitários e debates acadêmicos, ao lado da Civilização Brasileira, surgiram no setor as importantes iniciativas de Jacob Guinsburg e Jorge Zahar. O primeiro, que desde os anos 50 atuava no ramo editorial, fundou em 1965 a Editora Perspectiva. Reconhecida pela *Coleção Debates*, lançada em 1968 e especializada em assuntos universitários, publicou autores como Antonio Candido, Décio de Almeida Prado e Paulo Emilio Salles Gomes. Já Jorge Zahar, que segundo Paixão (1996, p.167) “completa o trio dos principais editores que investiram no livro universitário nos 60”, fundou, em parceria com seus dois irmãos, sua primeira editora em 1953, a Zahar Editores, especializada em livros acadêmicos e com sucessos que chegaram até as listas dos mais vendidos, como *Eros e Civilização* e *Ideologia da sociedade Industrial*, ambos de autoria Herbert Marcuse e editados no Brasil em 1968.

O ano de 1968, início do período que ficou conhecido como o “milagre brasileiro”, também marca o estabelecimento de pontos importantes para o universo da produção de livros

²⁰ O programa, com apoio da ABIGRAF (Associação Brasileira da Indústria Gráfica – criada em 1965 para apoiar os interesses dos empresários do setor), contribuiu para a criação de leis que isentavam de taxas alfandegárias as máquinas destinadas a produção, bem como a diminuição de impostos nas etapas da produção e venda de livros. As respostas a esses estímulos, de acordo com Fernando Paixão (1996), foram imediatas: em três anos entraram US\$ 40 milhões em equipamentos no país, que substituíram os antigos linotipos por máquinas de fotocomposição. Ainda de acordo com Paixão, a indústria do papel também se adequou a esse momento da editoração no Brasil, mas com o ápice no fim da década de 1970. O Programa Nacional de Papel e Celulose foi um dos fatores que contribuiu para ampliação da capacidade produtiva nessa área, necessária para suprir a nova demanda. De importador, em 1967, de 40% do papel destinado a impressão, o Brasil passou, dez anos depois, a exportador da matéria. Kurd Riecken (1979, p.20), diretor secretário da Associação Nacional dos Fabricantes de Papel e Celulose, ao contabilizar o crescimento do setor, afirmou que a produção passou de 199 mil toneladas em 1962, para 683 mil toneladas em 1977.

no Brasil. Com a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto alcançando a média de 10% ao ano, enquanto em 1967 foi de 3,2%, o país passou a viver o clima de “desenvolvimento acelerado” e de “grande potência”, pelo menos até 1974. Sob o manto da concentração de renda, algumas parcelas da população brasileira, notadamente a classe média – muito mais apta ao consumo do que antes –, passaram a compor seu cotidiano com eletrodomésticos, *shopping centers*, carro próprio e aparelhos de TV, imersas no rápido processo de urbanização, expansão industrial e ampliação do comércio. Nesse cenário, segundo Sandra Reimão, a indústria cultural brasileira se rearticulou, possibilitando ao mercado de produtos culturais uma expansão em vários campos. Objetivando o consumo de massa, assim como os responsáveis pela televisão, revistas, jornais, discos e cinema, a indústria editorial priorizou, entre outros elementos, o entretenimento e a informação básica, buscando atingir uma população que a cada dia tinha o número de analfabetos mais reduzido (REIMÃO, 1993; SALGADO, 1994)²¹.

Nesse contexto, a produção de livros intensificou a trajetória de crescimento da década anterior, alcançando, em 1979, a média de 1,8 livros por habitante ao ano, como é possível observar na Tabela 4. Contribuíram para uma maior difusão nos anos 1970 a solidificação e o aumento do leque das alternativas para fazer o livro chegar até as mãos dos consumidores. Por lei, foi permitido que farmácias, supermercados, postos de gasolina e outros tipos de comércio varejista se tornassem pontos de venda de livros, com os mesmos privilégios fiscais dados as livrarias. Dos locais alternativos, ganharam um destaque cada vez maior as bancas de jornal. De acordo com o levantamento feito por Reimão (1993), em 1973, 2,2% das obras foram vendidas em bancas de jornal, número que chegou a 20,9% em 1979. Nesse período, as vendas por reembolso postal também aumentaram. Segundo Hallewell (1985), a reforma do sistema em 1976, simplificando o despacho dos objetos e a transferência do dinheiro para o pagamento, contribuiu para que os livros representassem 40% do serviço prestado pelos Correios. Entre as editoras, a utilização do sistema variou: enquanto a Record efetuava apenas 0,5% de suas vendas por esse meio, na Civilização Brasileira esse número era de 5% e na Ao Livro Técnico 15%.

²¹ No Brasil, até a década de 1960, tomando-se o universo da população com 5 anos de idade ou mais, o número de analfabetos alcança 46% do total. Em 1970, essa quantia foi reduzida para 39% e, em 1980, para 29% (REIMÃO, 1990). Para a diminuição dessas taxas, estiveram em ação várias campanhas estatais, civis e eclesiásticas. Como uma dessas experiências, podemos citar o MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), que, segundo Maués (2006, p.38): “[...] gerou intenso movimento editorial no fim dos anos 1960 e começo da década de 1970. Todo o material impresso do programa foi encomendado a apenas duas editoras: José Olympio e Abril. Em 1969, por exemplo, o Mobral “encomendou às editoras concessionárias das quotas cerca de 37 milhões de exemplares, [e] em 1973 esse número saltou para 50 milhões de exemplares.”

Tabela 4 – Livros publicados nos anos 70

Ano	População no Brasil	Tiragem total dos livros publicados	Livros por hab/ano
1971	95.993.000	80.199.477	0.8
1972	98.690.000	136.026.164	1.3
1973	101.432.000	136.041.916	1.3
1974	104.243.000	144.781.000	1.3
1975	107.145.000	137.891.000	1.2
1976	110.123.000	147.241.000	1.2
1977	113.208.000	164.866.000	1.3
1978	116.393.000	186.750.000	1.6
1979	119.670.000	222.687.000	1.8

Fontes: Anuários Estatísticos do Brasil, Fundação IBGE.

Extraído de: REIMÃO, 1993, p.76

Entre as editoras que atuaram no mercado editorial durante os anos 70, a Abril se destacou como uma das lideranças do pólo comercial, muito em função da atuação partidária de alguns parâmetros citados anteriormente. Fundada em 1950, com uma intensa atividade na área de revistas²², a Abril utilizou a rede de vendas desse setor, isto é, as bancas de jornal, para ampliar a difusão de suas coleções de fascículos e livros. Voltada para muitas áreas, vendeu milhões de exemplares dos clássicos da filosofia com *Os pensadores*, ou dos autores consagrados da literatura em *Os imortais da Literatura Universal*, utilizando-se desse canal²³. Como definiu Gilberto Salgado (1994, p.80), o grupo responsável pela editora percebeu acertadamente as alterações que estavam operando os rumos do mercado e das políticas de propaganda, procurando novos meios e espaços para atingir “[...] um público universitário com maior acesso à informação e uma classe média que já utilizava a cultura como mercadoria que denotava prestígio, status e ascensão social”.

Os rumos tomados pelo comércio de livros não deixaram de dividir opiniões a respeito da sua validade nessa década e nos próximos anos. Em 1978, Pedro Paulo Poppovic, sociólogo e ex-diretor da Divisão de Fascículos da Editora Abril, publicou no jornal *Leia Livros* um artigo em que discutiu duas posições a respeito do tema. Para o autor, o mundo que vivia desse comércio possuía, por um lado, aqueles a quem chamou de “pessimistas”, já que nem o sucesso dos livros vendidos por diferentes formas, como em bancas de jornal ou clube de livros, servia para animá-los frente ao problema com o qual sempre se viam defrontados: o

²² São das décadas de 50 e 60 as revistas em quadrinhos da Walt Disney, a *Capricho*, *Claúdia*, *Contigo*, *Quatro Rodas*, *Realidade*, *Exame* e *Veja*. Cada uma para certa faixa do público: infantil, feminino, automóveis e negócios.

²³ Dessas séries seguiram outras, como *Os cientistas*, *História do século XX*, *Os Economistas* e *Literatura Comentada*. Da coleção *Os Pensadores*, a de maior sucesso da editora, Platão vendeu 100 mil exemplares em quinze dias (QUANDO, 2010).

“ciclo vicioso das baixas vendas, altos custos, altos preços, baixas vendas”, que resultava sempre, ao final, com a conclusão de que “brasileiro não lê” e “que não há nada a se fazer”. Para esses, o consumo feito por outros canais que não as livrarias era atribuído a “[...] motivos menos dignos, como a busca de status”, assim como a venda: “Vender livros assim não passa de um negócio: a verdadeira profissão de livreiro restringe-se ao âmbito das livrarias” (1978, p.22).

De outro lado, segundo Poppovic (1978), estavam os que denominavam a si mesmos de “modernos” e “progressistas”, para quem a culpa pela baixa circulação de livros no país repousava no sistema “arcaico e empoeirado, ineficiente e pré-capitalista” de comercialização. Ao público deveria ser dado o que contemplava seu desejo, sem preocupações culturais. Para melhoria no número das tiragens, que se mantinha baixo devido à falta de compreensão do mundo moderno por editores e livreiros, “muito mais que à falta de mercado”, era preciso desmitificar o livro.

Para eles, lugar de livro é na gôndola do super-mercado ou, melhor ainda, na *check-out point*, espécie de eldorado do mundo moderno, lugar de passagem obrigatória dos consumidores, convenientemente com o dinheiro na mão, em fila diante de expositores tentadores, a propensão para a consumir a lhes fervilhar nas veias (POPPOVIC, 1978, p.22).

Firmando sua posição entre os dois pólos, o ex-diretor da Abril, responsável, entre outras tarefas, pela área da empresa que se utilizou das bancas de jornal para aumentar significativamente suas vendas, afirmou ser esse um falso problema. A partir de conclusões sobre alguns dados do mercado editorial nos Estados Unidos, Poppovic defendeu que a existência de muitos tipos de livro tornava necessária a adaptação da obra aos diferentes pontos de venda em que fosse comercializada. Mais do que oposição, havia complementaridade entre livrarias e supermercados, entre a “verdadeira cultura” e a “indústria cultural”, já que uma das soluções para a os problemas do livro passava, a seu ver, pela diversificação dos canais de venda, para uma mesma obra, inclusive²⁴. Parafraseando Roberto Schwarz, concluiu sobre o impasse afirmando que o escoamento de todos os tipos de livros

²⁴ Para Poppovic, as duas formas de cultura identificadas como de livraria (verdadeira cultura) e supermercado (indústria cultural) possuíam grande dependência: “Reconheço ser quase irresistível a tentação de opor a “verdadeira cultura” – Gallimard revendo provas de *A La Recherche Du temps Perdu*? Com Proust, acamado, quase morrendo, num pobre, úmido e mal iluminado quarto em Paris – à “cultura degenerada e banal de um capitalismo vulgar e massificado” – livros escritos segundo roteiros pré-fabricados por agressivos jovens *ket-oriented*, abusando de “sexo, sangue e futebol” em benefício do faturamento de grandes empresas cuja única preocupação é o *return on investment*. O fato, entretanto, é que esses dois tipos de literatura não se opõem, complementam-se, aí de nos, alimentam-se mutuamente. Assim como a indústria cultural redundante, que faz a apologia do consenso, morreria à míngua de ideias se não houvesse gente fazendo cultura de verdade, os editores da verdadeira cultura precisam apoiar-se em mercados cada vez mais amplos, ultrapassando velozmente o seletivo grupo dos frequentadores das boas livrarias do ramo” (1978, p.22).

por um único meio seria deixar grande parte deles fora do lugar, o que, muito provavelmente, pautou as ações da Abril durante esse período.

Ao afirmar a diversidade dos tipos de obras existentes nesse momento, Poppovic apontou para uma propriedade importante do mercado editorial durante a década de 1970, verificada posteriormente pelas análises sobre o tema, como pode ser observado no trabalho de Sandra Reimão (1993). Para essa autora, o que caracterizou esse momento do livro no Brasil foi a segmentação, atestada pela presença de “um mosaico complexo de temáticas e de níveis de complexidade textual” nas listas de livros mais vendidos²⁵. Entre os vários perfis que contribuíram para a não formação de um padrão único no meio editorial brasileiro, estava, por exemplo, aquele que refletiu o caráter dominante da TV como principal meio de comunicação. O segmento de obras publicadas por pessoas que participavam da programação das emissoras foi consolidado como sucesso de venda, caso de Marisa Raja Gabaglia, repórter, atriz e jurada de um programa de auditório, e Chico Anísio, humorista de sucesso na Rede Globo, comprovando a eficácia da televisão como centro difusor da indústria cultural²⁶. Ao lado desses sucessos do “*star system* televisivo”, as listas também comportaram livros mais complexos; uma “literatura nacional formalmente inventiva e de difícil fruição”, como a elaborada por Clarice Lispector em *Água Viva*, ou de autores como Pedro Nava (*Baú de Ossos*, *Balão Cativo* e *Chão de Ferro*), Osman Lins (*Avalovara*), Lígia Fagundes Telles (*As meninas*) e Raquel de Queiroz (*Dora Doralina*). Entre os perfis da área de ficção, os estrangeiros também estiveram presentes, desde o “realismo fantástico” de latino-americanos, como Gabriel Garcia Marques em *O Outono do Patriarca* e Mário Vargas Llosa em *Conversa na Catedral* e *Tia Júlia e o Escrevinhador*, até norte-americanos, como William Peter Blatty com *O exorcista* e Peter Benchley com *Tubarão* – considerados por Reimão (1993) representantes da linha *mass cult*.

Vale destacar que, nesse período, o número de traduções presentes no mercado editorial brasileiro tornou-se mais significativo, apresentando, em alguns levantamentos, como o dos dados da Tabela 5, um aumento da sua proporção em relação aos nacionais: 40,2% em 1971, 48,5% em 1972, 84,1% em 1973, 83,0% em 1974, 58,6% em 1975 e 69,4% em 1976. Contribuiu para o aumento desses números não só a importação das ficções de massa norte-americanas, tão criticadas por alguns autores, como Moacir Lopes (1978), que os

²⁵ Para a pesquisa a autora utilizou as listas elaboradas pela revista *Veja*.

²⁶ Só de Marisa Raja Gabaglia, que publicou a coletânea de contos *Milho pra galinha*, *Mariquinha*, foram vendidos no Rio de Janeiro 10 mil exemplares da obra na primeira semana. Entre os livros de Chico Anísio que frequentaram as listas de mais vendidos nos anos 70 estão: *O enterro do anão*, *É mentira*, *Terta?*, *A Curva do Calombo* e *Teje Preso*.

denominou um “lixo cultural”, mas também a presença de obras não pertencentes a essa categoria, como as da área de ciências sociais, onde o aumento no volume de livros traduzidos estava relacionado, entre outros motivos, aos acordos firmados entre o Ministério da Educação (MEC) e as entidades norte-americanas United States Information Agency (USIA) e United States Agency for Development (USAID) – responsáveis por auxiliar a edição de livros em outros países com o objetivo de difundir a cultura estadunidense.

Tabela 5 – Distribuição de títulos Nacionais e Estrangeiros Produzidos 1971-1976

Setor/Ano	1971	1972	1973	1974	1975	1976
Nacionais	2.126	2.710	3.844	2.275	6.427	4.832
Estrangeiros	855	1.315	3.236	1.889	3.768	3.357
Total	2.981	4.024	7.080	4.164	10.195	8.189

Fontes: Sindicato Nacional dos Editores de Livros – Boletins Anuais; SOUZA ANDRADE, Olímpio. O Livro Brasileiro desde 1920. Rio de Janeiro: MEC/Cátedra, 1978 p.45; LOPES, Moacir. A Situação do escritor e do livro no Brasil. Rio de Janeiro: MEC/Cátedra, 1978, p.164.

Extraído de: SALGADO, 1994, p.111.

Esses convênios, que incentivaram a produção nacional através da isenção às editoras do pagamento de direitos autorais a escritores dos Estados Unidos e também pela aquisição de exemplares para distribuição entre políticos, professores, alunos universitários e bibliotecas públicas, também não passaram ilesos pelos críticos brasileiros, embora tenham contribuído, como afirmou Gilberto Salgado (1994), para a formação de catálogos importantes na área das humanidades: a Zahar na linha da ciência política, sociologia e psicanálise, a Cultrix na psicologia, estética e religião, a Forense na filosofia política e ciência jurídica, a Atlas para a administração e economia, e a FGV na psicologia social, recursos humanos e economia.²⁷

Fora as linhas citadas até aqui, outra fatia importante da “coabitação disparatada” que se tornou o mercado de livros no Brasil, também se relaciona a aspectos da atuação do Estado autoritário nesses anos. Com o fim do “milagre econômico” em 1974, decorrência da crise do

²⁷ O tom das críticas, que viam nas ações dos órgãos estadunidenses uma forma de doutrinação política, pode ser encontrado, por exemplo, no artigo *Livro ou book?*, publicado sem autoria em 1976 no jornal *Opinião* (LIVRO, 1976, p.10), onde foi feito um relato de uma apresentação de Moniz Bandeira na Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). De acordo com o jornal, o pesquisador, bastante crítico aos acordos do MEC com as agências norte-americanas, ao analisar a entrada do capital estrangeiro no mercado editorial do país, vislumbrou como forma de evitar a desnacionalização do setor a criação de uma lei que regulamentasse esse tipo de atividade por estrangeiros, bem como o estabelecimento de ações do Estado que apoiassem o empresário nacional. Essas afirmações foram feitas tendo em vista duas constatações: primeiro, a maior presença estrangeira no “estrito” mercado de livros a partir de 1970, com a instalação de subsidiárias e associações a editoras locais por empresas como Harpe & Row, Prentice Hall e McGraw Hill Book; segundo, pelo que o autor denominou como outras formas de “influir nas atividades editoriais do país e condicioná-las aos interesses estrangeiros”, exemplificada com as ações da USIA, “que recebe dotação, consignada no orçamento federal dos Estados Unidos, da ordem de 13,6 milhões de dólares, com o objetivo de subsidiar a tradução e a publicação, em diversos países, de livros que visam a tornar os leitores sensíveis aos interesses da política externa norte-americana”.

petróleo e de fatores internos, foi iniciado o processo de desaceleração da economia, marcado pelo crescimento constante da inflação até a década de 1980. Ao mesmo tempo, inclusive como uma das consequências dessa crise, houve a intensificação gradual do questionamento à situação política imposta pelos militares, com a ampliação de movimentos em diversos setores da sociedade e o fortalecimento da oposição no âmbito do Senado e da Câmara Federal depois da expressiva votação alcançada nas eleições de 1974. Na esteira de todos esses fatores, o presidente Ernesto Geisel (1974-1978) anunciou a política de “distensão”: o lento processo de abertura controlada do regime, que significou mais liberdade para o setor dos livros especialmente a partir de 1979, já no governo Figueiredo, quando foram extintos os poderes do AI-5 e as responsabilidades da censura foram transferidas do Ministério da Justiça para o Ministério da Educação – cujo Ministro, Eduardo Portella, era declaradamente pouco afeito a ações desse tipo²⁸ (REIMÃO, 1993; HALLEWELL, 1985).

Nesse clima de insatisfação crescente, o número de obras e o interesse por autores que enfatizavam os temas do Brasil contemporâneo aumentou, ganhando destaque na área da ficção as obras “engajadas”, compostas por inúmeras alusões à conjuntura política, como *Calabar e Fazenda Modelo*, de Chico Buarque de Holanda, ou *Incidente em Antares* e *Solo de Clarineta*, da autoria de Érico Veríssimo. Entre as obras de não ficção, o mesmo teor pode ser observado ainda mais claramente. A história recente e os conflitos políticos são os temas presentes em diversos livros bem situados entre os mais vendidos, evidenciando a preocupação com os problemas e o destino do país por parte do público leitor; são exemplos das obras que fizeram parte desse grupo: *Os Militares e a Política*, de Alfred Stepan, *O Governo Kubitschek*, de Maria V. Benevides, *A Ditadura dos Cartéis*, de Kurt Rudolf Mirow, e *Depoimento*, de Carlos Lacerda (REIMÃO, 1993).

²⁸ Para o Governo Geisel, a “abertura” não significou o fim da censura sobre os livros. Ela manteve-se pouco sistematizada, proibindo uns e não outros. Hallewell (1985), ao mesmo tempo em que anota a rigidez do Ministro da Justiça Armando Falcão na área, que estendeu a censura prévia a obras publicadas no exterior e vetou das livrarias uma série de livros, relata também a presença de muitos títulos políticos editados em 1977. Isso o levou a afirmar: “A despeito da evidente cautela de Armando Falcão, pode-se perceber um relaxamento da censura ainda ao tempo de Geisel”. (HALLEWELL, 1985, p.505). Em trabalho mais recente, entretanto, Reimão (2010) fez um levantamento dos documentos que restaram da “Divisão de Censuras de Diversões Públicas” e encontrou um aumento na porcentagem de livros censurados depois de submetidos ao órgão durante esse período. Segundo a autora, entre 1970 e 1973, menos de 50% dos livros que chegaram a Divisão foram censurados, enquanto que, depois de 1975, esse número se elevou, chegando a pouco mais de 80% em alguns anos. Mesmo com esse quadro, ou até como uma das causas para ele, o início do discurso sobre a distensão, junto das questões que já citamos, deu aos editores maior confiança para publicar títulos de risco ainda nesse governo, como aponta a declaração de Caio Graco Prado na página 39 e os dados que apresentamos a seguir – o que deve ter contribuído para a percepção de Hallewell.

Para esse período, quando a publicação de obras que adotavam uma avaliação desfavorável ao governo tornou-se uma prática cada vez mais comum em determinadas casas editoriais, Flamarion Maués (2006, p.17) criou a categoria “Editoras de Oposição”:

O que caracterizava o conjunto das editoras de oposição era seu perfil e sua linha editorial claramente oposicionista, sem que isso implicasse que estas empresas tivessem necessariamente vinculações políticas explícitas. O fundamental é que elas representaram iniciativas de oposição. No entanto, muitas destas editoras, mas não a sua totalidade, mantinham vínculos estreitos com organizações políticas. E, em certos casos, algumas editoras de oposição surgidas nos anos 1970 e 1980 foram até mesmo criadas por partidos ou grupos políticos, vários deles na clandestinidade ou na semiclandestinidade. Dessa forma, as empresas que tinham vinculações com organizações políticas se caracterizavam como editoras de oposição engajadas, formando um subgrupo dentro do conjunto mais amplo das editoras de oposição.

Abrindo espaço para acadêmicos, parlamentares e, posteriormente, a ex-exilados e ex-presos políticos, essas editoras, que revitalizaram sua postura crítica ou foram criadas nos anos 70, contribuíram para o questionamento dos caminhos tomados pelo regime militar a partir de diversas posições, isto é, de setores liberais até socialistas e comunistas. Maués (2006), que estabeleceu como critério para enquadrar uma casa editorial nesse perfil o peso que os livros de oposição ocuparam no total da sua produção, listou trinta e nove editoras de oposição em funcionamento entre as décadas de 1970 e 1980 nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Belo Horizonte²⁹. Entre elas estão: Civilização Brasileira, Brasiliense, Vozes, Paz e Terra, Alfa-Ômega, Global, Brasil Debates, Ciências Humanas, Kairós, Codecri, Vega e Livramento.

Para compreensão da importância desse tipo de atuação no cenário da época, podemos tomar como exemplo o ano eleitoral de 1978. Nele, o número de livros lançados por políticos e candidatos foi expressivo, a ponto do jornal *Leia Livros* caracterizar o fenômeno como *A explosão da literatura política*. Parte da produção desse ano, composta por depoimentos, pronunciamentos, projetos, entrevistas e análises – organizadas por figuras como Eduardo Suplicy, Alberto Goldman, Ulisses Guimarães, Franco Montoro e Fernando Henrique Cardoso –, pode ser vista como uma tentativa de atingir o público, ou melhor, os eleitores, já que a falta de espaços para propaganda nas eleições tinha sido agravada a partir de 1976, quando a Lei Falcão restringiu o uso dos meios de comunicação de massa, especialmente a TV, considerada uma das culpadas pelo sucesso da oposição no pleito de 1974³⁰.

²⁹ “[...] a marca distintiva de uma editora de oposição é o fato dela ter perfil de oposição ao governo militar e ter publicado certo número de livros de oposição. Um número suficiente, na produção daquela editora, para que fique claro que tais livros representavam parcela importante da produção da empresa” (MAUÉS, 2006, p.51).

³⁰ Na resenha sobre o assunto, presente no *Leia Livros*, foram listadas as seguintes obras: *Proposta de Revolução*, de Gustavo Korte, *Caminhos de Luta*, de Alberto Goldman, *Compromisso*, de Eduardo Suplicy,

Além dos livros publicados por parlamentares e candidatos, como esses citados anteriormente, também se destacam como parte das linhas editoriais desse perfil os clássicos do pensamento de esquerda – que tinham deixado de frequentar muitos catálogos de editoras brasileiras em virtude dos riscos com o agravamento da censura em 1968³¹ –, livros-reportagem – com denúncias sobre o funcionamento do Estado –, e as memórias. É do último tipo, inclusive, *O que é isso companheiro?*, escrito pelo ex-militante político e ex-exilado Fernando Gabeira e um dos grandes *best-sellers* do ano de 1979. Publicado pela Editora Codecri, fundada pelos proprietários do jornal Pasquim, outro reduto de oposição ao governo, vendeu oitenta mil exemplares somente nos dois primeiros meses, permanecendo na lista de mais vendidos na área de não ficção do jornal *Leia Livros* de dezembro de 1979 até agosto de 1981, comprovando o interesse do mercado pela literatura de viés político e a atuação eficiente de algumas editoras para lucrar e divulgar ideias a partir desse filão³².

A crise econômica iniciada com o fim do “milagre” não atingiu o mundo dos livros somente nos tipos de publicação que circulavam no mercado. Como um negócio, apesar das suas particularidades, as editoras sofreram com as dificuldades impostas pela grave diminuição do ritmo de crescimento econômico como outras empresas até o fim dos anos 80. Assim, tornaram-se parte do cotidiano dos proprietários das casas editoriais as altas da taxa de inflação, as desvalorizações do câmbio e o crédito caro, mergulhando-os na mudança constante dos valores das matérias primas, na impossibilidade de construir planejamentos para longo prazo, na remarcação de preço dos próprios livros e na preocupação com a queda do poder aquisitivo da população. No caso do livro, como demonstrou Hallewell (1985), em decorrência do aumento mundial do preço do papel, que estava relacionado ao crescimento do consumo nos Estados Unidos, o esgotamento de madeiras e as leis antipoluição, os transtornos causados pela crise foram ainda mais intensos no seu primeiro momento. Como

Rompendo o cerco, de Ulisses Guimarães, *A luta pelas eleições*, de Franco Montoro, *A economia e a participação política dos trabalhadores*, de Antonio Rezk, *Democracia Agora*, de José Roberto Faria Lima, *A Quinta Estrela*, de Getúlio Bittencourt, *Democracia para mudar*, de Fernando Henrique Cardoso, e *Os partidos e o Regime*, organizado pelo cientista político Fábio Wanderley Reis (A EXPLOSÃO, 1978, p.11).

³¹ De acordo com Maués (2006, p.50), nomes emblemáticos do pensamento socialista, como Marx, Engels, Lênin, Trotski, Che Guevara e Mao Tsé-Tung, não tiveram a totalidade de suas obras censuradas. Mas, em um regime onde os “comunistas” foram escolhidos como inimigos perigosos, o risco e o receio de apreensão de edições com suas autorias eram altos. Isso afastou os “clássicos do pensamento socialista” das editoras brasileiras, permanecendo mais disponíveis para os leitores apenas as edições importadas, pelo menos até a primeira metade da década de 1970. “Assim, a retomada da edição desses livros no Brasil acabou por representar, no período em foco, quase sempre um posicionamento político de oposição, mais além de uma simples iniciativa editorial.”

³² Fernando Gabeira emplacou outros dois sucessos pela editora Codecri: *O crepúsculo do Macho* e *Entradas e Bandeiras* – onde continuou narrando suas experiências a partir da política e do exílio; ambos estiveram, junto com o *O que é isso companheiro*, nas listas de livros mais vendidos elaboradas pelo jornal *Leia Livros* entre abril e agosto de 1981.

exemplo desse cenário, podemos citar aqui a variação do valor de um livro com aproximadamente 250 páginas entre janeiro de 1973 e janeiro de 1975: seu preço médio saltou de Cr\$ 21,00 para Cr\$ 39,40, o que foi acompanhado, de maneira geral, da decadência dos aspectos físicos das obras, fruto da ação dos editores para diminuir o valor dos custos e assim manter a fidelidade de um público disposto a cortar seus gastos com o “lazer” para enfrentar a turbulência da economia (HALLEWELL, 1985; MAUÉS, 2006).

Tabela 6 – Livros didáticos produzidos no Brasil 1966-1980

Ano	Número de Títulos	Índice	Número de exemplares	Índice
1966	-	-	24.852.725	100
1973	1.959	100	77.431.144	312
1974	2.090	107	101.194.385	407
1975	2.868	147	68.819.328	277
1976	3.116	159	87.760.000	353
1977	3.616	187	122.550.000	493
1978	3.207	164	108.630.000	437
1979	2.491	127	134.524.768	541
1980	4.522	231	100.257.673	403

Fonte: HALLEWELL, Laurence. O Livro no Brasil. São Paulo: Edusp, 1985.

Extraído de: MAUÉS, 2006, p.40

Contudo, é preciso ressaltar que, mesmo com esses problemas, o mercado editorial manteve o ritmo de crescimento da sua produção durante os anos 70, como já demonstramos aqui por meio da tabela 4. Para isso, além da contínua diversificação dos produtos e das formas de venda, foi importante a atuação do setor dos livros escolares, responsável por uma boa fatia da produção e com o constante auxílio do Estado na compra de grandes tiragens para o atendimento de uma população crescente de estudantes (ver Tabela 6). Parte da relação do governo com essa área se fez através dos programas que resultaram da incorporação da Comissão Nacional do Livro Técnico e Didático (COLTED) ao Instituto Nacional do Livro (INL) em 1971, ano em que o Grupo Executivo da Indústria de Papel e Artes Gráficas (GEIPAG) e o Grupo Executivo da Indústria do Livro (GEIL), dois importantes programas de auxílio criados pelos militares, como demonstramos anteriormente, foram extintos. O INL, que tinha sido criado por Gustavo Capanema em 1937 e que desde 1967 trabalhava mais especificamente em coedições e distribuição de livros às bibliotecas públicas, passou a se responsabilizar também por uma série de programas destinados a facilitar a produção dos mais variados livros didáticos: o Programa do Livro Didático-Ensino Fundamental (PLIDEF), o Programa do Livro Didático-Ensino Médio (PLIDEM), o Programa do Livro Didático-Ensino Superior (PLIDES), o Programa do Livro Didático-Ensino Supletivo (PLIDESU) e o

Programa do Livro Didático-Ensino de Computação (PLIDECOM). Nesse conjunto, só o PLIDEF comprou e distribuiu durante os anos 70 mais de 120 milhões de livros para as primeiras oito séries do ensino fundamental (MAUÉS, 2006)³³.

A boa situação do setor dos didáticos e sua importante contribuição para o aspecto positivo do quadro geral, em meio à tamanha e grave crise, naturalmente, não pode ser generalizada para a trajetória de todas as casas editoriais. A falta de estabilidade, para quem trabalhava em outras frentes de produção, foi sentida mais duramente por certos editores, contribuindo para que algumas empresas tradicionais do setor, como a José Olympio e a Companhia Editora Nacional, por exemplo, passassem por graves problemas durante esses anos. Discorrendo sobre o debate relacionado à crise do livro em um editorial do jornal *Leia Livros* de 1981, Caio Graco Prado, proprietário da editora Brasiliense e do próprio jornal – dedicado exclusivamente ao mundo dos livros no país, com resenhas, listas de lançamentos, debates, entrevistas e análises do mercado –, relatou brevemente sua percepção dos anos 70, pontuando corretamente como o setor viveu esses anos, entre quedas e retomadas, numa intersecção entre aspectos da economia e da política:

Para citar apenas as “crises na crise” mais recentes, reporto-me em primeiro lugar ao período de 1974/1975 onde ao sufoco da censura se acrescentou uma crise financeira que custou a existência de algumas excelentes e das mais tradicionais editoras e livrarias. A retomada, na época em que, como hoje, faltava dinheiro e os juros subiram assustadoramente, foi em grande parte devida à abertura que ensejou a nós todos a possibilidade de publicações censuradas e/ou autocensuradas e que estavam sendo avidamente esperadas.

Chorados os mortos e curadas as feridas, incorremos em dois enganos fundamentais, o primeiro de superestimar a potencialidade de um mercado limitado que foi, de 77 a meados de 1980, submergido por uma avalanche de novos títulos (um aumento próximo a 100%) lançados sem muito critério ou discriminação e, o mais grave, não soubemos ou não quisemos interpretar os sinais de uma nova crise econômica que se delineava claramente a partir de 1978 com o fim do “milagre” e que desembocou na situação atual em que os juros ultrapassaram os 10% ao mês[...]” (GRACO, 1981, p.2)

As referências usadas por Caio Graco para essas conclusões decorrem do levantamento realizado pelo próprio jornal *Leia Livros*, denominado *Quem é quem no mercado editorial*, construído nesses anos através de listas enviadas pelas editoras ao periódico e pelas obras disponibilizadas na livraria Brasiliense. Excluindo livros vendidos em bancas de jornal e de “porta em porta”, o *Leia* demonstrou que foram editados 3045 títulos no Brasil no ano de 1978, enquanto que, em 1979, foram publicados 4485 títulos e, em 1980, o

³³ O número de obras distribuídas por ano pelo PLIDEF é o seguinte: 1971: 7.200.000; 1972: 8.000.000; 1973: 7.500.000; 1974: 7.100.000; 1975: 10.700.000; 1976: 11.200.000; 1977: 19.500.000; 1978: 18.300.000; 1979: 16.700.000; 1980: 14.500.000 (MAUÉS, 2006, p.41).

número de obras disponibilizadas ao público leitor foi de 5110 – como pode ser observado Tabela 7.

Tabela 7 – Produção de livros no Brasil em número de títulos - *Leia Livros* 1978-1987

Ano	Títulos	Índice
1978	3045	100
1979	4485	147
1980	5510	168
1981	3395	111
1982	4153	136
1983	4392	144
1984*	6105	200
1985	6696	220
1986	7650	251
1987	10232	336

Fonte: *Leia Livros*.

* A partir desse ano houve uma alteração na metodologia da pesquisa, que passou a ser construída por meio de questionários enviados às editoras, ampliando muito seu enfoque, mas prejudicando as comparações com o período anterior. Ademais, nesse ano foi deixado claro pelo jornal que os livros didáticos não faziam parte dos levantamentos, enquanto para os anos anteriores as afirmações apontam que eles foram contabilizados.

Tabela 8 – Produção de livros no Brasil em nº de títulos 1971-1985

Ano	Títulos dados SEEC	Índice	Títulos dados SNEL	Índice
1971	7.190	100	*	*
1972	7.066	98	4.025	100
1973	8.035	112	7.080	176
1974	7.312	102	8.367	208
1975	6.883	96	10.198	254
1976	11.539	160	12.271	305
1977	7.758	108	12.717	316
1978	11.822	164	12.874	320
1979	12.876	179	13.228	329
1980	*		13.267	330
1981	*		12.576	312
1982	*		12.745	317
1985	*		12.458	310

Fonte: HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1985; MICELI, Sérgio. *O papel político dos meios de comunicação de massa*. In: SOSNOWSKI, Saúl e SCHWARTZ, Jorge (orgs.). *Brasil: O trânsito da memória*. São Paulo, Edusp, 1994.

Extraído de: MAUÉS, 2006, p.42-43.

* Sem informação

Os dados do *Leia Livros*, no entanto, estão muito aquém dos números apresentados por outros órgãos, como os divulgados pelo Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL) e pelo Serviço de Estatística da Educação e Cultura – MEC (SEEC) – que, por sua vez, também se diferenciam, provavelmente em função da SEEC considerar livro as

publicações não periódicas com mais de 48 páginas e o SNEL considerar livro qualquer publicação não periódica sem fins publicitários³⁴. Não obstante, como é possível observar na Tabela 8, os dados apresentados por essas duas outras instituições, embora em proporção e períodos diferentes, não negam o crescimento no número de títulos levantado por Caio Graco durante a década, especialmente na sua segunda metade.

Nesse quadro, de crescimento da produção e de títulos, mas também de grave crise, alguns editores e livreiros marcaram uma posição bastante crítica para com as políticas de apoio do governo ao setor, demonstrando, ao questionar a postura do Estado, muitos aspectos da dinâmica do mercado de livros no país. Um bom exemplo, nesse sentido, é o artigo *Aspectos econômicos da produção editorial*, escrito por Fernando Gasparian em 1978. Nele, o proprietário da Editora Paz e Terra – que se tornou vice-presidente do SNEL entre 1982 e 1986 –, embora tenha afirmado a validade do regime de cooperação junto ao Instituto Nacional do Livro (INL), que continuava viabilizando coedições de livros fora do setor didático, auxiliando as editoras através da compra de exemplares para serem distribuídos às bibliotecas públicas, e também os escritores por repassar os direitos autorais antes do lançamento do livro, levantou o fato dos recursos serem escassos para o programa e, em especial, sua forma de ação pouco democrática, já que para obter o financiamento da instituição era necessário passar pela aprovação de uma comissão julgadora, vista pelo editor como uma forma de repressão do Estado:

Ora, no regime sob o qual vivemos, quer dele gostemos ou não, como já foi solenemente proclamado, é evidente que, mesmo que não queira, aquela comissão não pode julgar em liberdade. E não julgando em liberdade, ela cria, automaticamente, critérios discriminatórios nocivos à vida da cultura. O mal não é do plano em si, mas no fato de que, ao se associar a iniciativas editoriais, levanta o braço do sensor da criação intelectual. É inelutável (GASPARIAN, 1978, p.32).

Ainda de acordo com Fernando Gasparian, outra forma de subvenção do governo praticada durante o período Geisel, denominada Pró-livro, era mais danosa para o editor. Nesse caso, depois de ter o programa editorial aprovado pelo BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico), era aberta uma linha de crédito à empresa, cujo valor dos

³⁴ Essa falta de sintonia entre os dados do SNEL e os levantados pelo *Leia Livros* mereceu em 1981 a seguinte consideração de Caio Túlio Costa, responsável pela análise dos números do jornal: “[...] a margem de erro é mínima, não vai além de 10%, porque o *Leia* recebe os Livros e as relações semestrais de publicações da maioria das 373 editoras do país. O que permite checar, a cada seis meses, a acuidade do levantamento mensal de *Leia* que por sua vez é cotejado diariamente com as ofertas de novos livros e reedições feitas à Livraria Brasileira. Nesse sentido, a projeção que realiza o Sindicato Nacional de Editores de Livros está errada: (tendo por base o levantamento de 1979) que se lança em torno de 12 mil títulos por ano no Brasil. Mesmo se o *Leia* catalogasse todos os livros comercializados em bancas de jornais, venda de porta em porta ou mala direta este número anual de 5110 não dobraria. Em todo o caso é mais do que tempo de uma colaboração entre *Leia* e os órgãos de classe – já proposta nesse jornal mais de uma vez. [...]” (COSTA, 1981, p.21).

juros, acrescido da correção monetária, alcançava perto de 50% ao ano. Essa política, segundo o proprietário da Paz e Terra, não beneficiava nenhum empreendimento, representando, na verdade, o fim de qualquer chance para as empresas que já estavam em dificuldade e um grande risco de cair em uma profunda crise para as que não estavam, caso se deixassem “embair pelo canto de sereia do Pró-livro”.

Aprofundando-se nos meandros da comercialização do livro nesse momento, Gasparian afirmou que a solução para o incremento do setor estava justamente na diminuição do custo do dinheiro às editoras, um grande empecilho para a prática de um “preço menor para um público maior”. Segundo o editor, como a venda de livros, na maioria dos casos, se realizava com a concessão de prazos de pagamento aos livreiros, as editoras, para suprir o capital empregado, sempre recorriam aos auxílios dos bancos, que o faziam mediante a cobrança de juros altos, encarecedores dos valores dos livros. Nessa conjuntura, os livreiros, que trabalhavam com prazos de sessenta ou no máximo noventa dias, evitando maiores riscos, especialmente para não usar o próprio capital e também ter que recorrer ao financiamento dos bancos, adotavam uma política de compra segura, isto é, de livros que fossem vendidos antes do fim do prazo dado pelo editor – “Assim, mesmo que julguem que um livro vai ter procura e que poderá vender, digamos, cinquenta exemplares de determinado título em seis meses, eles pedem apenas três exemplares, ou cinco no máximo [...]”. Para Gasparian, essa era “[...] a razão pela qual as livrarias procuram comprar *best-sellers* – em geral de pouco valor cultural – pois a propaganda e a procura concentrada não a obrigará imobilizar seu capital no estoque de livros de baixa rotatividade”, gerando pouca disponibilidade de títulos aos leitores, já que o livro permanecia na editora e não na livraria:

É muito comum um leitor procurar nas livrarias um título editado e não encontrá-lo, não porque esteja esgotado, pois, muitas vezes, grande parte da edição se encontra ainda na editora. Se os juros fossem no Brasil como são nos países industrializados de oito por cento ao ano e se as editoras dessem de prazo aos livreiros 180 dias para pagarem suas compras, ao invés de sessenta dias, o custo seria de quatro por cento, metade, portanto, do que é atualmente no Brasil. E o livreiro poderia comprar quantidades maiores, mesmo de títulos que ele julga de venda mais lenta, não mais acontecendo o que se verifica hoje, isto é, livrarias que compram duas ou três vezes no mesmo dia um título recém-lançado (três exemplares de cada vez), por estarem com receio de ficar com estoque de livros de venda mais lenta (GASPARIAN, 1978, p.32).

Falta mais grave do que a ausência dos títulos em estoque, era a pequena quantidade de livrarias no país, ponto constatado por Gasparian e muitos outros homens do setor desde Monteiro Lobato. Atento a esse universo e às causas da sua pequena extensão, o editor da Paz e Terra defendeu também uma política de auxílio vinculada exclusivamente aos livreiros,

levantando a necessidade de reverter o caráter pouco lucrativo do negócio para multiplicá-lo³⁵. Para tanto, a seu ver, era preciso reduzir o custo de um estabelecimento do tipo, o que poderia ser feito através de uma política de financiamento para a área que incentivasse a compra dos espaços onde estavam implantadas as lojas, de modo a evitar os exorbitantes valores de aluguel. Medidas desse tipo, que contribuiriam para atender uma “demanda contida pela imperfeita distribuição de livros no país”, segundo Gasparian, não significavam novidade, já que práticas similares existiam para “tratores e implementos agrícolas”, faltando ao governo somente “[...] se convencer de que livro é tão importante quanto batata, cebola, arroz, milho etc. Mata a fome do espírito, que só os animais não sentem” (GASPARIAN, 1978, p.32).

A falta de crédito às livrarias, mas fora da aplicação nos imóveis, também foi vista como uma grande dificuldade para quem estava mais diretamente vinculado a esse ramo do comércio de livros, como Oswaldo Siciliano, proprietário de uma das maiores redes de livrarias no país, a rede de Livrarias Siciliano. O empresário, que vendia “uma média de 180 mil exemplares por mês” em suas vinte lojas, numa entrevista concedida ao *Leia Livros* em 1980, apontou que a situação, mesmo com o visível crescimento no número de consumidores – o que, teoricamente, abria boas possibilidades aos negócios – não era simples para os livreiros. De acordo com Siciliano, o recente aumento no número de títulos publicados pelas editoras obrigava o proprietário de uma livraria a investir muito mais capital no negócio para conseguir ter uma loja “completa”, algo inviável naqueles anos, já que não existia para o setor “uma linha de crédito especial tanto da rede particular quanto da rede oficial de bancos”. Sem essa ferramenta fundamental para trabalhar com um produto de retorno lento, como era o caso do livro, a formação do estoque necessário nas lojas não ocorria, resultando numa rede precária de distribuição para indústria editorial (COSTA, 1980, p.31).

Para outros livreiros, entretanto, os problemas iam além dos créditos e dos valores dos aluguéis, possuindo vínculos não só com as políticas do Estado, mas também com as práticas desenvolvidas pelos próprios editores. Isso é o que revela a criação, em fins de 1977, da Associação Nacional das Livrarias, planejada como um espaço de defesa das proposições do grupo, visto que as ações desenvolvidas pela Câmara Brasileira do Livro (CBL), criada em 1947 para desenvolver medidas para o incremento da produção e regulamentar as relações

³⁵ Gasparian afirmou que existiam em funcionamento no Brasil apenas trezentas livrarias, embora não tenha citado nenhum tipo de referência de onde possa ter vindo esse dado. Seu estarrecimento é maior quando constata a inexistência de livrarias na capital do Maranhão: “E chegamos ao luxo de ver uma cidade como São Luís do Maranhão – hoje centro universitário em expansão – não dispor de uma só livraria. Como pode uma capital de antigas tradições culturais onde, por isso mesmo, foi implantada uma Universidade, não ter uma única livraria? No entanto, pode” (GASPARIAN, 1978, p.32).

entre editores, distribuidores e livreiros, não contemplaram interesses importantes do setor. Entre seus mais destacados membros, existia certo consenso de que as dificuldades enfrentadas em função da crise iniciada em 1974 tinham agravantes estabelecidos pelas ações dos editores no mercado, especialmente no filão dos livros escolares. Nas palavras de Caia Campos Cezar (1980, p.34), diretora da ANL, ou de Ênio Guazelli (1980, p.25), secretário da instituição e ex-presidente da CBL, o fato das escolas particulares, através de negociações exclusivas com as editoras, venderem os livros diretamente para os alunos, retirava a participação das livrarias de um ponto fundamental do comércio dos livros, contribuindo para derrocada de muitas empresas. Para Caia Cezar, os efeitos dessa prática eram ainda mais graves, na medida em que impediam os livreiros de colher os frutos da presença dos estudantes nos seus estabelecimentos, isto é, não permitiam o desenvolvimento do gosto pela leitura e da cultura da escolha, pelo contrário, cimentavam a ideia nas gerações mais jovens de que livros só deveriam ser consumidos por obrigação e que não tinham nenhuma relação com prazer e diversão.

Esse quadro, que não era coibido pelo poder público, e por isso Caia Cézar depositou sua esperança na elaboração de uma nova constituição que regulasse as relações entre as duas partes, era agravado pela atuação do Estado, em parceria com algumas editoras, na esfera das escolas públicas. Para a diretora do grupo de livreiros, a prática da distribuição gratuita de milhares de livros didáticos pelo governo, que também excluía as livrarias do circuito, não servia de estímulo à leitura e ao mercado de livros no país. Pelo contrário, o uso do dinheiro público apenas contribuía para o enriquecimento de parte do setor editorial e para a difusão de obras com conteúdos racistas, tradicionalistas e defensoras das políticas levadas a cabo pelo governo, como podemos depreender desses trechos:

Quero morrer de rir com livros de história pras crianças, onde preto tem lugar de preto e branco tem lugar de branco e onde lugar de mulher é na cozinha, rainha do lar. Quero morrer de rir com os livros didáticos do primeiro grau sendo jogados no rio atrás da escolinha no interior de Pernambuco porque fala de metrô e ninguém lá sabe explicar o que é isto: nem as professoras nem as crianças. Quero dar muita risada quando enxergar na televisão os livros que o governo dá de presente pras crianças pobres do Brasil sendo queimados na praça, no dia de São João: festa é festa (CÉZAR, 1980, p.34).

Vale ressaltar que essas afirmações dos proprietários de livrarias tinham contrapartida entre os editores, que não deixaram de lançar seu olhar sobre o que consideravam ser as falhas nas práticas dos livreiros, numa espécie de embate entre os dois setores para encontrar os culpados pelas deficiências do comércio de livros no país. Algumas afirmações de Gasparian, citadas anteriormente, apontam nesse sentido, afinal, contribuía para a falta de estoque nas

livrarias, segundo o editor, a adoção, por parte dos livreiros, de uma política de compra pouco agressiva, que evitava o uso do próprio capital, enquanto as editoras se sacrificavam junto aos bancos para lançar no mercado novos títulos e, muitas vezes, servir como uma espécie de “depósito” das livrarias. Esse é, inclusive, um dos aspectos da visão demonstrada por outros editores e que Caia Cezar procurou desbancar no texto que citamos para as afirmações acima. Para a presidente da ANL, o juízo feito pelos editores sobre os livreiros era composto pela imagem de que o grupo tinha uma péssima atuação como comerciante, faltando-lhe a agressividade e a violência do espírito dos vendedores de automóveis, somada a muita incompetência, por não entenderem do produto que vendiam, muito menos das novidades do mercado e das técnicas de marketing, o que lembra a crítica do grupo dos “modernos” e “progressistas” levantada pelo ex-diretor da Editora Abril, Pedro Paulo Poppovic (1978), ao discutir o lugar correto para se vender livros no país.

A fragilização da posição dos livreiros frente outras formas muito mais lucrativas de comercialização dos livros, como as bancas de jornal, os livros escolares e as malas diretas, percebida com indignação por Caia Cezar e confirmada por outros sujeitos da indústria editorial no país, acabou contribuindo para que também surgissem mudanças nos padrões das lojas de livros³⁶. Assim como para as editoras, houve, por parte dos livreiros, a necessidade de encontrar e se adaptar a determinados nichos de consumidores, cada vez mais variados durante a próxima década. Além da entrega em domicílio, o treinamento de funcionários e a venda de outros tipos de produtos para garantir mais comodidade ao cliente, que de tão importantes se tornaram objeto de debate no XI Congresso de Editores e Livreiros, realizado em 1980 pela Câmara Brasileira do Livro com o sugestivo tema *Problemas de Marketing e da Comercialização do livro no Brasil*, é possível identificar, por exemplo, o surgimento das “locadoras de livros”, uma opção para que o cliente de baixo poder aquisitivo pudesse, por um custo mínimo, ter a sua disposição um grande número de títulos – nesse caso, o livreiro com pouco capital também se beneficiava, já que, num esquema de locação, onde uma obra circulava por vários clientes, o investimento na quantidade de exemplares de um mesmo livro

³⁶ Essa visão era compartilhada por outros agentes da indústria editorial, como mostrou, em 1980, Caio Túlio Costa, jornalista responsável pelas principais matérias do *Leia Livros* relacionadas ao mercado editorial. Depois de uma série de entrevistas com editores, livreiros e também distribuidores sobre os problemas do setor no país, Costa escreveu um quadro intitulado *Anatomia do mercado editorial brasileiro*, onde dividiu as atividades em quatro filões: primeiro, as publicações vendidas em bancas de jornal, compostas por revistas, jornais, fascículos e livros editados em grande escala; segundo, o mercado de livros didáticos, “enorme e rentável”, onde o governo compra muitos exemplares e “às livrarias sequer chega o cheiro destes livros”; o terceiro, as edições vendidas de porta em porta e por mala direta, como as bíblias e enciclopédias; e, por último, o mercado das tradicionais livrarias, “primo pobre dos outros três pois não existem quinhentas livrarias no país inteiro” e, caso fossem contados outros locais de venda, como papelarias e farmácias, não se catalogava mais que mil e setecentos pontos de venda (COSTA, 1980, p.31).

podia ser menor. Por outro lado, é também desse momento o afastamento das livrarias do centro da cidade, passando a ocupar bairros nobres e de classe média alta para atender com sofisticação um público capaz de adquirir obras dos mais variados preços, “verdadeiras boutiques de livros” (SALGADO, 1994, p.164; GRACO, 1981, p.2).

Essa trajetória das editoras e livrarias brasileiras em direção à variedade e especialização, com um trabalho cada vez mais pautado em peritos e não na formação genérica, principalmente nos grandes empreendimentos, foi um fator fundamental para assegurar a sobrevivência de muitas empresas durante a interminável crise econômica. Agravada no início da década de 1980, ela deu ainda mais fôlego aos problemas enfrentados pelos empresários – de livreiros a editores –, chegando a substituir o crescimento que acompanhava a área já há alguns anos por um decréscimo da produção (ver Tabela 7 e Tabela 8)³⁷. Em momentos críticos como esse, quando medidas erradas tinham um preço ainda maior, podendo até custar a vida dos negócios, a utilização de pesquisas, campanhas publicitárias e de visuais particulares serviram para informar aos editores e livreiros dos riscos e das probabilidades do sucesso de um livro, auxiliando na escolha do caminho seguro para acertar em cheio o leitor. Como apontou Oscar Neves, segundo o *Leia Livros* “um dublê de sociólogo e administrador de empresas” responsável pela Editora Globo desde 1982, essa percepção tornou-se concreta e fundamental para a permanência em um mercado cada vez mais competitivo:

O mercado brasileiro apresenta uma ocupação inédita e crescente. Hoje já não existem grandes flancos e, por isso, cada lançamento deve ser rigorosamente estudado. Há cerca de 15 editoras trabalhando com seriedade. Errar pode custar muito caro. [...] Estamos no caminho buscando uma caracterização cada vez mais nítida de nossa linha, perceptível tanto nas ilustrações de capa, qualidade de texto, como na eficiência da distribuição. (NEVES, 1988, p.28)

Também é significativa para a compreensão de como a área foi afetada pela crise, tanto na diminuição da sua produção como na racionalização das medidas tomadas por algumas empresas para compreender e superar a situação, as declarações do representante da Editora Nova Cultural – originada da Editora Abril –, Roberto Silveira, que foram registradas em mais uma das reportagens sobre o mercado editorial do *Leia Livros*:

Roberto Silveira, da Nova Cultural, cujos principais produtos são fascículos e livros vendidos em bancas, explica que, ao fazer um lançamento, sua editora realiza uma pesquisa sobre a resistência à compra, que invariavelmente revelava que o principal

³⁷ Para Hallewell (1987, p.48), um dos resultados dessa longa hostilidade do mercado foi a “fuga” de algumas multinacionais do país por não saberem “tirar lucros em condições financeiras tão alheias à sua experiência nos países do Norte”.

motivo pelo qual um eventual comprador não se engajava numa coleção era que não sabia quanto a série terminaria custando. Outra pesquisa, normalmente realizada durante a publicação da série, procura descobrir os motivos das desistências, e aí a razão era quase sempre que os consumidores não tinham condições de continuar pagando o preço crescente. “Para quem vive da comercialização de produtos de massa, uma economia forte e estável é um paraíso.” (CORREA, 1986, p.18)

É importante destacar que o otimismo presente nas últimas afirmações do representante da Nova Cultural está inserido num momento em que a gravidade do cenário do início dos anos 80 tinha sido interrompida. Em 1986, com efeitos até 1987, observa-se uma melhoria significativa nos números da produção de livros, diretamente relacionada ao Plano Cruzado e seu programa de estabilização dos preços – o principal causador desse novo *boom* na indústria editorial, que elevou o número médio das tiragens de importantes casas editoriais em mais de 50% se colocarmos como base o ano de 1984 (ver Tabela 9). De modo geral, assim como para Silveira, pairou entre os editores nesse momento uma grande confiança com a possibilidade de planejamento a longo prazo e com o aumento do consumo, já que o plano sinalizava com o fim de uma inflação que subiu de 80% para quase 230% entre 1980 e 1985, mas que teve pouca duração, com a volta dos percalços já em 1987 e ainda mais em 1988.

Tabela 9 – Produção de livros no Brasil em nº de títulos e nº de tiragens *Leia Livros* – 1984 -1987

Ano	Títulos	Índice	Tiragem	Índice
1984	6105	100	5925	100
1985	6696	109	4500	76
1986	7650	125	7300	123
1987	10232	167	9236	156

Fonte: Leia Livros.

Entre as editoras que conseguiram cumprir as exigências do período e se destacar como uma das grandes produtoras de livros no Brasil está a Record, empresa que contou com o maior número de edições por ano durante toda década de 80 e que emplacou inúmeras obras nas listas dos títulos mais vendidos³⁸. Contou para que assumisse essa posição de liderança a compra dos direitos de grandes autores nacionais, como Jorge Amado, Graciliano Ramos e Fernando Sabino, o que pode ser definido como uma atuação na área do “gosto preestabelecido, da cultura legitimada e indiscutida” (SORÁ, 1997), aliada a um grande esquema de publicidade, que teve desde propagandas com faixas em aviões circulando pelas

³⁸ De acordo com levantamento de Fico e Polito (1992, p.119) a Record teve o seguinte número de edições por ano: 1980: 394; 1981: 502; 1982: 582; 1983: 555; 1984: 565; 1985: 466; 1986: 589; 1987: 820; 1988: 430; 1989: 481.

praias cariocas, até vendas baratas para que lojas de *shopping centers* pudessem distribuir livros gratuitamente aos seus clientes. (HALLEWELL, 1985, p.558). Ademais, a editora procurou, durante esse período, investir em outros canais de venda, como as bancas de jornal³⁹, e na diversificação dos seus títulos, colocando ao lado da linha dos *best-sellers* de ficção nacionais e estrangeiros os livros infantis, os didáticos, os paradidáticos e os que seu diretor editorial denominou de “livros de informação” – como *A cura popular pela comida* e *Como administrar seu dinheiro*. Segundo o próprio diretor, Sérgio Flaksman, a diversidade do catálogo refletia uma “realidade de mercado, de onde se depreende que há consumidor para cada uma dessas faixas, embora não se tenha um perfil dele”. Esses leitores, cujos contornos existiam, mas que apareciam pouco definidos para Flaksman, eram considerados com edições aprovadas pelo tradicional “feeling” de um conselho editorial informal, composto pela própria diretoria, mas que tinha como voz de maior peso a do proprietário Alfredo Machado, um homem que contava para os livros estrangeiros, segundo o diretor editorial, com “uma rede de contatos internacionais importantíssima para a definição do que vai ser publicado. [...]” (SERRA, 1986, p.29)

Outra editora que merece destaque nesses anos, sobretudo por ter se fixado com sucesso em uma determinada faixa de leitor e com uma atuação diferente da Record, é a Brasiliense. Fundada em 1943 pelo historiador Caio Prado Junior, o militante comunista Artur Neves e o escritor Leandro Dupré, mas com Caio Graco Prado, filho de Caio Prado, à sua frente desde meados dos anos 70, a editora teve sua fase áurea iniciada na década de 1980, quando em três anos publicou mais do que em toda a sua existência. Muito desse sucesso foi alcançado pela percepção do editor da existência de um leitor jovem insatisfeito com aquilo que o mercado lhe oferecia, o que o motivou buscar uma alternativa aos livros tradicionais, dedicando-se a um “novo esquema de produção, estilização e percepção do livro” – podendo, por isso, ser colocado como um agente do pólo de produção cultural (SORÁ, 1997). Nesse movimento, e inspirando-se na célebre coleção francesa *Que sais je?*, Caio Graco lançou a *Coleção Primeiros Passos*, composta por livros de bolso com abordagens introdutórias de assuntos que passaram por temas como rock, candomblé, psicanálise e economia (PAIXÃO, 1996). Como mostra o relato do próprio editor, a particularidade de seu empreendimento estava na capacidade de falar a língua do seu público alvo, “o brasileiro”:

³⁹ Nas bancas de jornal a Record trabalhou a série *Supersellers*, composta por livros de baixo custo e com qualidade. Só do primeiro título da série, *Tocaia Grande*, de Jorge Amado, a tiragem inicial foi de 200 mil exemplares e cobriu quase todo o Brasil, permanecendo fora apenas a região Sul.

Até a entrada da *Primeiros Passos* no mercado, o público jovem era considerado um consumidor de livro didático. A coleção mudou isso. “A Academia Brasileira de Letras é onde se fala o português, mas fora desse círculo ninguém fala o português, mas o brasileiro. Nessa coleção se fala o brasileiro. Portanto ela não foi feita para o acadêmico ler”, explica o diretor da Brasiliense. “Cada autor dá a sua visão pessoal do assunto tratado. E todo mundo pode contestar, até escrevendo uma “segunda visão”, Por exemplo: na coleção há dois títulos com o mesmo assunto, apenas com visões diferentes, um sobre espiritismo outro sobre psicanálise. Cada livro é um verbete, que formará uma espécie de enciclopédia aberta” (CHINEM, 1986, p.18).

Com uma leitura rápida, fácil e a promessa de polêmica, a coleção tornou-se uma boa opção para muitos jovens, um público situado entre os 16 e 27 anos – identificado através da pesquisa inserida em uma revista distribuída gratuitamente para quem comprava livros da editora. Nesse filão, os universitários, que estavam em peso no mercado à procura de obras de referência, tiveram uma participação significativa para o seu sucesso, contribuindo para que a Editora Brasiliense vendesse 3,5 milhões de exemplares entre 1980, quando foi lançado o primeiro número – *O que é socialismo?*, de Arnaldo Spindel – e 1986, quando já estavam no mercado 166 títulos (CHINEM, 1986, p.18)⁴⁰.

Ao lado da *Primeiros Passos*, que também marcou a sua presença nas bancas de jornal, a Brasiliense ampliou a sua ação no mercado com outras coleções, a maioria no formato livro de bolso e, como a primogênita, donas de grandes públicos⁴¹. O sucesso dos empreendimentos não deixou de despertar projetos similares em outras editoras, como é o caso da coleção *Princípio e Fundamentos* da Editora Ática, uma linha com obras pequenas, em média 90 páginas, voltada para o público universitário e que em menos de um ano de mercado lançou 70 títulos. Para a Ática, vale destacar, a viabilidade desse tipo de livro, que tinha como outro atrativo os preços baixos, também se deu como uma forma de concorrer com as apostilas e as cópias indiscriminadas dos livros, já nesse momento um grande fantasma para as editoras brasileiras. Vera Hoexter Esaú, identificada como gerente da Ática, num tom bem menos revolucionário do que o do editor da Brasiliense, afirmou que os títulos publicados pela série eram “livros didáticos de terceiro grau”, mas que, pelos assuntos tratados, podiam sempre atingir um público mais amplo (CHINEM, 1986, p.18).

⁴⁰ De acordo com uma pesquisa realizada pela Brasiliense junto às livrarias, chegou-se a conclusão de que os universitários representavam 69, 2% dos compradores da *Primeiros Passos*.

⁴¹ A entrada da *Primeiros Passos* nas bancas de jornal foi feita através de uma associação entre a Editora Abril e a Brasiliense em 1984. Enquanto a primeira ficou responsável pela produção, comercialização e divulgação dos livros, Caio Graco, pela notoriedade que a linha já havia alcançado, recebia uma porcentagem em direitos autorais do que era vendido. Entre as coleções que compuseram o catálogo de sucesso da Brasiliense nesses anos estavam: a *Coleção Tudo é História*, com textos informativos de diversas tendências historiográficas, a *Cantadas Literárias*, também voltada para o público jovem, onde foi revelado Marcelo Rubens Paiva com o seu *Feliz Ano Velho*, um dos maiores sucessos de venda dos anos 80, a *Circo das Letras*, com traduções de autores da contracultura, como Charles Bukowski, John Fante e a Geração Beat, e a *Encanto Radical*, com biografias curtas de personalidades como John Lennon ou Noel Rosa – todas símbolos de inovação (ROLLEMBERG, 2008).

Nas listas de livros mais vendidos dos anos 80 – esses termômetros que apresentam alguns sintomas indicativos do que se lê em termos de escolhas voluntárias (REIMÃO, 1991) –, tanto a Record quanto a Brasiliense, bem como outros empreendimentos que se consolidaram nesses anos com políticas editoriais procurando atingir grandes faixas do público, apesar do teor distinto das publicações, colocaram seus livros em boas posições. Apresentando maior diversidade especialmente até 1985, marcaram presença nessas pesquisas, normalmente mais restritas ao universo das livrarias, desde autores e temas que continuavam as reflexões sobre os impasses do processo de abertura, como o questionamento das políticas dos militares, dos rumos da economia e outros temas candentes para o momento, até os chamados livros de “auto-ajuda” – aqueles que, como definiu Fernando Paixão (1996, p.186), procuravam servir como guia “neste mundo prosaico, materialista e competitivo”.

Um quadro bastante elucidativo para percepção do que foram as linhas mais consumidas entre 1980 e 1988 foi feito por Sandra Reimão (1991) através das listas anuais elaboradas pelo jornal *Leia Livros*. Para a autora, na área de não ficção, despontaram nesses anos com uma porcentagem muito próxima três grandes tendências nas livrarias: em primeiro lugar, obras com temas sobre sexo, educação, psicologia e/ou feminismo; em segundo, memórias, biografias e autobiografias; e, por fim, política e/ou economia atual e recente (ver Tabela 10).

Tabela 10 – Assuntos entre os títulos mais vendidos (1980-1988)

Assunto	Porcentagem
1. Sexo, educação, psicologia e/ou feminismo	32%
2. Memórias, biografias e autobiografias	30%
3. Política e/ou economia atual e recente.	28,8%
4. Saúde e/ou alimentação	6,6%
5. Divulgação científica	5,5%
6. Relatos de Viagem	4,4%
7. Outros	3,3%

Fonte: Leia Livros.

Extraído de: REIMÃO, 1991, p.56

São exemplares na composição desse quadro as presenças da filósofa Marilena Chauí e o seu *O que é ideologia?* da *Coleção Primeiros Passos*, que alcançou a marca de 200 mil exemplares vendidos em três anos, ou de José Carlos de Assis e o seu *Mandarins da República* (Paz e Terra, 1984) com uma série de denúncias sobre corrupção na administração dos militares, ou ainda a continuidade de Fernando Gabeira e suas memórias de ex-exilado já citadas aqui. De outro lugar, aparecem livros como *O complexo de Cinderela*

(Melhoramentos, 1984), onde a psicóloga e jornalista Collete Dowling refletiu sobre o comportamento das mulheres e os seus sonhos para encontrar o homem ideal, ou *A Dieta de Beverly Hills*, sucesso de vendas de Judy Mazel pela Record, com métodos eficazes utilizados no mundo todo para o emagrecimento, e de autoria da brasileira Marta Suplicy os livros *Conversando sobre sexo* (Brasiliense, 1983), *A condição da mulher* (Círculo do Livro, 1984) e *De Mariazinha a Maria* (Vozes, 1985), demonstrando a força da linha psicológica com seus manuais para a sexualidade e conselhos para a vida amorosa, desdobrada posteriormente em muitos títulos e autores com receitas para o sucesso entre os amigos e na vida profissional (REIMÃO, 1991; PAIXÃO, 1996).

Gráfico 1 – Presença de textos de autores brasileiros nas listas anuais dos dez títulos mais vendidos do ano

Fonte: Leia Livros

Extraído de: REIMÃO, 1991, p.56

Nas listas que analisou, Reimão (1991) também identificou outro movimento significativo do mercado editorial no período. É possível observar pelo seu levantamento que na área da não ficção houve um leve domínio de autores nacionais até 1986 e na área da ficção um crescimento da presença dos brasileiros com um pico em 1985 (ver Gráfico 1). Como definiu a própria autora, a atração que alguns temas levantados por autores nacionais despertavam no público desde a década anterior, inflada pelas campanhas das “diretas já”, o otimismo com a perspectiva cada vez mais concreta do fim da ditadura militar e a necessidade de informações sobre os problemas da economia, está na origem da importância adquirida pelos seus títulos nesses anos⁴². Por outro lado, a presença decrescente dos estrangeiros nas listas durante a primeira metade da década, especialmente entre os livros de ficção, quando a

⁴² Isso contribuiu para o sucesso de livros como *Viva o povo brasileiro* de João Ubaldo Ribeiro, *Tocaia Grande* de Jorge Amado, *Olga* de Fernando Morais e *Brasil nunca mais* de Dom Paulo Evaristo Arns.

crise econômica tinha atingido bruscamente todo o setor, também pode ser relacionada ao que observou Mário Fittipaldi sobre a compra dos direitos autorais de livros de outros países. Para o presidente da Câmara Brasileira do Livro, como não havia a prática de pagar adiantamentos aos autores nacionais e os seus contratos não sofriam com as duras variações do dólar, o mercado presenciou a diminuição da publicação de *best-sellers* estrangeiros de grandes tiragens e, conseqüentemente, um aumento na edição de autores brasileiros com tiragens menores (BIEHLER, 1985, p.21).

Com a retomada do crescimento na produção de livros em 1986, junto de mudanças no panorama econômico e político com a implantação do Plano Cruzado pelo primeiro presidente civil desde 1964, a posição dos brasileiros entre os mais vendidos foi alterada. Os grandes *best-sellers* estrangeiros, que já vinham com a garantia de acesso a informações, campanhas publicitárias e, principalmente, com autores badalados pela imprensa, aumentaram seu domínio na área de ficção e de não ficção, como indicam os levantamentos anuais do *Leia Livros* em 1987 e 1988⁴³ (ver Gráfico 1). Esse quadro tem relação com o que Sandra Reimão (1991) afirmou sobre os elementos que contribuem para o sucesso de um livro no Brasil. De acordo com a autora, as vendas dependem, em muitos casos, de fatores externos a própria obra, isto é, a popularidade do escritor e a propaganda em jornais, revistas e televisão têm grande peso para a maior aceitação do público, ao lado, evidentemente, da importância dos elementos internos, como o assunto, o enredo e as formas de narrativa. Nesse sentido, o movimento detectado entre os mais vendidos favorecendo os estrangeiros depois de 1985 tem que ser pensado como um resultado de grandes investimentos das casas editoriais em torno da divulgação dos autores e obras de renome internacional, mas também como fruto do arrefecimento de todo um processo de crítica e contestação da situação do país que foi intensificado depois 1974 e que pairou no mundo editorial influenciando a produção e consumo⁴⁴. Em outras palavras, podemos afirmar que os livros de autores brasileiros, mais propícios a tematizarem o Brasil e suas questões, perderam um pouco do seu espaço para os grandes sucessos estrangeiros de esoterismo, biografias com relatos de superação, dicas para o corpo e as linhas de psicologia voltadas para os aconselhamentos de todo tipo – soluções

⁴³ Ainda em 1975, o escritor Paulo Rangel, em entrevista ao jornal *Opinião*, relatando as dificuldades para publicar um livro, fez a seguinte consideração sobre a relação entre os editores brasileiros e os *best-sellers* estrangeiros: “O *best seller* estrangeiro já vem precedido, como se sabe, de informações, *press-releases*, telefotos, escândalos promocionais, filme” (RANGEL, 1975, p.22).

⁴⁴ Alguns sucessos brasileiros também tiveram as vendas motivadas pela notoriedade do autor, seja como apresentador de um programa de grande audiência na televisão, caso de Marta Suplicy, seja pelo espaço em jornais de grande circulação como colunistas e repórteres, casos de Fernando Sabino e Luís Fernando Veríssimo na área de ficção e de José Carlos de Assis na linha da não ficção.

rápidas, fonte de fruição e esperança para leitores frente uma crise econômica que parecia não ter fim, apesar da maior liberdade que a sociedade estava experimentando⁴⁵.

Embora limitadas a certa faixa do público leitor e de editoras, as listas dos mais vendidos nos ajudam a concluir que, ao final da década de 1980, a indústria editorial brasileira, apesar dos muitos problemas que enfrentava já há alguns anos com os deslizes da economia e com questões mais estruturais, estava bastante ativa e com cada casa editorial procurando adequar sua trajetória para atender as necessidades que observava no público. Como assinalam as declarações de Mário Fittipaldi em 1985, então presidente da Câmara Brasileira de Livros, nesses anos os passos foram mais largos em direção a “modernização” da figura do editor e do livreiro⁴⁶. Na rotina do novo perfil que se consolidava, o “executivo do livro”, ao lado de antigas práticas dos editores, pois, como afirmou o próprio Fittipaldi ao questionar a funcionalidade das pesquisas de mercado, “o clássico *feeling*, aquilo que a gente chama de nariz de editor é insubstituível” (BIEHLER, 1985)⁴⁷, entrou a preocupação com uma “administração mais objetiva e arrojada” (PAIXÃO, 1996), atenta à descoberta de novos autores com a ajuda do *scout*, um farejador do mercado internacional na busca de bons lançamentos, ou de sucessos garantidos com os trabalhos do *packager*, responsável por rastrear espaços no mercado e “inventar” livros para supri-los (NEVES, 1988, p.28), bem como com os elementos visuais das obras, o que acabou causando uma reversão de certas atitudes tomadas no início da crise na década anterior – os avanços tecnológicos e a presença de especialistas na produção dos livros sofisticaram capas, ilustrações e a qualidade gráfica; como afirmaram Fico e Polito na introdução de um texto sobre os aspectos da produção do livro no Brasil:

⁴⁵ Ao discutir a ideia de obra-prima e *best-seller*, Beth Brait fez uma afirmação nesse sentido: “Ivan Ângelo, Márcio Souza, Fernando Gabeira e outros corresponderam exatamente ao conceito de best-seller: fizeram uma obra sazonal, de estação temporária e em perfeita sintonia com as necessidades do público. Tanto isso é verdade que as obras seguintes, dos mesmos autores, não alcançaram o mesmo sucesso, foram decaindo de vendagem, uma vez que repetiam a mesma receita anterior, sem acompanhar a evolução do momento histórico que, com os ares da abertura, delegou aos meios de comunicação de massa a função de divulgar esses conteúdos” (1986, p.31).

⁴⁶ Polemizando, Fittipaldi opõe à figura tradicional de editor e livreiro – exemplificado por ele em José Olympio, sujeito amante da leitura, amigo dos escritores, reconhecido por sua contribuição a cultura nacional, “mas que tem a empresa afundada em dívidas” –, o sujeito com “uma mentalidade mais empresarial”, que assumiu “o lucro como uma necessidade e não mais como uma vergonha” (BIEHLER, 1985, p.21).

⁴⁷ Caio Graco Prado, editor da Brasiliense responsável por grandes inovações nessa década, como vimos, também afirmou a importância do que Fittipaldi chamou de *feeling*, mas com uma referência a tarefa do editor como algo “pessoal”, distante, em algumas ocasiões, de muita objetividade na tomada de alguma decisão: “Acho que editar é um risco, um jogo e uma aventura. É o resultado de um acúmulo de experiências, não definido nem quantificado. É sobretudo, uma atividade extremamente pessoal. Por exemplo, num dia qualquer, um editor pode recusar um original excelente simplesmente porque estava de mau humor. Essa é uma responsabilidade que temos de assumir enquanto editores: a de que a editoração é uma atividade inevitavelmente pessoal. A não ser, é claro, que se trate de editoração de livros técnicos, livros de ensaio específico, onde as considerações de mercado são mais fortes” (GRACO, 1987, p.105-106).

Quem quer tenha frequentado com assiduidade as livrarias dos principais centros urbanos do país, durante os anos 80, certamente não deixaria de constatar que alguma coisa mudou nesse período. As edições se tornaram mais cuidadas, artistas plásticos importantes foram convidados a conceber as capas de certos livros e os padrões gráficos em geral se sofisticaram. Por outro lado, uma demanda mais exigente também colaborou para o aumento das traduções e da diversificação de opções de leitura (FICO E POLITO, 1992, p.117).

Como aponta a declaração dos historiadores, deve-se perceber que as transformações que envolveram o mundo editorial nesses anos têm uma relação significativa com as mudanças inerentes ao próprio público consumidor, parte de um processo muito mais amplo e que exigiu dos responsáveis por comercializar o livro uma resposta. Ao leitor mais experiente, alguns formados pelo aumento da alfabetização e da escolaridade depois de 1960, como bem pontuou Fernando Paixão, as décadas de 1970 e 1980 somaram continuamente muitas caras novas no mercado: jovens, adolescentes, crianças na escola, crianças na pré-escola, “jovens de terceira idade”, pessoas de diferentes identidades sexuais e de diferentes crenças – “do ocultismo à renovação carismática passando pela astrologia e as mais variadas concepções místicas”. Para se manterem ou se inserirem nesses contextos, as editoras e livrarias, como todos os envolvidos com os produtos culturais, das emissoras de rádio aos canais de televisão, procuraram fazer do livro um produto cada vez mais especializado, pronto para saciar todos os desejos “desses grupos que, no mundo inteiro, expressavam suas particularidades e optavam pelo consumo de mercadorias destinadas a seu perfil” (PAIXÃO, 1996, p.178).

Nesse quadro, entre as empresas culturais, é importante destacar, foi perdendo força o modelo de editor como “agente engajado”, aquele que, como definiu Sorá (1997, p.171), era marcado pelas “posições intelectuais e políticas declaradas”, com uma atuação explícita e assídua “como prefaciadores, conselheiros editoriais e diretores de revistas, participando de debates e atos culturais”. Um grupo composto por nomes como Ênio Silveira, Zahar e Jacob Guinsburg, que “acompanhando a legitimação do saber universitário” mobilizaram linhas especializadas dentro de uma tendência de oposição política, tornando-se, numa genealogia da história editorial brasileira, os sucessores de Monteiro Lobato, Octalles Marcondes, José Olympio e Martins – esses, os missionários operadores do “milagre” editorial entre 30 e 50, adeptos das obras marcadas por uma “linguagem ensaístico-literária própria das mensagens de interpretação do Brasil” que imperavam naqueles anos. Já na segunda metade da década de 80, atuando sobre toda essa herança, uma terceira geração de editores se impunha, tendo como novo paradigma Luís Schwarcz e sua Companhia das Letras, que logo passou a ser considerado o novo mestre da atuação entre os negócios e a cultura, o mercado e a arte, a

realidade e a inovação. No novo tempo, o “editor profissional”, trabalhando com textos complexos e comerciais, com um catálogo mais flexível do que o da geração precedente, livre de movimentos literários e escolas de pensamento particulares, abrandou a “paixão” e a proximidade com a política, bem como deixou mais sutil a busca pela afirmação do que era o nacional, costurando alianças com empresas, com a publicidade e com o design para descobrir ou redescobrir autores com um novo padrão de bom livro (SORÁ, 1997)⁴⁸.

No próximo capítulo nos dedicaremos à análise da trajetória e da construção do perfil da editora Paz e Terra, que está inserida nessa conjuntura que viemos pontuando. Depois de alguns anos sob a direção de Ênio Silveira, foi adquirida por Fernando Gasparian no início da década de 1970 – responsável por importantes empreendimentos também em outras áreas da edição nesse período, como o jornal *Opinião* e as revistas *Argumento* e *Cadernos de Opinião*. Com essas ações, o empresário paulista, reconhecido especialmente pela defesa que sempre fez do “nacionalismo”, efetuou parcerias bem sucedidas com grupos de intelectuais e políticos críticos ao regime implantado em 1964, tornando-se parte importante da “geração” de editores “engajados” que atuou no mercado editorial brasileiro.

⁴⁸ Ao referir-se a Companhia das Letras, Paixão (1996) fez a seguinte descrição: “Seu catálogo abrange desde grandes estrangeiros de ficção – entre os quais Ítalo Calvino, John Updike e Elias Canetti, vertidos para o português por uma equipe de tradutores de primeira linha – a autores brasileiros de renome, como Rubem Fonseca ou Nelson Rodrigues; inclui intelectuais como Antonio Candido e Roberto Schwarz, ao lado de artistas populares como Chico Buarque e Bruna Lombardi [...]. Ao surgir no mercado, a Companhia das Letras promoveu uma renovação do livro brasileiro quanto à qualidade e a apresentação. Artistas gráficos do porte de Ettore Bottini, João Baptista da Costa Aguiar, Moema Cavalcanti – que haviam trabalhado com Schwarcz na Brasiliense – e Hélio de Almeida contribuíram para essa mudança, incumbindo-se da concepção das capas, da diagramação dos livros e dos projetos de suas várias coleções. Ao lado de seu notável padrão gráfico, a editora também se caracteriza por uma eficaz estratégia de marketing que atua em várias frentes: a institucional, incluindo propaganda em rádio e anúncios em jornais; a promoção de eventos, que pode significar um convite a autores como Vargas Llosa pra vir ao Brasil e realizar uma palestra por ocasião de um lançamento; e a de associação com outros setores empresariais, possibilitando, por exemplo, uma promoção em conjunto com uma empresa de cartão de crédito” (1996, p.189).

CAPÍTULO 2 – A Paz e Terra: uma editora nas mãos da oposição.

2.1 Os primeiros anos e o projeto inicial.

A editora Paz e Terra surgiu em 1966 pelas mãos de Ênio Silveira e de Moacyr Félix – o primeiro, um membro ativo do partido comunista e peça central do mercado editorial brasileiro desde a década 50, em virtude da sua atuação na editora Civilização Brasileira. Já o segundo, parceiro de Silveira em outras ocasiões, dedicou-se à poesia e teve uma extensa trajetória em revistas e jornais, também militando com ideais comunistas. As referências do nome da editora, homônimo ao da revista organizada por ambos, a *Revista de Cultura Paz e Terra*, apontam o melhor caminho para compreensão da linha editorial pensada pelos seus criadores.

O título dos dois espaços de publicação deriva de *Pacem in Terris*, nome dado a encíclica divulgada em meio aos conflitos do mundo bipolarizado pelo papa João XXIII. Nessa carta, que ganhou o público em 1963, o líder da instituição religiosa destacou a necessidade de construção da paz mundial a partir da contribuição de católicos, outros cristãos e também não cristãos. Nesse sentido, pela disposição em aproximar diferentes confissões religiosas e concepções do homem para alcançar o bem comum, à paz almejada foi dado o caráter de “ecumênica” – a base de muitos fundamentos do Concílio Vaticano II (1962-1965), que é considerado por especialistas um importante divisor de águas nas concepções e práticas da Igreja Católica em todo mundo⁴⁹. Assim como a encíclica, a origem do Concílio está no movimento sucedido no interior do catolicismo para estabelecer um diálogo entre a Igreja e o mundo moderno. Desse debate entre os bispos, finalizado já sobre os trabalhos do próximo papa – Paulo VI –, saiu vitoriosa a posição que firmou, entre outros pontos, o abandono da Idade Média enquanto paradigma, colocando em seu espaço a necessidade de formação de um “novo mundo cristão”, onde a igreja ocuparia o posto de “sinal de fraternidade para homens e mulheres”, “trabalhando para todos pela integridade da pessoa humana”, num exercício pleno de sua natureza social. Desde o seu encerramento, essas e outras promulgações, como afirmou Dias (2009, p.38-39), acabaram tornando-se a base para diferentes interpretações por parte

⁴⁹ O Concílio é uma assembleia de bispos católicos formada com o consentimento do papa para refletir e examinar a doutrina e as práticas da Igreja.

dos grupos que compõe a Igreja, de liberais a conservadores, dando vida a um conjunto de posturas distintas ao longo dos seus mais de quarenta anos de existência.

No Brasil, determinados grupos, acompanhando as proposições da Encíclica, do Concílio e de outras discussões da alta cúpula da Igreja, já no início da década de 1960, iniciaram uma série de atividades que resultaram na formação de uma ala progressista do catolicismo, que se intensificou na medida em que a repressão militar colocou em ação novas regras no país. Na sua essência, esses grupos se destacaram pela sua forte atenção às questões sociais. Fizeram parte deles, por exemplo, os adeptos da Teologia da Libertação, que pregaram sua doutrina a partir e em favor dos pobres, ou as Comissões Pastorais da Terra, que lutaram pela reforma agrária e pela sua socialização. Foram para esses movimentos de renovação das práticas cristãs que a Revista e a Editora se constituíram. Planejadas pelos sujeitos que já tinham cravado no Brasil a *Revista Civilização Brasileira*, importante periódico de esquerda que uniu intelectuais opositores do regime militar, os dois novos espaços para publicação vieram à tona para abarcar mais especificamente os cristãos de esquerda, que viviam, nesse momento, um processo intenso de crítica. Esse, inclusive, é o quadro que está na base de uma alteração importante do nome da Editora e da Revista em relação ao título do documento papal. Ao invés de “Paz *na* Terra” – tradução possível de “Pacem in Terris” –, Ênio Silveira e Moacyr Félix optaram por “Paz *e* Terra”. A função da conjunção *e*, como bem pontuou Pimentel (2010, p.53), é adicionar “ao desejo da paz mundial a terra” – sinal de “reforma agrária ou qualquer tipo de divisão da terra enquanto justiça social”, parte da proposta humanista e de diálogo com o marxismo dessas correntes. Também corrobora para essa interpretação as palavras de Moacyr Félix, onde está evidente que o objetivo do surgimento da editora e do periódico era a construção de espaços para a divulgação das ideias do grupo cristão:

Tivemos que fazer, porque eles [público cristão de esquerda] queriam ter uma série de idéias deles. A RCB [Revista Civilização Brasileira] ficou muito marcada como socialista, aberta, mas dentro de uma linha materialista. Nós queríamos mostrar que colaborávamos também com eles, dentro de qualquer linha de humanismo. Lutou pela liberdade, pela humanização da vida, contra a alienação, tem consciência de que este mundo está desumanizado, quer um mundo qualitativamente transformado num mundo melhor? Estamos de acordo, vamos expor suas teorias. [...] Fizemos a Revista Paz e Terra, depois a editora Paz e Terra, com mais de cem livros publicados. Como diretor, tenho um grande orgulho também, livros dentro do humanismo cristão, [...] mesmo autores marxistas saíam na Paz e Terra (apud RIDENTI, 2000, p.134).

Essa linha editorial está bastante clara nos títulos de alguns livros publicados desde o primeiro ano de funcionamento da editora e também na logomarca estampada pela casa nas

capas das obras – a junção estilizada das letras iniciais *P* e *T* resultou na formação de uma cruz (Figura 1). Entre os livros editados pela Paz e Terra podemos citar, por exemplo, *Do anátema ao diálogo: um marxista dirige-se ao Concílio*, de Roger Garaudy (1966), *A religião numa sociedade moderna*, de Harold John Blackham (1967), *Socialismo e cristianismo*, de Jean Cardonnel (1967), *Cristo e política*, de Oscar Cullmann (1968), ou então *Karl Barth, teólogo da libertação*, de Daniel Cornu (1971). A produção desse período foi, em grande parte, organizada sob a forma de coleções, entre elas a expressiva *Ecumenismo e Humanismo* e a *Encontros e diálogos*, que reuniram um número maior de títulos dedicados às reflexões sobre a Igreja e a religião, como esses que citamos. Também fizeram parte do catálogo da editora nesses anos as séries *Rumos da Cultura Moderna*, *Estudos sobre o Brasil e a América Latina*, *Ciência e informação*, *Realidade Imaginada* e *Interpretações da história do homem*, donas de inúmeros temas.

Figura 1 – Logomarca Paz e Terra presente na capa do livro publicado em 1968: *Brasil: tempos modernos*, coordenado por Celso Furtado.

Em todo esse conjunto, livros como *Sociologia do romance*, de Lucien Goldmann (1967), *Introdução à modernidade: prelúdios*, de Henri Lefebvre (1969), *O fim da utopia*, de Herbert Marcuse (1969) – e também obras de brasileiros, como, por exemplo, Celso Furtado (*Brasil Tempos Modernos*), Darcy Ribeiro (*A Universidade necessária* e *Teoria do Brasil*) e Paulo Freyre (*Educação como prática da liberdade* e *Extensão ou comunicação?*) –, se destacaram distribuídos entre as diversas linhas. Junto a outros trabalhos, muitos vinculados às temáticas marxistas, essa produção reflete, além do interesse de Silveira e de Félix em atender ao público cristão de esquerda, também as crenças políticas e sociais desses dirigentes – que desafiavam o regime militar nesse e em outros empreendimentos⁵⁰. Vale destacar, como

⁵⁰ Como exemplo de títulos com temáticas marxistas podemos citar: *Literatura e humanismo: ensaio de crítica marxista*, de Carlos Nelson Coutinho (1967), *As idéias estéticas de Marx*, de Adolfo Sanchez Vasquez (1968), e

indicou Ridenti (2000), que a publicação de importantes autores desse período pela Paz e Terra também guarda uma relação com experiência do poeta e diretor Moacyr Félix como estudante de filosofia em Paris na década de 50, uma “abertura de horizontes” que lhe permitiu indicar e editar muitos clássicos das Ciências Humanas.

Naturalmente, esse tipo de atuação contribuiu para que a editora ganhasse um público cativo entre religiosos e não religiosos preocupados com as questões sociais, com os fundamentos da própria Igreja e outros temas que envolviam o Brasil e a produção do conhecimento. Entretanto, uma série de fatores concorreu para que fosse vendida ao empresário Fernando Gasparian em 1973. Importante para esse acontecimento, além da crise econômica que já dava seus sinais, foi o papel desempenhado pela repressão. Mesmo que tenha sido pouco sistematizada com relação ao mundo dos livros, como afirmamos anteriormente, Ênio Silveira não deixou de sofrer as suas consequências. O editor foi preso mais de uma vez pelos militares e sofreu com a apreensão de unidades e conjuntos inteiros de livros impressos. Tais fatos foram mais motivados pela atuação do editor na Civilização Brasileira, que tinha maior visibilidade, contudo, mesmo a Paz e Terra, menos significativa na sua atuação, não passou despercebida pelas instituições responsáveis pela vigilância. Em importante pesquisa realizada no arquivo do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS/RJ), Luciana Pereira (2010) encontrou no acervo do local uma série de livros da editora com títulos relacionados ao pensamento marxista, à igreja e a autores latino-americanos apreendidos⁵¹. No órgão também existe um documento que circulou entre a

Karl Marx e os marxismos: da filosofia do proletariado a visão proletária do mundo, de Iring Fetscher (1970). Na lista consta também uma obra do próprio Karl Marx: *O 18 brumário e cartas a Kugelmann* (1969).

⁵¹ Segundo Pereira (2010), o conjunto de livros do DOPS/RJ não foi composto por grandes apreensões de edições recém-saídas das gráficas, mas por “pequenas batidas policiais, operações de busca e apreensão com ou sem mandado, nas coleções privadas, editoras, livrarias, bibliotecas públicas e universidades.” Não se sabe com precisão as datas em que cada título foi recolhido, embora a grande maioria dos livros tenha sido editada nas décadas de 1960 e 1970. Da editora Paz e Terra, no período em que Ênio Silveira esteve à sua frente, Pereira (2010) listou as seguintes obras: *Trabalho e alienação*, de Carlos Astrada (1968); *A evasão de talentos; desafio das desigualdades*, de Thales de Azevedo (1968); *Karl Barth, teólogo da liberdade*, de Daniel Cornu (1971); *A cidade do homem*, de Harvey Cox (1971); *Logos e práxis*, de François Chatelet (1972); *Moral e sociedade: Atas do convênio promovido pelo Instituto Gramsci*, de Della Volpe (1969); *O marxismo e as religiões*, de Henri Desroche (1968); *Geração estrela*, de Denise Emmer (1972); *O refúgio das massas; estudo sociológico do protestantismo chileno*, de Christian Lalive de Epinay (1970); *Karl Marx e os marxismos; da filosofia do proletariado à visão proletária do mundo*, de Iring Fetscher (1970); *A filosofia em questão*, de Pierre Fougereyrollas (1967); *Uma agonia na agonia do mundo*, de Bernard Gardey (1971); *Crítica e dogmatismo na cultura moderna*, de Lucien Goldmann (1973); *Diálogo posto à prova; debate entre católicos e comunistas italianos*, de Mario Gozzini (1968); *O antiintelectualismo nos Estados Unidos*, de Richard Hofstadter (1967); *Conversando com Lukács*, de Leo Kofler, Wolfgang Abendroth e Hans Heinz Holz (1969); *Marxismo, existencialismo, personalismo; presença da eternidade no tempo* de Jean Lacroix (1972); *O sentido da ação*, de Paul-Louis Landsberg (1968); *Introdução à modernidade*, de Henri Lefebvre (1969); *Opções da esquerda* de Herbert Marcuse (1972); *A conquista da razão; mão, cérebro e linguagem; definição do homem*, de Alberto L. Merani (1972); *O pensamento de Emmanuel Mounier*, de Candide Moix (1968); *Reação e mudança*, de Carl Oglesby e Richard Shaull (1968); *Militarismo e indústria; armamentos e lucros na era dos projéteis*, de Victor

Secretaria de Segurança Pública do Estado da Guanabara, o Ministério da Marinha e o CENIMAR (Centro de Informações da Marinha), em 11 de setembro de 1967, que demonstra a preocupação dos membros do regime com a ligação entre exilados, as editoras de Silveira e a entidade uruguaia *Iglesia y sociedad en America Latina* (ISAL). Segundo o documento, a ISAL era:

[...] elemento ativo do processo de infiltração comunista pela frente religiosa, aproveitando-se de um lado do movimento ecumênico de união dos diferentes credos e, de outro das crescentes preocupações dos meios cristãos (católicos e protestantes) com os problemas sócio-econômicos atuais. Uma das formas pelas quais é desenvolvido tal processo de infiltração de artigos e monografias que, sob a capa de estudos sociológicos, filosóficos e econômicos, procura na realidade criar clima de aceitação e absorção de idéias esquerdistas (marxistas) por grupos capazes de influir na vida política de seus países. Para tanto a ISAL publica diversos livros e a revista — *Cristianismo y Sociedad*, mantendo, além disso, sistemas de cooperação com diversas editoras latino-americanas que seguem diretrizes análogas às suas. No Brasil, no caso, esse vínculo se faz através das entidades epígrafadas [*Civilização Brasileira* e *Paz e Terra*]. O entrosamento desses elementos, aos quais se juntam asilados brasileiros no Uruguai e no Chile, indicam a amplitude desse movimento de infiltração em níveis intelectualizados nacionais, num processo que, a longo prazo, poderá se constituir em real perigo para a segurança nacional (apud PEREIRA, 2010, p.168).

Somados os pontos desse quadro, atrelados ainda a uma censura desenvolvida via “pressão econômica, financeira e de crédito”, o editor encontrou em seu caminho no início dos anos 70 uma crise enquanto empresa, já que juntos esses elementos resultavam em prejuízos e dificuldade de produção e lucro (LABANCA, 2009, p.130). Não bastasse, Moacyr Félix, em entrevista a Marcelo Ridenti (2000), fez referência a um grave problema de saúde como causa para a venda da editora:

A Revista *Paz e Terra* também parou após o AI-5. Ênio Silveira seguiu com a editora, “depois teve aquele derrame, ficou sem condições de trabalhar” e a vendeu para Fernando Gasparian, segundo Moacyr Félix. Restou a Silveira a editora *Civilização Brasileira*, na qual continuou a publicar livros de esquerda (RIDENTI, 2000, p.134).

2.2 Fernando Gasparian, “uma posição nacionalista”.

Perlo (1969); *O fantasma de Stalin*, de Jean-Paul Sartre (1967); *As utopias ou a felicidade imaginada*, de Jerzy Szacki (1972); *Moral e revolução; a nossa moral e a deles*, de Léon Trotsky (1969); *As idéias estéticas de Marx e Filosofia da práxis*, ambas de Adolfo Sánchez Vásquez (1968).

O novo proprietário da editora Paz e Terra era reconhecido por sua atuação como empresário e pela intensa participação política que acumulou ao longo dos anos. O início dessa trajetória se deu durante o curso de Engenharia Civil e Elétrica pela Escola de Engenharia da Universidade Mackenzie, quando, em 1951, dirigiu o Centro Acadêmico Horácio Lane. No próximo ano, Gasparian assumiu a presidência da União Estadual dos Estudantes, destacando-se como líder da bancada paulista no congresso da UNE (União Nacional dos Estudantes) no Rio de Janeiro. A plataforma, com a qual discursava e que o permitiu alcançar o posto, foi a defesa do monopólio estatal do petróleo, uma das principais contendas do país e do meio estudantil do momento. Nesse ano, Fernando Gasparian, dentro da onda nacionalista, também integrou a “Comissão Paulista” que rejeitou o acordo de cooperação militar entre Brasil e Estados Unidos estabelecido por Getúlio Vargas, chegando a discursar em ato no Vale do Anhangabaú, ao lado de deputados e vereadores, a fim de reunir assinaturas do “povo paulista” para endossar a mensagem que seria enviada ao Parlamento Nacional⁵².

Finalizada a graduação, em 1952, Gasparian deixou de participar de forma direta do movimento estudantil. Esse tempo foi descrito por ele como “uma vida acadêmica no sentido europeu, convivendo com pessoas de outras profissões, de outras áreas” – uma participação ativa na vida intelectual de São Paulo, que crescia nos debates dos órgãos dos estudantes, bibliotecas, museus e bares da cidade (GASPARIAN, 2010). Filho de um industrial bem sucedido, tendo sentado em bancos de importantes instituições paulistanas, Gasparian construiu nesse período uma rede de amizades que soube manter nos próximos anos e que se tornou fundamental em outros momentos da sua trajetória⁵³. Plínio de Arruda Sampaio, nas

⁵² Esse ato foi divulgado na *Folha da Manhã* sob o título: *O povo está convidado a assistir grande concentração patriótica*. Além de Gasparian, participaram dele, descritos como “einentes patriotas”, o então candidato a prefeitura de São Paulo Jânio Quadros, o General Leônidas Cardoso e o Deputado Estadual Cid Franco, entre outros (O POVO, 1953, p.10). Em entrevista recente, Gasparian afirmou que sofreu retaliações por conta dessa participação: “Fiquei queimado em algumas áreas para sempre. De fato fiquei marcado como nacionalista e como uma pessoa a favor de um Brasil independente. Por exemplo, como eu estava lhe dizendo, logo depois me casei, em 1953, e quis ir pro México. Como infelizmente acontece até hoje, quase sempre que você viaja para o exterior é obrigado a passar na matriz, que são os Estados Unidos. Não havia vôo direto, então tinha-se de passar em Miami. Eu não estava querendo passar em Miami, estava querendo ir ao México. Precisava ter o visto dos Estados Unidos e o cônsul quase não me dá o visto. Chamou-me lá, eu e minha mulher, quase como um inquérito: “O senhor assinou contra o acordo Brasil–Estados Unidos?” Assinei. “O que o senhor faz hoje?” Eu estava trabalhando na indústria da minha família e era empresário já. Acaba que ele me deu o visto” (GASPARIAN, 2010, p.9).

⁵³ Vale destacar que, antes do curso de Engenharia na Universidade Mackenzie, Fernando Gasparian, que nasceu em 27 de janeiro de 1930, frequentou o Colégio Rio Branco, localizado no bairro Higienópolis, onde residia. A ida para essa instituição e local mais nobre da cidade de São Paulo, após ter concluído o ensino primário em uma escola pública no bairro Belém, se deu durante um período de forte ascensão econômica de sua família. De acordo com Gasparian, seu pai, filho de um imigrante armênio, depois de um pequeno comércio no Brás, junto com outros sete irmãos, construiu uma fábrica de tecidos no início dos anos 30. Aproveitando-se do decréscimo das importações por conta da guerra e de outros fatores, ainda segundo Gasparian, sua família ficou “bastante

memórias sobre as relações com o empresário, em texto escrito em virtude do seu falecimento, destacou os encontros que ocorriam em sua casa, frutos dessa vivência na capital paulista dos anos 50 e forma de construir novos caminhos:

Junto com sua companheira, Dalva – ela também, por direito próprio, ativa militante política –, Fernando usava sua vida social para fazer a ponte entre a jovem intelectualidade da esquerda que então despontava na política brasileira e os industriais que se opunham à entrega das riquezas do país aos capitais estrangeiros. Progressistas, trabalhistas, socialistas, comunistas de diversos matizes, cristãos de esquerda, industriais nacionalistas eram assíduos frequentadores dos opíparos lanches que o casal oferecia aos amigos nas noites de sábado. Nesses serões, falava-se de vários assuntos, mas principalmente de política (SAMPAIO, 2010).

Fernando Henrique Cardoso, que fez parte da articulação que levou Gasparian a presidência da União Estadual dos Estudantes, também descreveu esses encontros de finais de semana em texto de homenagem ao amigo, pontuando detalhes da relação que estabeleceu com o empresário nesses e nos próximos anos:

Provavelmente meus primeiros encontros com Fernando e com Dalva foram na garagem de uma casa (não me lembro se dele ou de um primo) lá pros lados da rua Maria Carolina. Ruth frequentara o mesmo colégio que Dalva e se conheciam de antes. Fernando havia organizado uns seminários sobre economia brasileira e lá íamos nós ouvir ninguém menos que Caio Prado Junior, nosso ídolo da época. Isso terá sido na primeira metade dos anos 1950. Daí em diante fomos amigos sempre, mesmo quando divergíamos politicamente. Com Rubens Paiva, Fernando Pedreira, Roberto Gusmão, Jose Gregori e, com menos proximidade, Dilson Funaro (irmão de Dalva), nos víamos sempre, a cada fim de semana, fosse na rua Maria Carolina, fosse na rua México (CARDOSO, 2006-2007, p.11).

Logo após o fim da faculdade, em 1953, Fernando Gasparian filiou-se ao Partido Socialista Brasileiro. O PSB, que surgiu em 1947, como afirmou Hecker (1998), foi “uma criatura disforme”, cuja “volumosa cabeça”, sustentada por um “corpo franzino”, era composta por escritores, pensadores, profissionais liberais e artistas – uma série de individualidades de esquerda sem homogeneidade, na verdade “dessemelhantes e até conflitantes”. O fundamento que fornecia certa liga aos seus adeptos estava na contraposição ao modelo posto pelo Partido Comunista Brasileiro. Para seus membros, o socialismo devia ser procurado sem o procedimento comunista, isto é, com democracia, liberdade e sem autoritarismo – fruto de um veio inicial composto por marxistas com preocupações

próspera nessa época”. Sobre a vida no novo bairro e escola, também afirmou: “Morei um tempo na rua Taquari e ali havia um pequeno grupo escolar público. Depois mudamos pra Higienópolis. Meu pai tinha influência financeira e acabamos mudando pra lá, e, por morarmos em Higienópolis, passei a estudar no colégio Rio Branco, que era um colégio muito bom. [...] Era uma escola particular, mas de bom nível, uma série de professores era da Faculdade de Direito e dava aula no ginásio, um bom ginásio. Fui colega, por exemplo, do Mesquita, filho do pessoal do Estadão, Luiz Carlos Mesquita, que já morreu, e colega de muitas outras pessoas que mais tarde encontrei na vida pública” (GASPARIAN, 2010).

democráticas e de liberais com preocupações sociais⁵⁴. A adesão de Fernando Gasparian à legenda está relacionada aos seus contatos no mundo universitário, no qual o partido tinha importantes adeptos:

Nesta altura, me formei e saí da vida universitária. E aí, eu e meus amigos que tinham lutado na política universitária nos juntamos e entramos no Partido Socialista, depois de conversar com Antonio Candido, que era professor da Filosofia, e com Paulo Emílio e Cláudio Abramo, dirigentes do partido, em São Paulo. Enfim, esse grupinho todo entrou pro Partido Socialista⁵⁵ (GASPARIAN, 2010, p.6).

Ao relatar suas memórias sobre a posição “ideológica” que ocupava quando jovem⁵⁶, Fernando Gasparian citou sua entrada no PSB, ressaltando, além da importância das pessoas que lá militavam, a preocupação que desenvolveu nesses anos com o nacionalismo e o social:

Sou uma pessoa preocupada com os problemas sociais e que, com o tempo, foi se envolvendo com essa preocupação e se definindo, sempre tendo em vista os interesses do país. Fiquei um patriota, um nacionalista, e também preocupado com os problemas sociais. Tanto assim, que a primeira vez que entrei no partido foi para o Partido Socialista Brasileiro. [...] um partido pequeno (diziam que se podia fazer uma reunião de diretório numa Kombi!), mas era um partido com pessoas influentes: Cláudio Abramo, os Abramo faziam parte do Partido Socialista, alguns deles tinham sido trotskistas. Aí, fiquei acompanhando a política [...] e lendo (GASPARIAN, 2010, p.4).

A bandeira do nacionalismo é a que mais se destaca nas suas considerações e nas de antigos companheiros sobre a trajetória que trilhou posterior a faculdade. Para Almino Afonso (2009), por exemplo, depois das campanhas sobre o petróleo, esse “passou a ser talvez o signo marcante de sua visão política”. Tornou-se, de acordo com o amigo, “um nacionalista militante, ardoroso, apaixonado”, ampliando seus horizontes sempre a partir desse ponto de vista. Plínio A. Sampaio, além do trecho que citamos acima, tem outro ponto de sua

⁵⁴ Antonio Candido descreveu da seguinte forma a crença que embalou o partido no seu início: “Em 1945, nós tínhamos certeza de que o socialismo democrático iria dominar o mundo. Fé, fé religiosa mesmo. Nós acreditávamos que as Nações Unidas, a organização dos países capitalistas democráticos, e a URSS, esta união iria dar num produto miraculoso. O fascismo seria varrido da face da terra; o capitalismo de Estado soviético iria se democratizar, e portanto, as conquistas igualitárias iriam aflorar. Haveria uma espécie de média: a Rússia se democratizaria no sentido do Ocidente, e o Ocidente se socializaria no sentido da Rússia. Isto é o que se esperava” (HECKER, 1998, p.373-374).

⁵⁵ Almino Afonso, parte do grupo de estudantes, também forneceu em entrevista alguns detalhes sobre a entrada no PSB na década de 50: “Foi quando ingressei no Partido Socialista Brasileiro. Num primeiro momento, eu abraçara as lutas nacionalistas, em defesa do petróleo e dos minerais atômicos, e fora contra a cessão da ilha de Fernando de Noronha, mas a leitura de alguns textos marxistas me despertou, gradualmente, para os aspectos sociais. Então, o ideário socialista se impôs. Entramos juntos, no PSB, Fernando Gasparian, recentemente falecido, Rubens Paiva, Adriano Branco e talvez uns quinze ou vinte colegas. De pronto, me candidatei a vereador e fui derrotado magnificamente” (GOMES, 2007, p.159).

⁵⁶ Entrevistado para o Projeto Memória do Movimento Estudantil recebeu a seguinte questão de Carla Siqueira: “Como o senhor definiria, ideologicamente, o jovem Fernando Gasparian?”.

homenagem emocionada a Gasparian onde o nacionalismo também é exaltado através de uma ação concreta:

O clima era de entusiasmo: “No ano 2000 o Brasil estaria entre as nações desenvolvidas do mundo”. A profecia era de Jacques Lambert e ninguém a punha em dúvida. Mas Fernando não era um entusiasta apenas de discurso. [...] em Varginha (MG) construiu uma indústria para fabricação de leite em pó, depois de convencer sua família, que havia tido um bom lucro com as operações do ano, a fazer esse grande investimento, para ajudar o Brasil a reduzir sua pauta de importações, onerada pela falta de fabricação desse produto no país. Assim que a Nestlé soube disso, construiu uma fábrica semelhante na mesma bacia leiteira, a fim de mover guerra de preços contra a fábrica brasileira (SAMPAIO, 2010).

É o nacionalismo que está presente na primeira incursão de Fernando Gasparian ao universo editorial. Com o final do curso de engenharia, ao lado do trabalho que desenvolvia nas empresas da família, voltadas especialmente para o ramo da tecelagem, o jovem empresário se uniu a Rubens Paiva e o próprio Almino Afonso – o primeiro o substituiu no Centro Acadêmico da Mackenzie e o segundo na presidência da UEE (União Estadual dos Estudantes), ambos com o seu apoio – para iniciar a nova fase do *Jornal de Debates* em 1955. Reunidos, os aliados do movimento estudantil receberam o endosso do fundador do jornal, Mattos Pimenta, responsável por notabilizar o periódico em anos anteriores pela campanha que resultou na criação da Petrobrás, e continuaram o que Afonso chamou de “uma trincheira da causa nacionalista”, contra as falas que defendiam as privatizações. Gasparian, nessa empreitada, ficou responsável por captar os fundos que possibilitavam rodar o periódico, enquanto seus amigos desenvolviam as outras atividades (GASPARIAN, 2002; AFONSO, 2009).

O *Jornal de Debates* foi publicado por pouco tempo, de acordo com o empresário, mas ele logo se envolveu na edição de outro periódico, dessa vez com um objetivo político mais direto. Para Fernando Henrique Cardoso, Gasparian foi “mordido pela vocação política” e quis tornar-se prefeito de Jundiaí, onde dirigia uma das fábricas da família. Para tanto, comprou, em sociedade com o próprio Fernando Henrique e com Fernando Pedreira, o jornal *O Jundiaense*, no qual Cláudio Abramo, membro do PSB e já com notoriedade no universo jornalístico, foi a “estrela entre os colunistas”⁵⁷. O projeto também teve pouca duração, em virtude do fim da possibilidade da candidatura. Não obstante, o empreendimento acabou servindo a outro político. Sem gerar lucro, tão pouco prejuízo, segundo Cardoso, tempos

⁵⁷ Plínio A. Sampaio qualificou essa publicação como um “jornal progressista” (SAMPAIO, 2010).

depois, o maquinário foi enviado ao Ceará para ajudar a eleição de Paes de Andrade, nessa época “ainda um obscuro deputado nacionalista”⁵⁸ (CARDOSO, 2006-2007, p.11).

Depois de *O Jundiense*, Fernando Gasparian permaneceu um tempo fora de atividades relacionadas à publicação, mas não da vida pública. Especialmente no início da década de 1960, seu universo de ação foi muito ampliado. Primeiro na esfera das entidades patronais, onde exerceu forte liderança: em 1960 assumiu o posto de presidente do Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem do Estado de São Paulo e, em 1961, de diretor da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Com o fim do governo de Jânio Quadros, também no ano de 1961, integrou, por indicação do Ministro do Trabalho e da Previdência, André Franco Montoro, uma junta administrativa para a Confederação Nacional de Indústrias, que substituiu o presidente Lídio Lunardi, acusado de irregularidades na utilização de verbas do Serviço Social da Indústria (SESI). Nessas instituições, o empresário se notabilizou pelos discursos e atos em favor da redução da inflação, do crédito maior aos industriários e pela defesa do investidor nacional perante o que considerava benefícios aos estrangeiros⁵⁹.

Nesses anos, Fernando Gasparian já não fazia parte do PSB. Segundo Sérgio Lamarão (2011), autor do seu verbete no *Dicionário Histórico-biográfico Brasileiro*, ele filiou-se, no início da década, ao Partido Democrata Cristão (PDC), aliado do seu antigo partido em algumas candidaturas. Nascido em 1945, a partir dos pressupostos da terceira via – uma opção entre o capitalismo liberal e o socialismo revolucionário –, a atuação do PDC tornou-se mais significativa e consistente na segunda metade da década de 50. Até então, sua Terceira Via não se distanciou do liberalismo econômico e do anticomunismo, deixando-o muito próximo das opções da UDN (União Democrática Nacional). Foi a atuação de lideranças como a de Franco Montoro e dos outros membros da Vanguarda Democrática – grupo católico de discussão e encaminhamento à política de problemas econômicos e sociais do país –, que contribuiu para a consolidação de uma guinada em seu programa, importante para o aumento

⁵⁸ Paes de Andrade, filiado ao Partido Social Democrático (PSD), foi eleito Deputado Estadual pelo Ceará em 1954 e 1958. Em 1962, concorreu na legenda “União pelo Ceará”, composta pelo PSD e pela União Democrática Nacional (UDN), ao cargo de Deputado Federal.

⁵⁹ No jornal *Folha de São Paulo* de fevereiro de 1961, temos, por exemplo, sob o título *A FIES congratula-se com JQ por maior rigor nas importações sem cobertura cambial*, a seguinte notícia: “O Sr. Fernando Gasparian, na qualidade de presidente do Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem em Geral da São Paulo usou da palavra, na última reunião das diretorias da Federação e Centro das Indústrias, a fim de dar conhecimento ao plenário da decisão tomada pelo novo presidente da República, Sr. Janio Quadros, mandando suspender, para reexame, a licença concedida pela CACEX a uma firma japonesa de fiação de lã, estabelecida no Rio Grande do Sul, para que pudesse a mesma proceder à importação de equipamentos destinados a ampliar sua capacidade de produção, dentro do que rege o Capítulo V do decreto 42.820 (ex-instrução 113), ou seja, sem cobertura cambial. Esclareceu que a providência foi tomada posteriormente ao envio de um telegrama, pelo Sindicato que preside, ao chefe da nação, naquele sentido. Além disso, foi recomendado ao novo ministro da Fazenda o exame minucioso das condições em que vem funcionando a antiga instrução 113, no intuito do resguardo da economia nacional [...]” (A FIES, 1961, p.10).

do peso político da agremiação. O grupo da VD, que tinha em suas fileiras, por exemplo, Plínio de Arruda Sampaio, deu à Terceira Via do PDC um caráter mais reformista, inscrevendo em seu programa temas como o controle e a remessa de lucros das multinacionais, o fim do latifúndio, a incorporação dos trabalhadores rurais na legislação trabalhista, a sindicalização rural e a questão do imperialismo. Em meio à atração do eleitorado por esses temas, o PDC conseguiu colocar-se como opção para os insatisfeitos dos grupos mais fortes no início da década de 1960. Como colocou Sandro Coelho (2003, p.219), o partido tornou-se um local para aqueles descontentes com a radicalização do PTB ou do golpismo da UDN, “uma alternativa mais palatável e dentro da ordem”⁶⁰.

Essas ligações políticas de Fernando Gasparian e a bandeira do nacionalismo contribuíram para que o empresário ascendesse consideravelmente também na esfera dos órgãos públicos nesses anos. Durante o governo de Carvalho Pinto no Estado de São Paulo (1959-1963), que tinha na sua coligação tanto o PDC quanto o PSB, integrou a equipe de Planejamento Econômico e, por convite de José Ermírio de Moraes, outro empresário que também levantava o tema nacionalista, a quem conhecia desde o tempo do Centro Acadêmico de Engenharia na Mackenzie, ocupou a direção financeira da Companhia Paulista de Estradas de Ferro⁶¹. O elo entre as três figuras foi descrito da seguinte forma por Plínio de Arruda Sampaio (2010), que também ocupou cargos importantes naquele governo do Estado de São Paulo:

A luta nacionalista aproximou-o do governador Carvalho Pinto, outro político conservador cuja carreira havia sido construída na defesa dos interesses da Prefeitura de São Paulo contra a empresa canadense Light, concessionária dos serviços de energia elétrica da cidade. Ficaram amigos e, quando Carvalho Pinto desapropriou a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, precisava de pesos pesados para assegurar uma administração competente, a fim de enfrentar a sovada acusação da ineficiência da máquina pública. Foi então que Fernando Gasparian e José Ermírio de Moraes foram nomeados para os dois cargos principais da Companhia.

Com a posse de João Goulart o nome de Fernando Gasparian começou a ser levantado para postos que iam além da esfera do poder estadual, chegando a ser indicado para Ministro de Indústria e Comércio na fase Parlamentarista, representando São Paulo no gabinete San

⁶⁰ Não obstante, ainda de acordo com Coelho (2003), a fidelidade para com os pressupostos do programa da Terceira Via não deve ser estendida a todos os membros do PDC. Sua pesquisa revelou que membros importantes da agremiação estabeleceram relações com instituições como o complexo IPES/IBAD (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais /Instituto Brasileiro de Ação Democrática), que procuravam inviabilizar reformas colocadas na pauta pelo governo de João Goulart, algumas em consonância com o programa instituído pelo partido e com intensa atuação de seus membros.

⁶¹ Sobre a história da sua relação com José Ermírio de Moraes, Gasparian afirmou: “Ele, inclusive, também me ajudou. Por exemplo, tinha coisas para fazer no Centro Acadêmico, como comprar máquinas pra fazer apostilas... ele colaborou comigo algumas vezes” (GASPARIAN, 2010, p.10).

Tiago Dantas, mas que não foi empossado. Em 1963, com o presidencialismo restabelecido, também foi cogitado para assumir a presidência da Petrobrás. A força de sua figura crescia pela contribuição que dava ao governo já nos seus primeiros meses, através da posição alcançada na estrutura sindical dos empresários, como demonstra esse trecho de um jornal naquele momento:

Há três candidatos, no momento, à presidência da Petrobrás: o coronel Crisanto de Figueiredo é um deles, mas parece ter poucas chances. O general Albino Silva é um candidato forte. Mas, até agora, ao contrário do que muita gente andou dizendo, o mais forte, de fato, é o industrial Fernando Gasparian. O presidente João Goulart parece preferi-lo. Gasparian já prestou um serviço ao governo e à política financeira de San Tiago ao atuar, de maneira decisiva, para que fosse assinado o convênio dos industriais de tecidos que impediu o aumento do preço da roupa feita. Almino Afonso trabalha em favor de Gasparian. Vários membros do grupo compacto do PTB já se manifestaram a favor da sua nomeação. E, no meio sindical, as opiniões estão divididas entre Gasparian e o general Albino (O ITAMARATI, 1963, p.3).

Como não conseguiu o posto da estatal, ainda no ano de 1963 foi indicado a João Goulart pelo ex-governador Carvalho Pinto, nesse momento no posto de Ministro da Fazenda, para compor o Conselho Nacional de Economia, um órgão instituído em 1947 com a função de auxiliar o presidente e o Congresso Nacional com propostas e sugestões relacionadas ao desenvolvimento econômico. Recebeu, para ocupar o cargo, o importante apoio do Ministro da Casa Civil, Darcy Ribeiro, que acabara de conhecer. Foi o antropólogo, com quem aprofundou relações posteriormente, o responsável por tomar as medidas práticas e articular a aprovação do seu nome no Senado (GASPARIAN, 1998). Feitos todos os trâmites, o empresário assumiu o posto no final de 1963, sendo que, por lei, o mandato era de cinco anos.

Nesse momento, o país vivia uma grave crise econômica que se alastrava pelas esferas sociais e políticas. A posição de Carvalho Pinto no Ministério da Fazenda, com poucos meses no cargo, foi resultado da tentativa de João Goulart em conter os ânimos dos seus opositores pelo insucesso das medidas do Plano Trienal, de responsabilidade de Celso Furtado, então Ministro do Planejamento, e executado por San Tiago Dantas, encarregado pela pasta que o ex-governador de São Paulo ocupou. No cargo, Carvalho Pinto, considerado um porta-voz da opinião centrista, teve que enfrentar altos índices de inflação, uma balança de pagamentos deficitária, problemas com os credores estrangeiros e ainda a pressão por aumento salarial de militares e funcionários civis públicos, sem contar os impasses em que estava o governo pela adoção de um plano de reforma também voltado para a justiça social, que incluía, entre seus itens, o tema espinhoso da reforma agrária.

Nove dias antes do pedido de demissão de Carvalho Pinto, que o fez pelo fracasso na tentativa de salvar o plano econômico do governo, Fernando Gasparian pronunciou seu

discurso de posse no Conselho Nacional de Economia, em dez de dezembro de 1963. Esse documento é um registro que possibilita a compreensão da tomada de posição do futuro editor naquele momento, pois traz à tona uma reflexão mais sistematizada sobre a sua ideia de nacionalismo e da complexa conjuntura político-social, contribuindo para que possamos pontuar mais precisamente alguns dos aspectos que resgatamos em trechos acima a partir de suas falas e de antigos companheiros⁶². O próprio título dado ao discurso, *Uma posição nacionalista*, é uma referência que demonstra a percepção do empresário acerca do universo no qual estava cada vez mais inserido. Corretamente, ao acenar a singularidade da sua posição, deixou evidenciado como aquela noção era abraçada e definida de diferentes formas por vários setores da sociedade. Como definiu Delgado (2007), o nacionalismo, desde as décadas anteriores, era um “substrato” daquela conjuntura histórica e, especialmente entre 1955 e 1964, a ideia de um “programa nacionalista” foi apropriada, discutida e divulgada por parlamentares e pela sociedade civil, tendo lugar de destaque no Poder Legislativo, nos sindicatos, nas organizações estudantis, nos movimentos camponeses, nas universidades e em associações profissionais.

Logo no início da sua fala na instituição, Gasparian apontou claramente que a sua condição, a “condição de industrial”, pesava sobre as suas considerações, embora, como veremos a frente, para o novo conselheiro, isso não significava um limite para a sua atuação em benefício do Brasil e de toda a população, mas, o inverso, já que, por essência, o êxito ou o fracasso do país no processo de desenvolvimento incidia diretamente sobre o grupo, o que os fazia intimamente ligados.

Não desejo fugir nessa cerimônia à minha condição de industrial e aos trabalhos que em tal qualidade tenho desenvolvido.

Estamos juntos aqui, na expressão da Lei Maior, para estudarmos a vida econômica do país [...]. Cada qual, porém, terá um ângulo personalíssimo por onde contemple o espetáculo da vida nacional e cada um portará diversa sensibilidade da qual resulte adequação própria para os problemas em jogo.

Por minha parte – preso talvez à angústia da produtividade que caracteriza o homem de empresa – preocupo-me, senhores, sobremaneira, com a eficiência de nossa estrutura econômica (1966, p.17).

Posta essa condição, um dos primeiros princípios defendidos por Gasparian, para ser desdobrado em questões mais pontuais e polêmicas, foi a ideia de que era necessário, naquele momento, assegurar o “destino de grandeza” do país, numa alusão a uma noção de história

⁶² O discurso foi publicado por Fernando Gasparian em 1966, no livro intitulado *Em defesa da economia nacional*. Além de outros trabalhos de sua autoria, que também terão alguns de seus trechos analisados ao longo desse capítulo, estão presentes na obra avaliações de certos críticos acerca de suas posições no Conselho Nacional de Economia.

marcada por um caráter evolucionista, comum nas discussões entre certos grupos de teóricos do desenvolvimento naqueles anos. Para Gasparian, havia um caminho até os povos desenvolvidos, do qual o país não poderia se perder, pois, do contrário, na sua incompletude, passaria a viver nas sombras:

As oportunidades das nações são medidas pela máquina do tempo. A recuperação da distância que nos separa dos povos desenvolvidos, em cada minuto que se perca, em cada desperdício que se tolere, em cada atitude diversionista com que sejamos complacentes, mais difícil se torna e a História está aí a nos ensinar que o fenômeno dos eclipses também se verifica no âmbito dos povos (1966, p.19).

Interessante que, segundo Gasparian, para manter-se nessa linha que o colocaria ao lado dos povos desenvolvidos, era urgente ao Brasil a implantação do “rigor”. O “rigor para a eficiência” – que devia estar presente no uso do capital, nas exigências de trabalho, na planificação do desenvolvimento e no aproveitamento dos recursos naturais. Sem o “rigor”, a “desarticulação da economia” implantaria no país o “terror”. Embora não tenha feito maiores referências ao que seria esse momento de “terror”, sua oposição ao outro termo evidencia que, para o industrial, era fundamental aplicação, exatidão e ordem para que a nação não chegasse até o caos – naquele contexto, à vista para muitos setores do empresariado na esfera econômica, bem como na social e política. Aqui, é irresistível a aproximação do uso do termo “terror” com o significado que ele possui na designação de um dos períodos mais violentos da Revolução Francesa, caracterizado pelo governo dos Jacobinos, grupo que pregava o aprofundamento da radicalização nos episódios que transformaram a Europa. Liderados por Robespierre e apoiados pela pequena burguesia e setores mais pobres, esse momento foi marcado pela imposição de um governo com atributos mais sociais e populares, o que resultou no tabelamento de preços, no aumento dos impostos dos mais ricos e na redistribuição de propriedades. Nesse período, o Tribunal Revolucionário também perseguiu aqueles que eram considerados opositores da revolução, levando muitos à guilhotina.

O “rigor” também está relacionado diretamente à ideia de nacionalismo que Fernando Gasparian articulou no seu discurso. Para o empresário o nacionalismo era uma “imposição dos tempos”, já que o “progresso” de cada povo, a “evolução” de cada país, em especial dos que tinham que se recuperar do “atraso econômico”, dependia do projeto traçado como “consciente opção da respectiva coletividade”.

Ser nacionalista consiste em ambicionar o progresso do país da maneira mais rápida possível, partindo da convicção de que esse desenvolvimento só será obtido mediante verdadeiro esforço de todo o povo na plena utilização dos recursos internos, e tendo sempre em mira que a riqueza construída deve beneficiar toda a comunidade nacional (1966, p.24).

A dificuldade da adoção de uma política desse tipo, “presa à realidade interna”, segundo o novo membro do Conselho, estava justamente na articulação daqueles a quem via como “titulares do poder”, nesse sentido, os representantes da totalidade dos grupos sociais, do que chamou de “coletividade”, de “todo o povo”. Nas palavras de Gasparian:

Mas, senhores, não é fácil adotar uma política nacionalista. Porque, antes de tudo, ela exige plena responsabilidade dos titulares do poder, compreendidos entre aqueles os políticos, os líderes classistas e os empresários (1966, p.19).

Ao lado dos políticos, o importante papel público dos empresários no país, colocado nessa afirmação por Gasparian sem os intermediários dos “líderes classistas”, fica ainda mais evidente em outro discurso realizado pouco mais de um mês depois de sua posse no órgão, e que vale ser citado aqui. Dessa vez, como patrono do curso de Análise Econômica do próprio Conselho Nacional de Economia, em 28 de janeiro de 1964, ele destacou, além da visão dos economistas como “vanguarda de uma elite” que assumiria logo a direção do Brasil, o dever da atuação política do empresariado e a importância da competência que possuíam para lidar com uma realidade para a qual a elite – segundo o industrial, ainda de “formação bacharelística”, o que nos remete à tradição do curso de direito para os filhos oriundos dos grandes proprietários de terra – não estava preparada:

Foi com grande satisfação que, apenas entrado nessa casa, recebi o honroso convite como patrono de vossa turma. Aceitei-o não como homenagem a minha pessoa mas como um tributo que vós, jovens economistas, pretendeis prestar àqueles homens de empresa que se dispõem a aceitar plenamente suas responsabilidades no momento histórico brasileiro. Compreenderam eles que sua participação no desenvolvimento econômico do país não pode cingir à administração eficiente e dinâmica das próprias empresas. Cabe-lhes o dever inarredável de participar da vida pública do país trazendo-lhe a contribuição de sua experiência no trato de problemas concretos, experiência esta tanto mais importante quanto é certo que a formação bacharelística das atuais elites brasileiras não lhes confere habilidade especial nesse importante setor (GASPARIAN, 1966, p.227).

Para melhor compreensão da posição dos “líderes classistas” e, por conseguinte, das classes trabalhadoras, nessa junção dos titulares do poder para consolidação de um projeto nacional, também podemos resgatar um elemento fora desse discurso, mas não muito distante dele em data de publicação: em abril de 1963, Fernando Gasparian, como presidente do Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem, enviou um significativo telegrama ao amigo e companheiro de outras lutas, o Ministro do Trabalho Almino Afonso, publicado posteriormente pelo jornal *Folha de São Paulo* dentro de uma pequena nota sobre as ações do empresário para que os créditos ao setor das indústrias de fiação não fossem restringidos pelo

Banco do Brasil. No documento é gritante a defesa da antiga estrutura sindical num momento em que as forças trabalhadoras se dinamizavam por organizações paralelas. Fica evidente, frente a alterações que acabaram por reconhecer momentaneamente a legalidade do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT)⁶³, como era importante para a associação de empresários orquestrada pelo industrial a manutenção da participação política da classe operária sob a direção sindical nos moldes das leis dos anos anteriores, engrossando o coro já iniciado pela FIESP e a CNI:

Ficou decidido que o Sindicato enviaria ao Ministro do Trabalho telegrama nos seguintes termos: “No momento em que a nação requer tranquilidade, segurança, paz social e perfeita compreensão dos mútuos interesses das classes patronais e trabalhadoras, este Sindicato não pode deixar de manifestar suas apreensões pela inoportuna revogação dos termos da portaria desse Ministério que proibia a existência de organizações à margem de legítimas representações de classes. Estamos certos de que v. exa., reexaminando as profundas implicações de tal ato, irá reconsiderá-lo para integral respeito ao enquadramento da Consolidação da Leis do Trabalho” (GALVÃO, 1963, p.6)

A ideia da aliança entre os grupos, em especial pela função dada ao empresário, e da necessidade de um projeto de desenvolvimento resultado dessa associação, defendidas por Gasparian no discurso de posse no Conselho e em outros lugares, são noções que permeavam a vida brasileira em torno dos debates do “nacional-desenvolvimentismo”, desde a década de 50, por mais de uma fonte. Além das diretrizes das instituições da qual participava e, de forma geral, mesmo do PCB, é possível, por exemplo, uma aproximação do pensamento do industrial nessas questões com as formulações do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) e, se pensarmos junto com Bresser-Pereira (2005), também da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) – de acordo com esse autor, a relação entre esses dois órgãos é viável se considerarmos as ideias do primeiro um esforço de caráter mais político, complementado pelo pensamento sobre o plano econômico do segundo.

Essas instituições, cujas perspectivas podem ser vistas, a partir desse prisma, como contemporâneas e coerentes, tornaram-se umas das grandes responsáveis por difundir as noções sobre o desenvolvimento como produto de uma estratégia nacional de industrialização. De um lado, o órgão das Nações Unidas com sede no Chile deu a base teórica para a atuação decisiva dos Estados da América Latina no processo de industrialização e, de outro, o grupo que resultou das reuniões para encontrar formas de superar o subdesenvolvimento no Parque Nacional de Itatiaia, articulou a concepção, não com homogeneidade ou sem debate entre seus

⁶³ O Ministro Almino Afonso alterou uma portaria ministerial que dispunha sobre a ilegalidade das organizações trabalhistas formadas horizontalmente e acima das confederações por categoria profissional, em vigor desde 1954, logo frustrada pela Justiça.

membros, de que o poder político nesse Estado devia se concentrar, em especial, nas mãos de empresários e burocratas estatais, nos políticos que os representavam, e, ainda, de forma secundária, mas crescente, nos trabalhadores. Seria a nação conduzida pelo seu lado moderno, em oposição a sua feição tradicional e estática, onde estava, especialmente, a elite composta por latifundiários, a burguesia mercantil e ainda a classe média não produtiva e uma parcela de operários não esclarecidos. Como afirmou Bresser-Pereira, na “revolução nacional” o “fenômeno marcante é a associação em torno de um projeto de nação dos empresários, detentores do capital e da capacidade de inovação, da tecnoburocracia pública e privada, detentora de conhecimento técnico e organizacional, e dos trabalhadores” (BRESSER-PEREIRA, 2005, p.211).

Além dessa filiação das noções mais gerais defendidas por Gasparian, é importante, especialmente para aquele momento, a compreensão das posições dos membros da elite empresarial brasileira dentro desses debates, uma vez que elas também pesaram na sua declaração perante o órgão do governo. Para compreensão da trajetória desse grupo, são fundamentais as reflexões de Lúcio Almeida no trabalho *Ideologia Nacional e Nacionalismo*⁶⁴. Segundo o pesquisador, nesse setor da sociedade, mesmo nas alas consideradas mais progressistas, como a chamada “Burguesia Nacional”, liderada por José Ermírio de Moraes e onde se encontrava Fernando Gasparian, o nacionalismo com propostas dentro de um tom mais radical não criou raízes⁶⁵. Seus membros, nos primeiros anos da

⁶⁴ Lúcio Flávio de Almeida (1995), com uma fundamentação teórica bem definida, construiu uma matriz da ideologia nacional no Brasil para o período de 1930 a 1964. Para esse autor, a ideologia nacional está inserida na estrutura do capitalismo. Como uma transfiguração do culto ao Estado, essa ideologia oculta as relações de classe e contribui para um tipo específico de dominação, consolidando a existência do próprio sistema. O nacionalismo, dentro dessa visão, se dá no momento em que a ideologia nacional sofre um tipo de apropriação, em especial, quando a nação é percebida como ameaçada interna e/ou externamente, podendo ocorrer de forma distinta em cada classe social, seja em função do clamor pela constituição da comunidade nacional ou mesmo pela sua revitalização. Nesse sentido, pode ser dito, segundo Almeida, que a ideologia nacional se reconfigura e atualiza no movimento de apropriação efetuado pelos diferentes grupos. De clara orientação marxista, ao construir as referências do que chamou de “ideologia nacional populista”, o estudo de Almeida também está entre os que relacionaram o populismo com as causas do golpe militar de 1964. É a sua falência, no seu caso, do fim de uma forma de apropriação efetuada pelos grupos dominantes da ideologia nacional, que explica o apoio recebido e a tomada do poder pelo exército. Sua importância para esse trabalho nas próximas páginas está no conteúdo sobre a atuação do grupo de industriais que alcançou por meio dessa abordagem. As referências à motivação econômica, ou seja, à expansão do capital internacional e ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil, fez com que o pesquisador atentasse especialmente para o papel do empresariado na política brasileira daquele momento, aprofundando o conhecimento sobre as opções, discussões e os níveis diferenciados de integração dos grupos ao se apropriarem das ideias sobre o nacional durante os embates do processo de industrialização.

⁶⁵ É importante destacar que, anos depois, o próprio Gasparian referiu-se ao termo pelo qual designavam esses industriais, notando o seu reducionismo, mas assumindo parte do significado dado a ele pela sociedade: “Naquele tempo José Ermírio de Moraes, depois senador, e eu estávamos no centro de um grupo de industriais brasileiros, preocupados em criar um núcleo empresarial sólido que contribuísse, com a força de seus negócios e de seu prestígio político, para a defesa da economia nacional e o desenvolvimento autônomo das atividades produtivas. Éramos o que a imprensa denominava, na redução da análise, a burguesia nacional, quase todos os

década de 1960, não estavam dispostos, como o PCB ou mesmo o ISEB desse período, a repudiar os investimentos estrangeiros e assim politizar fortemente as relações do Brasil com os Estados Unidos, muito menos incentivar uma alteração na estrutura do Estado e na participação política dos trabalhadores que acompanhavam esse tipo de decisão. De acordo com Almeida, um dos grandes motivos para o afastamento de uma parcela importante do grupo de empresários – inclusive dos considerados nacionalistas – de qualquer apoio ao governo de Goulart foi a aprovação do projeto sobre a remessa de lucros para o exterior em 1962, justamente um dos símbolos da vitória dos nacionalistas mais radicais, portanto, da restrição mais severa aos capitais com origem fora do país. Ainda segundo Almeida, entre os setores mais fundamentais da burguesia industrial:

[...] cabiam protestos típicos contra esta ou aquela medida de política econômica que beneficiasse o capital imperialista, mas sem pôr em cheque a existência do setor fustigado. Resguardava-se firmemente, portanto, o princípio da propriedade privada, cabendo a cada setor da sociedade, de acordo com sua capacidade “econômica”, suportar os efeitos da competição que a crise aguçava (ALMEIDA, 1995, p.182).

É necessário destacar que o grupo dos industriais, evidentemente, não era homogêneo, o que fez com que o empresariado não abandonasse o governo e seu crescente fascínio pelas propostas mais radicais no mesmo ritmo e nem de forma abrupta e definitiva. Nesse ponto, serve o Plano Trienal, que citamos acima, de base para a discussão. Como projeto de austeridade, que previa a industrialização, o controle da inflação e a estabilização dos salários, chegou a entusiasmar certos grupos – esses pontos eram defendidos, por exemplo, dentro da FIESP pelo grupo liderado por José Ermírio de Moraes. Assim se deu também com as reformas propostas pelo governo Goulart, apoiadas por todos os grupos nacionalistas. Fossem os elementos radicais ou moderados, elas eram vistas como uma forma de melhoria do desenvolvimento do capitalismo, uma superação dos entraves ao sistema e não do seu questionamento ou da posição do país nas relações com outras nações. Retomando um editorial publicado em 1963 no periódico *Desenvolvimento e Conjuntura*, um órgão da CNI, Almeida afirmou que para os nacionalistas da burguesia industrial o bom nacionalismo era aquele cujos limites eram estreitos para entrada na política do movimento popular fora das vias tradicionais, o que os mantiveram no apoio de algumas propostas de Goulart mesmo após a lei da remessa de lucros. No texto, o apoio às medidas dentro desse referencial é evidente:

herdeiros de companhias industriais familiares, que se confrontavam com o desembarque das corporações multinacionais. Pudemos lutar contra o processo de desnacionalização das empresas brasileiras, que haviam adquirido o ânimo do crescimento durante os anos 50. Mas, infelizmente não nos foi possível impedir o golpe de Estado que viria em 1964 (GASPARIAN, 1998).

“o importante era reconstruir no país uma liderança firme e esclarecida, que (coibisse) as agitações da esquerda e (neutralizasse) a resistência de grupos menos esclarecidos às chamadas reformas de base” (ALMEIDA, 1995, p.185).

Membro da ala nacionalista do empresariado, a fala de Fernando Gasparian aponta a manutenção do seu vínculo com o governo, mas dentro dos limites que faziam parte do nacionalismo defendido pelo grupo ao qual estava vinculado. Tanto é que, apesar das dificuldades que elencou para levar a cabo um projeto com esse caráter, foi otimista quanto à possibilidade do Brasil não perder a linha que o levaria até ao nível das potências mundiais. Utilizando alguns levantamentos, embora tenha concluído que os dados recentes estavam abaixo da meta, o crescimento poderia ser retomado, em parte, pela adoção de uma “conduta econômica” que privilegiasse o aumento das inversões, via crescimento da poupança e também por investimentos estrangeiros – esse último, causador de muitos rompimentos com o governo de Goulart.

Com relação ao primeiro ponto, além dos problemas causados pelos termos desfavoráveis do intercâmbio, fundamentais nas análises da CEPAL, o autor mostrou-se atento à necessidade de apoio, naquele momento, da elite brasileira. De acordo com o conselheiro, o aumento da poupança não poderia ser feito pela redução do nível de vida das camadas mais pobres, “já bastante comprimidas”, mas que o grupo dos mais abastados, alheio “à realidade do país”, poderia deixar de ter hábitos de consumo semelhantes aos dos países desenvolvidos para contribuir com aquele grande objetivo. No entanto, essa contribuição, em termos práticos, segundo o próprio Gasparian, era menos importante do que seu caráter simbólico, esse sim voltado para que o país alcançasse o sacrifício geral, inclusive da população mais pobre:

Se essa redução representa pouco quantitativamente, tem grande importância do ponto de vista moral, pois não é possível levar as massas a se sacrificarem pelo progresso, se minorias inconscientes fruem uma forma de vida suntuária (GASPARIAN, 1966, p.21).

Sobre os investimentos estrangeiros, Gasparian fez uma declaração em sintonia com a posição identificada nas associações empresariais em que circulava, isto é, crítica, mas, sobretudo, de aceitação. O conselheiro os viu como um elemento que chegava de forma “anêmica e sem expressividade”, mas que, se aqui estivessem, tomando como exemplo o Programa da Aliança para o Progresso, permitiriam um “desenvolvimento mais rápido sem aumentar o sacrifício da população”. Ainda baseando-se no programa norte-americano, que teve como mentor, segundo o industrial, “um grande americano que a brutalidade emudeceu”

– uma referência a John Kennedy e seu assassinato –, com a “consciência de culpa que não era sua” pelo “papel omissivo de sua pátria” no continente pobre, Gasparian colocou certa aura de nobreza nesse tipo de ação, pontuando a possibilidade de boas políticas no seio das grandes potências, como fica claro também pela seguinte declaração: “Em verdade, o princípio de solidariedade não é algo abstrato e intangível. Sua fonte é a mesma que criou o direito e as noções do justo e do iníquo”. Esse sentido era tão válido com relação à política dos norte-americanos naquele momento que, embora pouco houvesse sido cumprido de “tão ambicioso plano”, cabia aos brasileiros, para Gasparian, não se “conformar com o insucesso” (1966, p.23).

No entanto, mesmo com todas essas possibilidades vinculadas aos capitais externos, tais ações, de acordo com o empresário, não eram suficientes para solucionar o índice de investimento necessário no país, o que o levou a classificar a atuação externa também como um “elemento subsidiário, embora que desejado”. Diminuindo a sua importância e, ao mesmo tempo, assumindo que a sua eficácia, assim como a questão dos termos de relações de troca, não dependia apenas do Brasil, Fernando Gasparian retirou o olhar sobre as ações dos outros países para encontrar dentro da nação as soluções para o desenvolvimento, afastando-se, desse modo, do tema tão caro aos nacionalistas mais radicais. Nesse movimento, ele se aproximou de alguns problemas sociais, também importantes para esses grupos, para seu partido e o governo, mas os abordou como deficiências internas a serem superadas, seja pela melhoria na atuação de forças privadas ou da organização das políticas públicas, sem nenhum vínculo com a posição do Brasil no conjunto de relações com outras nações.

Uma vez que não podemos aumentar a poupança através da compressão do nível de vida do povo; que a melhoria dos termos de relações de troca não pode ser concedida por medidas unilaterais; que os financiamentos externos são aleatórios, há que concentrarmos nossa atenção e nosso esforço para o máximo *aproveitamento dos fatores de produção de que dispomos* (GASPARIAN, 1966, p.24).

No que também chamou de “esforço interno”, além de questões mais técnicas, como as atividades bancárias ou políticas de crédito, sua análise lembrou, por exemplo, o problema da terra. Nesse ponto, claramente, o conselheiro foi de acordo como consenso existente entre as alas progressistas, sendo assim, a favor da Reforma Agrária:

[...] é extremamente criticável a ociosidade crônica dos fatores: parte das terras do país jazem sem aproveitamento porque os que as querem cultivar não as possuem e o que as possuem muitas vezes não se preocupam em cultivá-las. A mão-de-obra – abundante – remanesce marginalizada, como se de sua mobilização não resultasse, de imediato, riqueza (GASPARIAN, 1966, p.24).

Fernando Gasparian ainda identificou uma disparidade na situação de alguns grupos sociais do país na complexa questão salarial. No seu discurso, a política de salários empregada pelo governo apareceu com um elemento que não alcançava “o seu maior objetivo, que é o levantamento do nível de vida de toda a coletividade trabalhadora”. Para Gasparian, o problema residia no fato de que existiam no Brasil as “clientelas privilegiadas”, que por meio de “pressões grupais” recebiam as “vantagens pecuniárias”. Esse quadro gerava ainda outra distorção fundamental: o “rendimento do trabalho humano” no país não crescia “na razão dos incrementos reais de salários” outorgados – o que tornava a política salarial totalmente ilegítima, já que ela deixava de valorizar o caráter produtivo que esse tipo de ação possuía. Aqui, provavelmente, o empresário fazia uma referência ao papel desempenhado, naquele momento, por grupos como os militares e funcionários públicos civis – o segundo, inclusive, acusado pelo conselheiro de falta de comprometimento em suas atividades no aparelho burocrático⁶⁶. Durante toda a primeira metade de 1963, San Tiago Dantas e Celso Furtado, em especial, foram pressionados por esses setores por um aumento de 70% em seus salários, propósito alcançado somente em julho. Diferente dos outros trabalhadores, eles não dependiam do decreto do Ministro do Trabalho para que a modificação em seus vencimentos fosse aprovada, causando uma série de embaraços aos ministros e o Congresso (SKIDMORE, 2000). Possivelmente em vista desse quadro, e disposto a não incentivá-lo, a proposta de Gasparian manteve o tom produtivista, sem aprofundar qualquer justificativa social explosiva que a defesa de uma medida nesses moldes poderia adquirir. Para o conselheiro, cabia ao governo abandonar a “subutilização” desse artifício na atividade econômica nacional, o que significava distribuir melhor os benefícios privilegiando também os operários na política salarial, responsáveis pelo real aumento da produtividade no país.

Essas últimas considerações de Fernando Gasparian acerca da política salarial sintetizam bem a forma como elementos vitais para o Brasil naquele momento foram trabalhados ao longo do seu discurso. De modo geral, podemos afirmar que o conselheiro ainda perseguia as diretrizes postas por alas nacionalistas mais moderadas, seja nas associações em que circulava, como a FIESP e a CNI, em seu partido, o PDC, ou, agora, dentro do próprio governo, quando o Plano Trienal procurava seus últimos suspiros em outras mãos. Por moderado, entendemos uma postura pouco avessa ao capital estrangeiro e distante do crescente apoio à mobilização popular, que perdia terreno dentro das ações de João Goulart

⁶⁶ Para Gasparian: “Os serviços públicos vêm operando, entre nós, com incrível desapego às normas da eficácia, como se ninguém estivesse compenetrado da finalidade de cada repartição, dentro do quadro que representa o esforço do Estado na realização do progresso nacional” (1966, p.26).

e de grupos ao seu redor. A fala do novo conselheiro primou pelo desenvolvimento como forma de “independência”, mas que ocorresse dentro da ordem política e econômica vigente, isto é, sem “terror”, sem rompimento com o exterior e, sobretudo, com “esforço interno”, símbolo de esperança na eficiência e no sacrifício da população, isto é, “rigor”. Suas últimas palavras reiteraram justamente a austeridade, necessária para que o país não perdesse o controle do próprio caminho em direção aos “povos mais adiantados”:

Só o aumento da eficácia dos fatores disponíveis, o que se conseguirá sempre com sacrifícios e renúncias, evitará que o processo de nosso desenvolvimento fuja do nosso controle e que a nossa sorte seja manipulada de fora para dentro.

Convém repetir:

Como os outros fatores não dependem de nós, precisamos nos apegar à melhoria da eficiência do que dispomos, porque só ela promoverá a riqueza do país, recuperará o atraso em que estamos dos povos mais adiantados e possibilitará o aumento real do nível de vida da nossa gente (1966, p.27).

Depois da posse no Conselho Nacional de Economia, Fernando Gasparian mudou-se de São Paulo para o Rio de Janeiro, provavelmente para aproximar-se do poder. Há que se considerar como motivo para essa mudança também o fato de ter se tornado sócio majoritário de uma das maiores fábricas têxteis da América Latina, a América Fabril – segundo Kucinski (1991, p.250), “com alguma ajuda do governo de então”. A empresa enfrentava uma séria crise financeira e estava sob a intervenção do Banco do Brasil, que ofereceu boas condições para a compra, parcelando as dívidas e financiando a aquisição de máquinas. Na nova cidade, mais uma vez, a casa de Gasparian tornou-se um importante ponto de encontro – “um centro de articulação política em apoio às reformas de base patrocinadas pelo presidente João Goulart”, de acordo Plínio A. Sampaio (2010), deputado federal pelo PDC e que atuava junto ao governo nas questões relacionadas à reforma agrária. Um apoio que, somado a outras ações, com a tomada do poder pelos militares em 1964 e a entrada de novas concepções na presidência, contribuiu para que a vida do “jovem capitão da indústria”, como chegou a ser chamado nesses anos, ganhasse outros rumos.

2.3 “Uma posição nacionalista” no governo dos militares.

A diminuição da força que o empresário tinha construído desde a década de 50 pelo regime militar começou pela intervenção no Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem na qual era presidente, que ficou sob inspeção por dois meses, mas que não chegou a impedir,

nesse momento, o fim das suas atividades e o próprio mandato, concluído no prazo regulamentado pela instituição ainda em 1964. Nesses primeiros anos, sua posição no Conselho Nacional de Economia também foi mantida, já que a Constituição o assegurava como membro até 1968, apesar da fragilização do seu posto. Entretanto, foi pelo próprio Conselho que Gasparian afirmou ter feito parte de sua oposição ao regime, colocando-se contra as medidas econômicas adotadas pelos militares, notadamente as do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG). Com essa postura, que se repetiu em outras ações, Fernando Gasparian alcançou espaço na mídia, ocupando o lugar que muitos parlamentares da oposição foram obrigados a deixar por terem seus direitos políticos cassados.

O PAEG foi elaborado por Roberto Campos e Octávio de Gouveia Bulhões, líderes da equipe econômica do governo Castelo Branco – enquanto o primeiro ocupou o posto de Ministro do Planejamento, o segundo assumiu o cargo de Ministro da Fazenda. O diagnóstico da situação brasileira exposto pelo programa, assim como de outras avaliações do início dos anos 60, colocava na inflação o título de grande obstáculo para o pleno crescimento. As principais causas para a existência desse empecilho fundamental, de acordo com a nova equipe de governo, estavam nos grandes déficits do setor público, no excesso de crédito para o setor privado e no abusivo aumento de salários, que contribuíam para uma demanda exagerada. Para conter o problema, as medidas postas em prática pelo programa visavam o ataque a essas causas, num enfoque que ficou conhecido como “gradualista”, ou “quase ortodoxo”, pois não seguia o “tratamento de choque” defendido pelo FMI (Fundo Monetário Internacional), que colocava a necessidade de congelamento imediato de preços e salários para que não se formasse uma resistência política inviabilizadora do plano. Gouveia e Bulhões, sem desejar qualquer rompimento com a instituição internacional, depois de alguns encontros e ações, conseguiram o aval para o conjunto de medidas, definido em três fases de ajustamento: inflação corretiva, desinflação e estabilidade de preços (SKIDMORE, 1988; SANTOS, 2000).

Na avaliação da equipe de Castelo Branco era de suma importância o restabelecimento da credibilidade no exterior para o bom relacionamento com credores e investidores estrangeiros. A construção da imagem necessária para o pleno funcionamento dessa atmosfera, que precisava mostrar força política para a adoção total das medidas e comprometimento com a economia do “mundo livre”, teve como primeira ação, entre outras que surgiram, o repúdio ao nacionalismo radical que havia ganhado força nos anos de Goulart. Segundo Skidmore (1988), na retórica de Campos, o nacionalismo considerado ilusório ou pernicioso, o “nacionalismo romântico” como chamado pelo Ministro, sempre

teve lugar de destaque – serve de exemplo o seguinte trecho de um livro publicado por Campos:

[...] outro tipo de subversivo é o ‘nacionaleiro’, que se apresenta sob duas variantes principais; o traficante de nacionalismo e o patriota obscurantista. O traficante de nacionalismo explora o sentimento do patriotismo, como meio de bloquear concorrentes e proteger monopólios ineficientes. Fatura nacionalismo a expensas do consumidor. Já o patriota obscurantista é mais respeitável e talvez mais perigoso, pois nada mais sólido e irresistível – quase uma força da natureza – que o cidadão de puras intenções e parco entendimento; o ‘burro honesto’, em suma. O problema é que ambas as variedades nacionais retardam o desenvolvimento econômico. Diminuem o ingresso de poupança estrangeira, sem nada fazerem para aumentar a poupança nacional. Confundem divergências sobre métodos de desenvolvimento, com desamor à independência nacional. Deturpando a expressão nacionalismo, usam-na como instrumento de intimidação, pois, como disse certa vez o Presidente Castelo Branco, ‘condenam aqueles que não concordam com seus pontos de vista à situação de traidores e incapazes de pertencerem à comunidade política (apud SANTOS, 2000, p.118-119).

Para abater os efeitos perniciosos desse nacionalismo, o alvo do governo voltou-se primeiramente para a lei de remessa de lucros de 1962, criticada tanto pelo empresariado brasileiro, mesmo a sua vertente nacionalista, como já foi observado aqui, quanto por órgãos privados e governos estrangeiros, notadamente o norte-americano. Já com muitos expurgos no Congresso, Castelo Branco conseguiu facilmente apoio para a revogação dos termos que considerava desfavoráveis na lei, na esperança de atrair investidores, tecnologia, melhoria na balança de pagamentos e uma maior aproximação com o governo dos Estados Unidos, que foi consolidada em meses.

Em duas falas no Conselho Nacional de Economia em 1965, Fernando Gasparian não só pôs em cheque certas diretrizes políticas e econômicas adotadas pelo novo governo como também apresentou suas soluções para os problemas no caminho do país. A primeira declaração foi feita no mês de maio, quando solicitou aos membros do órgão que reunissem opiniões acerca da situação da economia brasileira para emissão de uma posição clara à sociedade sobre aquele momento, e a segunda, quase dois meses depois, quando, em virtude de considerar como não cumprido o pedido feito anteriormente, apresentou estudo próprio aos conselheiros, fundamentando sua posição sobre o PAEG com dados e conclusões emitidas em órgãos especializados.

Os princípios defendidos nas duas ocasiões pelo conselheiro foram muito semelhantes. A segunda declaração, definida pelo industrial como um “Relatório”, alcançou maior repercussão, tendo sido divulgada uma síntese de seu teor pelo jornal *Folha de São Paulo* no

dia posterior a sua apresentação no Conselho⁶⁷. Grosso modo, agora como oposição, Gasparian assumiu a postura do defensor de uma herança, em especial a do empresário nacionalista ator do desenvolvimento, combatida com hostilidade por uma equipe que tinha em seus membros filiações que apostavam no sentido oposto ao das bases em que se apoiava desde a década anterior. Atacado pelas políticas do governo, o conselheiro criticou contundente o que viu como afastamento do Estado na defesa da indústria e do crescimento econômico. Vale ressaltar que Fernando Gasparian manteve contato com membros importantes que haviam composto a equipe de João Goulart nesses primeiros anos do regime, mesmo os que foram para fora do país, como podemos concluir dos seus relatos sobre as relações com Darcy Ribeiro:

Por esse tempo, Darcy já se encontrava no exílio. Estive com ele em Montevideú, onde permaneceu por algum tempo, juntamente com o Presidente João Goulart, Leonel Brizola, Valdir Pires, Almino Affonso e outros eminentes homens públicos. Encontrei-o, também, em Santiago do Chile em julho de 1964. O poeta brasileiro Tiago de Mello ocupava a casa que outro poeta (a irmandade dos poetas é sempre solidária), o grande Pablo Neruda [...] E foi nesta casa de Santiago que nos vimos, em um jantar oferecido por Tiago de Mello. Ali estávamos vários brasileiros, entre eles Adão Pereira Nunes, Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso. Darcy nos confidenciou que estava a caminho da França [...] Disse-nos que ia a Paris com a esperança de avistar-se com De Gaulle e obter ajuda para derrubar o regime militar no Brasil. Sabíamos que a empreitada parecia impossível, mas não tínhamos o direito de esmorecê-lo⁶⁸ (GASPARIAN, 2002).

Em sua declaração, para a defesa do modelo que se tornava cada vez mais passado e distante, Gasparian afirmou: “A partir dos 50, edificamos neste país – o que alguns achavam uma loucura – e ainda há renitentes passadistas que assim pensam – edificamos um sólido e respeitável parque industrial” (1966, p.37)⁶⁹. E os números demonstravam que essa mesma indústria estava em recessão, caminhando para o inverso da prosperidade: “Paramos e estamos a regredir. É preciso que se evite regredir o país dois anos em cada ano, como já

⁶⁷ A síntese recebeu o seguinte título: *Fernando Gasparian apresenta ao CNE relatório sobre o PAE* (FERNANDO, 1965)

⁶⁸ Fernando Henrique Cardoso também relatou essa visita do empresário: “Recordo-me, antes de sua partida para a Europa, em 1964, de uma visita de Fernando Gasparian ao Chile, para me rever e a outros amigos exilados. Fui com ele à Corfo, que era a corporação chilena de fomento econômico. Quando se inteirou do numero de teares que havia no Chile fez seus cálculos e disse: ‘Minha família possui mais máquinas têxteis do que o Chile’” (CARDOSO, 2006-2007, p.12).

⁶⁹ É possível resgatar outros trechos de discursos de Gasparian afirmando a participação de empresários no que considerava vitórias da década anterior, como no seguinte pronunciamento como paraninfo em 1966: “Procurase, hoje, em verdade, encobrir o muito que fizemos e o enorme progresso de que esta cidade e este Estado são espelhos. Edificamos, na verdade, neste país, com muito pouca ajuda externa, um sólido e respeitável parque industrial. Mas, eis que os empresários brasileiros, responsáveis em grande parte pelo surto de prosperidade alcançado, estão hoje acusados de ineficientes. A bem da verdade, os acusadores mostram-se indiferentes e não acreditam em nossa capacidade de iniciativa, nem em nosso espírito criador. As chaminés que se encontram em São Paulo, para eles são paisagem fria, sem história, nem fê” (GASPARIAN, 1966, p.238).

advertiu o ilustre Senador José Ermírio de Moraes. (1966, p.45)”. A responsabilidade por essa situação eram as diretrizes e o não cumprimento de algumas medidas do PAEG. Segundo o conselheiro, o governo mantinha uma “resistência a iniciativa privada”, em especial, para o grupo de industriais, vigorava “a resistência psicológica” que o apresentava “como aquele que procura seu ganho às expensas da comunidade” (1966, p.44). Seus lucros eram tolhidos pelo controle dos preços, o crédito lhes era mais difícil, ficando em maior proporção para a agricultura, e a sua força exaurida pela concorrência estrangeira, que se avolumava:

Ora, da mesma forma que em outras épocas as indústrias nascentes estrangeiras receberam proteção tarifária contra concorrentes alienígenas, é lícito e necessário que nossa indústria infante receba hoje apoio indispensável para que possa competir com as ricas e experimentadas firmas oriundas de países avançados. O PAEG reconhece tal fato, mas nada fez para traduzir em atos semelhantes reconhecimento (GASPARIAN, 1966, p.116).

Esse quadro fazia parte, entre outros pontos, segundo o industrial, de um direcionamento cada vez mais acentuado do governo para uma posição ortodoxa e monetarista, em sintonia com os desejos do Fundo Monetário Internacional e em oposição ao objetivo inicialmente declarado pelo PAEG, que era de desenvolvimento com contenção gradual da inflação – Argentina e Chile, para Gasparian, eram exemplos máximos de como essa postura levaria o país para uma recessão cada vez maior. De acordo com o conselheiro, essa guinada tinha como resultado principal uma preocupação em demasia com o controle da inflação pela equipe econômica brasileira, cuja meta não tinha sido alcançada em sua totalidade, em detrimento das medidas necessárias para manter o desenvolvimento do país, sendo que, para Gasparian, era justamente o desenvolvimento o melhor antídoto para combater o maior mal da economia identificado pelos membros do governo de Castelo Branco: “a eficiência máxima do combate à inflação se consegue ao garantir-se a taxa máxima de desenvolvimento” (1966, p.122). A inflação, para o industrial, não podia parar o país, que corria o risco de sair do sentido que tinha caminhado até então:

Objetivamos, em suma, mostrar que não se pode parar o país pelo fato de que nêles vêm prosperando distorções inflacionárias. O que houver por corrigir que se corrija, sem interrupção de seu processo de desenvolvimento. Caso contrário estaremos concorrendo para, cada vez mais, distanciar-nos do grau de desenvolvimento já atingido por outros países (1966, p.126).

Para que o processo desenvolvimento ganhasse força novamente, deixando para trás o que também chamou de crise de estabilização, o industrial, agora como oposição e menos próximo da defesa de “sacrifícios e renúncias”, colocou como conclusão de seu relatório, a ser

discutida pelos outros membros do conselho antes de apresentada ao executivo, a sugestão das seguintes medidas: retomada dos investimentos públicos, visto que a saída da recessão devia ser comandada pelo Estado; a retificação salarial, pois o reajuste estava sendo feito sem levar em conta o aumento real do custo de vida do trabalhador, contribuindo, dessa forma, para a força da recessão; uma política global de crédito, com barateamento e oferta equilibrada a todos os setores; a redução definitiva dos impostos, que resultaria na retomada dos investimentos; uma política diferenciada de exportações, já que a fase de substituição de importações estava acabada, sendo necessário que o país buscasse novos mercados para acelerar seu desenvolvimento; e, por fim, retomando seu discurso de posse no Conselho, uma política de eficiência, onde voltou a frisar brevemente a política salarial e o seu caráter produtivo se bem aplicada.

A posição de Fernando Gasparian não foi bem recebida no Conselho, como provavelmente ele mesmo esperava. Assim como outras agências do governo, o órgão foi ocupado quase que totalmente por aqueles que apoiaram o golpe. Nesse caso, o industrial paulista tornou-se o único membro sem filiação com o IPES, um dos centros mais importantes na coordenação política, ideológica e financeira do movimento de 1964, cujos associados e colaboradores também fizeram parte da equipe de Roberto Campos responsável pela redação do PAEG (RAMIREZ, 2005). Com essa conjuntura, na avaliação do relatório formulado por Gasparian, prevaleceu a defesa das medidas de Castelo Branco, enquanto as propostas defendidas pelo conselheiro, por não compartilharem da concepção que agora controlava os rumos da economia e pelos vínculos estabelecidos entre seus conteúdos e as medidas adotadas por João Goulart, foram menosprezadas. O conselheiro Harold Poland, por exemplo, além de questionar as conclusões do industrial por sua natureza política e não econômica, afirmou:

As medidas propostas pelo Conselheiro Gasparian são do mais avantajado calibre inflacionário: expansão de crédito, aumento de salários nominais, aumento de despesas públicas, redução de impostos. Todas essas medidas estão exalando aquele forte cheiro denunciador de tal popularidade fácil que quase nos arrastou à tragédia de hiperinflação na era Goulartiana. Creemos que o Conselho Nacional de Economia se recuse a encampar as recomendações contidas no trabalho em pauta, não obstante aplaudirmos mais esta brilhante manifestação de inteligência que temos todos sempre admirado no simpático Conselheiro Fernando Gasparian (GASPARIAN, 1966, p.162).

Outro conselheiro que emitiu sua opinião sobre as propostas de Gasparian foi Glycon de Paiva, um crítico dos empresários que permaneciam ao lado de Goulart muito antes da sua

queda⁷⁰. Do mesmo modo que Harold Poland, Paiva demonstrou na sua avaliação forte repulsa pela herança do último presidente, especialmente ao tipo de desempenho do Estado nos assuntos econômicos:

Recomposta a administração superior com os elementos revolucionários, e mantida, quase intacta, a administração geral da Nação, com numerosos membros ideologicamente ainda presos ao Governo desaparecido, deu-se início ao exercício da política econômica financeira pelo Governo Castelo Branco. As primeiras ações do Governo no setor foram, naturalmente, de natureza tática, obedecendo à filosofia de abandono do estatismo político do Governo anterior, a de fazer ressaltar a verdade dos valores monetários, quaisquer que fossem: taxas de câmbio, tarifas de serviços, preços de petróleo e trigo, anteriormente subsidiados de modo que a demagogia traficasse com eles para barganhá-los por popularidade eleitoreira (GASPARIAN, 1966, p.133).

A crítica à política voltada para angariar apoio popular e não para o controle da economia prosseguiu forte no discurso de Glycon de Paiva, que fez uma série de referências ao caos deixado pelo “plano comunista de tomada do poder do governo Goulart-Brizzola”, contra o qual, segundo o membro do Conselho e opositor de Gasparian, o novo presidente lutava com o respeito dado pela nação e a autoridade decorrente “da repugnância em mercadejar com moeda demagógica”. O próprio Gasparian também foi visto pelo membro do IPES com um defensor desse tipo de prática, pois sua proposta de política salarial podia ser vista como o “meio mais eficaz e demagógico de combater o Governo”, embora fosse ruim para o operário e para o Brasil. Não bastasse, entre outros muitos pontos, Paiva ainda acusou o grupo de empresários insatisfeitos com as medidas anti-inflacionárias – por conseguinte, também Gasparian – de incompetência para lidar com a situação posta pela moeda estável, sendo que, no passado, sua sobrevivência tinha a garantia dada pelos privilégios de um Estado benevolente:

A contabilidade de custo, a produtividade, o planejamento, o controle de qualidade surgiram com obrigações para a segurança dos negócios. O mau gerente industrial

⁷⁰ Com uma extensa carreira em órgãos públicos e um dos fundadores do IPES, Paiva, curiosamente, apesar da crítica da FIESP ao projeto sobre remessa de lucros aprovado em 1962, atacou, em artigo publicado no mesmo ano pela *Digesto Econômico* – uma revista da Associação Comercial de São Paulo –, os industriais paulistas por terem influenciado e defendido a lei, os acusando de se esconder sob o manto protetor de um “aparente nacionalismo para gozarem a solidariedade da opinião pública, enquanto consolidam e protegem seus monopólios”. A crítica envolvia um memorial enviado de forma sigilosa ao presidente João Goulart pela FIESP, que foi elaborado por uma comissão presidida por José Ermírio de Moraes, tornado público posteriormente. Nele, entretanto, o que se lê é uma postura bastante moderada do grupo em que estava Gasparian, marcada pela defesa da necessidade de uma política austera de corte de gastos públicos. Para tanto, devia o governo não aumentar os encargos sociais, bem como os salários ou privilégios de determinadas classes, para evitar a pressão inflacionária. O documento também defendeu o investimento estrangeiro, já que, segundo o grupo, o país não tinha poupança suficiente para atender a urgência do desenvolvimento industrial, o que fazia do capital do exterior uma necessidade. O cuidado com esse tipo de fonte, de acordo com o relatório, estava no dever do governo de dispensar ao capital nacional o mesmo tipo de tratamento àquele que chegava de outros países, sem que a legislação desfavorecesse o setor brasileiro dedicado aos investimentos (ALMEIDA, 1995, p.178).

ou comercial, o qual, apesar da ruindade profissional, tranquilo tinha a sua vez no regime hiperinflacionário, previamente absolutário de todos os vícios e de todos os pecados, vê-se agora submetido a teste no qual talvez não passe. Já estouraram os casos mais espetaculares de gerência inepta, corrupta ou aladroadada. Outros resistem à capitulação. Saneia-se o meio financeiro. Apuram-se os costumes nas transações. É evidente que há muita gente em desacordo com isto, porque é da essência da natureza humana não render privilégios sem luta desesperada (1966, p.136).

A defesa do governo Castelo Branco e o forte ataque feito pelo membro do IPES ao suposto favoritismo de uma parcela do empresariado nacional, também presente nos discursos de Roberto Campos – como elemento fundamental de um tipo de mentalidade a ser superada⁷¹ –, derivava de uma posição clara do campo do pensamento econômico brasileiro das décadas de 1950 e 1960, que pelas relações intensas estabelecidas com o mundo político assimilava e contribuía para o acirramento dos debates desde o decênio anterior.

Extrapolaríamos os limites desse trabalho se aprofundássemos a reflexão sobre a estrutura desse campo e a complexa relação de seus membros com o governo, mas é interessante, ao menos, a citação de seu panorama geral, que pode ser observado no esquema elaborado por Maria Rita Loureiro (Quadro 1). Nesse quadro, o lugar de cada um dos elementos a partir das suas conclusões no debate sobre a inflação, por exemplo, esclarece não só como a essência da defesa de Gasparian no Conselho permaneceu apoiada nas filiações que demonstrou seguir antes mesmo do golpe, mas, sobretudo, como essa posição se tornou completamente insustentável naquele espaço, pois trazia da chamada “esquerda” do pensamento econômico propostas para dentro de um grupo localizado do lado oposto e muito próximo do poder naquele momento.

Grosso modo, podemos afirmar que, de um lado, estavam os grupos identificados como de “direita”, “entreguistas” ou “monetaristas ortodoxos”, para quem, naqueles anos, a inflação devia ser contida com medidas controladoras da oferta da moeda, resultando, assim como queria o PAEG, na diminuição da demanda por bens e serviços (ver Quadro 1). Entre as fontes dessa postura podemos citar, por exemplo, a atuação intelectual e institucional de Eugenio Gudín, defensor de reformas na área monetária e fiscal e a atuação do Estado somente em manobras corretivas de desvios do mercado, contra, portanto, as propostas de planejamento e excessivo protecionismo às indústrias. Com lugar de destaque nos meios acadêmicos e, especialmente, como diretor do importante centro de estudos econômicos da Fundação Getúlio Vargas, vínculo tanto de Bulhões quanto de Campos, assim como de

⁷¹ Thomas Skidmore resgatou o seguinte trecho de uma fala de Roberto Campos a empresários cariocas em 1964: “Precisavam parar de pensar em termos de pouca quantidade e preços altos, de contar com empréstimos excessivos através de crédito subsidiado pelo governo, e precisavam também perder o medo mórbido da concorrência” (SKIDMORE, 1988, p.130).

intervenção estatal na economia com ênfase no planejamento e protecionismo; enquanto nas décadas de 50 e 60, procurando minar a importância da FGV, ganhou protagonismo a CEPAL de Raul Prebisch e, especialmente, Celso Furtado – a teorização desses intelectuais permitiu observar como estrutura econômica e social de países como o Brasil determinava sua forma de inserção na economia mundial, sendo os reajustes dessa estrutura, por meio de uma política de desenvolvimento, a melhor forma de resolução do problema inflacionário, fruto das tensões que surgiam da transição para o mundo urbano industrial nos países da América Latina (LOUREIRO, 1992; BIELSHOWSKY, 2000).

Fora do Conselho Nacional de Economia, especialmente em duas ocasiões, quando foi escolhido como paraninfo de turmas universitárias, Gasparian deu algumas declarações que também servem de apoio para a interpretação que desenvolvemos aqui. Menos contido do que no órgão oficial, ao apadrinhar, em janeiro de 1966, os formandos da Escola Superior de Administração de Empresas, antes ESAN-SP, uma das primeiras instituições na área a desfrutar de reconhecimento pelo Estado⁷², o conselheiro vociferou que a fórmula para o desenvolvimento não poderia ser encontrada no exterior. Era necessário, de acordo com o industrial, afastar o “temor reverencial” e os “mitos do entreguismo” que pairavam sobre o país, pois a “adoção dos conselhos ortodoxos” ainda não havia alcançado o feito de contribuir para que alguma nação no mundo saísse da condição de subdesenvolvida. No Brasil, disse o paraninfo aos futuros administradores, faltava “originalidade” aos “mestres da ciência” – termo usado mais de uma vez para designar aqueles que agora estavam desfrutando as “culminâncias do poder”, possivelmente em função do enfoque rigorosamente científico preconizado pelos economistas identificados como de “direita” no esquema esboçado acima. O grupo, que impunha ao país um monólogo “tão sofisticado” a ponto de criar o “diálogo dirigido” – “espécie de Câmara de eco compulsório, o esgrimir de opiniões concordantes” –, segundo o conselheiro, pecava pela ausência de “inteligência” e a “flexibilidade” necessária para adaptar normas “pré-confeccionadas” no exterior à realidade nacional e caía assim “diretamente influenciado pelo FMI”.

Pouco mais de dois meses depois, dessa vez discursando para a turma da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, que passava por um processo de reforma curricular encampado, entre outros professores, notadamente por Delfim Neto, cujo principal objetivo era reforçar as disciplinas matemáticas e de teoria econômica da instituição

⁷² A Faculdade de Engenharia Industrial (FEI) e a Escola Superior de Administração de Negócios (ESAN) foram criadas pelo padre Roberto Sabóia de Medeiros no início da década de 40 com o objetivo de suprir a necessidade de engenheiros e gestores para a indústria crescente.

(LOUREIRO, 2006), Fernando Gasparian, na sua crítica à política e à economia daquele momento, trocou o termo “mestres da ciência” por “elite”, generalizando o ataque aos grupos no poder. Não obstante, apesar da mudança, que retomava o termo usado para o velho inimigo do lado moderno da nação, sobretudo os dois primeiros sentidos da conjectura pronunciada no discurso tocaram nos mesmos pontos da fala anterior.

De acordo com o conselheiro, o “grande obstáculo” do desenvolvimento brasileiro estava na “renitente e generalizada alienação das elites”, que podia ser dividida em três tipos principais: a científica, a factual e a psicológica. O primeiro tipo, significativo para aquele lugar e para a plateia, e o mais importante segundo o paraninfo, tinha como tendência principal “transferir para a realidade brasileira, sem maiores precauções, as receitas e regras contidas em livros europeus e americanos” (1966, p.257). Com isso, Gasparian ecoava vozes antigas como as de Silvio Romero e Euclides da Cunha e muitas outras mais recentes, como as de Caio Prado e Celso Furtado. Como para a outra turma, o conselheiro advogou pela necessidade de adaptação das formulações econômicas à realidade do país, colocando como um dos exemplos a política anti-inflacionária aplicada no período, que apenas procurava importar as conclusões de especialistas dos países do norte, não atentando para a diferença do fenômeno em países desenvolvidos e subdesenvolvidos, sendo necessário, para o segundo caso, por conta da sua peculiaridade, um remédio próprio, pois a inflação aqui, diferente de outros lugares, podia não significar desajustamento econômico e nem ausência de desenvolvimento.

O segundo tipo de alienação, a factual, consistia na não aceitação, por parte da elite, de que seus programas não obtinham sucesso. Utilizando-se de uma anedota, descreveu o médico que não aceita a ineficiência do tratamento aplicado ao doente – tratamento embasado em livros de medicina de autores europeus e norte-americanos – e que ainda se ofendia ao ser questionado por isso. Aqui é a citação do monólogo sofisticado, isto é, da falta de diálogo da equipe econômica, também apontada pelo conselheiro para os formandos em administração. Com base na questão do crédito aos empresários, exemplificou:

Afirmamos que nossas linhas de crédito foram drasticamente reduzidas e, sem que nossos dados sofram qualquer exame, somos brindados com eruditas exposições que demonstram, à luz da melhor doutrina, que as medidas adotadas pelo Governo têm a virtude de obter uma rápida contenção inflacionária, sem restrição alguma de crédito (1966, p.261).

Por fim, de acordo com o conselheiro, ainda assolava o país uma terceira forma de alienação, essa “bastante mais difundida, por não se achar condicionada ao exercício de

atividade científica ou profissão liberal”. Com essa afirmação, Fernando Gasparian alargou a sua crítica para outros setores da sociedade, ao mesmo tempo em que colocou a parcela dos economistas no poder em um patamar similar ao das elites tradicionais, a quem se opunha com firmeza desde antes do golpe. Citando Albert Hirschman, economista norte-americano pioneiro na relação entre o desenvolvimento e as estruturas tradicionais existentes, importante nas reformulações operadas na teoria da modernização que se tornavam cada vez mais fundamentais nas análises das Ciências Sociais no Brasil e do exterior, o paraninfo defendeu que as classes dominantes brasileiras não negavam a importância do desenvolvimento, mas exigiam que ele não alterasse as “posições relativas de riqueza e poder”. No país, frisou o conselheiro, depois de desencadeado o processo de mudança, uma série de resistências das elites entrava em vigor para manter seu *status quo*. Para provar a tese, Gasparian foi, mais uma vez, à posição em que se encontrava o seu próprio grupo naquele contexto político e econômico, pois apesar dos “riscos e trabalhos” assumidos nas alterações das últimas décadas, numa espécie de desqualificação sutil e estratégica das classes dominantes, os industriais sofriam com a desconfiança “sistemática” de seu “sucesso econômico”, visto como fruto de “corrupção” e de “manobras ilícitas” – “apontados como monopolistas” operando uma indústria ineficiente “às expensas do sacrifício do povo e graças a favores de toda ordem, obtidos sabe Deus por que meios.” (1966, p.264). Com isso, o Brasil fugia a regra dos países desenvolvidos, pois enquanto a “elite empresarial”, digna de reconhecimento, era tripudiada nas esferas do poder, quem não participou do esforço para a industrialização e o moderno predominava e estava livre da “mediocrização”.

Vale ressaltar que esse último tipo de referência, que demonstra seu conhecimento acerca da ideia de “desenvolvimento sem mudança”, menos vinculada a uma noção dualista e evolucionista típica dos anos 50, e que acabou contribuindo, junto a outros fatores, para uma série de desdobramentos nas análises sobre o país e a América Latina especialmente durante a segunda metade da década de 60, quando as teses estagnacionistas e as teorias da dependência ganharam terreno, não foi aprofundada nesse momento pelo conselheiro. Seus discursos ou relatórios, mesmo os com maiores espaços para reflexões, pelo contrário, procuravam afirmar as vitórias dos anos anteriores ao golpe e os desvios atuais, mas não as possíveis falhas de um grande processo, ou seja, permaneceu apoiado numa ótica mais conjuntural. Sobretudo, essa referência não o levou, como poderia, para uma explicação que criticasse importantes princípios do nacional-desenvolvimentismo acerca da atuação dos grupos empresariais de um ponto de vista diferente do lançado pelos membros da equipe econômica do governo, embora estivesse muito próximo de quem lançava novos olhares com esse teor.

Podemos mencionar aqui uma pesquisa que o envolveu diretamente e é um marco para a renovação do pensamento social brasileiro na próxima década. Fernando Henrique Cardoso, na sua tese de livre-docência, defendida em 1963 e publicada em 1964 com o título *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico*, pesquisou justamente a figura dos empresários no Brasil e concluiu que, embora houvesse uma divisão pouco nítida entre industriais mais dispostos a se associar ao capital estrangeiro e uma vertente mais nacionalista contra esse propósito, a tendência, com o avanço da industrialização, era a construção de uma aliança entre grupos de brasileiros e os do exterior. As diferenças desapareciam em função da condição comum de capitalistas, na defesa, como classe, dos mesmos pressupostos: propriedade, democracia e prosperidade. Nesse sentido, a burguesia brasileira, diferente do que proclamava o ISEB e o PCB no perfil “burguesia industrial nacional”, de acordo com Cardoso, não possuía uma consciência de si, capaz de unir os empresários em torno de projeto emancipacionista e nacionalista. Para o sociólogo paulista, em essência, a burguesia era mais pragmática do que revolucionária; voltada para a participação na prosperidade ocidental sem questionar as oligarquias, adaptada, na verdade, ao poder tradicional (REIS, 2006). Interessante que essa pesquisa teve origem no CESIT (Centro de Sociologia Industrial e Trabalho), criado pelo próprio Cardoso e financiado por Gasparian⁷³. Ademais, a conclusão colocou em destaque o amigo empresário, como declarou o próprio Fernando Henrique anos depois:

O Iseb fazia uma análise mais próxima da realidade e também mais ideológica, enquanto nós, como cientistas, fazíamos análises abstratas, categoriais, marxistas. E o Partido Comunista dava o elemento básicos da ideologia da esquerda na visão stalinista, que era a visão de que os setores progressistas da sociedade – os trabalhadores, os camponeses, as classes médias, a intelectualidade – teriam de formar uma aliança com a burguesia industrial nacional contra o imperialismo e o latifúndio. Bem, dos não sei quantos empresários que entrevistei na minha pesquisa, só havia dois que podiam dar verossimilhança a essa ideia: o José Ermírio de Moraes e o Fernando Gasparian. Todos os demais já estavam se associando às empresas estrangeiras e não apoiavam a reforma agrária. Então o meu estudo apontou que a ideologia acadêmica e a da esquerda predominante estavam baseadas no nada, a dinâmica efetiva da sociedade era outra (CARDOSO, 2009, p.27).

Essa perspectiva circulou próxima a Gasparian naqueles anos, como demonstrou também Bresser Pereira, que ao relatar suas memórias sobre o enquadramento do empresário paulista no setor classificado como “burguesia nacional”, afirmou:

⁷³ Segundo Cardoso: “Arranjei recursos com o Fernando Gasparian, que era meu amigo e cuja mulher, Dalva, tinha sido colega da Ruth no colégio em São Paulo. Fernando foi nomeado pelo Jango interventor na Confederação Nacional das Indústrias, a CNI. Assim, arranjei uma verba para fazer pesquisa. Arranjar dinheiro do setor empresarial para fazer pesquisa na universidade era algo heterodoxo.” (CARDOSO, 2006, p.74).

Eu o conheci nos anos 1950, quando era um empresário nacionalista famoso, o grande defensor da industrialização e da empresa nacional, o representante por excelência da burguesia nacional. Mas já então seus amigos brincavam que ele era “o único representante” dessa burguesia. Não era. Existiam então, como existem hoje, muitos outros empresários também identificados com o desenvolvimento do país; mas essa frase já indicava as incompreensões que enfrentaria (BRESSER-PEREIRA, 2006, p.B2).

No limite, a pesquisa de Fernando Henrique Cardoso foi um dos primeiros passos para retirada da força ideológica e política que o nacionalismo tinha angariado nas décadas anteriores, a base para que Cardoso estabelecesse em poucos anos a tese da dependência associada. Fernando Gasparian, entretanto, apesar de receoso com a resistência dos setores que julgava tradicionais dentro do processo de desenvolvimento, ainda colocou para o público a crença em outra parte da elite e, especialmente, no projeto desse grupo, talvez porque acreditasse ser parte dela e um articulador dos seus planos, ao mesmo tempo em que via força suficiente no processo de desenvolvimento para que o país não se perdesse no meio do caminho, sem assumir que o futuro poderia não ser tão pleno de progresso e independência como queriam os nacionalistas:

Quaisquer que sejam os impactos negativos dessas alienações não tenho muitas dúvidas de que a força torrencial do desenvolvimento terminará por vencê-las. O futuro do país não está na dependência das elites que hoje detêm o comando do processo sócio-econômico. Elas terminarão por ser substituídas e as condições brasileiras excepcionalmente favoráveis ao desenvolvimento deverão resistir ao impacto negativo de sua ação (1966, p.265).

Mas Gasparian não era o único. Assim como outros nacionalistas naquele momento, dispersos em revistas como a *Civilização Brasileira* ou a *Política Externa Independente*, apesar da decepção com o golpe e dos questionamentos, o regime militar, como o conselheiro também deixou evidente na declaração acima, foi tratado apenas como um intervalo, que seria superado por suas próprias contradições, especialmente no terreno econômico (PÉCAUT, 1990). No caso do conselheiro, permaneceu em seu pensamento o peso das antigas filiações, defendidas com vigor principalmente no discurso feito para a turma que se formava em administração. Nessa ocasião, além de justificar o seu não “jacobinismo” por fundamentar sua análise sobre o FMI com o trabalho historiador norte-americano Arthur Schlesinger Jr., segundo o empresário paulista, homem de confiança do “grande estadista Kennedy”, foi buscar em Roberto Simonsen o comportamento modelo para contrapor àquele que dominava os órgãos de decisão sob o comando dos “mestres da ciência”: “Faltam neste momento líderes da têmpera de Roberto Simonsen, líder autêntico da indústria brasileira que não silenciaria diante do que vem sucedendo, porque independente; que não permitiria fosse o trabalho do

empresário nacional tão pouco compreendido e válido”. (1966, p.245). Na conclusão da fala à plateia que deixava o mundo acadêmico, ainda afirmou:

Deus permita que, dentre os senhores, surjam outros Simonsen e os ilumine o exemplo pioneiro de Irineu Evangelista de Sousa, a fim de que, no mais breve tempo possível, a célebre frase aplicada àqueles que levaram Mauá ao desastre – o triunfo das galinhas sobre a águia – possa ser revivida em novos termos, para consagrar, finalmente, o triunfo das águias sobre as galinhas (1966, p.252).

Como é conhecido, resultado de um longo “triunfo” das “galinhas”, o regime não foi apenas uma fase curta; e desde o início foram claros os limites para a existência no mundo da política daqueles que podiam ser vistos como símbolos ou que mantinham as perspectivas anteriores ao golpe. Do quadro do pensamento econômico em que se apoiava Fernando Gasparian, por exemplo, para casos considerados mais graves, sobrou o destino marcado pelo fim dos direitos políticos, como aconteceu com Celso Furtado, Rômulo Almeida e Jesus Soares Pereira (LOUREIRO, 2006). O de Fernando Gasparian, como veremos, não foi muito diferente, e apesar do otimismo quanto ao futuro, ele estava ciente dos riscos que vinha correndo por assumir aquela postura, como deixou claro também em um de seus discursos de paraninfo:

Torna-se necessário que o medo não contamine os homens lúcidos e os responsáveis pela produção nacional. É preciso dizer não. E só a repetida coragem de dizê-lo leva a que sejam ouvidos e considerados.
E seria o caso de repetir-se, outra vez, aquela frase de Woodrow Wilson: “O medo está fora da América Livre? Porque temos homens que não receiam entregar-se a certos empreendimentos econômicos não obstante saibam que poderão ser destruídos. Porque há homens que não receiam expressar certas opiniões, embora saibam que serão boicotados em certos círculos influentes do qual depende seu crédito e os meios necessários ao progresso de seus negócios” (GASPARIAN, 1966, p.245).

Ao lado da difícil atuação no Conselho Nacional de Economia, o empresário ainda trabalhou contra o governo em outras frentes nesse período. Fernando Gasparian fez parte da fundação no Estado de São Paulo, em 1966, do Movimento Democrático Brasileiro – legenda criada pelos opositores dos militares depois da extinção dos partidos pelo Ato Institucional nº 2 e a instituição do bipartidarismo. Nas eleições indiretas para governador do Estado desse mesmo ano, o nome de Gasparian chegou a ser levantado para concorrer com o candidato da ARENA (Aliança Renovadora Nacional) à sucessão de Laudo Natel, mas acabou sendo preterido na convenção do MDB, que optou por entrar na disputa com o general Dalísio Mena Barreto, indicado pelo ex-presidente Jânio Quadros. A vitória ficou nas mãos da situação, que

colocou no governo do Estado, através dos votos da Assembleia Legislativa, Roberto de Abreu Sodré (LAMARÃO, 2011).

Nesse momento, o empresário também iniciou, pela terceira vez, uma relação com o mundo editorial, dessa vez na área dos livros – antes, na década de 1950, havia investido em dois jornais: o *Jornal de Debates* e *O Jundiaense*. Fernando Gasparian tornou-se o proprietário da editora carioca Saga, que surgiu em 1958 por iniciativa do filósofo Antonio Paim e do jornalista Osvaldo Peralva, dois membros do Partido Comunista que observaram de perto o regime solidificado por Josef Stalin e voltaram para o Brasil questionando uma série de antigas diretrizes do Partido Comunista nacional. A editora, segundo Paim (1999, p.5), foi criada “com propósitos exclusivamente políticos”, provavelmente ligados à disposição de ambos em divulgar as contradições que enxergaram na política soviética, num momento de rupturas no partido brasileiro em consequência das denúncias de culto à personalidade e de crimes políticos do líder soviético, o que explica a publicação de títulos como *Deus nu: o escritor e o partido comunista*, do norte-americano Howard Fast, que teve o mesmo tipo de rompimento político que os brasileiros, ou *O Caminho (Socialista) da Iugoslávia*, de Josip Broz Tito, líder da Iugoslávia, república socialista que não se alinhou a União Soviética stalinista⁷⁴.

Embora Fernando Gasparian tenha citado em entrevista que a compra da editora ocorreu em 1966, encontramos uma notícia sobre o lançamento do livro do artista e jornalista Arnaldo Pedroso d’Horta, *México: uma revolução insolúvel*, com uma declaração que é um indício do envolvimento do industrial com a casa editorial no final do ano anterior, já que sua publicação se deu em dezembro de 1965:

Entre os presentes estavam os srs. Canuto Mendes de Almeida, Sérgio Milliet, Fernando Gasparian, e os srs. José Aparecido de Oliveira, Cláudio Medeiros Lima e Hélio Ramos, respectivamente, presidente, fundador e diretor da editora. Em janeiro próximo, Arnaldo Pedroso d’Horta lançará um livro sobre Argélia e Israel. Na foto o autor e os srs Fernando Gasparian e Aparecido de Oliveira (LIVRO, 1965, p.24).

Não encontramos qualquer referência sobre o papel do jornalista Cláudio de Medeiros Lima na fundação da editora; quanto à presença de Fernando Gasparian e a não citação do seu nome como proprietário – embora tenha sido fotografado em posição de destaque ao lado do autor e do presidente da editora –, podem ter sido parte da estratégia do empresário ao adquirir o negócio. Segundo o próprio Gasparian, o investimento se deu apenas como forma de ajuda a dois amigos deputados federais cassados pelo regime militar em 64, também

⁷⁴ O próprio Osvaldo Peralva atuou na tradução dos dois títulos.

citados na notícia acima: José Aparecido de Oliveira, eleito em Minas Gerais pela União Democrática Nacional (UDN), e Hélio Ramos, que ocupou o cargo como representante da Bahia depois de concorrer na legenda Aliança Democrática Trabalhista Cristã⁷⁵, os dois com histórico de defesa do nacionalismo no Congresso⁷⁶. Todas as atividades da editora ficaram sob a responsabilidade dos ex-deputados, que assumiram os rumos da casa ao ocupar os cargos definidos na pequena nota publicada no jornal, enquanto a participação do empresário paulista, de acordo com as suas próprias declarações, foi superficial.

Na sua linha editorial a Saga continuou privilegiando a área de humanas, publicando mais títulos sobre temas variados com relação à história, à política e questões econômicas do Brasil e de outros países, além de algumas obras na área da literatura. Ao lado do próprio Fernando Gasparian, estão entre os autores publicados nessa nova fase: Luciano Martins, Guerreiro Ramos, Leon Trotsky, Thomas Skidmore, Herbert Marcuse e Che Guevara⁷⁷. O último autor, segundo afirmação feita anos depois pelo empresário, foi o único censurado entre os que continham símbolos contrários à doutrina do governo ou que faziam críticas a ele – os exemplares da obra foram apreendidos (GASPARIAN, 2002).

O livro que Fernando Gasparian publicou pela editora em 1966, o já citado *Em defesa da economia nacional*, trouxe os trabalhos de sua autoria que analisamos nas páginas anteriores, isto é, algumas falas apresentadas como paraninfo, o discurso de posse no Conselho Nacional de Economia, os estudos críticos sobre Plano de Ação Econômica (PAEG) apresentados na instituição, bem como as avaliações de outros conselheiros às suas declarações. Da seleção dos textos, organizados com o objetivo de prestar contas de sua atuação no órgão oficial, afirmou sentir-se orgulhoso na introdução, onde reiterou novamente a importância da parte da elite brasileira em que estava incluído. O conselheiro viu em suas ações amostras da sua coerência na defesa da “iniciativa privada nacional”, o que não significava uma luta somente pelos anseios dessa classe, mas também pela coincidência, como queria Roberto Simonsen, mais uma vez citado pelo empresário paulista, dos interesses

⁷⁵ Constituída pelo Partido Social Democrático (PSD), o Partido Democrata Cristão (PDC), o Partido Trabalhista Cristão (PTC), o Partido Social Progressista (PSP) e o Partido Socialista Brasileiro (PSB).

⁷⁶ Oliveira atuou na ala da UDN defensora de uma política econômica nacionalista, conhecida como Bossa Nova, que optou por uma posição centro-esquerda. Ramos fez parte da Frente Parlamentar Nacionalista, organização suprapartidária defensora do desenvolvimento autônomo da economia brasileira. Ambos também apoiaram a reformas de base no governo João Goulart.

⁷⁷ Os livros publicados pelos outros autores na Editora Saga foram: *O problema nacional do Brasil* (Guerreiro Ramos, 1960), *Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento: introdução à crise brasileira* (Luciano Martins, 1968); *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco* (Thomas E. Skidmore, 1969); *Terrorismo e comunismo* (Leon Trotsky, 1969); *Marxismo soviético: uma análise crítica* (Herbert Marcuse, 1969); *Textos* (Ernesto Che Guevara, 1968).

desse grupo com os “altos interesses da nacionalidade”, simbolizando ainda um esforço em benefício de todo o país (1966, p.10).

No esforço para provar sua crença, atacada duramente pelos membros do governo num momento em que os princípios do nacional-desenvolvimentismo passaram a ser cada vez mais desacreditados também por correntes de intelectuais, além do que já demonstramos aqui, Gasparian apresentou no livro um capítulo intitulado: *Debates sobre a desnacionalização* – tema que será objeto central das reflexões também em outra obra. Nesse ponto, novamente, o industrial paulista fez pública uma de suas propostas apresentadas ao Conselho, junto com a sua negação pelo órgão – demonstrada pelo pronunciamento do conselheiro José Bonifácio Nogueira, nomeado por Castelo Branco em 1965 para a instituição. No debate, que se deu entre abril e maio daquele ano, Gasparian desdobrou elementos já evidenciados em outros momentos, apontando com mais detalhes como o PAEG não cumpria com a promessa de privilegiar a indústria nacional, quando, pelo contrário, por meio de algumas medidas, dava condição de superioridade às empresas estrangeiras. O resultado, para o conselheiro: “absorção das nacionais, liquidação de outras e condenação das restantes”. Na réplica à Nogueira, defensor das medidas da equipe do presidente, Gasparian aprofundou sua defesa da necessidade de protecionismo à indústria brasileira, fato passível de defesa teórica e muito comum em outros países, segundo o conselheiro, e também afirmou, entre outros pontos, um elemento bastante significativo da discussão sobre o capital estrangeiro desde antes da queda de João Goulart, como que para afastar-se das ideias taxadas de nacionalistas radicais que geravam grande repulsa entre os governistas, firmando posição dentro da linha do seu próprio discurso de posse, isto é, mais moderada:

Assinalo, finalmente, que não sei de que forma minhas palavras puderam ser interpretadas no sentido de que pretendia excluir do país o capital estrangeiro. Se peço que se dê ao acional igualdade de condições para a concorrência, estou supondo a existência de concorrentes, ou seja, de empresas estrangeiras (1966, p.220).

Ao referir-se ao tema da desnacionalização na introdução do livro, o conselheiro colocou que se tratava “de um dos temas mais importantes da atualidade” (1966, p.12), no que estava correto. De fato, a política anti-inflacionária, com medidas monetárias rigorosas e a baixa da demanda, somadas ainda à menor proteção contra as importações, provocou uma severa recessão industrial, levando muitos empreendimentos para próximo do precipício, enquanto outros eram adquiridos por firmas estrangeiras. Com esse quadro, o governo não se viu livre de críticas do setor, a ponto do problema “desnacionalização” tornar-se objeto de

uma Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados em 1968, apesar da descrença num Congresso já bastante amputado. O interessante é que a Editora Saga tornou-se um escoadouro dos debates feito nas instituições do governo, possivelmente em função do trio nacionalista que assumiu as suas rédeas em 1965. Além do livro de Gasparian, foi publicado, em 1968, *Um projeto para o Brasil*, obra de Celso Furtado com a primeira parte composta pelo relato técnico do autor à Comissão Parlamentar – sem seus direitos políticos, Furtado passou a trabalhar em outros países, voltando ao Brasil apenas para esse fim. Em 1970, foi a vez de Rubem Medina, jovem deputado pelo MDB, que foi relator da Comissão, publicar dados e conclusões das sessões no Congresso no livro *Desnacionalização: crime contra o Brasil*.

Todas essas ações de Fernando Gasparian não demoraram a sofrer restrições mais duras do governo. Em 1967 a nova Constituição pôs fim ao Conselho Nacional de Economia. Para o empresário, essa foi a solução encontrada pelos militares para silenciar a oposição declarada que realizava na instituição (GASPARIAN, 1998). Conclusão que naquele ano chegou até o governo, segundo a imprensa, com os mesmos termos: *Gasparian: CNE fechou por ter dito verdades*, noticiou o jornal *Folha de São Paulo* em março de 1967, relatando o trecho da carta enviada pelo ex-conselheiro a Costa e Silva em que solicitou a sua exoneração do cargo, já que de acordo com a nova lei o empresário poderia ficar em disponibilidade remunerada até o fim do mandato, estabelecido pela antiga legislação como 1968. Ainda segundo a pequena reportagem, o motivo alegado por Gasparian ao presidente para não permanecer na “nova posição” foi porque considerava inaceitável “a idéia de continuar a receber proventos sem a correspondente contra-prestação de trabalho” (GASPARIAN: CNE, 1967, p.11)

2.4 O exílio “voluntário” e o retorno ao mundo editorial.

Nos próximos dois anos o cerco ao empresário foi ainda mais apertado, acompanhando a intensificação da repressão que ocorria em todas as esferas de oposição ao regime. Com o ato institucional nº5 em vigência, Fernando Gasparian foi acusado de financiar manifestações de estudantes contra os militares e, em 1969, perdeu de vez o direito de atuar nos sindicatos da sua categoria. Esta última determinação veio do Ministro do Trabalho Jarbas Passarinho, sob o argumento de que o empresário não se comportava de acordo com a ordem

moral estabelecida. Imposições que acabaram afetando também as suas atividades enquanto empresário, pois quem era enquadrado nas medidas de segurança ficava impedido de operar com o Banco do Brasil, uma grande complicação para alguém envolvido em tantos negócios. Plínio A. Sampaio (2010) descreveu com alguns detalhes a posição de Fernando Gasparian nesse momento:

Logo em seguida vieram as passeatas, entre as quais a famosa Passeata dos Cem Mil, a fim de protestar contra a morte de um estudante pela polícia ditatorial. Fernando e Dalva estavam no meio do movimento, e isso foi a conta. Em 1965, seu mandato como diretor do sindicato foi cassado – o único empresário de porte que perdeu seus direitos políticos. Mas o governo queria mais. Queria levá-lo à falência, e uma operação fazendária foi montada para isso. Foi convocado a comparecer ao Ministério da Fazenda, e o então ministro da pasta mostrou-lhe o cheque de sua contribuição para a realização da passeata e retratos de Dalva, junto com Flavio Rangel e Fernando Pedreira, misturados às lideranças estudantis que haviam convocado a manifestação. Isso era um desafio inconcebível pelos militares: empresário podia ganhar o dinheiro que quisesse, mas não podia fazer política de oposição.⁷⁸

As dificuldades para sustentar e se manter nos negócios em que era sócio majoritário, afinal, à sua figura foi colado o risco da censura econômica, também mereceram, anos depois, algumas considerações do seu filho, Marcus Gasparian:

Em 1963, meu pai havia se tornado acionista majoritário de uma indústria têxtil chamada América Fabril, mas foi obrigado a vender suas ações a um preço irrisório por causa da perseguição política. Naquele tempo, era o Banco do Brasil que financiava os empresários nacionais e o governo passou a cortar o crédito da América Fabril. Uma empresa que tinha 5 mil funcionários. A situação chegou a um ponto tal que os demais acionistas pediram para que o meu pai saísse da empresa (RIBEIRO, 2008).

Junto de todas essas complicações estavam também as ameaças de prisão e tortura, que chegavam até ele e a amigos opositores do regime. Com esse quadro, sem meios para se defender e sustentar sua posição, Fernando Gasparian resolveu então deixar o Brasil com sua família em 1969.

Fui morar fora daqui porque me avisaram que poderiam me prender a qualquer momento... Achavam que eu estava financiando a subversão porque às vezes eu dava dinheiro para os estudantes. Sempre tive ligação com o movimento estudantil. Achei melhor ir embora. Tive um convite para ser professor na Universidade de Nova York (NYU), e também depois pra ir pra Universidade de Oxford, onde fiquei dois anos como professor convidado. Foi assim que fui embora. Saí das empresas – era diretor – para que as empresas não fossem mais perseguidas como estavam

⁷⁸ A referência de Plínio A. Sampaio sobre a proibição da atuação nos sindicatos em 1965 é um engano. Como já registramos, esse fato ocorreu em 1969. Corroborar para nossa conclusão a nota publicada em novembro de 1969 no jornal *Folha de São Paulo* – sob o título *Gasparian destituído* –, onde o fato foi relatado (GASPARIAN DESTITUÍDO, 1969, p.11).

sendo... E também estava perdendo a liderança nas empresas que não eram só minhas (GASPARIAN, 2010, p.10).

Intercalando pequenas passagens pelo Centro de Estudos Internacionais da New York University, Fernando Gasparian tornou-se *visiting scholar* no Royal Institute of International Affairs, em Londres, e, posteriormente, entre 1971 e 1972, *visiting fellow* no Latin American Centre do St. Antony's College, na Universidade de Oxford, onde lecionou na área de economia latino-americana. Nesse tempo, além de preparar seu segundo livro, lançado no Brasil em 1973, fazia constantes viagens a Paris, onde mantinha contato com os amigos Fernando Henrique Cardoso, Luciano Martins e Celso Furtado, de algum modo também amputados pelo regime militar. Com esses acadêmicos, e também com os contatos nos Estados Unidos, como Plínio de Arruda Sampaio, Paulo Francis e Roberto Garcia, o empresário também discutia nesse período os planos de elaboração de um jornal de oposição para ser lançado no Brasil, que acabou tornando-se a tônica do seu retorno. O objetivo de Gasparian era reunir jornalistas influentes e intelectuais para informar e analisar a situação do país no universo econômico, político e cultural. A motivação, ao lado do que tinha vivido, crescia com as notícias que chegavam. Entre elas, a do sequestro de um amigo de longa data, o ex-deputado Rubens Paiva, que foi levado por oficiais do regime em 1971 e nunca mais foi visto⁷⁹ (KENSKI, 1990).

Em 1972, depois de três anos de vida acadêmica, Gasparian pôs fim ao seu autoexílio disposto a concretizar o plano, o que significava também mais um regresso ao universo editorial, já que a editora Saga tinha interrompido sua produção quando o empresário partiu para a Inglaterra. Ao chegar ao Brasil, o que foi feito com certo cuidado, entrou em contato com a produção do jornal *Pasquim*, que possuía o caráter de oposição pensado por Gasparian e já estava em funcionamento há algum tempo, para adquirir experiência:

Quando eu voltei, o brigadeiro Burnier tinha implicância comigo... o Waldir Pires foi me buscar no aeroporto para ver se acontecia alguma coisa... mas eu havia colocado uma notícia nos jornais dizendo que estava voltando, que ia fazer uma pesquisa para a Universidade de Oxford, e ia ficar apenas uma semana... a Fundação Getúlio Vargas me deu até uma sala...

[...] e então eu voltei, e peguei o *Pasquim* que estava financeiramente muito mal. Ajudei a tomar conta do *Pasquim* para ver como era a economia de um jornal desse tipo. O *Pasquim* dava lucro, mas o pessoal, intelectual... assinavam papel em branco pensando que era autógrafo e era promissora...

[...] O *Pasquim* mudou quando o Millôr passou a tomar conta. O Millôr interditou o jornal. E eu peguei as dívidas do *Pasquim*, parelei em 24 meses, avalizei pessoalmente, e o pessoal topou.

⁷⁹ Kucinski (1990, p.250) citou a seguinte declaração de Gasparian sobre o surgimento do jornal *Opinião*: foi “para defender Rubens Paiva que havia morrido aí, na luta, e outros amigos que também estavam exilados”.

[...] O Pasquim era um aprendizado para saber como fazer com um jornal, quanto custava... para montar o esquema econômico do novo jornal... (KENSKI, 1990, p.48)

Os próximos passos trataram da negociação com o grupo de jornalistas liderados por Raimundo Pereira, dono de uma atuação bastante crítica, reconhecida, por exemplo, pelo trabalho desenvolvido na primeira fase da revista *Veja*, e que naquele momento estava à procura de uma alternativa para manter sua oposição ao governo. As bases em que o projeto se estabeleceu no contato com esse grupo vieram dos jornais ingleses, especialmente do *The Guardian Weekly*, um semanário que editava uma seleção de artigos de outras importantes publicações, como o *Le Monde* e o *The New York Times*. A possibilidade de montar um jornal brasileiro nos mesmos moldes, isto é, com a participação de grandes nomes da imprensa internacional, além da credibilidade, significava proteção, pois, como afirmou Gasparian, isso representava “uma espécie de habeas corpus, porque o governo podia prender o *Opinião* e podia prender o *Le Monde* também” (GASPARIAN, 2010, p.11). Para tanto, foram importantes os contatos com os brasileiros que estavam fora do país e com os quais Gasparian tinha convivido. É o caso de Luciano Martins, que entrou em negociação com o fundador do *Le Monde*, Hubert Beuve Mery, e conseguiu os direitos de publicação das notícias para o empresário brasileiro. Além dele, contatos foram feitos e acertados com o *Washington Post*, *New York Review of Books*, *The Guardian* e *New Statesman*, que entraram no repertório das colaborações estrangeiras do jornal⁸⁰.

Apesar de toda a complexidade, o que inclui muitas divergências sobre o formato e o teor do jornal com Raimundo Pereira, que se tornou o primeiro editor, o *Opinião*, como foi intitulada a publicação, teve o primeiro número editado em seis de novembro de 1972, consagrando-se como o símbolo na imprensa das análises críticas ao regime dos militares, sofrendo, por isso, diversas intervenções do governo (KENSKI, 1990). Ao lado das publicações de artigos escritos por estrangeiros e de importantes jornalistas do Brasil, para esse trabalho é significativo ressaltar a intensa participação de uma parcela da intelectualidade nacional no periódico. Os cientistas sociais de postura oposicionista, através dos convites feitos por Gasparian, que se tornou o esteio material e político da publicação, sendo, inclusive, preso por conta dela, estiveram presentes desde o primeiro número. Como afirmou

⁸⁰ Parte das negociações com os jornais norte-americanos foi descrita da seguinte forma por Gasparian: “[...] e conversando com Plínio Arruda Sampaio, que agora é do PT, e que estava em Washington junto com Celso Furtado, conseguimos que o Edward Kennedy fizesse uma carta apoiando o jornal, saudando o *Opinião*. Conseguimos também os direitos do *New York Review of Books*, que é uma grande publicação até hoje – Bob Silvers era o diretor lá. E conseguimos o *Washington Post*... O diretor deu uma entrevista agora... Ele até esteve no Rio, na minha casa, quando veio ao Brasil” (GASPARIAN, 2010, p.12)

Maria H. Tavares de Almeida (1992, p.24), os mais assíduos colaboradores nos primeiros anos “formavam um grupo bem característico e definido. Eram nomes do Rio e de São Paulo, com reputação firmada nos meios acadêmicos, ligados por vínculos de amizade ao proprietário”. Nesse conjunto, teve presença especial o núcleo do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, o CEBRAP, com seu círculo de influência, em que se destacam intelectuais ligados às universidades paulistas USP e UNICAMP.

Tabela 11 – Os cientistas sociais no jornal *Opinião*

Colaboradores	Nº de artigos
Paul Singer (CEBRAP)	19
Fernando Henrique Cardoso (CEBRAP)	15
Chico de Oliveira (CEBRAP)	11
José Augusto Guilhon de Albuquerque (USP)	8
Francisco Weffort (CEBRAP, CEDEC, USP)	6
Edgar Carone (sem vínculo institucional)	6
Marco Aurélio Nogueira (UNESP)	5
Celso Furtado (sem vínculo)	5
Braz José de Araujo (USP)	4
Maria Yeda Linhares (UFRJ)	4
José Arthur Gianotti (CEBRAP)	3
José Álvaro Moisés (USP, CEDEC)	3
Alberto Passos Guimarães (sem vínculo institucional)	2
Antonio Cândido de Mello e Souza (USP)	2
Carlos Guilherme Mota (USP)	2
Gilberto Vaconcelos (FGV-SP)	2
Maria Hermínia Tavares de Almeida (UNICAMP)	2
Luciano Martins (CNRS-Paris)	2
Frederico Mazzuchelli (CEBRAP)	2
Eduardo Suplicy (FGV-SP)	1
Florestan Fernandes (sem vínculo)	1
Leôncio Martins Rodrigues (USP)	1
Luiz Carlos Bresser Pereira (FGV-SP)	1
Marco Aurélio Garcia (UNICAMP)	1
Carlos Nelson Coutinho (sem vínculo institucional)	1
Evelina Dagnino (UNICAMP)	1
Glaucio Dilon Soares (Florida University)	1
José Roberto do Amaral Lapa (UNICAMP)	1
José Honório Rodrigues (sem vínculo institucional)	1
Luiz Gonzaga Belluzo (UNICAMP)	1
Paulo Sérgio Pinheiro (UNICAMP)	1
Annez Andraus (DIEESE)	1
Carlos Estêvam Martins (CEBRAP/UNICAMP)	1
Hélio Silva (sem vínculo)	1
José Nilo Tavares (sem vínculo)	1
Luiz Antonio Cunha (PUC-RJ)	1
Luiz Werneck Vianna (CEBRAP/sem vínculo)	1
Maria da Conceição Tavares (UNICAMP)	1
Nelson Werneck Sodré (sem vínculo)	1
Peter Fry (UNICAMP)	1
Total	121

Fonte: Opinião

Extraído de: ALMEIDA, 1992, p.69

A criação do CEBRAP também é uma história da oposição. Ela está vinculada ao afastamento compulsório de alguns membros da universidade pelo regime militar no início de 1969. Sob o comando de Fernando H. Cardoso e José A. Giannotti, um grupo se reuniu e fundou o centro para preservar o ambiente intelectual e a tradição de pesquisa estabelecida na Universidade de São Paulo. Do conjunto inicial ainda faziam parte Juarez Brandão Lopes, Bóris Fausto, Carlos Estevam Martins, Elsa Berquó, Francisco Correia Weffort, Francisco de Oliveira, Leôncio Martins Rodrigues, Octávio Ianni, Paul Singer, Ruth Cardoso e Roberto Schwarz (LAHUERTA, 2001). Muitos com intensa participação no *Opinião*, como pode ser observado na Tabela 11, que lista os nomes dos acadêmicos que publicaram artigos no jornal.

A relação entre as duas instituições foi tão consistente que, numa segunda fase do periódico, iniciada com a saída de Raimundo Pereira em 1974, por conta das discussões entre o editor e Gasparian sobre as participações no jornal e o apoio a uma ala do MDB naquele momento, foi montado um “conselho editorial informal”, com a presença dos membros do CEBRAP – Francisco Weffort, J. A. Guilhon de Albuquerque e Paul Singer –, que se encontrava semanalmente ou quinzenalmente para discutir as tendências e as linhas do *Opinião* (KENSKI, 1990)⁸¹. Em termos mais práticos e de resultado, essa colaboração entre as duas esferas pode ser considerada uma via de mão de dupla: por um lado, o jornal serviu como instrumento de aproximação do CEBRAP com o grande público e, por outro, o *Opinião* beneficiou-se dessa relação contando com análises avalizadas de acadêmicos sobre temas cruciais daquele momento no país, como a regulação estatal da economia, o bipartidarismo, a distribuição de renda e o próprio modelo político autoritário.

Ao analisar essa relação, Maria Hermínia Tavares de Almeida (1992) evidenciou como a colaboração do CEBRAP com o semanário também foi um caminho de ingresso na política do grupo de intelectuais, especialmente pela ponte que por aí se estabeleceu entre seus membros e o MDB. Segundo essa autora, a partir de 1974, com uma oposição mais agressiva, o MDB procurou se aproximar dos intelectuais, que se tornaram mais conhecidos justamente pela participação no jornal. Os artigos publicados, defendeu a autora: “foram importantes para a construção pública dos intelectuais acadêmicos – e entre eles dos cientistas sociais – como atores do movimento de oposição ao regime, com perfil e linguagens próprios” (1992, p.26). A concretude da aproximação entre as duas instituições é demonstrada por Almeida através de

⁸¹ Nessa segunda fase, mais especificamente a partir de 1975, houve também uma ampliação do círculo de intelectuais que compunha o quadro de colaboradores do *Opinião*, que passou a incluir figuras do meio carioca (ALMEIDA, 1992, p.25).

um trecho de uma entrevista de Fernando Henrique Cardoso, em que relatou a visita de Ulisses Guimarães ao centro:

Na verdade foi o Ulysses e o Pacheco Chaves que foram procurar o Paulo Singer na casa deles, porque leram no *Opinião* os artigos de Paulo e meus. Daí o Paulo marcou o encontro no antigo CEBRAP da rua Bahia e eles vieram e conversaram [...] Eles queriam que nós ajudássemos a definir o programa do MDB (1992, p.26).

Para Bernardo Sorj (2001, p.61), embora não tenha citado uma fonte para essa afirmação, Fernando Gasparian também participou desse encontro:

Em 1974 Fernando Gasparian leva Ulisses Guimarães, presidente nacional do MDB, ao Cebrap. Ulisses convida o Centro a assessorar o MDB na Comissão Parlamentar de Inquérito das multinacionais e, logo depois, a ajudar a redigir o programa do partido. A decisão do Cebrap é colaborar a título pessoal, sem comprometer a instituição.

Depois de mais de um ano do lançamento do *Opinião*, Fernando Gasparian comprou a editora Paz e Terra de Ênio Silveira, que tinha editado há pouco o segundo livro do empresário, mas pela Civilização Brasileira, com o título *Capital Estrangeiro e desenvolvimento na América Latina. O mito e os fatos*. Para o lançamento do livro numa tarde de autógrafos, a editora de Ênio Silveira, na linha de frente entre as casas publicadoras opositoras ao regime, reforçou a marca do nacionalismo sobre a figura de Fernando Gasparian, divulgando no jornal *Folha de São Paulo* a seguinte nota:

A Editora Civilização Brasileira e a Livraria Teixeira têm o prazer de convidar todos os nacionalistas convictos para prestigiar com sua presença o lançamento do livro *Capital Estrangeiro e desenvolvimento na América Latina*, de Fernando Gasparian, no dia [...] (NOVO, 1973, p.27).

Deu-se o mesmo em um comentário sobre o livro logo após o seu lançamento, feito por Joelmir Beting: “Gasparian se diz ‘nacionalista convicto’ e, a partir dessa auto definição, que de resto não constitui segredo, contesta a tese dos que defendem o desenvolvimento econômico a qualquer preço, ‘inclusive o preço da alienação temporária da soberania nacional’” (BETING, 1973, p.23). Capa e orelhas também trouxeram afirmações na mesma linha: “Ninguém se iluda: o autor, pelo seu passado e pelo seu presente de patriótico e esclarecido nacionalismo [...]”; ou: “Nacionalista consciente, o autor nos mostra os perigos que acompanham a penetração do capital estrangeiro [...]”.

Escrito durante o período em que esteve fora do país – o prefácio foi assinado como “Oxford, março de 1972” –, ao pisar de forma mais profunda o tema basilar do capital estrangeiro, o ex-conselheiro assinalou a importância de vê-lo não como uma peça isolada,

mas como um elemento de um mecanismo ou modelo de desenvolvimento – parte da questão mais ampla da oferta, indispensável ao dinamismo econômico do Brasil e outros locais da América Latina. Com essa proposta, tratou de analisar o papel que esse componente desempenhou ao longo da história na região, dentro de três etapas distintas: modelo de investimentos com exportação primária (1870-1930), modelo de investimentos com substituição de importações (1930-1965/1970) e modelo de investimento com mercado-comum e/ou exportações-industriais *labour-intensive* (1965/70-...). A conclusão contrastou com a crença esboçada anteriormente na força “torrencial” do desenvolvimento – de acordo com o empresário, na construção de uma visão mais geral desse processo, os dados de sua pesquisa permitiram perceber que:

[...] o resultado a longo prazo foi, e deverá ser, sempre um impasse, sem qualquer contribuição apreciável para a eliminação do atraso econômico. De maneira geral, poderíamos dizer que esses são modelos de crescimento dependente, dentro dos quais os países da América Latina se dispõem a um dinamismo especializado em produção primária, industrialização para o mercado interno e exportações industriais restritas a países vizinhos ou a certos tipos de manufaturas (1973, p.103).

No pensamento de Gasparian, o capital estrangeiro, dentro da evolução da América Latina, foi o condutor dessa história de “impasses”. Tornou-se o responsável por cumprir o importante papel de “simples isca, destinada a encorajar as nações incautas a tipos de dinamismo especializados conducentes, após curto período, à virtual estagnação” (1973, p.103-104). No desenrolar dos fatos, com um final catastrófico caso continuasse assentada nos mesmos pressupostos, Gasparian nos faz pensar que o poder ilusório da “isca” foi bastante atraente, a ponto de enganar muitos em anos mais recentes – talvez aqui estivesse fazendo uma referência a si mesmo e o próprio grupo; afinal, se em 1964 e 1965, ao olhar para a década passada, o empresário defendeu com rigor a herança deixada a partir dos anos 50, que estava sendo atacada injustamente pelo novo regime, nesse momento, entretanto, tomado pelo verdadeiro rumo da história – “pela experiência concreta” –, Gasparian afirmou, não sem lamento, que a situação não era tão simples como parecia ser, e que o modelo de investimento com substituição de importações, assim como o anterior e o posterior, não gerou bons frutos para o país, apesar da crença, durante os anos em que estava ativo, “da maioria dos latino-americanos”:

Segundo análise da parte anterior, o que prejudicou os países da América Latina, no modelo de investimento com exportação primária, foi a especialização num setor de fraco dinamismo. Ora, o processo industrial constitui peça básica no modelo de substituição de importação. Não se teria, pois, encontrado uma fórmula capaz de levar os países da região ao seu pleno desenvolvimento?

Cumpra reconhecer que tal pergunta feita uma década atrás, seria provavelmente respondida de forma positiva pela maioria dos latino-americanos. Contudo, um exame aprofundado das implicações do mecanismo da substituição, infelizmente mostra que as coisas não se apresentam tão simples. A validade dessas restrições analíticas foi, aliás, plenamente confirmada pela experiência concreta. Donde ser lícito afirmar que, da perspectiva secular em que nos colocamos neste capítulo, os investimentos com substituição de importações tiveram um saldo claramente negativo (1973, p.98).

Como para o Celso Furtado do final da década de 60, de acordo com Pécault (1990), podemos afirmar que o Gasparian do exílio também foi tomado por um “pessimismo otimista”. Pessimista porque o desenvolvimento foi deixando de desempenhar nas suas considerações “o papel de lógica do social, inscrita no movimento real e teleologicamente orientada no sentido de criação de uma nação soberana”. Frente ao golpe, ao esgotamento do modelo de crescimento anterior e à ortodoxia imposta pelos militares, passou a valer, pelo contrário, a ideia de que o destino do país era o do “desenvolvimento bloqueado e fadado a alimentar suas distorções”. Não obstante, apesar da gravidade, de obstáculos econômicos, como o capital estrangeiro, assumidos como partes necessárias do processo de mudança, existia ainda solução, desde que houvesse uma reorientação que partisse do interior do governo, que devia construir um novo modelo de investimento. E essa atitude era urgente, pois, como nos momentos anteriores ao golpe, utilizando-se da mesma estratégia do discurso de posse, alardeou que a quebra da ordem em outro sentido era iminente, numa crítica aos movimentos de oposição com saídas não democráticas, como podemos ver nesse trecho:

[...] graças ao imperialismo ideológico da ciência econômica oficial sobre os economistas da A.L., os líderes políticos da área reconhecem apenas a seguinte alternativa: regime de iniciativa privada de portas abertas ao capital estrangeiro ou regime socialista de portas fechadas, não só ao capital estrangeiro, como à iniciativa privada local. As débeis sugestões no sentido de uma posição intermediária são anacrônicas, porque só teriam validade antes do início do processo de desnacionalização. Este se acha praticamente terminado em toda a região. Aceitar a continuação do presente dilema significa correr um risco pouco razoável. Por mais moderadas e partidárias da iniciativa privada que sejam, as lideranças latino-americanas serão, mais cedo ou mais tarde, vencidas por uma pressão que cresce cada dia sem nenhuma válvula de escape. E, quando a explosão se der, ficarão irremediavelmente comprometidos não apenas o interesse de empresas estrangeiras, como importantes valores que constituem a contribuição das democracias ocidentais para o progresso da humanidade. O que se propõe neste capítulo é uma alternativa para nos livrar da atual dicotomia que se procura impor à região. (GASPARIAN, 1973, p.195)

Outras ideias permaneceram vivas no pensamento de Gasparian. A força do capital estrangeiro na região, o grande culpado pela situação vivida e pela atual, por exemplo, de acordo com o empresário, encontrou terreno propício nos países por conta de parte das elites, a outra causa fundamental do eterno fracasso latino. Retomando a ideia do discurso proferido

aos formandos da Universidade de São Paulo, Gasparian colocou que a “alienação intelectual” – antes chamada de “alienação científica” – fez com que teorizações dos centros desenvolvidos fossem adotadas aqui sem crítica. E além de não estarem relacionadas à nossa realidade, como já havia afirmado, declarou com mais firmeza que elas continham, “frequentemente, elementos doutrinários que implicam uma defesa dos interesses dos países desenvolvidos” (1973, p.56). Para comprovar a tese, mostrou que na região “a posição liberal” tornou-se, ao longo dos anos, dominante. Por seus princípios, os capitais estrangeiros funcionavam como um “mecanismo automático de transmissão do desenvolvimento”, o que, além de não se comprovar na prática, fez com que fossem tratados como “tímidas donzelas”, amedrontadas e em fuga com qualquer medida de proteção aos “pequenos e fracos empresários nacionais”. Na posição privilegiada que adquiriram por conta dessa visão, sempre defendidos cegamente, as ações tomadas pelo poder acabavam por consentir com que o país fosse conduzido a entraves no crescimento, encontrando-se naquele momento no ápice dos efeitos perversos de tão antiga tendência: a desnacionalização.

Ao avaliar sua própria visão, Gasparian assumiu claramente que havia radicalizado:

Não há dúvida que nossa análise radicaliza, propositadamente, o ponto de vista desfavorável aos capitais estrangeiros. Com isso, no entanto se põe a descoberto a completa arbitrariedade da posição liberal, que só vê na colaboração financeira externa ganhos e vantagens para o desenvolvimento. (1973, p.127)

Mas o empresário não se via sozinho nessa empreitada. Ao mesmo tempo em que descreveu a força das ideias liberais no continente, observou a emergência de um pensamento crítico aos seus resultados, o nacionalista. Enquanto o processo de substituição de importações estava em funcionamento, essa reação não se apresentou “muito intensa”, mas quando findou a velocidade do desenvolvimento e a ação dos capitais estrangeiros revelou seus aspectos negativos, a região evoluiu na segunda metade dos anos 60 “para uma posição nacionalista tão extremada quanto a sua antecessora” (1973, p.33). Aqui, são os relatórios da Organização dos Estados Americanos e as citações de economistas como Raul Prebisch, Albert Hirschman e Raymond Vernon que foram apontadas como fontes para comprovar o processo de desnacionalização e a insurgência contra essa situação que ganhava terreno na região, a ponto de algumas medidas tomadas pelo governo servirem como exemplo de uma luta para que a condição fosse superada.

Foi então com base nesse quadro, com o qual nutria profunda identificação e se legitimou, que o empresário propôs um modelo de desenvolvimento para os países da América Latina, cuja essência estava na oposição aos pressupostos do que chamou de ideais

liberais. A solução para resolver o impasse fundamental em que se encontrava a América Latina ganhou o nome de “modelo de financiamento-com-exportações-manufatureiras”, no qual a atitude diante do capital estrangeiro era o mais importante. Nesse ponto, foi taxativo:

[...] o modelo proposto rejeita colaboração de empresas estrangeiras aceitando, porém, dentro de certas regras, os empréstimos internacionais. As empresas estrangeiras são rejeitadas porque, como vimos no capítulo anterior são incapazes de colaborar, sem restrições, numa política de exportação industrial (1973, p.172).

A oposição a tal política era certa, uma prova da falta de neutralidade dos países estrangeiros, manipuladores do dinamismo econômico do sul subdesenvolvido. Não obstante, mediante qualquer falta desse capital pela intransigência dos seus lugares de origem, seu posto seria ocupado pela atuação do continente num mercado amplo, já que o modelo valorizaria as exportações industriais com o apoio do Estado, que seriam as responsáveis por incrementar, junto com outras iniciativas, as poupanças internas essenciais na questão da oferta. Para tanto, entre as medidas a serem adotadas, estava o controle do setor exportador por empresas nacionais – por uma “elite empresarial nacional” – como a mais importante. Como a desnacionalização já havia avançado muito, ações paliativas, mais voltadas à defesa do empresariado nacional, como a regulação das multinacionais ou da recompra no futuro, não tinham mais tanta validade, sendo necessária, de acordo com Gasparian, uma política de renacionalização imediata. Essa deveria ser empreendida especialmente por medidas ofensivas, que poderiam ocorrer de duas formas: radical ou moderada – a primeira consistia na “recompra, pura e simplesmente, da totalidade das companhias estrangeiras existentes no país”, com o valor da indenização, se os governos latino-americanos quisessem, definidos por consultores internacionais; e a segunda, menos rigorosa e menos indicada, não buscaria o controle por nacionais de todas as empresas estrangeiras, mas que, entre as mais “modernas e dinâmicas” de cada setor, existisse sempre “uma ou duas companhias nacionais”, pois “diante da recusa dos estrangeiros em exportar, a tarefa seria assumida” por elas (1974, p.181-182).

Ao desenvolver esse tipo de análise, Fernando Gasparian se aproximou do ponto de vista nacionalista radical acerca do capital estrangeiro do período anterior ao golpe, do qual tinha procurado se distanciar em pronunciamentos ao longo dos anos 60, notadamente antes do golpe. Naqueles anos, mais atento aos fatores internos, procurou não politizar sua crítica à atuação dos países do norte na economia da região, a ponto de tecer elogios a certos programas e valorizar os benefícios dos investimentos, especialmente por aumentarem a poupança interna. Nesse momento, para que um novo modelo fosse instaurado, o que não significava uma contradição, o empresário paulista manteve intacto o elemento essencial das

ideias da década de 50 e início dos 60 em que sempre se apoiara: a crença numa burguesia industrial nacional. Seu projeto para o país sustentou a importância do grupo, que após a ação do Estado seria o responsável por conduzir o setor das exportações, fundamental para quebrar a dependência dos capitais do exterior e livrar o Brasil e a América Latina do entrave que a acompanhava desde o século XIX. Para Gasparian, nem toda a elite era necessariamente alienada, o que ainda permitia a existência de uma participação fundamental de sua parte numa estratégia nacional capaz de conduzir o país para uma verdadeira independência.

Por essa conclusão, podemos afirmar que Gasparian encontrou uma solução para a eterna catástrofe da região, mas, novamente, dentro do capitalismo. A grande ruptura se dava apenas na forma de intervenção que conduziria a um novo modelo, não que esse modelo fosse realmente novo, pois ele manteria a propriedade privada e não significava a bancarrota das grandes corporações internacionais, por demais poderosas frente a um sacrifício tão pequeno na região, estando muito próximo, segundo o empresário, das atitudes já tomadas pelo Japão.

Não somos bastante ingênuos para ignorar que a implementação do nosso modelo de desenvolvimento deverá vencer sérios obstáculos. Não porque tenha algo de revolucionário. Sua presente dificuldade decorre, simplesmente, de que a alienação das elites latino-americanas, largamente patrocinada pelos interesses econômicos dos países desenvolvidos, levou a um estado de coisas que nos obrigará a uma cirurgia algo dolorosa. Realizada esta, não estaremos, contudo, indo além da posição atual do Japão (GASPARIAN, 1973, 195-196).

Desde que voltou para o país, Fernando Gasparian se aproximou de muitos acadêmicos, jornalistas e políticos para a construção do jornal *Opinião* e de novos empreendimentos, como a editora Paz e Terra, que se tornaram espaços fundamentais para a ampliação e aprofundamento do debate político e intelectual nas décadas de 1970 e 1980, com alguns vínculos que se demonstraram fortes e contínuos. Com esses contatos, alguns que vinham de longa data e muitos próximos, nem sempre existia uma afinidade completa. O caso de Fernando Henrique Cardoso, que pode ser desdobrado para outros membros do CEBRAP, é novamente exemplar. Em 1973, mesmo ano do lançamento do livro de Gasparian editado pela Civilização Brasileira, o sociólogo publicou no jornal *Opinião* um importante artigo intitulado *Os mitos da Oposição*, dividido em duas partes. Nele, curiosamente, sintetizou sua crítica aos princípios do nacional desenvolvimentismo – as falsas crenças da esquerda, de acordo com sua análise, colocando-se do lado oposto do que foi apresentado em algumas passagens pelo amigo dono do jornal no livro que acabara de ser lançado. A divergência entre os dois é clara:

Entretanto, parece que as oposições não perceberam as mudanças havidas. [...] No conjunto, parece que as oposições se encastelaram em mitos antigos, e continuam pensando que o divisor de águas no Brasil separa, para um lado, os que querem o desenvolvimento e o fortalecimento do Estado e para outro os partidários do imobilismo, aferrados às formas tradicionais de dominação política e de exploração econômica imperialista. Seguindo o raciocínio, não são poucos os oposicionistas que partindo da ideia de que em 1964 venceu o imperialismo e que este “por sua essência” gera estagnação econômica, o atraso, o predomínio dos setores latifundiário-exportadores, caracterizam a sociedade brasileira por seu imobilismo social. Como consequência, o remédio seria propugnar para que o Estado voltasse a ser o que era, um Estado desenvolvimentista e nacionalista, capaz de defender a economia nacional contra as investidas dos trustes que, aliados aos latifundiários, exploravam o povo e geravam miséria (CARDOSO, 1973).

Esse tipo de consideração já estava presente no final dos anos 60 no livro que publicou junto com Enzo Faletto: *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Por ele, Cardoso tornou-se precursor de uma versão da teoria da dependência, conhecida como “dependência associada”. Nessa análise, o ceticismo das esquerdas, anunciador do desenvolvimento do subdesenvolvimento, de que as grandes potências impediam a industrialização e o verdadeiro o progresso na América Latina, que estava à beira de um impasse incontornável, cujo resultado seria, para outra vertente da dependência, por exemplo, um futuro fascista ou uma ruptura socialista, foi totalmente contrariado. Com o fim da fase da substituição das importações, de acordo com as considerações do sociólogo paulista, desfez-se a aliança populista desenvolvimentista do período anterior ao golpe militar e foi criada uma nova articulação entre grupos internos e externos, um “nacional estatismo dependente associado”, caracterizado pela união do que aparentemente consistia numa oposição: as burguesias nacionais, o governo e os monopólios internacionais. Nesse novo modelo, a ideia de um capitalismo nacional foi descartada, bem como a ruptura com a estrutura capitalista internacional. A partir desse momento, segundo Cardoso, a ação devia explorar a possibilidade de desenvolvimento na dependência, já que os capitais externos, não sem tensão, se solidarizavam com a expansão da economia de mercado, trazendo tecnologia, financiamentos e emprego à região. Seria na dependência, portanto, dentro da restrição da autonomia, que a América Latina obtinha crescimento, acumulava capitais e o Estado ganhava força, tornando-se, por isso, mais autônomo e com maior complexidade política (REIS, 2006).

É nesse último ponto que podemos encontrar uma das muitas causas possíveis do vínculo com Fernando Gasparian e, depois, também com o MDB, de Fernando Henrique. No artigo que citamos e em outros trabalhos da década de 1970, o sociólogo procurou abrir o

caminho para o debate sobre questões de natureza política. Para Cardoso, no *Opinião*, a oposição naquele momento deveria mudar o seu foco:

Como é possível, neste caso, um nacionalismo verdadeiramente integrado no plano social, se não houver democracia, respeito aos direitos civis e políticos, liberdade de opinião e de ação? Por consequência, repito, o tema número 1 no calendário político da oposição é a discussão das formas de participação política e não a fraseologia de um antiimperialismo formal, desligado da prática cotidiana das camadas da população que estão excluídas do jogo do poder. [...]

Penso que as oposições, em vez de negar a realidade e encastelarem-se na crença de um imobilismo social que não existe, ou de menosprezarem a ânsia por consumo das classes não possuidoras, devem partir destas aspirações procurando aumentá-las, corrigi-las e mostrar a inviabilidade ou a dificuldade de elas serem atendidas nos moldes atuais da sociedade. Em tudo. Em primeiro e principal lugar, na educação. Na moradia. Na obtenção do emprego que corresponda aos sonhos de cada um. Na vida cotidiana em nossas cidades sem infra-estrutura urbana. No lazer. Até na praia, se for o caso (CARDOSO, 1973).

No lugar do problema da transição à modernidade industrial, como afirmou Fabio Keinert (2011), a política tornou-se o grande alvo dos cientistas sociais nos próximos anos, preocupados em responder ao desafio autoritário, ou seja, aos impasses para a instauração da democracia no país – é por estar nesse quadro, inclusive, que Fernando Henrique afirmou sobre si mesmo: “A minha trajetória não foi a da minha geração. De alguma forma, eu entrei na geração seguinte.” (apud KEINERT, 2011, p.128). O autoritarismo e a democracia, evidentemente, também eram interesses de Fernando Gasparian, do MDB e cada vez mais para o público leitor em geral.

2.5 A compra da Paz e Terra e a sua segunda fase.

A negociação da editora Paz e Terra entre Fernando Gasparian e Ênio Silveira tem uma forte relação com o jornal *Opinião*. Primeiro porque Gasparian, ciente da boa circulação do periódico entre um público mais intelectualizado, especialmente o acadêmico, comprovado por pesquisas e também pelo interesse de algumas editoras em anunciar no *Opinião*, como a José Olympio e a Fundação Getúlio Vargas, resolveu investir no campo dos livros, utilizando o espaço como forma de divulgação, o que pode ser observado nessas declarações:

Pra conseguir manter o jornal, uma das coisas que acreditamos, não demais, mas que tentamos, foi fazer diversos anúncios. Nós conseguimos alguns poucos de editoras. Se bem que depois, por questões políticas, os anúncios foram suspensos, porque as empresas que anunciavam no jornal eram perseguidas. Então eu cheguei a conclusão de que uma forma da gente conseguir aproveitar o jornal, que tinha uma grande

circulação no meio intelectual, era ter uma editora. E, ao invés de fundar uma editora, nós achamos melhor comprar uma editora que já existia, que já tinha certo cunho editorial... Era pequena, mas tinha. E também, ao mesmo tempo, compramos a Paz e Terra porque ela estava em dificuldade financeira, porque ela era ligada a Civilização Brasileira, que ia pedir concordata... Que ia para a falência... E era uma coisa que realmente o Ênio Silveira não merecia. Então eu comprei do Ênio Silveira a editora, que tinha já alguns acionistas, assim, nomes conhecidos, que em certo momento, para ajudar o Ênio Silveira, compraram ações, como o Renato Archer, Alceu Amoroso Lima, Elias Gomes, Barbosa Lima Sobrinho... Importâncias pequenas... Mas eram nomes expressivos... Que nós mantivemos até hoje, isso ajudava a dar prestígio para a editora (GASPARIAN, 2002).

A segunda relação também está vinculada à questão dos anúncios das editoras no *Opinião*, mas pelo fato do espaço do jornal servir de moeda de troca na negociação, nesse sentido, um facilitador:

Nós conseguimos alguns anúncios com a José Olympio, que estava pleiteando um empréstimo do BNDS. E aí, pra não atrapalhar o empréstimo, que acabou saindo, eles resolveram pedir pra suspender os anúncios... Na compra da Paz e Terra, uma das dívidas que o Ênio Silveira tinha era com a José Olympio. Eu combinei de fazer essa dívida ser usada como anúncio... Então eles disseram que não precisava cobrar... Liquida essa dívida... E não precisa colocar o anúncio... Acabamos não publicando os anúncios. Iniciamos a editora e ficamos usando o jornal *Opinião* pra publicar anúncios da Paz e Terra (GASPARIAN, 2002).

Diferente dessas motivações, ligadas ao senso de oportunidade do proprietário do jornal, outra relação entre o *Opinião* e a aquisição da Paz e Terra por Fernando Gasparian foi estabelecida por Bernardo Kucinski, que conheceu o empresário em Londres e foi o responsável por apresentá-lo a Raimundo Pereira, tornando-se também um integrante da equipe de jornalistas que conduziu o projeto. No seu livro, *Jornalistas e Revolucionários*, Kucinski narrou todo o processo de criação do semanário e os duros embates que se deram entre a redação e o proprietário desde o início das atividades. Em meio a graves problemas com relação a salários e compromissos partidários, o jornalista identificou na compra da editora uma desilusão de Fernando Gasparian com o jornal, tamanha as dificuldades da sua administração. Esse é o mesmo sentido para a criação da revista *Argumento*, lançada por Gasparian logo após a aquisição da Paz e Terra. Ainda segundo Kucinski, o empresário atraiu para os dois novos empreendimentos “seus amigos intelectuais afastados do *Opinião* pela censura, ou pelo que considerava sectarismo crescente do jornal” (1991, p.275) – situação causadora de muitos transtornos e que foi bem descrita nesse trecho da tese de Kenski:

Os primeiros choques se dão, justamente, entre Raimundo e alguns dos colaboradores convidados por Gasparian. Para mostrar que detém o poder, Raimundo publica as colaborações dos amigos de Gasparian – como Oscar Niemeyer, por exemplo – como “cartas a redação”, o que aborrece a quem escreve e

ao dono do jornal. Em outras ocasiões, o redator faz revisões nos textos, a revelia dos autores, alterando o sentido do que estava escrito. Essas pessoas não concordam com a forma como Raimundo dirige a redação e acabam se afastando. O jornal perde contribuições importantes como as de Paulo Francis e Washington Novaes (KENSKI, 1990, p.53).

O projeto da revista *Argumento* teve pouca duração, contando com apenas quatro edições publicadas entre 1973 e 1974. Segundo Kucinski, esse periódico retomava uma das propostas do empresário que foi preterida no processo de criação do *Opinião*: a aspiração de lançar no país uma “publicação ensaística” escrita por intelectuais, dentro dos moldes da publicação inglesa *The New Statesman* (KUCINSKI, 1991, p.275). Esse desejo acabou combinado com os anseios de Fernando Henrique, Antonio Candido e Arnaldo Pedroso d’Horta, que haviam pensado, já durante o Governo Médici, na criação de uma revista para “furar a carapaça repressiva e manter o pensamento livre com tonalidade crítica”, mas sem sucesso (CANDIDO, 2011). A proposta e o custeio material de Gasparian é que deu vida ao projeto, dono de grande sucesso junto ao público nas poucas e únicas edições – 25.500 exemplares nas duas primeiras e 45.500 nas seguintes. Entretanto, já o terceiro número teve a circulação limitada pela censura: parte da sua tiragem foi apreendida pela polícia quando o número quatro estava no prelo. Isso devido ao conjunto de textos críticos ao modelo brasileiro e por conter o slogan “Contra fatos, há Argumento”. Para Candido (2011): “O êxito tinha assustado a ditadura”.

A direção da *Argumento* era de Barbosa Lima Sobrinho e a comissão de redação trazia o grupo de acadêmicos que já colaborava no *Opinião*, além alguns outros velhos conhecidos: Celso Furtado, Francisco Corrêa Weffort, Luciano Martins, Paulo Emilio Salles Gomes, Anatol Rosenfeld e Maria Hermínia Tavares de Almeida, além do próprio Antonio Candido e de Fernando Henrique. Segundo Antonio Candido (2011), Fernando Gasparian “era presença ativa” na equipe, que contava ainda com o editor de texto Eduardo Graeff, o editor de arte Elifas Andreato e Pedro Paulo Poppovic como o responsável pela impressão e distribuição. A interferência na publicação não foi aceita sem questionamentos. Por mais de um ano algumas tentativas foram feitas para que o trabalho pudesse voltar às bancas. Nesse momento, de acordo com Keinert (2011), Cardoso pôde utilizar das relações que possuía no meio militar – por conta de sua genealogia, com avô e pai de carreira militar e política –, nada desprezíveis no contexto repressivo, para tentar a liberação da revista. A situação foi narrada pelo próprio Fernando Henrique em entrevista ao autor:

A única vez que usei algum contato por ter relações militares foi quando a revista *Argumento* foi fechada. Eu e Antonio Candido fomos ao Rio falar com o Cordeiro

de Farias, que tinha sido ligado ao Geisel e havia sido ajudante de ordem do meu avô, que era marechal. Chegamos lá e ele fez elogios ao meu avô e disse a nós: “– Eu também estou sendo censurado, isso não pode continuar, vou falar com o Golbery”. Então, ele falou com o Golbery e conseguimos agendar uma conversa com ele em Brasília. Quando ele me recebeu (um pouco antes disso, havia tido prisões, a do Paul Singer e da Conceição Tavares), me perguntou: “– Houve tortura?”. Eu disse a ele: “– Houve sim”. Então, ele me disse: “– Vamos acabar com isso”. E eu lhe digo: “– Pode ser general, mas não é fácil.” Ele disse: “– São os maus elementos”. Ele marcou uma audiência para que falássemos com o Falcão, que era Ministro da Justiça, que nos recebeu muito mal e nunca suspendeu a censura da revista (apud KEINERT, 2011, p.68).

Como essa e as atitudes tomadas por Gasparian, que também lutava para controlar a censura imposta ao jornal *Opinião*, não surtiram efeito, o grupo ainda tentou uma solução via justiça, que julgou a causa como improcedente alegando o dispositivo do AI-5. A reação, segundo Candido (2011), foi encerrar a revista em 1975, declarando ao público que não aceitavam “a mutilação da censura”. Nesse mesmo ano, porém, Gasparian ainda criou outro periódico com características acadêmicas: a revista *Cadernos de Opinião*. Contando com textos que vinham das mesmas fontes anteriores e de colaborações do exterior, mais uma vez o empreendimento foi barrado pelos militares⁸². Depois do número dois, por causa da publicação de uma palestra proferida por Dom Helder Câmara na Universidade de Chicago em 1974, que circulava nos Estados Unidos com o apoio de brasileiros e norte-americanos que levavam a oposição ao regime para o exterior, intitulada *O que faria Santo Tomás de Aquino diante de Karl Marx?*, os *Cadernos* foram apreendidos nas bancas de jornal e livrarias em julho de 1975. Mesmo processado pelo fato, Gasparian mudou o nome do periódico para *Ensaio de Opinião* e manteve sua edição, que alcançou o total de nove números publicados até 1979, mas sem regularidade. A menção à revista anterior foi feita pela forma como indicou a numeração da atual, sempre com o número 2, pelo qual foi censurada, à frente do referente às que estavam sendo publicadas, assim: 2+1, 2+2, 2+3 até o 2+9 (PEREIRA, 2010, p.171-172).

Alguns dos nomes que participaram desses projetos de revista, especialmente da pioneira *Argumento*, também compuseram o Conselho Editorial do empreendimento na área das publicações mais duradouro de Fernando Gasparian: a editora Paz e Terra – quanto ao jornal *Opinião*, os longos problemas com a censura e as divergências internas fizeram com que suas atividades fossem encerradas em 1977. Na editora, Antonio Candido, Celso Furtado,

⁸² O primeiro número teve como destaque o texto O capitalismo pós-nacional, de Celso Furtado, e trabalhos de Berthold Brecht, Daniel Leconte, Betty Mindlin Lafer, Geoffrey Barraclough, Eric Hobsbawm, Antonio Gramsci, Roberto Schwarz, Otávio Paz, Hélio Jaguaribe (PEREIRA, 2010).

Fernando Henrique e, por um breve período, Max da Costa Santos⁸³, estamparam seus nomes nas primeiras páginas dos livros ao longo dos anos 70 e 80. Cabe tomar em conta, ainda, que Fernando Henrique e Furtado, tornaram-se, “formalmente”, de acordo com o primeiro, sócios “minoritaríssimos” da Paz e Terra (CARDOSO, 2006/2007, p.12). Essa pequena participação talvez seja a causa por que Cardoso, em entrevista ao programa Roda Viva no ano de 2002, quando questionado se foi sócio de Gasparian no empreendimento, tenha negado essa forma de participação, revelando, entretanto, como se deu o acordo “formal” com a editora:

PAULO MARKUN: Um era o José Ermírio de Moraes, pai do Antônio Ermírio de Moraes e o outro era o Fernando Gasparian, que é inclusive amigo do senhor, o senhor até foi sócio dele na Editora Paz e Terra?

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO: Não fui sócio dele. Os meus direitos autorais eram transformados em ações (CARDOSO, 2005, p.275).

Ao relatar sobre os recursos que utilizou para compra da editora, Gasparian também fez uma afirmação nesse sentido:

Praticamente todo meu. Porque eu usei o Fernando Henrique, o Celso Furtado, essas pessoas que ficaram com ações depois. Inclusive eles perderam direitos editoriais e ficaram com ações. Quer dizer que não é uma coisa especial, especial mesmo foi o dinheiro que eu pus e que ficou no meu nome e da minha mulher (GASPARIAN, 2002).

Nessa mesma entrevista o empresário citou também o nome de Max da Costa Santos como um dos acionistas, que retomou o dinheiro investido dois anos depois e fundou a Editora Graal em 1976, que acabou adquirida por Fernando Gasparian no início dos anos 80. No pequeno histórico da Paz e Terra disponibilizado em seu endereço na internet, além dos nomes que já foram colocados aqui, aparecem os de Berta Ribeiro, Érico Veríssimo, José Aparecido de Oliveira e Wilson Fadul, todos com um histórico de oposição ao regime⁸⁴.

A entrada de Fernando Gasparian na direção da Paz e Terra trouxe mudanças importantes na forma de atuação da editora, embora, naturalmente, nem tudo tenha ficado para trás. A própria ideia que Gasparian afirmou possuir – comprar uma editora dona de “um certo cunho editorial” – remete à intenção do empresário em utilizar alguns aspectos de uma

⁸³ Max da Costa Santos passou por diversos postos em órgãos do governo até assumir, em 1957, o cargo de professor na área do Direito na Universidade do Brasil. Em 1962 foi eleito deputado pelo Estado da Guanabara, através do PSB, quando passou a compor a Frente Parlamentar Nacionalista. Como outros, em 1964, teve o mandato cassado pelos militares.

⁸⁴ A antropóloga Berta Ribeiro era esposa de Darcy Ribeiro e se exilou com o marido em mais de uma ocasião, atuando junto a intelectuais para a sua libertação em 1968; Érico Veríssimo se destacou nesses anos pela literatura com conotação política; já Wilson Fadul, que chegou a ocupar o posto de Ministro da Saúde no governo de Goulart, assim como José Aparecido de Oliveira – que citamos aqui como o responsável pela condução da Editora Saga depois que Gasparian a comprou –, tem a marca da cassação política de 1964.

política de publicação existente e em consonância com seus objetivos. E isso foi feito com a manutenção, por um lado, de certas características da história da casa, ao mesmo tempo em que foram incorporados novos elementos ao perfil da editora. A logomarca, por exemplo, símbolo do vínculo do projeto com o mundo cristão (ver Figura 1), foi mantida, sem qualquer mudança, talvez para não intimidar o leitor já identificado com o posicionamento da editora no mercado nacional. No entanto, os livros com temáticas religiosa perderam seu espaço ao longo dos anos, mas não os dedicados ao pensamento marxista e outras questões importantes de quase todas as áreas das Ciências Humanas. Novas edições de livros já publicados foram feitas e também alguns autores editados continuaram compondo o catálogo oferecido pela Paz e Terra com trabalhos inéditos. Obras e autores da extinta editora Saga também ganharam o espaço da mais recente propriedade de Gasparian.

O *slogan* utilizado nas capas de algumas obras, geralmente a quarta capa, também sofreu alteração, mas sem uma descontinuidade total. No tempo de Ênio Silveira, os livros vinham com uma frase modelo que fazia referência à coleção na qual estavam enquadrados, como estas: “Um Lançamento de Paz e Terra. Uma editora a serviço dos estudos sobre o Brasil e América Latina”; ou: “Mais um lançamento de Paz e Terra. Uma editora a serviço do Encontro e do Diálogo”; ou ainda: “Mais um lançamento de Paz e Terra. Uma editora a serviço do Ecumenismo e do Humanismo”. Com Gasparian, primeiro apareceu: “Mais um lançamento de Paz e Terra. Uma editora a serviço do livro cultural”; transformada, posteriormente, em: “Mais um lançamento Paz e Terra. Uma editora a serviço da cultura”, que acompanhou as publicações por todo o período estudado. Ao tornar o *slogan* ainda mais geral, fugindo da especificidade temática de cada coleção – como veremos à frente, nessa forma de organização, também foram implantadas mudanças –, Gasparian não deixou de apoiar a concepção esboçada por Ênio Silveira e sua equipe de que a editora estava “a serviço” de um projeto maior. Nesse sentido, a casa continuou voltada para a sociedade como portadora de uma missão especial, isto é, operando como instrumento da “cultura” para o mundo, o que conferia ao seu trabalho um caráter quase sagrado, distanciando-se dos valores mundanos dos negócios.

Nesse ponto, inclusive, podemos retomar o artigo em que Gasparian analisou os aspectos econômicos da produção editorial, publicado no jornal *Leia Livros* poucos anos depois, em 1978, para a compreensão da sua ideia de livro e do trabalho de uma editora. Nele, o empresário fez uma reflexão curiosa sobre o tema a partir de elementos do universo em que circulou com mais intensidade: o industrial. Na tentativa de demonstrar porque o livro era tão particular enquanto produto, o editor afirmou que como tal ele não podia ser visto como uma

simples peça enquadrada na categoria “bem de consumo”, voltada mais ao individual e esgotada na própria utilização – no sentido de uma mera fruição passageira. Pelo contrário, o livro era um tipo de “bem de produção”, porque o seu uso, como o de uma máquina para a indústria, que contribui para a produção de uma nova mercadoria, tinha o efeito de transformar o homem, de aperfeiçoar as suas capacidades para atuação no mundo do trabalho, seja os vinculados aos aspectos técnicos ou os que indiretamente ampliavam o seu saber:

Livro só na aparência é bem de consumo. Na realidade, o livro integra o elenco dos bens de produção. Nas sociedades modernas – todas elas marcadas pela chamada “explosão do conhecimento” – a vida produtiva está cada vez mais condicionada à eficácia da intervenção humana, ainda quando pareça que os aparatos eletrônicos estejam substituindo a presença do homem no trabalho. Aquela eficácia, quem a instrumentaliza é o livro, desde os que, senso estrito, classificamos como “livro técnico”, aos que, de forma direta ou indireta, ampliam o acervo de nosso saber, elevando consequentemente o nível de nossa competência (GASPARIAN, 1978, p.32)

Ainda no mesmo texto, Gasparian foi mais fundo no papel que o livro tinha a desempenhar na sociedade, muito em sintonia com o slogan que passou a ser utilizado pela Paz e Terra a partir de 1973. Para o editor, o livro era um agente da “cultura” e da “civilização”; no caso de ser verificado o seu colapso, a morte do homem estaria anunciada:

Se esta não fosse a verdade, a civilização audio-visual, com o seu imenso apelo à preguiça mental, há muito teria provocado o total desaparecimento do livro que, mais que supérfluo se teria tornado desnecessário. Uma singela consulta aos dados estatísticos da indústria editorial no Ocidente refuga frontalmente jargão do desprestígio do livro, como força que agencia cultura e civilização. O seu prestígio não entrou em colapso em nenhuma civilização, até porque esse colapso apenas precederia a morte do homem (GASPARIAN, 1978, p.32).

Se tomarmos como base esse tipo de definição, as referências ao “livro cultural” e, depois, somente à “cultura” – para a qual, segundo o *slogan*, a Paz e Terra operava –, tornam-se ainda mais evidentes como expressão do tipo de prestígio que Gasparian esperava reforçar. Podemos dizer que a frase impressa em todas as capas demonstrava a sua disposição em manter a casa como um instrumento da “força” propagadora dos altos valores da sociedade, da “civilização”, e do próprio desenvolvimento num sentido amplo, e sobretudo ser vista assim pelo seu público e autores naqueles anos.

Para a consolidação de uma política editorial que considerava dentro dessas características, Gasparian aumentou a produção da editora e optou por aprofundar o teor crítico das publicações, destacando-se pela utilização dos fortes contatos que possuía no mundo universitário, na área de humanas, e das ligações políticas derivadas de sua trajetória

nas décadas de 50 e 60, e, nesse momento, no seio do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Segundo o próprio Gasparian:

Quando a gente comprou, basicamente, ela passou a editar bastante. Principalmente livros críticos não só ao regime brasileiro, o regime militar... Mas assuntos ligados a área mundial, outros países... Publicamos livros que eram proibidos no Brasil, como o do Paulo Freyre... Livros assim com uma visão antiimperialista, como é o caso do livro do Galeano, que a gente publicou aqui e era proibido importar [As Veias Abertas da América Latina]... Foi um sucesso e é até hoje... Enfim, nós começamos a publicar livros progressistas, críticos (GASPARIAN, 2002).

Com esse perfil, a Paz e Terra passou a corresponder aos anseios de uma faixa de leitores mais ampla do que possuía anteriormente, cada vez mais importante dentro do já diversificado mercado de livros daquele momento, composta por universitários, profissionais recém formados, religiosos, sindicalistas e outras pessoas dispostas a encontrar um olhar crítico sobre os muitos problemas econômicos, políticos e sociais do Brasil e de outros países. A existência desse setor foi percebida pelo seu novo proprietário, como demonstramos, por meio do jornal *Opinião*, sendo também por ele que Gasparian buscou atingir esse público num primeiro momento, construindo nas páginas do periódico, através das muitas propagandas, a imagem de uma editora dedicada à análise aprofundada de grandes temas, na maioria dos casos oferecendo a compreensão dos dilemas do ponto de vista oposto ao do governo, como o próprio semanário fazia.

Logo em 1974 já é possível encontrar uma propaganda massiva da Paz e Terra no *Opinião*. Promoções em que as assinaturas do jornal davam direito ao recebimento de livros sem qualquer custo, muitos lançamentos divulgados em grandes e pequenos anúncios – com ilustrações das capas, autores ou resumos das obras (ver Figura 2) – e listas com os títulos mais vendidos pela editora marcaram presença no jornal até o seu fechamento em 1977. Foi por meio do periódico que a editora também convidou os leitores para o encontro com alguns autores em sessões de autógrafos e lançamento de títulos. Podemos citar como exemplo os casos dos jornalistas Sebastião Nery com seu *Socialismo com liberdade* (A EDITORA, 1974, p.20) e Carlos Chagas com *Resistir é preciso* (ver Figura 3), de Celso Furtado e o seu *Prefácio a nova Economia Política* (CONVITE, 1976b, p.2), ou ainda, por ocasião da IV Bienal Internacional do Livro, a reunião dos acadêmicos do CEBRAP e de outros autores no estande da editora na mesma noite – nessa ocasião, estariam presentes, segundo o anúncio: Bolívar Lamounier, Carlos Chagas, Carlos Estevam, Eduardo Galeano, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Peixoto, Lúcio Kowarick, Maria Victoria M. Benevides e Paul Singer (CONVITE, 1976a, p.2).

LANÇAMENTO PAZ E TERRA

BRASIL: DE GETÚLIO A CASTELO Thomas Skidmore 3ª edição Cr\$ 60,00	STAVISKY DE ALAIN RESNAIS Jorge Semprun 1ª edição Cr\$ 30,00	FILOSOFIA POLÍTICA E LIBERDADE Roland Corbisier 1ª edição Cr\$ 35,00	DICIONÁRIO BÁSICO DE COMUNICAÇÃO Francisco Dória Luiz Costa Lima 2ª edição Cr\$ 80,00	A MAÇA NO ESCURO Clarice Lispector 4ª edição Cr\$ 35,00
---	--	--	--	---

Editora Paz e Terra
 NAS PRINCIPAIS LIVRARIAS OU PELO REEMBOLSO POSTAL
 Rua Abade Ramos 78
 Jardim Botânico

Figura 2 – Propaganda dos lançamentos da Paz e Terra no jornal *Opinião* – 23 jan. 1976, nº 168, p.21

O JORNALISTA
CARLOS CHAGAS
estará dia 5 de dezembro,
6ª feira, no auditório da
ABI, a partir das 17 horas,
autografando seu livro

resistir é preciso
 Carlos Chagas
Prefácio
de BORGES
PAULO BORGES

**RESISTIR
É PRECISO**

LANÇAMENTO
DA EDITORA
PAZ E TERRA

Figura 3 – Informe sobre sessão de autógrafa com Carlos Chagas no jornal *Opinião* – 05 dez. 1975, nº 161, p.21

Nesse vasto quadro de publicidade da Paz e Terra no jornal, as frases inseridas nos anúncios buscaram sempre evidenciar a competência dos autores do ponto de vista intelectual, o público a quem se destinavam os livros, a importância dos seus conteúdos e, em alguns

casos, a motivação política. De modo geral, tem destaque o intuito de convencer que as obras seriam, naquele momento, esclarecedoras do “verdadeiro” passado e presente do Brasil (em determinados livros esse teor também foi estendido para todo continente). Alguns exemplos podem ser observados no Quadro 2 ou na Figura 4.

Figura 4 – Propaganda do livro de Franco Montoro no jornal *Opinião* – 06 dez 1974, nº 109, p.24.

Esse mapa geral da publicidade da Paz e Terra, visto à luz da descrição feita por Vani Kenski do perfil dos leitores do *Opinião*, evidencia a percepção de Fernando Gasparian acerca dos interesses do público que consumia o jornal, fazendo da editora uma espécie de caixa de repercussão daquilo que era observado no dia-a-dia da publicação do semanário:

Os responsáveis pelo jornal são requisitados para palestras e debates. *Opinião* despertava os leitores para os assuntos, orientava as leituras, supria a defasagem de literatura que havia na época em que tudo era proibido. Foi através do *Opinião* que muitos leitores vieram conhecer autores mundialmente famosos, e que estavam proibidos de serem utilizados no meio acadêmico nacional. Foi o caso de Hannah Arendt, por exemplo, como lembra Alcides Carvalho: “Foi através do *Opinião* que eu fiquei conhecendo aquela filósofa, Hannah Arendt. Eu li e achei: “Que mulher excepcional!” ... e fui buscar conhecimento sobre ela, depois busquei livros e assim por diante...” (KENSKI, 1990, p.90)⁸⁵

⁸⁵ Com relação Hannah Arendt, a editora de Gasparian publicou o livro de Celso Lafer em 1979: *Hannah Arendt, pensamento, persuasão e poder*.

Quadro 2 – Trechos da publicidade da editora Paz e Terra no jornal *Opinião* (1974-1977)

Autor(es)	Obra(s)	Trecho ou Título da propaganda	Nº do Jornal
Franco Montoro	<i>Da democracia que temos para a democracia que queremos</i>	“Para compreender a vitória do M.D.B. leia ‘Da democracia que temos para a democracia que queremos’ do senador Franco Montoro Coordenador Nacional da Campanha do M.D.B. ”	109
Fernando H. Cardoso	<i>Autoritarismo e democratização</i>	“de Fernando Henrique Cardoso, o sociólogo e cientista político mais lido da atual geração”	132
Túlio H. Donghi	<i>História da América Latina</i>	“Esta é a mais famosa, a mais citada e a mais utilizada história da América Latina. Ajuda a compreender a hora presente. Hora em que dilemas eludidos há décadas e até há séculos voltam à cena, pedindo solução.”	152
Celso Furtado, Fernando H. Cardoso, Luciano Martins	<i>O Mito do Desenvolvimento Econômico; Autoritarismo e Democratização; Nação e Corporação Multinacional</i>	“Autores Brasileiros do mais alto nível escrevem sobre os temas do momento.”	172
--	43 obras divididas por áreas do conhecimento.	“Seleção de Paz e Terra para uso nas universidades”	181
Lucio Kowarick, Túlio H. Donghi, Stanley e Barbara Stein, Neiva Moreira e Luciano Martins	<i>Capitalismo e marginalidade na América Latina; História da América Latina; A Herança Colonial da América Latina; Modelo Peruano; Nação e Corporação Multinacional</i>	“Falamos muito da América Latina. Conhecemos seus problemas? Leia estes livros.”	186
Luís Werneck Vianna	<i>Liberalismo e Sindicato no Brasil</i>	“Um livro de profundo interesse não só para cientistas sociais, como para juristas, líderes sindicais e tanto quantos se preocupam pelos problemas brasileiros”	222

Fonte: *Opinião* (1974-1977)

Se em muitos pontos a Paz e Terra esteve próxima do *Opinião* nesses primeiros anos, não se pode afirmar o mesmo para a relação que os dois empreendimentos estabeleceram com a censura. Na editora, a pressão exercida pelo governo foi muito menor, sem chegar a impedir uma publicação pela casa ou apreender edições recém-saídas das gráficas, o que facilitou, junto a outros elementos, a manutenção do seu funcionamento mesmo com o fim do jornal em 1977. Entretanto, não se pode dizer que os órgãos oficiais deixaram de acompanhar com cuidado algumas das ações da Paz e Terra no mercado dos livros, bem como seus reflexos.

Em 1975, por exemplo, como mostrou Luciana Pereira em seu trabalho sobre a documentação encontrada no DOPS/RJ, o livro *Pedagogia do Oprimido*, pelas referências intelectuais e políticas de esquerda presentes na obra, e também por conta da atuação do autor no Movimento de Educação de Base – duramente reprimido pelo governo –, motivou o surgimento de um comunicado “confidencial” informando que a “publicação subversiva” tinha sido adotada em um curso de formação de professores:

Assunto: Publicação Subversiva

É adotado no curso Normal do Colégio N. S. da Misericórdia (Rua Barão de Mesquita, 689 – Tijuca/RJ), o livro “Pedagogia do Oprimido”, de Paulo Freire, Editora Paz e Terra S/A (Av. Rio Branco, 156 – 12º andar – sala 1222), impresso pela Editora Vozes (Rua Frei Luiz, 100 – Petrópolis/RJ). Trata-se de publicação contendo citações de MARX, ENGELS, HAEGEL [sic], MAO TSÉ TUNG, CHE GUEVARA e FIDEL CASTRO.

José Nicanor de Almeida

Delegado de Polícia (apud PEREIRA, 2010, p.173).

Ao lado dessa investigação, possivelmente originada de uma denúncia de algum membro do próprio colégio, existe ainda outro documento com menção ao trabalho da editora que circulou pelos órgãos do governo no Rio de Janeiro em 1982, mesmo com o processo de abertura política mais consolidado. Dessa vez foi o livro de humor *Ecos do Ipiranga (O grito que não houve)*, de autoria de Alex Solnik e Paulo Caruso, que gerou mais um “comunicado confidencial” para que outras informações fossem obtidas sobre a obra. O motivo: “caricaturas com ilustrações às críticas feitas ao Presidente da República e esposa, Ministros de Estado e a atual Política do Brasil, além de personagens do meio artístico.” (apud PEREIRA, 2010, p.175). A resposta a tal pedido, embora não tenha trazido nenhuma informação sobre o livro, registrou com detalhes todas as entradas nos arquivos policiais referentes à editora desde o tempo de Ênio Silveira, como numa transferência automática do perfil “criminoso e subversivo” da casa editorial para o novo livro perante as instituições cariocas (PEREIRA, 2010).

Ademais, contribuiu para a construção desse perfil frente aos órgãos oficiais o fato de que, assim como nos tempos sob o comando do proprietário da Civilização Brasileira, um bom número de livros editados sob a responsabilidade de Gasparian também passou a compor o conjunto de obras que acabaram depositadas no arquivo do DOPS/RJ, resultado de apreensões por meio de pequenas ações dentro de coleções privadas, livrarias, bibliotecas públicas e universidades⁸⁶. Se somados os livros editados nas duas administrações, a Paz e

⁸⁶ Do período em que Fernando Gasparian administrava a Paz e Terra, Pereira (2010) listou as seguintes obras apreendidas: *Classes médias e política no Brasil* e *Movimento estudantil e consciência social na América Latina*,

Terra ocupa a segunda posição entre as editoras com o maior número de livros do acervo, atrás apenas da Civilização Brasileira⁸⁷. Na análise desse conjunto de livros, Luciana Pereira (2010) apontou que, menos do que o conteúdo das obras, importava para a ação dos policiais “um repertório de nomes, conceitos, imagens associadas à subversão e ao perigo”, o que contribuiu para que muitos títulos com capas vermelhas e com palavras como marxismo, comunismo, revolução, socialismo, história, povo, soviética e política, entre outros, fossem retirados das mãos e das coleções de seus proprietários. Naturalmente, com essas temáticas, há um nítido predomínio de autores vinculados às Ciências Sociais entre os apreendidos, ligados ao longo de suas trajetórias a instituições como o PCB, ISEB, CEPAL ou CEBRAP.

Deve-se registrar, contudo, que grande parte das editoras com livros no acervo do DOPS/RJ tinha sua sede no próprio Estado, sinal de que esses números representam mais um universo local e não todo o país, já que na região, onde aconteciam as atividades policiais, a distribuição dos livros publicados pelas casas cariocas era mais eficiente e, por conseguinte, com melhor acesso pelo público. Poucas informações sobre as atividades que envolveram alguma edição da Paz e Terra, inclusive, chegaram até Fernando Gasparian, ou então, numa hipótese que também é válida, não foram vistas por ele como algo importante, a ponto de ser lembrado posteriormente. Na percepção do empresário, fora a restrição ao crédito já demonstrada em outras falas mais próximas do momento, quando questionado sobre a ação da censura em entrevistas mais recentes, afirmou que no mundo da edição de livros, durante as décadas de 1970 e 1980, os casos de proibição ou apreensão, que afetavam mais diretamente as editoras, foram muito raros. Sua justificativa para essa conclusão lembrou que, na Paz e Terra, o único problema enfrentado foi com a obra do sociólogo Jean Ziegler, intitulada *A Suíça acima de qualquer suspeita* (1977), sobre o sistema bancário daquele país, mas que não chegou a impedir a sua tradução e publicação. O prejuízo veio, de acordo com o empresário,

de J. A. Guilhaon Albuquerque (1977); *China, 25 anos, 25 séculos*, de Francis Audrey (1976); *Eu; o supremo*, de Augusto Roa Bastos (1977); *A luta de classes na União Soviética; primeiro período (1917-1923)*, de Charles Bettelheim (1976); *Autoritarismo e democratização*, de Fernando Henrique Cardoso (1975); *Que é história?*, de Edward H. Carr (1976); *O drama da classe média*, de Bolívar Costa (1974); *Realismo e anti-realismo na literatura brasileira*, de Carlos Nelson Coutinho (1974); *Pedagogia do oprimido*, de Paulo Freire (1974); *A dialética da esperança; uma interpretação do pensamento utópico de Ernest Bloch*, de Pierre Furter (1974); *A república comunista cristã dos guaranis (1610-1768)*, de Clovis Lugon (1976); *A favor de Gramsci*, de Maria-Antonietta Macciocchi (1976); *O 18 Brumário e cartas a Kugelmann*, de Karl Marx (1974); *Socialismo com liberdade; uma viagem pela Alemanha, Iugoslávia, França, Holanda, Inglaterra, Austria, Bélgica, Espanha e Marrocos*, de Sebastião Nery (1974); *Política e trabalho no Brasil; dos anos vinte a 1930*, de Paulo Sérgio Pinheiro (1975); *A crise das ditaduras: Portugal, Grécia, Espanha*, de Nicos Poulantzas (1976); *Perguntas ao Estado Socialista*, de Michel Rocard (1976); *A história da Revolução Russa*, de Léon Trotsky (1977).

⁸⁷ Nas cinco primeiras posições da lista estão: Civilização Brasileira, Paz e Terra, Zahar, Vitória e, por fim, a editora Saga, também uma propriedade de Gasparian (PEREIRA, 2010, p.137).

na baixa vendagem do título, já que com as ameaças de recolhimento do livro, que chegaram até ele informalmente, optou por não fazer a publicidade necessária.

Além do tipo de problema enfrentado com a censura, outro ponto de distanciamento entre a Paz e Terra e o jornal *Opinião* está relacionado à forma com que os dois empreendimentos foram administrados. Diferente do semanário, onde a equipe de jornalistas tinha poder de decisão sobre os rumos da publicação semanal, gerando uma série de transtornos entre os grupos e o proprietário, na Paz e Terra Fernando Gasparian centralizou as atividades, responsabilizando-se sempre pelas últimas palavras em todos os setores. Para o bom funcionamento da casa editorial, quando esteve à sua frente, afirmou ter ao seu lado nos períodos mais fecundos uma média de vinte funcionários, que o auxiliavam na produção, distribuição e vendas, além da terceirização de algumas atividades, como os serviços gráficos e a tradução. Por mais de uma vez, na entrevista que cedeu a Flamarion Maués, Gasparian lembrou a necessidade de uma administração muito simples, com poucos gastos gerais, enfatizando ser esse um ponto fundamental para a sobrevivência de um negócio do tipo à época. Citou, inclusive, a questão da distribuição, oferecendo José Olympio como exemplo. Para ele, as dificuldades financeiras da tradicional editora carioca estavam relacionadas à existência de escritórios em muitas partes do Brasil, que tentavam melhorar a circulação dos livros pelo país, um dos grandes problemas do setor ao lado dos altos juros. Ainda de acordo com o editor, que mantinha as vendas da Paz e Terra através de livrarias, de um número pequeno de distribuidores e, em alguns casos especiais, de bancas de jornal “[...] se você tem um livro bom, as pessoas vêm buscar o livro onde for” (GASPARIAN, 2010).

Nesse ponto, vale destacar que Fernando Gasparian também se envolveu na criação de um espaço para vender seus livros diretamente ao consumidor. Em 1979 foi inaugurada na Rua Oscar Freire em São Paulo uma livraria com o mesmo nome da revista fechada em virtude da censura em 1974: Argumento. Embora o editor tenha afirmado mais recentemente que a administração do negócio estava nas mãos dos filhos, sem a sua interferência, é impossível deixar de estabelecer uma relação entre o surgimento e a condução da livraria, que logo abriu uma filial no Rio de Janeiro, com as declarações sobre o mercado de livros presentes no artigo publicado pelo empresário em 1978 no jornal *Leia Livros*. O novo empreendimento pode ser visto como uma solução encontrada por Gasparian para por fim ao embaraço encontrado no meio livreiro no momento de disponibilizar aos leitores certas obras, já que os proprietários de livrarias interessavam-se mais em comprar títulos de venda rápida, os *best-sellers* de “baixo valor cultural”, e, sobretudo, adquiriam, através de várias compras, poucos exemplares de livros com uma circulação mais demorada, o que, na sua visão, tornava

a editora um tipo de estoque das lojas. Essa ligação se torna mais evidente quando observamos a fala de Suzana Gasparian, a gerente da livraria em São Paulo, em uma matéria publicada na *Folha de São Paulo* sobre a inauguração do empreendimento. Ao comentar as características dos livros que seriam vendidos na Argumento, sua percepção do mercado soou próxima do sentido do texto publicado por seu pai:

A principal característica de “Argumento” é a de trabalhar principalmente com livros de ciências sociais e clássicos da literatura brasileira, mas aí serão vendidos alguns best-sellers. Dessa maneira, a gerente da livraria, Suzana Gasparian, acredita que quase todos os livros importantes poderão ser encontrados na “Argumento”:
– Hoje em dia existe uma porção de editores que publicam livros importados, como a “Brasiliense”, “Duas Cidades”, “Zahar”, “Paz e Terra” e “Hucitec”. Essas editoras têm problemas de distribuição dos livros teóricos que sempre vendem, mas não tão rápido como os Best-sellers. Mas em compensação um livro do Darcy Ribeiro ou de um Florestan, são sempre importantes, pode passar dez anos e eles sempre serão procurados (UMA NOITE, 1979, p.16).

Além de diminuir as dificuldades de acesso ao público em duas importantes cidades, a criação da Livraria Argumento primeiro em São Paulo também deve ser relacionada à necessidade de fundação de um braço da editora na capital paulista, local de onde saíram grandes contribuições, como veremos, e onde estava parte importante do seu público. Antonio Callado, jornalista e escritor com quatro livros publicados pela Paz e Terra, fortemente engajado na oposição aos militares, em outra notícia que relatou a noite de abertura da livraria, fez referência a essa ligação entre os dois negócios:

Estou muito querendo ver meus amigos – dizia Antonio Callado – de um modo geral o País tem um déficit de livrarias. Ter em São Paulo uma livraria como esta, ligada a uma editora como a Paz e Terra, é muito bom. É a ligação do Rio de Janeiro com São Paulo. É curioso como São Paulo e Rio estão longe um do outro (OS INTELECTUAIS, 1979, p.35).

Nessa mesma matéria, assim como na anterior – que contém a declaração da filha do empresário –, também estão presentes alguns elementos que demonstram como o lançamento da livraria contribuiu para a solidificação da legitimidade de Fernando Gasparian enquanto editor do pólo cultural. Para o evento, além de políticos da oposição e de atores – como Bruna Lombardi, que autografou seu livro de poemas⁸⁸ –, foram convidados em maior peso importantes acadêmicos e escritores, o que rendeu os seguintes títulos na *Folha de São Paulo*: *Uma noite para os intelectuais em São Paulo* e *Os intelectuais se reúnem entre livros e tiragosto*. Segundo a matéria, que ganhou as bancas no dia do evento, estariam presentes:

⁸⁸ Junto dela, segundo o jornal, chegaram os atores John Herbert e Taia Perez, além do crítico e diretor Fernando Peixoto, que era autor de livros publicados pela Paz e Terra.

Antonio Candido, Antonio Callado, Jorge Andrade, Jean Claude Bernadet, Ecléia Bosi, Ignácio de Loyolla Brandão, Celso Furtado, Augusto Haroldo de Campos, Fernando Henrique Cardoso, Edgar Carone, Carlos Chagas, Millôr Fernandes, Marilena Chauí, Florestan Fernandes, Alencar Furtado, Caio Prado Junior, Darci Ribeiro e Barbosa Lima Sobrinho (UMA NOITE, 1979, p.16).

O prestígio do proprietário da Paz e Terra por conseguir reunir tantas figuras importantes no mesmo espaço foi destacado especialmente no segundo texto, publicado no dia posterior ao lançamento da livraria. Ao lê-lo, curiosamente, a impressão passada pelo autor é que a estreia do novo empreendimento conseguiu mobilizar intelectuais que naquele momento eram verdadeiras “estrelas”, com *status* em parte semelhante ao das celebridades dos meios de comunicação de massas, cabendo a Florestan Fernandes um dos papéis de protagonista:

[...] Foi a noite dos intelectuais, na inauguração da Livraria “Argumento”, onde muitos abraços eram distribuídos entre alguns dos mais conhecidos escritores e políticos brasileiros.

A presença da televisão com toda a sua parafernália tecnológica, acabou por atrair as pessoas que trafegavam pela Oscar Freire com a Augusta. E em poucos minutos a pequena livraria não conseguia abrigar as 300 pessoas que queriam ver de perto aquela gente.

Pouco antes das 19 horas, começaram a chegar as primeiras personalidades: Antonio Callado, Paulo Duarte, Florestan Fernandes e Severo Gomes. Talvez esses quatro personagens tenham sido os únicos dos convidados célebres a conseguir entrar na livraria e conversar com o público.

– O Senhor é o grande mestre? – pergunta um homem simples, perplexo no meio de tanta gente importante.

– Eu não sou grande mestre – responde o intelectual com um sorriso.

– O senhor é o grande mestre Florestan Fernandes e eu gostaria de poder cumprimentá-lo. – E meio trêmulo, aquele homem que dizia ser estudante de Filosofia, consegue abraçar o mito (OS INTELECTUAIS, 1979, p.35).

A descrição da grande inauguração ressaltou ainda a afirmação de Bruna Lombardi de que a verdadeira importância do local se dava pelo fato de ser um espaço para ponto de encontro daquelas pessoas. Fernando Gasparian, por sua vez, falou do desejo de relançar a revista *Argumento*, utilizando a livraria como base para reuniões e debates. Já Fernando Henrique Cardoso, no embalo do amigo, lembrando o fechamento do *Opinião* e da *Argumento*, declarou que sua presença ali era um protesto contra a censura, se disponibilizando para colaborar com o editor caso a revista ganhasse vida novamente.

No centro dessas últimas declarações, apesar do ambiente suscitar o contrário, foram feitas afirmações sobre a possibilidade de colocar a “pequena livraria” dentro de uma importante tradição editorial no país: torná-la um centro de “identificação intelectual e geração de projetos”. Nesse sentido, mesmo com a invasão de elementos fundamentais das práticas mais contemporâneas em venda de livros, registrada na presença dos aparatos da

televisão, símbolo moderno da notícia e da propaganda, fora a contribuição para atrair a massa de consumidores que se aglomeraram dentro e fora do recinto, colocadas em contato com as “personalidades” do universo intelectual, foi posto para o público consumidor que o espaço tinha a possibilidade de aderir a uma prática com origem em importantes editoras desde a década de 30, quando as livrarias, na falta de universidades, institutos, bibliotecas e centros de promoção de projetos culturais bem estabelecidos, como afirmou Sorá (2010, p.246), “traçavam o mapa do espaço intelectual urbano” – cada geração tinha sua livraria particular e era a partir desse espaço, onde aconteciam as suas rodas, que ela se diferenciava das demais.

Com esse tipo de afirmação sobre o seu empreendimento, Gasparian, reforçando o *slogan* de sua editora, enfatizou que não se preocupava somente com a venda de livros, mas que contribuía diretamente para o desenvolvimento cultural fornecendo um lugar numa área nobre paulistana onde as ideias poderiam acontecer sem restrições e se propagar para todos. Sua legitimidade, nesse momento, também derivava do fato de que as instituições que ocuparam os espaços das antigas livrarias em São Paulo apareciam para o público como carentes de liberdade e, por isso, sem condição de cumprirem totalmente suas funções – uma visão reforçada com a presença significativa daqueles que sofreram com as medidas do governo, ou seja, os que perderam seus postos na universidade, como Fernando Henrique e o “grande mestre” Florestan Fernandes, entre outros.

Entre as falas registradas, são significativas, também, as afirmações referentes à presença da professora da Universidade de São Paulo, Éclea Bosi:

Uma das poucas pessoas que não estavam muito preocupadas em aproveitar a festa, era a escritora Ecléa Bosi. Ela, que chegou às 10 horas, carregava um enorme pacote em baixo dos braços, e meio perdida na multidão, que se comprimia à porta da livraria, procurava com muita ansiedade o empresário Fernando Gasparian.
– Estou trazendo neste pacote uma antologia da Simone Well – comentava Éclea – Este trabalho deverá ser publicado pela Paz e Terra, e além da importância filosófica de sua mensagem Simone foi operária metalúrgica. Combateu na Guerra Civil Espanhola, e deixou páginas impressionantes sobre a condição operária. O nome do livro é “A condição operária e outros estudos sobre a opressão” (OS INTELECTUAIS, 1979, p.35).

Esse livro foi realmente publicado pela Paz e Terra três anos depois. A importância da cena está na imagem do intelectual à procura do editor – “ansioso” para conseguir dinamizar a publicação de um tema que considerava basilar naquele momento. O lugar em que Gasparian foi colocado, por aparecer como esse tipo de referência no universo editorial – um editor dos intelectuais, muitos deles acadêmicos e da oposição, além de criador de espaços de reunião e de consagração desses autores também fora dos livros, como mostraram as outras declarações

–, evidenciam e, ao mesmo tempo, contribuíram, para a consolidação da sua boa posição no centro de uma das articulações que movimentava o mundo cultural. Ao lado do símbolo “empresário nacionalista”, que carregava já há algum tempo, consolidou também uma forte aura oposicionista, tão importante nesse momento para uma parcela de escritores, acadêmicos e políticos que procuravam divulgar seu pensamento fora das amarras do regime. Essa posição, que o permitia avalizar com seu selo ações desse tipo, resultou não só das práticas da editora a partir de 1974, mas de toda a sua trajetória, notadamente da criação do jornal *Opinião* e da revista *Argumento*, símbolos da luta contra a censura, cuja herança era passada para cada novo empreendimento por Gasparian, seu público e pela própria imprensa:

Essa gente toda vai estar hoje à noite, às 19 horas, na rua Oscar Freire, 608, quase esquina com a Augusta, inaugurando a nova livraria “Argumento”, de Fernando Gasparian, ex editor da revista “Argumento” (proibida pela polícia) e o semanário “Opinião”, fechado pelo próprio Gasparian há dois anos, em sinal de protesto contra o duro cerco da censura. E como os tempos são de abertura, “Argumento” e “Opinião” talvez voltem a circular. Por enquanto, servem de inspiração à livraria, que nasce com a mesma proposta das duas publicações (UMA NOITE, 1979, p.16).

A participação de Éclea Bosi no lançamento da Livraria Argumento tem outro ponto expressivo que nos permite atentar mais diretamente para a organização da Paz e Terra e suas práticas no mercado dos livros. Se o jornalista exagerou ao descrever a situação da escritora, totalmente fora do contexto do evento, não sabemos. Mas o tipo de relacionamento mais direto entre autor e editor que esse episódio sugere está de acordo com a forma de captação e escolha das obras afirmada pelo próprio Gasparian e por outros depoimentos de pessoas envolvidas com a Paz e Terra nesse período. Como para outras atividades que já descrevemos, o empresário tinha um papel fundamental também no processo que fazia chegar até a editora os originais, contando, em muitas ocasiões, com o contato pessoal para efetuar convites ou receber pedidos de publicação, vários acompanhados com as recomendações dos amigos, sua principal fonte na composição do catálogo, sem que existisse um caminho rígido e pré-determinado para o início do processo de edição de uma obra.

É nesse sentido que o Conselho Editorial criado por Gasparian deve ser pensado na estrutura da Paz e Terra. Composto por pessoas próximas, algumas com relações de longa data, nada foi formalizado quanto às suas funções no encaminhamento dos atos da Paz e Terra no mercado dos livros. Segundo o próprio editor, Antonio Candido, Celso Furtado, Fernando Henrique e, por pouco tempo, Max da Costa Santos, nunca chegaram a se reunir e pouco sabiam do que ocorria dentro da editora. Gasparian colocou, inclusive, o exemplo de autores que procuravam Antonio Candido na esperança de obter informações a respeito do processo

de edição de algumas obras, deixando-o descontente por ser questionado sobre situações para as quais não tinha nenhuma resposta ou conhecimento (GASPARIAN, 2002). Ao entrevistarmos Fernando Homem de Melo sobre a publicação de uma de suas obras pela Paz e Terra, intitulada *O problema alimentar no Brasil*, a fala do editor foi confirmada quase nos mesmos termos. O autor nos relatou que, em determinado momento, quando procurou Fernando Henrique Cardoso como tentativa para conhecer o andamento da edição de seu livro, por considerar muito lento, recebeu como resposta que o Conselho praticamente não funcionava e que Gasparian era o responsável por todas as decisões.

Entretanto, mesmo sem uma lógica de ação definida dentro da editora, o que serviria, por exemplo, para a construção de uma espécie de projeto rigoroso em conjunto, outras entrevistas com pessoas envolvidas com a casa deixaram claro que o círculo de amigos foi importante para o contato do editor com autores, referências ou mesmo indicações, contribuindo direta e indiretamente para a composição do seu catálogo. Sua existência e a divulgação dos nomes dos componentes sempre nas primeiras páginas também foi resultado de mais uma ação indispensável, naquele contexto tão marcado, em múltiplos sentidos, pelas universidades, para a construção da credibilidade da Paz e Terra no mundo dos livros, ganhando da associação com intelectuais de prestígio dentro e fora da academia, e até mesmo no exterior, um forte respaldo para a edição dos títulos – símbolo da autorização geradora de confiabilidade, importante tanto para os autores quanto para o público consumidor.

Outras instâncias com um perfil parecido na estrutura de funcionamento da Paz e Terra foram as Diretorias de Coleções. Ao assumir a editora, Gasparian extinguiu já em 1974 praticamente todas as séries instituídas por Ênio Silveira, muitas das quais contavam com a coordenação de Moacyr Felix. Nesse mesmo ano, passou a publicar obras sem um vínculo desse tipo, ao mesmo tempo em que iniciou a criação das linhas substitutas, alcançando, no período em que esteve à frente da casa publicadora, um total de vinte coleções. Voltadas para diversos segmentos, algumas tiveram uma curta duração e pouquíssimos títulos publicados, enquanto outras cobriram todos os anos com uma alta produção – os títulos de cada série e os anos em que foram editadas podem ser observados na Tabela 12. Entre todas as coleções, apenas cinco contaram com a presença de diretores. Assim como o Conselho, foram compostas por nomes que dotavam a editora de credibilidade, além do poder de indicação e de referência marcados por vínculos afetivos e institucionais, mas acabaram com um peso maior dentro da organização da Paz e Terra já que serviram também como uma fonte de avaliação das obras com pedidos de publicação – sem que houvesse, no entanto, o mesmo

padrão para todos os livros. Como veremos, a diretoria de uma coleção também não tinha um contorno bem definido na sua forma de ação.

Tabela 12 – As Coleções da Editora Paz e Terra – 1973-1987

Período de edição	Título da Coleção	Direção
1973-1985	O Mundo, hoje	Sem direção
1974	Textos de Economia	Sem direção
1974-1985	Vida e Obra	Sem direção
1974-1987	Pensamento Crítico	Sem direção
1974-1987	Estudos Brasileiros	Luciano Martins, Juarez Brandão Lopes e Aspásia Alcântara Camargo
1975-1987	Estudos Latino Americanos	Sem direção
1977-1981	CEDEC/Paz e terra	José Álvaro Moisés, Marilena Chauí e Paulo Sérgio Pinheiro
1977-1983	Cinema	Sem direção
1977-1985	Estudos sobre o Nordeste	Francisco de Oliveira, Roberto Maia Martins, Moacyr Palmeira e Aécio Alves de Oliveira
1977-1987	Teatro	Sem direção
1978-1979	Literatura Infanto-juvenil	Sem direção
1978-1985	Documentos da Democracia Brasileira	Sem direção
1978-1987	Economia	Sem direção
1979-1983	Geografia e Sociedade	Sem direção
1979-1986	Literatura e Teoria Literária	Antonio Callado, Antonio Candido e Roberto Schwarz
1979-1987	Educação e Comunicação	Guy de Almeida, Jorge Werthein, Juan Diaz Bordenave, Roberto Atila Amaral Vieira e Agemiro Ferreira
1983	Depoimento	Sem direção
1983-1985	Biblioteca Alemã	Sem direção
1984-1988	Testemunho	Sem direção
1985	Debates	Sem direção

Destacando-se pela atuação na área da não ficção, embora títulos de literatura, inclusive para crianças e adolescentes, um público leitor importante nesse momento em termos de mercado, tenham sido editados, como demonstra a existência da série *Literatura infanto-juvenil*, o catálogo da Paz e Terra foi composto por muitas teses de jovens pesquisadores, clássicos traduzidos e nomes consagrados do pensamento brasileiro nas áreas das Ciências Sociais e Humanas. De modo geral, esses três tipos de autores, mais ligados ao público universitário, estão presentes em quase todas as séries, desde as que apresentaram uma temática mais ampla, como a *Pensamento Crítico* e *O Mundo, Hoje*, ou às mais circunscritas, caso da *Literatura e Teoria Literária*, *Cinema*, *Teatro*, *Educação e*

Comunicação e Economia. Eles também fazem parte das coleções cujos elementos unificadores dos livros foram limites regionais – são elas: *Estudos Brasileiros*, *Estudos sobre o Nordeste* e *Estudos Latino Americanos*.

Nesse conjunto, Eric Hobsbawn, Antonio Gramsci, Norberto Bobbio, Manuel Castells, Alain Touraine, Celso Furtado, Francisco Weffort e Nicos Poulantzas, além de outros autores que já citamos aqui, tiveram seus livros editados, tratando de diversos temas contemporâneos, históricos e teóricos, a partir de múltiplos pontos de vista. Mas, além de nomes acadêmicos importantes, nessas séries, indivíduos reconhecidos pela atuação crítica na imprensa também encontraram seu espaço, como Sebastião Nery, Neiva Moreira e José Carlos de Assis, propiciando, em alguns casos, uma linguagem mais acessível a leitores distantes dos universos conceituais das disciplinas privilegiadas pela editora. Os políticos, que acabaram unidos no Movimento Democrático Brasileiro, depois PMDB, também tiveram um lugar importante dentro da Paz e Terra, marcando sua presença em algumas coleções e, em especial, na linha *Documentos da democracia brasileira*, que publicou Ulisses Guimarães – de quem Fernando Gasparian era muito próximo –, Antonio Paes de Andrade, Humberto Lucena e Hélio Ramos, todos com fortes críticas ao regime imposto pelos militares.

Entre tantos títulos, autores e séries editadas por Fernando Gasparian, seguindo os objetivos desse trabalho, centraremos o olhar na *Coleção Estudos brasileiros* (1974-1987). Como uma das mais produtoras e duradouras do repertório da Paz e Terra no período em que o editor esteve à sua frente, a análise da sua formação possibilita o entendimento de aspectos fundamentais da linha editorial adotada e da sua relação com o campo intelectual brasileiro, já que a temática ampla, sem restrição a qualquer aspecto da realidade nacional, a fez um repositório dos trabalhos dos principais grupos que circularam em torno do empresário e da editora – inclusive dos que compuseram séries mais específicas, caso da *CEDEC/Paz e Terra*. Adentrar na forma de organização e no catálogo da *Estudos brasileiros* é, assim, um meio para a compreensão das ações do editor, conselheiros, diretores e autores na formação de um importante conjunto de livros para caracterizar o Brasil – dotando-o de sentidos com importante visibilidade entre o público leitor especializado e leigo ao longo dos anos 70 e 80.

CAPÍTULO 3 – O Brasil nos livros da Paz e Terra.

3.1 A tradição das coleções de livros sobre o Brasil.

Dentre as séries criadas por Fernando Gasparian na Paz e Terra, a *Coleção Estudos Brasileiros* é a que tem o perfil mais próximo de uma significativa tradição no universo dos livros no Brasil: a da constituição de uma “brasílica”. Como afirmou Gustavo Sorá (2010, p.28), parafraseando Nelson Werneck Sodré, desde o século XIX:

[...] a palavra brasílica denota toda a coleção, seção de biblioteca ou conjunto de livros que reúne os livros que devem ser lidos para conhecer o Brasil. Alude a uma biblioteca real ou metafórica sobre o país, em que um leitor estrangeiro, por exemplo, pode, de um só golpe de vista, ter toda a cultura nacional ao seu alcance.

Dentro desse tipo de propósito, na área da edição, as séries *Brasílica*, *Documentos Brasileiros* e *Biblioteca Histórica Brasileira*, publicadas pela Companhia Editora Nacional, Livraria Jose Olympio Editora e Livraria Martins Editora, cada qual um instrumento e expressão de determinados aspectos do universo intelectual em que estavam inseridas, seja do Rio de Janeiro ou de São Paulo, marcaram época, constituindo-se como fonte de prestígio para seus editores e local de consagração para os autores que ali publicaram entre 1930 e a década de 1950. Nesses projetos, como afirmou Heloísa Pontes (1989), os editores tiveram papel fundamental na visibilidade que foi alcançada pelos conjuntos, mesmo que não tenham encontrado frutos financeiros ao longo de toda a sua existência, mas sim a “distinção” no mundo da cultura, tão fundamental quanto o lucro entre os produtores de livro. Octalles Marcondes Ferreira, José Olympio e José de Barros Martins, ainda segundo Pontes (1989), pareciam empenhados em cumprir um “papel social” semelhante ao de “escritores e intelectuais engajados”, isto é, o de “heróis culturais” superando as debilidades do poder público para “civilizar” o país – a tarefa do “editar como missão”.

Na década de 1960, outros projetos editoriais entraram em cena para revelar o que era o Brasil, refletindo as mudanças que ocorriam no país e, especialmente, no campo intelectual. Para o Rio de Janeiro, destaca-se o caso de Ênio Silveira e o que se tornou uma importante referência de sua Civilização Brasileira: a *Coleção Retratos do Brasil*. Com essa série, Silveira, próximo dos perfis dos editores que citamos, reforçou sua posição como sujeito do mundo editorial dedicado às grandes problemáticas culturais e políticas, alimentando, como

afirmou Luiz Vieira (1998), através das publicações, “a utopia de superação de nossas mazelas”. Acreditava, contudo, que muitas das questões trabalhadas pelas séries pioneiras estavam superadas, deixando de lado obras de história com enfoque na formação do brasileiro com origem em três raças ou na definição do caráter nacional, típicas das coleções da Companhia Editora Nacional ou da José Olympio. Segundo o próprio editor:

Criei a Coleção Retratos do Brasil, onde, ao invés dos famosos estudos históricos que encontravam guarida na coleção Brasileira da CEN e outras semelhantes da José Olympio e a Editora Martins, passei a abordar problemas da atualidade brasileira, estudos políticos, sociológicos e econômicos da realidade de nosso cotidiano e não das teias de aranha do passado (apud VIEIRA, 1998, p.141).

Variando as temáticas abordadas, do cangaço até a influência norte-americana no país, ganhou destaque na linha editorial da série, a partir de 1964, obras que procuravam dar significado à tomada do poder pelos militares e à situação política estabelecida desde então (VIEIRA, 1998, p.142-143). Para Silveira, a série tornou-se “[...] uma *Brasiliiana* viva, a outra era uma *Brasiliiana* morta, as duas importantes, sem dúvida nenhuma” (apud SALGADO, 1994, p.56).

Com quase duzentos títulos publicados em mais de vinte anos de existência, o repertório inicial da *Retratos do Brasil*, como marca da casa e do perfil da produção intelectual do Rio de Janeiro, não deixou de abrigar autores atrelados à postura nacionalista dos anos 50 e começo dos 60 – Nelson Werneck Sodré, por exemplo, possuiu vínculo com o ISEB e publicou treze títulos no catálogo da série⁸⁹. Com relação às áreas de atuação dos seus autores, no grupo como um todo não se encontra homogeneidade. Os vínculos estavam no jornalismo, no direito, na poesia ou também na produção acadêmica. Por outro lado, em entrevista a Vieira (1998, p.171), Leandro Konder, membro importante do chamado “Grupo Civilização”, afirmou em suas considerações que a editora funcionou como “um espaço para promover aquilo que as universidades estavam realizando em São Paulo”. Para Konder, que depois de atuar como advogado sindical entre 1958 e 1964 chegou a trabalhar para Ênio Silveira como revisor, o perfil do trabalho do intelectual carioca participante do círculo da Civilização Brasileira dos anos 60 repousava em “bases mais artesanais”, “eles eram um pouco mais independentes entre si”, nesse sentido, tinham “mais flexibilidade”, sem um tipo

⁸⁹ São obras de Nelson Werneck Sodré na *Retratos do Brasil: A ideologia do colonialismo: seus reflexos no pensamento brasileiro* (1965); *História da imprensa no Brasil* (1966); *Introdução à revolução brasileira* (1967); *O ano vermelho: a revolução russa e seus reflexos no Brasil* em colaboração com Moniz Bandeira, Clovis Melo e A. T. Andrade (1967); *Memórias de um soldado* (1967); *História da burguesia brasileira* (1967); *História militar do Brasil* (1968); *As razões da independência* (1969); *Síntese de história da cultura brasileira* (1972); *O que se deve ler para conhecer o Brasil* (1973); *Formação histórica do Brasil* (1976); *A Coluna Prestes: análise e depoimentos* (1978).

de experiência como estava sendo proporcionada dentro do ambiente acadêmico da capital paulista, que, nesse momento, já refletia diretamente na forma de organização, conteúdo e apresentação de outra importante coleção sobre o Brasil em andamento: a *Corpo e Alma do Brasil*, publicada pela editora Difel.

Antes de citarmos o caso dessa editora paulista, é importante incluímos nessa breve descrição do contexto da tradição em que está inserida a *Coleção Estudos brasileiros* também a *Coleção Imagem do Brasil*. Produzida a partir do Rio de Janeiro, mas bem menos extensa e dona de menor prestígio no cenário intelectual do que a *Retratos do Brasil*, embora esteja próxima da linha construída por Ênio Silveira em alguns pontos, a editora Saga iniciou suas publicações nos anos 60, já quando uma propriedade de Fernando Gasparian e sob a coordenação de Hélio Ramos e José Aparecido de Oliveira – os amigos deputados cassados pelo regime militar. Com uma vida bem mais curta, encontramos referências que apontam apenas doze publicações como pertencentes à série – o primeiro título editado tendo sido *A revolução devora seus presidentes*, uma coletânea de artigos sobre a política da primeira metade da década de 60 escritos pelo jornalista francês Jean Jacques Faust, que atuava como correspondente no Brasil da AFP (Agência France Presse).

Assim como na Civilização Brasileira, ganharam o espaço dessa coleção da Saga obras que procuravam explicitar as causas e movimentos que levaram ao cenário político que resultou em 1964. Esse também foi o objetivo primeiro do trabalho do historiador norte-americano Thomas Skidmore publicado em 1969: *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco* – originado de um impulso institucional da Universidade de Harvard, que convidou o historiador, então um especialista em história da Alemanha, para pesquisas de pós-doutoramento em América Latina. O pós-golpe, como já registramos nesse trabalho, também mereceu atenção na composição da *Imagem do Brasil*, completada por publicações de figuras ativas no universo político dentro da ala oposicionista – nos referimos aqui ao próprio Fernando Gasparian com o seu *Em defesa da Economia Nacional* e os dados sobre a CPI da desnacionalização publicados pelo relator Rubem Medina em *Desnacionalização: crime contra o Brasil*.

Dentro de uma perspectiva crítica ao governo militar, entre os livros publicados pela série comandada pelos ex-deputados, é curiosa a presença do título *Reforma para o Brasil*, escrito pelo General Olympio Mourão Filho. Além da história como membro da Ação Integralista – responsável, inclusive, pela autoria do Plano Cohen –, participou ativamente do movimento que pôs fim ao governo de João Goulart em 1964, o que o levou à posição de ministro do Supremo Tribunal Militar até o ano em que o livro foi editado (1969). Não

obstante, desde o princípio, o general acabou reconhecido pela posição avessa a certos elementos do governo Castelo Branco, da prorrogação dos mandatos dos governadores em 1965 até ao teor da Constituição de 1967. No livro, como um reflexo de sua trajetória e postura do general no momento, os comunistas não foram poupados, por sua longa história de tentativas de tomar o poder no Brasil – a qual, segundo o general, estavam em plena atividade naqueles anos. Mas sua crítica maior repousou sobre o presidencialismo, visto como a causa de todas as mazelas do país por ser um regime “importado”, descolado da nossa realidade. A inflação, a corrupção, a subversão e o próprio comunismo, segundo Mourão, tinham como “causa única” o regime de “mando pessoal”, cada vez mais fortalecido. Ao final, para que a “revolução” pudesse cumprir seus verdadeiros objetivos e os problemas brasileiros sanados, o general propôs um novo modelo político, uma espécie de “parlamentarismo”, onde o presidente teria “a única função de representar a nação”, enquanto outros órgãos (Conselho Supremo, Câmara Técnica, Câmara Política e Ministérios Executantes), cujo fundamento era formar uma “tecno-democracia”, governariam de fato e conduziriam o Brasil⁹⁰.

A presença do livro do general Olympio Mourão na coleção pode ter sido parte de uma estratégia dos líderes da Saga de se aproximar de uma ala dos militares não totalmente satisfeita com os rumos tomados pelo país depois de 1964, o que, de todo modo, independente do tipo de crítica, enfraquecia quem estava no poder e legitimava a existência da oposição ao governo. Ao mesmo tempo, com um ato editorial desse tipo, a editora aparecia para os órgãos repressores do governo como um espaço não determinado por uma corrente específica, em especial da dona de grande parte da repulsa dos militares, ou seja, qualquer grupo com vínculos comunistas. Em essência, a Saga assumiu um caráter oposicionista mais eclético, por ter publicado uma obra como a de Che Guevara, em virtude da qual a editora encontrou problemas, e, no ano posterior, um livro com denúncias de um general ao suposto golpismo da esquerda no país – que veio com o importante propósito de ser uma crítica ao regime, mas completamente dentro da ordem, como deixou claro a advertência logo nas primeiras páginas afirmando serem as declarações ali presentes não “subversivas” e sim consagradoras dos princípios voltados ao “federalismo” e à “república”:

O artigo 50 da Constituição atualmente em vigor, regulando as condições de sua alteração por meio de emendas determina em seu parágrafo 1º:

⁹⁰ Depois da sua morte, que ocorreu em 1972, a posição crítica do general ganhou mais destaque. Isso se deu quando o historiador Hélio Silva, no ano de 1978, publicou um manuscrito que o próprio Mourão lhe confiara em 1971, já adoentado, sob o título *Memórias: a verdade de um revolucionário*. Na obra, que se tornou objeto de uma contenda na justiça, foram narrados sequestros, torturas e casos envolvendo “personalidades” do meio militar.

“Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a Federação ou a República”.

Por conseguinte, não pode jamais ser considerada como subversiva qualquer ideia de modificação dentro destes pressupostos.

O presente trabalho consagra como fundamentais os princípios que constituem a Federação e a República (MOURÃO, 1969, p.9).

Diferentemente do que ocorria no Rio de Janeiro no início dos anos 60, à sombra do estilo da *Retratos do Brasil* de Ênio Silveira, São Paulo teve em uma editora um rompimento mais claro com os modelos de publicação das “Brasilianas” da década de 1930 até 1950. No mesmo ano em que veio à tona a coleção da Civilização Brasileira, as séries editadas pela Difusão Europeia do Livro (DIFEL) – a *História Geral da Civilização Brasileira* e, sobretudo, a *Corpo e Alma do Brasil* – também ganharam vida.

A história dessa editora tem em Paul Jean Monteil uma de suas principais figuras. Engenheiro têxtil francês que veio para o país na época da Segunda Guerra Mundial, permaneceu após o conflito investindo na área das livrarias e da edição – em 1947 fundou a Livraria Francesa na capital paulista e, posteriormente, em 1951, instalou a Difel, adquirindo no mesmo ano a filial da Garnier. Próximo de professores e alunos da Universidade de São Paulo, segundo Boris Fausto (1982, p.162), Monteil “conhecia quase todo mundo pessoalmente”, servindo-se dessas relações para levar a cabo seus projetos enquanto editor. Para a coordenação da *História Geral da Civilização Brasileira*, algo próximo das coleções (estrangeiras) *História Geral das Civilizações* e *História Geral das Ciências*, já publicadas pela Difel, convidou Sérgio Buarque de Holanda. O objetivo era construir uma coleção com uma série de artigos que pudessem dar ao público leitor a possibilidade de contato com as análises que estavam sendo produzidas no campo da história dentro das universidades, o que contribuiu não só para a renovação das perspectivas sobre o passado do país, mas também para a consolidação da comunidade acadêmica em um momento decisivo do seu desenvolvimento (NICODEMO, 2004).

O mesmo se deu com a *Corpo e Alma do Brasil*, mais significativa para este trabalho por se tratar de uma coleção de livros independentes e não de textos preparados para compor um conjunto maior de volumes e tomos separados por alguns critérios. Para a condução dessa série, como diretor, o editor francês convidou Fernando Henrique Cardoso, que se tornou um dos responsáveis, como afirmou Luís Vieira (1998, p.142), por “acertar o relógio” do setor editorial paulista com as investigações sobre a realidade brasileira produzidas na instituição universitária onde despontava.

O sociólogo paulista assumiu a direção da *Corpo de Alma do Brasil* já no seu primeiro ano de funcionamento, em 1960, quando da edição do terceiro livro da série: *Mudanças Sociais no Brasil*, de Florestan Fernandes. Na apresentação da obra, onde apontou como sua a escolha da publicação, justificada por ser o autor um autêntico “*scholar*”, trouxe uma reflexão bastante representativa do pensamento de que se revestia a sua participação no empreendimento da Difel, movido pelas mudanças que estavam sendo operadas na produção de conhecimento sobre o país e, por conseguinte, na busca da superação dos tipos e formas de análise que haviam imperado na primeira metade do século. Ao tecer esse quadro, Cardoso apontou para a importância do que via como o desenvolvimento do “ponto de vista científico” na área das humanas:

O antigo espírito de improvisação e verbalismo, que tanto marcou a fase do chamado bacharelismo brasileiro, começa a ser revisto e substituído, pouco a pouco, pela radicação no Brasil do ponto de vista científico de análise dos problemas do homem, da sociedade e da cultura. Muitos trabalhos de história, economia, etnologia, psicologia social, sociologia ou geografia humana já exprimem o resultado do esforço metódico de levantamento de problemas e informações, do treinamento na utilização de técnicas rigorosas de análise e sistematização dos dados obtidos, e da familiaridade com os requisitos científicos (CARDOSO, 1974, p.7)⁹¹.

Aprofundando esse sentido, continuou o diretor afirmando que a bibliografia sobre o Brasil, até aquele momento, era constituída por “memórias, viagens, relatórios, autobiografias” – oriundas de “textos antigos” –, enquanto que, por outro lado, trabalhos “mais modernos”, sobre problemas recentes e do passado, apresentavam-se “sob a forma de ensaios”, carentes do rigor acadêmico e por isso de “base discutível”, embora, em muitos casos, produzidos com “lucidez” e hipóteses “ousadas e felizes”. Colocando-se como um arauto do mundo científico, Cardoso afirmou não ser de seu interesse fomentar publicações desse tipo, pois significaria contribuir apenas para “acrescer às brasileiras já existentes” uma coletânea similar. Era tempo, segundo o sociólogo paulista, de dar aos trabalhos acadêmicos que estavam sendo confeccionados a possibilidade de uma circulação não restrita, promovendo-os em espaços antes ocupados por “fontes primárias ou trabalhos de interpretação”. Como objetivo da *Corpo e Alma do Brasil*, num tipo de esforço que até o momento “não tinha sido feito na escala do desejável e do possível”, estava então publicar estudos cujas “cogitações” e “técnicas” fossem reflexos das “preocupações do espírito científico” – o que permitiria, ao mesmo tempo, o alargamento da “compreensão dos problemas brasileiros” (CARDOSO, 1974).

⁹¹ Estamos utilizando a edição de 1974, que trouxe a apresentação de Fernando Henrique Cardoso sem nenhuma alteração.

A forte defesa feita por Fernando Henrique Cardoso do universo e da produção acadêmica, em detrimento de uma produção de tipo ensaístico marcada pela conjunção da história com a economia, a política e o jornalismo, bem como dos locais que lhes serviam de parâmetros, isto é, academias de letras, cátedras das faculdades de direito, livrarias e espaços de jornais voltados à crítica literária, como colocou Heloísa Pontes (1989), deve ser vista a partir do processo mais amplo de institucionalização e consolidação das Ciências Sociais no país, que avançava naquela década e ainda mais na de 1970 com o aumento do número de cursos superiores, com a adoção de um modelo diferente para os cursos de pós-graduação e a criação de órgãos destinados ao fomento da pesquisa. Essas alterações, segundo os estudos da produção sociológica no país, tiveram em São Paulo um lugar privilegiado de desenvolvimento e defesa, já que a USP, com os alunos liderados por Florestan Fernandes, tornou-se o espaço a partir do qual procuraram impor, como primeira geração de sociólogos “profissionais e brasileiros”, uma sociologia rigorosamente científica, produzida no dia a dia de um treinamento severo dentro da estrutura universitária. Na percepção do grupo, estava na cidade, pela existência de um padrão acadêmico na condução do conhecimento ausente em outros locais, isto é, a consolidação de um esquema de ensino e pesquisa baseado em teses, trabalhos de campo, bancas examinadoras, seleção por mérito e títulos, que dava à sociologia o caráter de uma disciplina autônoma, a sede para ações que podiam superar obras como *Casa Grande e Senzala*, escrita pelo pernambucano Gilberto Freyre e uma das grandes representantes do modelo ensaístico, vista negativamente por confundir linguagens, arte, ciência e, assim, estar pouco distante mundo dos valores (SORÁ, 1998; JACKSON, 2007).

Como defendeu Gustavo Sorá (1998), não podemos perder de vista que entre editores e outros responsáveis pela condução das publicações desse momento foi comum o interesse em que cada “ato editorial” interviesse “na luta pela legitimação” do termo “Brasil”, isto é, pelo estabelecimento do seu sentido para aqueles anos. Apesar das mudanças em temas ou nas formas de produzir que afetaram diretamente as coleções, novos locais e paradigmas foram motivadores para a constituição de projetos editoriais originais como espaços privilegiados de divulgação e validade, diminuindo ou conferindo importância a determinadas características de produções do passado e contemporâneas. Sendo assim, em São Paulo, onde a universidade ganhou destaque como centro de articulação relacionado à Difel, não foi em vão que a obra *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico*, originada da tese de livre docência do próprio Fernando Henrique Cardoso, entrou no catálogo da *Corpo e Alma do Brasil* em 1964. Como já colocamos nesse trabalho, um dos principais fins do livro foi desacreditar o importante papel dado à “burguesia nacional” por grupos como o ISEB e o PCB na

construção do que viam como o desenvolvimento independente no país, iniciando a edificação de uma interpretação que, junto dos importantes acontecimentos daquela década, alterou os rumos das análises e das perspectivas de mudança no Brasil, uma prova do espírito e do papel que o diretor almejava para uma das mais importantes coleções da editora de Paul Jean Monteil:

Há real necessidade, portanto, de divulgar estudos de cunho científico sobre a formação ou as possibilidades de desenvolvimento e mudança social no Brasil. É preciso incentivar a revisão dos cânones intelectuais rotineiros de análise da problemática clássica dos estudos brasileiros. É necessário, também, ampliar os focos de interesse dos estudos sobre o Brasil, incorporando às preocupações intelectuais os novos problemas que o desenvolvimento da sociedade tem criado, e aqueles do passado que as cogitações intelectuais do presente têm ressaltado e que muitas vezes passaram despercebidos pelos intelectuais que os viveram ou pelos estudiosos ou pelos estudiosos das épocas posteriores. Quiçá possa a coleção “Corpo e Alma do Brasil” propor-se, no futuro, estimular e patrocinar tais estudos (CARDOSO, 1974, p.8).

Ao longo dos anos 60, especialmente a partir da Reforma Universitária em 1968, que ampliou a atenção para a pesquisa acadêmica no Brasil e trouxe mudanças significativas na estrutura organizacional do ensino superior, ao lado da Difel, outras editoras entraram na disputa pelos cada vez mais numerosos leitores e autores universitários, contribuindo para a consolidação do que Carlos Guilherme Mota chamou de uma “nova postura” e M. Arminda Arruda (1989) de um “estilo de outra natureza”⁹². Com o currículo acadêmico cada vez mais valorizado como importante critério para a validação da produção de conhecimento, casas publicadoras como a Zahar, a Perspectiva, a Hucitec, a Vozes e a Nova Fronteira, para ficarmos em poucos exemplos, investiram em séries de obras com origem em textos de professores ou de trabalhos já avaliados por bancas em cursos de mestrados ou doutorados, nem sempre com a presença de uma referência ao país no título, mas o trabalhando como tema ou fundamento organizador a partir de inúmeras perspectivas – são desses anos linhas como a *Debates*, *Estudos*, *Biblioteca de Ciências Sociais*, *Brasil, os anos de autoritarismo*,

⁹² Para Arruda (1989), o grupo da USP constituiu um conjunto de estudos mais tópicos sobre a realidade, com objetos mais circunscritos, centrados em um determinado tipo de problema, e deixou para trás, entre outras tradições, grandes panoramas históricos ou longos processos de formação da sociedade brasileira. Já Carlos Guilherme Mota, ao inserir a Difel e sua coleção em um relato sobre a importante trajetória de Florestan Fernandes e da Universidade de São Paulo, apesar da confusão ao colocá-lo como diretor da série e de ser seu o primeiro número publicado, identificou como a posição da editora esteve entre consequência e causa no bojo das mudanças que estavam em operação especialmente a partir do ambiente intelectual paulista e que deram origem ao que chamou de “nova postura”: “O primeiro título era Mudanças sociais no Brasil, do próprio Florestan, seguido das obras de Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, entre muitas mais: um sopro renovador nas searas em que se cultivava o marxismo, a história, a sociologia... Definia-se a chamada Escola Histórico-sociológica de São Paulo. Rigor, temas fundamentais da História do Brasil, métodos e técnicas modernas de pesquisa postas em prática, leitura mais cuidadosa dos clássicos e sobretudo de Marx, Weber e Mannheim, atitude interdisciplinar, tudo isso marcava o novo horizonte intelectual que se desenhava então. E que viera para ficar. Uma nova postura, enfim” (MOTA, 1996, p.44).

Estudos Brasileiros, *Estudos Históricos* e *Brasil século XX*. É também nessas décadas que, perante a ampliação do mercado dos bens culturais, outras editoras investiram em produções intelectuais mais capazes de ir além de um circuito acadêmico para consumo próprio, abrindo alguns canais de aproximação com o iniciante universitário e, ao mesmo tempo, com o público “laico”, casos claros da Brasiliense e da Ática já citados neste trabalho, que renovaram as práticas com séries de livros de bolsos escritos por especialistas. Dessa forma, por diferentes caminhos junto às editoras, a universidade se tornou uma importante fonte para atender não só as suas próprias demandas, tendo em vista um ensino cada vez mais massificado, mas também a necessidade de informação e conhecimento da opinião pública em temas colados à sua realidade.

3.2 A “Coleção Estudos Brasileiros” da editora Paz e Terra.

Como se pode notar pelo conjunto de séries que citamos acima, o título *Coleção Estudos Brasileiros* não foi uma exclusividade da Paz e Terra nas décadas de 1970 e 1980. Antes do lançamento da série editada por Fernando Gasparian, mais precisamente em 1972, a editora Vozes publicou o volume que inaugurou sua coleção com mesmo nome: *Homem: cultura e sociedade no Brasil* – uma seleção de textos editados na *Revista de Antropologia* organizada pelo antropólogo da Universidade de São Paulo e também fundador do periódico Egon Schaden. Em 1973 foi a vez da Hucitec lançar a sua coleção homônima, essa iniciada com a publicação do livro intitulado *Conde Matarazzo: o empresário e a empresa, estudo de sociologia do desenvolvimento*, de autoria de José de Souza Martins e originado da sua dissertação de mestrado defendida sob a orientação de Florestan Fernandes⁹³. No caso da Vozes, uma editora fundada por frades franciscanos e voltada para a divulgação de ideais cristãos, mas também com atuação em quase todas as disciplinas das Ciências Humanas em sua trajetória, ao lado do livro de Schaden encontramos apenas mais cinco títulos pertencentes à série publicados até 1977 – no pequeno espaço foram alojados livros de outras figuras importantes para o desenvolvimento acadêmico das áreas as quais estavam vinculadas, como Maria Isaura Pereira de Queiroz, Luiz Beltrão e José Marques de Melo⁹⁴. Já a série da

⁹³ O trabalho foi defendido em 1966 e tem como título *Empresário e empresa na biografia do Conde Matarazzo*.

⁹⁴ Maria Isaura Pereira de Queiroz desempenhou papel importante para o curso e as pesquisas na área da sociologia na USP e publicou pela série *O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos*

Hucitec, uma editora recém-fundada, pois estava em funcionamento há apenas dois anos com o intuito declarado de publicar autores nacionais em seu catálogo, contou com a direção do professor da UNICAMP na área da economia Tamás Szmrecsányi e possuiu uma vida bem mais longa, com livros editados até muito recentemente. Seguindo a trilha de outras casas do período, entre os destaques da série estão os títulos fortemente vinculados à produção universitária em crescimento nos anos 70 e 80, como provam as publicações de outros trabalhos na linha do que a inaugurou⁹⁵ e de autores mais conhecidos no meio intelectual como os sociólogos Florestan Fernandes e Octavio Ianni, o físico José Goldemberg e o geógrafo Manuel Correia de Andrade⁹⁶.

Terceira editora a possuir uma coleção com o título de *Estudos Brasileiros* na década de 1970, como motivo para a criação do conjunto na Paz e Terra, dentro de um sentido prático, puramente organizacional, a nova série para as publicações, inaugurada bem no início da fase sob a administração de Fernando Gasparian, pode ser vista como um desdobramento da coleção deixada como herança por Ênio Silveira: a *Coleção Estudos sobre o Brasil e a América Latina*, que teve o primeiro número publicado em 1968 – uma versão de um número da revista francesa *Les Temps Modernes* coordenado por Celso Furtado e todo dedicado ao Brasil. Contribui para essa hipótese o fato de que um ano após a criação do conjunto para os temas brasileiros, o empresário iniciou também a *Coleção Estudos Latino Americanos*, voltada para trabalhos sobre certos países e tópicos mais amplos acerca de toda região. Ademais, ainda durante a década de 1970, o editor chegou a distribuir nos dois novos catálogos quatro obras que pertenciam à coleção criada sob o comando anterior, inclusive o volume organizado por Celso Furtado que acabamos de citar⁹⁷.

no Brasil, em 1973; enquanto Luiz Beltrão, autor de *O índio, um mito brasileiro*, editado 1977, e José Marques de Melo, que escreveu, em 1976, *Subdesenvolvimento, urbanização e comunicação*, atuaram, ao lado de participações na imprensa, na área da comunicação em instituições como a Universidade Católica de Pernambuco, a Universidade de Brasília, a Faculdade Cásper Líbero e também na Universidade de São Paulo.

⁹⁵ Entre os trabalhos com origem em teses temos como exemplo: *Colonização e monopólio no nordeste brasileiro: a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, 1759-1780*, de José Ribeiro Junior, e *A Rebelião de 1924 em São Paulo*, de Anna Maria Martinez Corrêa, ambos da área de História; e também *Desenho mágico: poesia e política em Chico Buarque*, de Adélia Bezerra de Meneses, um doutorado em Teoria Literária e Literatura Comparada.

⁹⁶ Florestan Fernandes publicou três livros na série, são eles: *Circuito fechado: quatro ensaios sobre o poder institucional* (1976), *O folclore em questão* (1978) e *A condição de sociólogo* (1978); Otavio Ianni publicou o livro *Escravidão e racismo* (1988); José Goldemberg *Energia nuclear no Brasil: as origens das decisões* (1978); e Manuel Correia de Andrade *Planejamento regional e o problema agrário no Brasil* (1976).

⁹⁷ Na *Coleção Estudos Brasileiros* ganharam novas edições: *Brasil tempos modernos*, de Celso Furtado, em 1977, e *Quatro séculos de latifúndio*, de Alberto Passos Guimarães, publicado também em 1977; já na *Coleção Estudos Latino Americanos*, a obra *A universidade necessária*, com a autoria de Darcy Ribeiro, ganhou uma nova edição em 1975, e *A dinâmica do desenvolvimento econômico*, publicado por Cibilis Viana da Rocha, em 1978.

Para o lançamento da coleção composta exclusivamente para o Brasil, de maior impacto no cenário intelectual do que a de estudos sobre a América Latina, Fernando Gasparian, diferentemente dos editores das séries homônimas pertencentes a Vozes e Hucitec, cujos volumes iniciais foram adaptações de trabalhos produzidos por pesquisadores para a universidade, escolheu como título de abertura uma publicação com origem e motivos estritamente políticos. Com a autoria de Marcos Freire, professor de direito da Universidade Federal de Pernambuco, mas na ocasião atuando como Deputado Federal pelo MDB, o posto de primeiro volume foi ocupado pelo livro *Oposição no Brasil, hoje*, que reuniu uma série de discursos proferidos pelo parlamentar no órgão do poder legislativo. O então deputado, que já possuía no currículo uma renúncia ao cargo de prefeito de Olinda em virtude da decretação do AI-5, fazia parte do grupo conhecido como “autênticos do MDB”, distinto da ala “moderada” do partido por ter abandonado o tom conciliatório e por assumir verdadeiramente as bandeiras que foram levantadas na fundação da agremiação: restauração democrática, desenvolvimento econômico em bases nacionais e política externa independente. Muito ativos na proposição de projetos de lei, emendas e CPIs, mas quase sempre sem a maioria necessária, a atuação desses deputados mudou a face da oposição a partir de 1970, que de “voz consentida”, segundo Costa e Gagliardi (2006), com o empenho em questões como a defesa dos direitos humanos, fez do parlamento um “campo legítimo na luta pelo retorno à democracia”, preenchendo o “vazio programático que dominava o Congresso no período pós-golpe”.

Segundo os relatos de Fernando Gasparian, é possível perceber que existia um ótimo relacionamento entre ele e o grupo dos “autênticos”, unidos em função da oposição ao governo em mais de uma ocasião. Em 1973, por exemplo, segundo o editor, durante um almoço em sua casa com Freire e com os também deputados Francisco Pinto e Lysâneas Maciel, ambos elementos de destaque no grupo do MDB, recebeu a notícia de que policiais tentavam impossibilitar a impressão do jornal *Opinião* em uma gráfica. Imediatamente os quatro partiram em direção ao local e após uma série de discussões para viabilizar a impressão de um dos números do periódico, Gasparian foi detido, mas solto após seu depoimento, inesperadamente. No tempo em que foi mantido preso, por volta de um dia, assim como o pessoal da redação do jornal, empenhados em divulgar o fato, os deputados entraram em contato com a Câmara e com o Senado, sendo a liberação de Gasparian atribuída a ordens “incisivas” de Brasília, para evitar escândalo maior (MACHADO, 1978, p.68). Esse fato serviu ainda de justificativa para o projeto de Lei que o Deputado Lysâneas Maciel tentou aprovar naquele mesmo ano, objetivando, grosso modo, limitar a arbitrariedade policial no

país, mas que não foi acatado pelo governo⁹⁸. No texto apresentado, o incidente da gráfica envolvendo o editor e os deputados foi relatado de forma enfática pelo parlamentar:

Há poucos dias assistimos, diversos parlamentares, ao vivo, este quadro impressionante:

Um professor universitário, de renome internacional, diretor de um dos mais respeitáveis hebdomadários do País, em pleno gozo de seus direitos políticos, agindo dentro da rigidez e das limitações à imprensa, foi brutalmente preso e humilhado.

Um dos policiais, precisamente o chefe da Polícia Federal na Guanabara, ameaçou-o, truculentamente, após a prisão dizendo:

– Ainda hoje vou dar-lhe um tiro na cara.

Pergunta-se: isto poderia acontecer nesse país? ⁹⁹ (apud MACHADO, 1978. p.75)

Em 1974, ano das eleições para o executivo e o legislativo federal – a primeira realizada em janeiro e a segunda em novembro –, a relação de Gasparian com esses políticos estendeu-se ainda mais, estando aí a principal base para o entendimento da publicação da obra na Paz e Terra. Nesse momento, o grupo dos “autênticos”, em protesto à sucessão presidencial via colégio eleitoral, considerada por eles ilegítima já que os resultados eram definidos *a priori*, projetou o lançamento do que foi chamado como “anticandidato”. Pelo plano, a “campanha” seria utilizada para promover a conscientização da população acerca dos problemas do país, numa tentativa de “reatar o diálogo com o povo brasileiro” (FREIRE, 1974, p.11), mas, como forma de denúncia, não haveria participação do partido na votação indireta, deixando escancarado com o ato a perspectiva da oposição sobre o funcionamento do regime e a “farsa” por trás da escolha do presidente. Entretanto, mesmo depois de acertados os pontos do projeto e do “moderado” Ulysses Guimarães ter assumido o papel de “anticandidato”, uma reunião do MDB no momento da eleição acabou decidindo pela participação do partido no pleito. Os “autênticos”, embora frustrados no seu plano inicial, sustentaram a ideia e elaboraram uma declaração de voto justificando sua abstenção na sessão que deu a presidência a Ernesto Geisel. Essa declaração, um duro ataque ao regime e, ao mesmo tempo, à postura do partido na ocasião¹⁰⁰, foi publicada no Diário Oficial e mais uma

⁹⁸ Segundo Machado (1978. p.70), a referência e o título do projeto são: Projeto de lei nº 1370 de 1973. Determina a proteção judiciária imediata aos presos ou detidos e dá outras providências.

⁹⁹ Nas palavras de Gasparian, esse momento das discussões e da prisão por conta da publicação do jornal foi descrito da seguinte maneira: “Os policiais foram me conduzindo preso, em direção ao carro da polícia. Os deputados tentaram entrar no carro, mas foram impedidos. O inspetor Sena entrou na frente – eu estava sentado no banco de trás com outro policial. O carro saiu em disparada. O inspetor Sena estava completamente perturbado. Apontou o dedo na minha direção e falou: - O senhor tome jeito, seu Gasparian. O senhor está brincando comigo. Eu quero lhe dizer que não tenho medo do cardeal, não tenho medo do Le Monde, nem tenho medo de deputado. Se o senhor continuar desse jeito, eu lhe dou um tiro na cara” (apud MACHADO, 1978. p.70).

¹⁰⁰ Consta na declaração como o objetivo inicial do projeto foi abandonado pelo MDB e ainda como a participação numa eleição indireta contrariava os fundamentos do partido. De acordo com o documento: “Fiéis ao programa partidário que condena a eleição indireta, admitimos a candidatura própria tão somente com o

vez logo nas primeiras páginas do livro de Marcos Freire, que após suas últimas linhas revelou que a edição da obra, também um ato de protesto contra o processo eleitoral no país, não tinha sido custeada somente pela Paz e Terra:

O AUTOR faz empenho em informar que a importância da ajuda de custo que recebeu para comparecer à sessão do Colégio Eleitoral de 15 de janeiro de 1974 destinada à eleição indireta do Presidente e Vice-Presidente da República foi integralmente aplicada no financiamento deste livro, que é um veículo de protestos contra todos os processos espúrios de falseamento democrático atualmente consagrados no Brasil (FREIRE, 1974, p.12).

Não temos a data precisa do lançamento da obra, mas sua publicação ocorreu pouco antes da eleição para o Senado de 1974, para o qual Marcos Freire concorria a uma vaga¹⁰¹. Durante esse processo eleitoral, Fernando Gasparian foi um apoiador da candidatura de alguns “autênticos”, entre eles o próprio Freire e também Lysâneas Maciel, que saíram vencedores do pleito¹⁰². De acordo com Vani Kenski (1990, p.55), inclusive, essa ação acirrou a divisão entre o líder da equipe do jornal *Opinião* naquele ano e o proprietário do periódico, já que Raimundo Pereira acreditava como certa a vitória da ARENA e por isso não se colocou favoravelmente às eleições. Na Paz e Terra, contudo, território no qual o empresário agia com bem menos restrições, sua parceria com o deputado materializou-se na edição do livro, que além de portador de alguns princípios defendidos fervorosamente pelo editor há tempos, como o da democracia e o da exaltação do “empresariado nacional”¹⁰³, também deve ser visto como peça da campanha política para o então deputado do MDB –na quarta capa da obra, por exemplo, Marcos Freire foi identificado como candidato ao Senado e teve detalhes de sua biografia como oposicionista exemplar traçados:

No momento da aparição deste livro, Marcos Freire, 42 anos, concorre ao Senado da República pelo Estado de Pernambuco como candidato do partido minoritário. Sua candidatura nasceu como imposição das bases partidárias, ao impulso de um movimento de vontade popular que em 1968 já havia conferido ao jovem então professor de Direito Constitucional, sem tradição política familiar, uma avassaladora

objetivo de alargar a precária faixa de comunicação, tentando, assim, reatar o dialogo com o povo brasileiro. Em nenhum momento compreenderíamos que o anti-candidato e o contestante se convertessem em candidatos” (FREIRE, 1974, p.11).

¹⁰¹ O prefácio está datado com “Agosto de 1974”.

¹⁰² O primeiro como Senador por Pernambuco o segundo como Deputado Federal pelo Rio de Janeiro.

¹⁰³ É interessante notar que, logo nas primeiras páginas, José Ermírio de Moraes, empresário com quem Gasparian possuiu boas relações desde o tempo da universidade, foi lembrado mais de uma vez por Marcos Freire. Falecido no ano anterior à publicação, o também ex-senador teve exaltado pelo deputado, entre outras características, seu perfil nacionalista, uma posição tão cara ao editor da Paz e Terra em todo seu percurso. Na dedicatória, Marcos Freire escreveu: “IN MEMORIAM do Senador José Ermírio de Moraes, figura do mais autêntico empresariado nacional e parlamentar inextinguível na defesa dos interesses nacionais. Sua passagem marcante pelo Congresso Nacional reflete toda uma vida impregnada daquele forte e patriótico sentimento democrático nacionalista, cujos mesmos ideais temos, como Deputado Federal, procurado representar e defender” (FREIRE, 1974, p.5).

vitória nas eleições para prefeito de Olinda e em 1970 lhe valera um mandato para a Câmara Federal com maior votação já alcançada no Estado para um candidato a Deputado: 57 mil votos. [...] Fez-se apontar pelos jornalistas da Câmara entre 70/74 como um dos melhores deputados, valendo-se da tribuna parlamentar como o instrumento vivo de oposição de que dá conta o presente volume (FREIRE, 1974).

O mesmo tipo de identificação, marcada pela publicidade política, foi feita novamente no prefácio escrito por Alceu Amoroso Lima, que assinava seus textos com o pseudônimo Tristão de Athaíde. Figura intelectual importante para a história das instituições de ensino superior cariocas e a imprensa, reconhecido pelos fortes vínculos com o mundo católico e, naquele momento, também pelos protestos contra o regime militar, o prefaciador, que também compunha o Conselho de Colaboradores do Jornal *Opinião*, não deixou de incluir em sua descrição elogios ao grupo do qual Marcos Freire fazia parte, caracterizado como um “bravo pugilo de oposicionistas” em um duelo “sem armas contra um adversário bem armado” (FREIRE, 1974, p.13).

Diferentemente do livro publicado pelo candidato ao Senado, o segundo volume editado na coleção da Paz e Terra não possuiu um vínculo explícito com as questões da política do importante 1974, apresentando um tom e conteúdo bastante distintos dos discursos assinados pelo deputado “autêntico” do MDB. Sua autoria, entretanto, era de um nome bastante significativo para qualquer oposição ao regime: Darcy Ribeiro, um antigo aliado de Fernando Gasparian que também havia passado por muitos dos reveses causados pelos militares após o governo de Goulart. Lançada com o seguinte título: *Uirá sai à procura de Deus: ensaios de etnologia e indigenismo*, a obra foi composta pela reunião de seis artigos escritos pelo antropólogo a partir do trabalho de campo que desenvolveu numa série de tribos indígenas – todos publicados em revistas especializadas entre 1948 e 1962.

Esse não foi o único livro de Darcy Ribeiro editado por Fernando Gasparian logo nos seus primeiros anos de Paz e Terra. Já na orelha da coletânea publicada na *Estudos Brasileiros*, somos informados da reedição da obra *A universidade necessária*, publicada pelo antropólogo ainda quando a editora era uma propriedade de Ênio Silveira, em 1969. Diferentemente de *Uirá sai à procura de Deus*, trata-se, nesse caso, de um livro explicitamente crítico ao contexto político, com uma série de reflexões tipicamente desenvolvimentistas sobre o plano acadêmico dirigido à nova capital – que incluía, entre outros pontos, a contribuição ativa para o desenvolvimento autônomo do país e a formação de uma consciência nacional (RIBEIRO; MATIAS, 2006). Vale lembrar que a obra foi lançada originalmente logo após uma série de duras investidas da repressão ao *campus* da Universidade de Brasília e da reconfiguração do seu projeto inicial.

Como as duas publicações sob a tutela de Fernando Gasparian estão muito próximas – *A universidade necessária* foi reeditada em 1975 na série *Estudos Latino Americanos* –, é provável que a negociação tenha sido feita de uma só vez para ambos os livros em 1974. Nesse ano, Ribeiro voltou ao Brasil para tratamento médico após uma série de experiências em órgãos internacionais e de países da América Latina na área de políticas públicas voltadas à educação. É importante destacar que não só o antropólogo compunha o círculo de amigos de Gasparian; também sua ex-esposa, Berta Ribeiro, que fez parte do grupo de pequenos acionistas da editora e foi lembrada pelo editor como uma das fontes de indicação para a composição do catálogo da Paz e Terra, estava inserida nele, contribuindo para a entrada em suas coleções de outras obras da área da antropologia, como veremos.

3.3 A Diretoria da “Coleção Estudos Brasileiros”.

Nos dois primeiros volumes da coleção de estudos sobre o Brasil, nenhuma informação sobre o Conselho Editorial ou relacionada à existência de uma Diretoria foi publicada nas páginas iniciais das obras. Isso só aconteceu no primeiro livro de Fernando Henrique Cardoso pela série, que recebeu o título de *Autoritarismo e democratização* e foi editado como terceiro volume em 1975. Com relação ao Conselho, os nomes apresentados foram os que já citamos aqui, isto é, o do próprio Fernando Henrique e ainda os de Antonio Candido, Celso Furtado e Max da Costa Santos; quanto à Direção, passou a compô-la, segundo uma pequena identificação no verso da contracapa – localizada acima da ficha catalográfica (ver Figura 5) –, que se tornou comum na grande maioria dos livros editados na série, um trio de acadêmicos titulados na área de Ciências Sociais: Luciano Martins, Aspásia Alcântara Camargo e Juarez Brandão Lopes.

Desse conjunto de especialistas, o primeiro obteve a graduação em Ciências Sociais na então Universidade do Brasil no Rio de Janeiro em 1962, passando, posteriormente, a pesquisador do Instituto de Ciências Sociais da mesma instituição; no ano de 1973, completou o doutorado em Sociologia sob a orientação de François Bourricaud na Universidade de Paris V. Aspásia Camargo também obteve a primeira formação em uma instituição carioca – graduou-se em Filosofia na Universidade do Brasil em 1964 – e foi para França praticamente no mesmo período que Martins, onde realizou seus estudos para de mestrado e doutorado na Universidade de Paris II, o último defendido em 1974 sob a orientação de Alain Touraine. Já

Juarez Brandão Lopes teve como base de sua trajetória acadêmica a Escola de Sociologia e Política de São Paulo, na qual, em 1950, bacharelou-se em Ciências Sociais e Políticas; logo depois, entre 1951 e 1953, esteve nos Estados Unidos e frequentou a Universidade de Chicago, onde recebeu o título de mestre em Sociologia e completou parte dos requisitos para o doutorado, finalizado somente em 1964 na Universidade de São Paulo sob orientação de Florestan Fernandes.

Figura 5: Referência à Direção da *Coleção Estudos Brasileiros* presente no volume 82 (*Estado Capitalista e Burocracia no Brasil pós 64*, de Luciano Martins)

De algum modo, perto do ano em que a Diretoria da coleção foi criada, os três “especialistas” escolhidos possuíam vínculos com o próprio Fernando Gasparian ou com pessoas próximas dele. Luciano Martins, por exemplo, em 1968, já havia publicado pela *Imagem do Brasil* da Editora Saga o livro *Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento: introdução à crise brasileira*, um desdobramento do projeto de pesquisa desenvolvido no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Brasil sobre a formação histórica e o comportamento social do empresário industrial brasileiro. Não encontramos registros da existência de contato entre o sociólogo e o real proprietário da editora nesse momento, mas é certo que depois, quando na França cumprindo as exigências do doutorado, solidificou os vínculos já existentes com Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso,

afastados do país pelas ações dos militares¹⁰⁴. Com o segundo, que lecionava na Universidade de Paris-Nanterre a convite do sociólogo Alain Touraine, a ligação parece ter sido mais forte, a ponto de prestar-lhe pequeno auxílio no trabalho que estava escrevendo tendo em vista o retorno para o Brasil – a tese de cátedra *Política e desenvolvimento econômico no Brasil*, requisito do concurso para a cadeira de Ciência Política na Universidade de São Paulo. A descrição de Fernando Henrique desse momento da sua trajetória ressaltou a proximidade entre os dois pesquisadores e também de Celso Furtado:

Luciano estava fazendo o trabalho dele sobre os empresários. Talvez minha maior convivência na Europa tenha sido com o Luciano. Em cheguei na França em 1967. Lá, nós tínhamos encontro toda semana, Celso Furtado, Luciano, eu, às vezes o Waldir Pires que era professor da Escola de Direito, creio que em Dijon, e vinha se juntar a nós. Intelectualmente eram o Celso e o Luciano os que mais conviviam comigo, Luciano especialmente (CARDOSO, 2006, p.84).

O auxílio prestado por Luciano Martins a Fernando Henrique foi, possivelmente, facilitado pela experiência que já possuía em pesquisas sobre o empresariado brasileiro desde o tempo de Rio de Janeiro. Ao citar sua participação no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Brasil, criado em 1958 por um grupo de professores para superar as dificuldades de pesquisa nos quadros de vários cursos da Instituição, o sociólogo carioca pontuou como seu objetivo, assim como nos estudos desenvolvidos por Cardoso a partir do ambiente do CESIT, estava voltado, em meio à força da visão “ideológica”, para o entendimento do empresariado no Brasil dentro de uma perspectiva acadêmica:

Tinha acabado o governo Juscelino. Transformações muito grandes tinham se passado e a ideia era conhecer como estava se reestruturando o capitalismo em função do avanço do desenvolvimento. Nós achamos que era preciso fazer um levantamento de ‘quem era quem’ em termos de grupos econômicos. Havia pouquíssima coisa a respeito ou quase nada em termos de pesquisa acadêmica. Havia muita ideologia, havia a versão esquerdista, do PC, sobre a burguesia nacional. Então nós fizemos uma coisa muito trabalhosa, que foi começar do zero fechando balanços publicados no Diário Oficial. [...] O fato é que fichamos balanço de 10.000 empresas no Brasil inteiro. Nós fizemos uma divisão entre grupos multibilionários, grupos bilionários nacionais e estrangeiros. Maurício fez os grupos multinacionais – uns 40 maiores –, eu fazia os nacionais e o José Antonio Pessoa de Queiroz, economista, muito inteligente, fazia a parte dos grupos estrangeiros. Era mapear quem era quem e quais eram as conexões estruturais nestes grupos (apud LIPPI, 1989, p.303).

Ao chegar à Europa em 1969, depois dos enfrentamentos com o governo brasileiro, Fernando Gasparian também esteve próximo desse pequeno grupo ou, ao menos, de parte dele

¹⁰⁴ Tanto Celso Furtado quanto Fernando Henrique apareceram nos agradecimentos do livro publicado por Luciano Martins em 1968 como parte de um grupo de “interlocutores sempre estimulantes, críticos fecundos e sugestionadores de muitas das ideias aqui expostas” (MARTINS, 1968, p.14).

em outro momento¹⁰⁵. Vivendo na Inglaterra na condição de pesquisador e professor visitante na Universidade de Oxford, o empresário afirmou, ao lembrar-se desse período de sua vida, das visitas que fez aos amigos em Paris, incluindo aí as três figuras:

Fiquei morando em Londres, indo pra Oxford de trem três vezes por semana e também indo um pouco pra Paris, que era perto, para encontrar amigos como Fernando Henrique e Luciano Martins, que era professor na Sorbonne. O Celso Furtado estava morando lá, convivendo um pouco com os brasileiros que estavam fora (GASPARIAN, 2010, p.11).

Especialmente com relação a Martins e Celso Furtado, Fernando Gasparian também destacou a importância que ambos tiveram para a formação do Jornal *Opinião*, seja nas discussões para o aperfeiçoamento da ideia nesse momento em que estava na Europa, quanto, posteriormente, logo que voltou ao Brasil, no auxílio para a concretização do plano. Nesse projeto, o sociólogo carioca trabalhou não só em seu desenvolvimento, negociando com o representante do *Le Monde* a edição de textos do jornal francês no semanário brasileiro, mas também na composição do Conselho de Redação e na publicação de alguns poucos artigos, incluindo o importante editorial de 1977 que explicou aos leitores a decisão de interromper a publicação do periódico até que a censura prévia deixasse de vigorar no país¹⁰⁶. Dessa forma, dentro desse contexto de cooperação, a composição da Direção da *Estudos Brasileiros* com o nome de Luciano Martins parece apenas ter ampliado uma parceria já estabelecida anteriormente, repetindo os casos dos outros dois amigos – estes de forma ainda mais intensa, uma vez que ambos se tornaram, além de parte do Conselho Editorial, também pequenos acionistas da editora.

Nos anos em que os membros do trio – Luciano Martins, Fernando Henrique Cardoso e Celso Furtado – e, depois, Fernando Gasparian estavam na Europa, quando criaram certa rotina para a troca de ideias sobre projetos e as questões do Brasil, Aspásia Camargo também estava por lá, cursando seu doutorado. De certa forma, e mesmo que indiretamente, a socióloga não estava distante do grupo, sendo plausível que sua indicação ou contato com o proprietário da Paz e Terra tenha se estabelecido por meio de algum deles. Seu orientador para a pesquisa, por exemplo, possuía uma boa e antiga relação com Fernando Henrique

¹⁰⁵ Nesses anos Fernando Henrique já não se encontrava mais como professor de uma instituição francesa, pois retornou ao Brasil em 1968 assumindo por um curto período a posição de professor da USP. Fundado o CEBRAP, entretanto, o sociólogo paulista fez muitos contatos e viagens ao exterior, chegando a oferecer, inclusive, cursos de América Latina em Genebra, na Suíça, em 1970.

¹⁰⁶ Luciano Martins permanecia na França vinculado ao Centre National de la Recherche Scientifique como pesquisador, posto que assumiu logo após a conclusão do doutorado, em 1974, e ficou até 1986.

Cardoso – convidado justamente por ele para lecionar na França naquele momento¹⁰⁷. Ainda nesse campo e bem mais significativa foi a participação de Celso Furtado, no início de 1974, na banca composta para a avaliação da tese escrita pela socióloga, que versou sobre os sindicatos rurais e as ligas camponesas no nordeste brasileiro¹⁰⁸. Ademais, depois de defendido o trabalho, ao retornar logo para o Brasil, Aspásia aceitou o convite feito por Celina Vargas do Amaral Peixoto, amiga com a qual conviveu na França e que foi uma das assistentes de pesquisa de Luciano Martins¹⁰⁹, para ser a outra peça fundamental na formação do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, o CPDOC, para o qual Fernando Henrique Cardoso colaborou em mais de uma ocasião como importante interlocutor – nas palavras de Celina Vargas:

Fui para a França fazer meu curso de pós-graduação e quando voltei, em 1973, comecei a conversar com uma série de pessoas sobre a criação de uma instituição [...]. Passei por várias discussões e meu principal interlocutor foi Fernando Henrique Cardoso. Wellington e eu estávamos muito ligados a ele porque tínhamos feito, através do Cebrap, que ele presidia, um trabalho para Luciano Martins sobre a criação do BNDES e do Geia, e íamos muito a São Paulo. Naquela ocasião, Fernando Henrique estava estimulando, através do Cebrap, a criação do Museu Lasar Segall, e uma opção seria criar uma instituição à semelhança daquele museu [...] (VARGAS, 1999, p.229)

Depois de estabelecido o Centro, o sociólogo paulista manteve a comunicação e o auxílio às suas fundadoras. Ainda de acordo com Celina Vargas, ele foi o responsável por iniciar o contato que resultou no importante apoio da Fundação Ford para uma das áreas em que a instituição se especializou justamente sob os cuidados de Aspásia Camargo:

O Programa de História Oral foi montado pela Fundação Ford, num convênio com Richard Morse, que me foi apresentado pelo Fernando Henrique Cardoso. Graças a ele produzimos um seminário internacional na área de história oral e vieram pesquisadores como Eugénia Meyer, que trabalhava com a elite militar da revolução mexicana. Aspásia coordenou a parte de história oral e foi sua mentora intelectual. Fizemos esse seminário e depois mais uns dois ou três. A partir daí, implantamos no Brasil inteiro projetos de história oral (VARGAS, 1999, p.232).

Juarez Brandão Lopes, diferentemente dos outros dois Diretores, não passou pela Europa durante os estudos para sua formação, embora o encontro e as relações com Fernando Henrique Cardoso também tenham feito parte da sua trajetória e, em seu caso, é certo que

¹⁰⁷ Além de atuar na USP como professor visitante em 1960, Alain Touraine conviveu com Cardoso no Laboratoire de sociologie industrielle em 1962 na França, a ponto de sugerir ao brasileiro, junto com Georges Friedmann, a criação de um centro do mesmo tipo em São Paulo, voltado para a análise do trabalho e da indústria, o que acabou resultando na formação do CESIT (KEINERT, 2011).

¹⁰⁸ A tese ganhou o título de *Brésil Nord-Est: mouvements paysans et crise populiste*

¹⁰⁹ Celina Vargas também foi à França para cursar o doutorado, finalizando-o no ano anterior ao de Aspásia Camargo. Seu orientador foi François Bourricaud, o mesmo de Luciano Martins, que já conhecia.

foram fundamentais para os vínculos com a editora e Fernando Gasparian. O percurso do mais velho dos três colaboradores da série, depois do período na Universidade em Chicago, ainda apenas com o título de mestre, foi marcado pela volta ao Brasil e um período de quase dois anos como professor dos cursos de pós-graduação na Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Os problemas enfrentados em questões salariais fizeram com que o sociólogo migrasse para a Escola de Administração de empresas da Fundação Getúlio Vargas em 1955, ao mesmo tempo em que aceitou o convite para participar em um projeto da UNESCO sobre trabalho e mobilidade social com foco em São Paulo, desenvolvido no Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais do Rio de Janeiro e coordenado pelo sociólogo inglês Bertram Hutchinsom. Em 1958, ainda envolvido nos estudos vinculados ao Centro carioca, iniciou sua carreira dentro da USP, aceitando o chamado de seu professor nos tempos da ESP, Mario Wagner Vieira da Cunha, para ser seu assistente na Faculdade de Economia e Administração, de quem acabou tornando-se substituto oficial dois anos depois. O primeiro contato com Cardoso se deu nesse meio tempo, segundo o próprio Juarez Brandão Lopes, provavelmente, entre 1955 e 1958, aprofundando-se até 1960:

Quando entrei na FGV, em 1955, eu ainda não conhecia o Fernando Henrique. Eu o conheci em algum momento entre 1955 e 1958. Durante toda a efervescência do movimento de Reforma Universitária, no fim dos anos 50 e começo dos 60, eu já tinha bastante contato com ele. A nossa relação já era bastante próxima quando Ulhôa Cintra foi eleito reitor e ocorreram as movimentações que culminaram com a criação da FAPESP (LOPES, 2006, p.105).

A substituição de Mario Wagner Vieira da Cunha, que deixou a cadeira de “Ciência da Administração e Estrutura das Organizações Econômicas” e o cargo de diretor do Instituto de Administração da Faculdade de Economia e Administração para trabalhar na área do ensino da administração nas Nações Unidas, também possibilitou a Juarez Brandão o aprofundamento de seu contato com Paul Singer, um dos assistentes do ex-professor. Foi Singer que levou o sociólogo para a participação no grupo de Seminário do Capital, onde também pôde fortalecer suas relações com outros indivíduos que já conhecia pelo convívio universitário, como José Arthur Gianotti, Fernando Novais, Ruth Cardoso e Octávio Ianni, facilitado naqueles anos pelo fato das várias unidades da Universidade estarem mais próximas, na chamada Maria Antonia.

[...] por volta de 1959 o Paul Singer me levou para uma reunião do grupo. Fui até lá e a discussão já ia pelo terceiro volume de “O Capital”. Em 1964, depois do golpe, nós já tínhamos terminado “O Capital” e tínhamos começado um outro livro de Marx. Como eu não era marxista completamente, sugeria outros nomes. [...] De todo modo, as reuniões do grupo eram muito boas. Era uma mistura de coisas, muita gente inteligente, encontrávamo-nos, acho, de quinze em quinze dias na casa de

algun membro do grupo. Sempre conversávamos – antes de começar e depois do jantar – sobre política. Claro, pois era um momento extremamente balizado pelos acontecimentos políticos (LOPES, 2009, p.118).

Em 1962, Juarez Brandão Lopes assumiu uma nova cadeira na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, onde chegou a professor titular em 1972, dando força a um percurso docente que chamou de “desprofissionalização” como sociólogo, por lecionar por tantos anos para quem não era especificamente da sua área de formação. Durante esse período, os estudos desenvolvidos via Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais começaram a dar outros importantes resultados, sendo um deles a publicação do livro que reuniu textos sobre o ajustamento dos trabalhadores à indústria no Brasil, originado principalmente de uma série de entrevistas realizadas com os operários de cidades em São Paulo e Minas Gerais, e que recebeu importante impulso de Fernando Henrique Cardoso para a publicação:

O Fernando Henrique, que dirigia a Coleção Corpo e Alma do Brasil, sugeriu que eu publicasse um livro com os vários artigos que já publicara, sugestão que eu acatei logo. Alguns daqueles artigos tinham começado a repercutir nos meios acadêmicos, por causa das observações do comportamento operário – na fábrica e durante a greve de 1956 – que a metodologia do trabalho propiciara: via-se no estudo uma classe operária em formação (LOPES, 2006, p.102).

O livro, que ganhou o título de *Sociedade Industrial no Brasil*, foi editado em 1964 como o décimo quarto volume da série da Difel. Vale frisar que essa não foi a única participação de Juarez Brandão Lopes no conjunto por conta de seu contato pessoal com Fernando Henrique Cardoso. Em 1967, o sociólogo entrou mais uma vez na coleção com a publicação da obra *Crise no Brasil Arcaico*, originalmente sua tese de doutorado orientada por Florestan Fernandes – com quem, segundo seus relatos, teve os primeiros contatos “num bonde”¹¹⁰. O trabalho, que foi defendido em 1964 com o título de *Relações industriais na sociedade tradicional brasileira: estudo de duas comunidades mineiras*, não seguiu o mesmo caminho dos outros doutoramentos daqueles anos. Depois de receber um convite para atuar como professor visitante na Washington University, em Saint Louis, pouco tempo após o golpe militar, Juarez entrou em contato com Florestan e apressou-se para ir aos Estados Unidos com o título de doutor em mãos, temendo pelo futuro, já que a situação trazia incerteza e o impossibilitava de planejar os próximos passos de sua carreira. Em pouco tempo,

¹¹⁰ Na entrevista que realizamos com Juarez B. Lopes em 2010, ele afirmou que seus primeiros encontros Florestan Fernandes se deram de forma casual: “Era um círculo muito pequeno. Eu me lembro de estabelecer relações com o Florestan num bonde. Tinha um bonde que passava ali na Vila Buarque, na Maria Antonia... E a gente ia pendurado conversando... e ele comentando o livro que eu tinha na mão. Eu estava com um livro de Mannheim, *Man and Society in an Age of Reconstruction*, e ele disse: você já está lendo Mannheim?” (LOPES, 2010)

algo perto de três meses – e livre de uma série de requisitos –, produziu e defendeu a tese que alargou a discussão desenvolvida em seus outros trabalhos, atenta especialmente ao processo de decomposição das relações patrimonialistas entre patrão e empregado frente ao desenvolvimento econômico e social nas cidades de Leopoldina e Cataguases (LOPES, 1967).

O período nos Estados Unidos foi relativamente curto e em 1965 Juarez Brandão Lopes reassumiu suas funções na Universidade de São Paulo, tornando-se professor livre-docente em 1966. Ao menos diretamente, dentro da instituição, o sociólogo não foi afetado pelo golpe militar, como aconteceu com figuras muito próximas, casos, por exemplo, de Fernando Henrique, Florestan Fernandes, Octávio Ianni e Paul Singer, que foram expurgados pelo regime com o AI-5. Entretanto, isso não o impediu de manter uma sólida associação com alguns para a formação do que se transformou no mais importante centro de produção em Ciências Sociais do país na década de 1970: o CEBRAP. Sua solidariedade para com os aposentados compulsoriamente e o empenho para a realização do projeto foram, inclusive, descritos por Elza Berquó no pequeno artigo que escreveu em virtude do falecimento do sociólogo: “A despeito das sérias restrições impostas pelo regime militar, Juarez corajosamente abriu sua casa na Aclimação para que o grupo que se tornaria fundador pudesse planejar e construir o projeto que daria vida à nova instituição” (BERQUÓ, 2011, p.5) – Berquó, que era professora de Estatística na Faculdade de Higiene e Saúde Pública também perdeu sua posição na Universidade em 1968 e teve uma participação fundamental na fundação do órgão de pesquisa¹¹¹.

No CEBRAP, ao lado da atuação na USP – onde deixou a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo em 1974 para tornar-se docente da Faculdade de Filosofia na área de Ciência Política –, Brandão Lopes teve uma participação muito ativa por quase dezesseis anos¹¹². Além de desenvolver pesquisas na área de sociologia agrária, para a qual considerou ter sido “empurrado”, tendo em vista as dificuldades no estudo das “fábricas e operários” durante o governo dos militares, ocupou o cargo de diretor e, posteriormente, em 1983, substituindo

¹¹¹ Vale destacar, como afirmou Bernardo Sorj (2001), que a ideia para a criação de um centro de pesquisa fora da Universidade vinha sendo gestada antes mesmo do decreto, fato descrito pelo próprio Brandão Lopes ao lembrar-se de sua participação nas primeiras discussões: “Hoje eu diria que o Cebap começou a nascer antes de se pensar sobre as consequências do golpe. Houve várias reuniões antes de criá-lo. Participavam delas seis, sete, oito pessoas – às vezes mudava um pouco a composição. Em me lembro sempre do Paul Singer participando, da Elza Berquó. Todos estavam pensando num espaço fora da universidade que pudesse admitir a pesquisa coletiva. A universidade não permite grandes voos nesse aspecto, e queríamos algo com caráter interdisciplinar, algo que dificilmente encontrávamos nela. Para mim, a efetivação desses estudos interdisciplinares é o principal mérito do Cebap” (LOPES, 2009, p.118).

¹¹² Em 1985, seguindo o caminho de outros membros da instituição, foi a sua vez de afastar-se do Centro para exercer funções no governo – assumiu, até 1987, o cargo de Secretário adjunto da Secretaria de Planejamento da Presidência da República na administração de Sarney.

Fernando Henrique Cardoso, que assumiu uma cadeira no Senado Federal nesse ano, o de presidente da instituição. Foi justamente em alguma das atividades do Centro, entre pesquisas, seminários e também o início das relações com o MDB, num momento em que o espaço ganhava enorme influência como o lugar onde se podia discutir “os problemas do brasileiro e o que era o Brasil”, que o sociólogo afirmou ter conhecido o proprietário da Paz e Terra, (embora tenha esboçado, em relação ao fato, certa dose de dúvida): “O Fernando Gasparian, eu tenho quase certeza, de que eu o encontrei pela primeira vez em alguma coisa no CEBRAP” (LOPES, 2010). O mesmo se deu ao responder sobre o convite para integrar a Direção da *Coleção Estudos Brasileiros*, onde também incluiu a participação de Fernando Henrique como peça chave para o seu vínculo inicial e contatos posteriores com a editora: “Deve ter sido ou o Fernando Henrique Cardoso ou o Fernando Gasparian... Nessa história, o conhecimento do Gasparian era diretamente com o Fernando Henrique” (LOPES, 2010).

De acordo com o relato de Juarez Brandão Lopes sobre a Diretoria estabelecida em uma das principais séries da editora, Luciano Martins foi o membro que desempenhou o papel menos ativo – o que pode ser explicado pela ausência do sociólogo carioca no país, já que durante o período em que a coleção estava sendo editada, seu principal vínculo foi o de pesquisador em uma instituição francesa, acrescido ainda de uma passagem pelos Estados Unidos como professor visitante na Universidade de Columbia em 1978. Não sabemos se por uma falha técnica ou então por um reflexo desse fato, o nome de Luciano Martins deixou de compor o quadro da direção em oito volumes não consecutivos, publicados entre 1978 e 1983¹¹³. O mesmo nunca se deu com os outros dois integrantes, sempre presentes quando as referências à Direção foram feitas nas páginas iniciais das obras. Vale lembrar que dez livros foram publicados sem qualquer identificação da diretoria após sua criação em 1975, metade deles já na reta final da série, isto é, a partir do volume 90, que foi editado em 1985, pouco antes das mudanças que seriam estabelecidas com o afastamento de Fernando Gasparian¹¹⁴.

Entre as funções desempenhadas pela Diretoria ao longo dos quase dez anos de existência, figurou com importância, ainda segundo o depoimento de Juarez Brandão Lopes, a tarefa de servir como fonte de avaliação para as obras apresentadas à editora e, em seguida, encaminhadas à série. Entretanto, como já afirmamos, um processo rigorosamente definido para que isso acontecesse nunca existiu, caracterizando-o melhor a informalidade e a falta de unidade de ação. O sociólogo deixou claro ao relatar a sua experiência com a Paz e Terra que não foram todas as obras publicadas na *Estudos Brasileiros* que passaram por suas mãos,

¹¹³ São os volumes: 32, 37, 38, 39, 56, 59, 63 e 68.

¹¹⁴ São os volumes: 45, 50, 57, 70, 86, 90, 91, 93, 94 e 97.

muito possivelmente em virtude dos laços já estabelecidos por Fernando Gasparian ou outro membro próximo da editora. De modo geral, quando as obras chegavam para a análise, afirmou que elaborava os pareceres e os enviava à editora, sem muitos questionamentos e com considerações categóricas, do tipo: “Olha, queremos que isso seja publicado” (LOPES, 2010).

Segundo o ex-diretor, nesse processo de avaliação, nem sempre uma mesma obra ganhava dois pareceres. Em certas ocasiões, entretanto, também existiram, de acordo com as lembranças de Juarez Brandão, conversas sobre o mérito dos originais entre os diretores – que não aconteceram com regularidade, nem pessoalmente e, ao menos na sua memória, sem qualquer embate expressivo constante: “Era um grupo tão pequeno e havia certos critérios de melhorar as Ciências Sociais aqui... Eu não me lembro de discussões e desacordos muito grandes” (LOPES, 2010).

Também sobressai na fala de Juarez Brandão Lopes que a avaliação ou uma possível indicação nem sempre eram feitas sobre o livro definido como candidato à série, mas que pesava, em alguns casos, o histórico geral do autor, o que incluía sua participação na teia de relações em que os diretores estavam envolvidos e, em especial, a perspectiva que possuíam sobre seus trabalhos anteriores: “[A Coleção] não era de muito trabalho. Você topava a história porque você conhecia... Você sugeria, às vezes, livros, para serem traduzidos”. Em todo esse processo, contava significativamente, segundo o sociólogo, a força de sua experiência como pesquisador com passagem por instituições estrangeiras e das muitas funções já exercidas na universidade no Brasil até 1975: “De qualquer jeito, isto é o *background* de, naquela época, se eu desse uma opinião sobre o Dean, ele era publicado.” (LOPES, 2010)¹¹⁵. Nesse ponto, é importante destacar que, em sua visão, para o funcionamento e, por conseguinte, condução dos rumos da série, o passado feito de títulos acadêmicos – o “*background*” – também fundamentava uma hierarquia no grupo, espécie de “ordem de prestígio” que acreditava ser válida entre os diretores e, possivelmente, entre os autores:

Às vezes a gente já conhecia os livros que estavam sendo feitos e bastava a opinião de um... Porque ali havia uma diferença de idade e, claramente, eu arriscaria dizer, de prestígio. Eu tinha uma formação muito maior do que, não tanto do Luciano Martins – o Luciano Martins, por exemplo, escreveu muito mais livros do que eu, mas eu tinha títulos maiores que ele, e tinha relações muito mais amplas, e certamente do que a Aspásia (LOPES, 2010).

¹¹⁵ Juarez Brandão fez uma referência ao historiador norte-americano estudioso do Brasil Warren Dean, autor de um dos livros da coleção.

Em nenhum momento, porém, ao longo de toda a coleção, foi feito qualquer sinal de distinção nos nomes apresentados como parte da diretoria, sempre colocados no mesmo patamar porque inseridos em ordem alfabética (ver Figura 5). Outra ausência significativa na vida da série, e que pode ser relacionada à falta de um direcionamento preciso ou forma de organização e divisão de tarefas previamente estabelecidas, é a inexistência de qualquer apresentação no conjunto de publicações com a autoria do trio de diretores sobre o que seria a *Estudos Brasileiros*, comum na tradição de coleções de livros sobre o país – como, por exemplo, a escrita por Fernando Henrique Cardoso na ocasião de sua entrada como diretor na *Corpo e Alma do Brasil* em 1960, que trouxe uma reflexão importante sobre o teor ou os objetivos que pretendia para aquele repertório da Difel. Nem mesmo Fernando Gasparian ou algum membro do Conselho Editorial fizeram qualquer pronunciamento com essa característica.

Esses fatos, entretanto, não desmerecem as afirmações de Juarez Brandão Lopes, que revelam como a série funcionou ao sabor de acertos ou pactos feitos no silêncio ao longo da trajetória dos envolvidos, baseados diretamente em avaliações de mérito, relações pessoais e posições no campo intelectual brasileiro sem qualquer explicitação formal. Nesse sentido, ao lado do Conselho da editora, a diretoria da *Estudos Brasileiros*, mesmo que de forma intermitente, não deixou de seguir uma linha comum a outros casos, pois manteve, como afirmou Luis Vieira (1998), o importante papel de intermediária entre o autor e o editor. Ao colar à imagem da série uma competência já reconhecida nos círculos pensantes, explicitada nas tarefas do avaliar e do indicar, os diretores compartilharam com o editor e os outros ligados ao selo Paz e Terra a responsabilidade pelo empreendimento – que, caso bem sucedido no meio intelectual, reverteria a todos realização política, legitimidade e prestígio.

3.4 Autores e livros na “Coleção Estudos Brasileiros”.

Dentro dessa dinâmica e com esses atores principais, se em 1974 a Coleção iniciou suas atividades com a publicação de dois livros no segundo semestre, em 1975, ao lado do terceiro volume, *Autoritarismo e Democratização*, de Fernando Henrique Cardoso, outros quatro livros foram editados, incluindo mais um título com a organização de Cardoso, *Os partidos e as eleições no Brasil*, em parceria com Bolívar Lamounier, e a primeira obra publicada pelo único diretor que participou da série: Luciano Martins, autor de *Nação e*

corporação multinacional: a política das empresas no Brasil e na América Latina, o quarto volume da coleção. No próximo ano, 1976, a Paz e Terra manteve o número de cinco publicações pela *Estudos Brasileiros*, um quadro que foi bruscamente alterado em 1977, quando essa quantia foi mais que dobrada, alcançando um total de doze títulos – o maior número de novas obras editadas ao longo de toda sua existência. A partir desse ponto, a grande oscilação ocorreu em 1980, ano em que apenas três obras ganharam o selo da coleção, que logo ascendeu novamente e, em 1984 e 1985, voltou a apresentar quase a mesma quantidade de livros publicados no período mais produtivo, onze e dez obras em cada ano, respectivamente. Na reta final da série, no entanto, esses números não foram mantidos, e a produção voltou a cair: em 1986 foram editados quatro títulos e, em 1987, último ano, apenas um (ver Gráfico 2). No total, foram publicados noventa e cinco títulos na *Coleção Estudos Brasileiros*, sendo que a divisão de um deles em dois volumes e mais algumas defasagens e repetições na contagem estabelecida pela editora fizeram com que a série chegasse aos noventa e sete volumes¹¹⁶.

Gráfico 2 – Distribuição anual dos livros publicados na *Coleção Estudos Brasileiros* da editora Paz e Terra (1974-1987)

Fonte: Coleção Estudos Brasileiros – editora Paz e Terra

Na entrevista que cedeu a Flamarion Maués, ao ser questionado sobre o ritmo da edição da Paz e Terra, Fernando Gasparian afirmou que começou com 30 livros por ano e

¹¹⁶ O livro *Transição incompleta: Brasil desde 1945*, de autoria de Edmar Bacha e Herbert S. Klein, ocupou os volumes 93 e 94 da coleção. Ainda com relação à contagem dos volumes, é preciso destacar a inexistência dos números 11, 53, 58 e 60, possivelmente em função de alguma falha técnica. Essa talvez seja a explicação para a “duplicação” de certos volumes, isto é, quando dois títulos diferentes ganharam o mesmo número dentro da série; o que aconteceu quatro vezes, com números: 9, 21, 47 e 70 – o último, por exemplo, é tanto o livro *Perspectivas: Fernando Henrique Cardoso, idéias e atuação política*, de Eduardo Graeff, quanto a obra *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934*, com a autoria de Thomas Holloway, o primeiro publicado em 1983 e o segundo em 1984.

chegou até por volta dos 80 livros, o que está de acordo com alguns dados disponibilizados pelas pesquisas no mercado editorial realizadas pelo jornal *Leia Livros*. Temos, por exemplo, de acordo com o periódico, que em 1979 a Paz e Terra publicou oitenta e cinco títulos. Esse número de publicações caiu para cinquenta em 1980 e, em 1984, a editora trabalhou com uma marca ainda menor de obras publicadas: quarenta e cinco. No ano seguinte, 1985, a produção deu um novo salto, alcançando mais uma vez a casa dos oitenta títulos, o que não se manteve em 1987, quando o *Leia Livros* registrou que a Paz e Terra editou apenas trinta e sete títulos no ano¹¹⁷. De certo modo, para esses dados, exceto em 1984, a *Coleção Estudos Brasileiros* seguiu de perto a produção geral da editora, acompanhando seus altos e baixos. A explicação para essa inconstância tem relação, provavelmente, com os percalços da crise econômica que atingia todo país. A oscilação da editora e, ao mesmo tempo, da coleção publicada por Gasparian, não difere muito do quadro geral que foi demonstrado com mais detalhes em capítulo anterior, com os momentos mais difíceis para o setor editorial justamente nos primeiros anos da década de 1980. Para a Paz e Terra, convém registrar que os anos de 1986 e 1987 são de transição, quando o empresário se afastou da editora em virtude da sua candidatura para Deputado Federal pelo PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), deixando o negócio nas mãos do filho. A baixa produção do ano de 1987 deve estar atrelada também a esse fato.

Tabela 13 – Distribuição dos autores por tipo de obra editada (coletiva ou individual) na *Coleção Estudos Brasileiros* da editora Paz e Terra (1974-1987)

Tipos de Obras	Número de autores envolvidos nas edições	Porcentagem do número de autores
Obras Coletivas	18	20,4%
Obras Individuais	65	73,8%
Obras Coletivas/Individuais	5	5,7%

Fonte: *Coleção Estudos Brasileiros* – editora Paz e Terra

Para fins de análise, num primeiro momento, podemos dividir os noventa e cinco títulos publicados na *Estudos Brasileiros* em dois importantes grupos: as obras coletivas, fruto de parcerias para a edição, e as obras individuais, cuja autoria, evidentemente, coube a apenas

¹¹⁷ Pelos números apresentados pelo *Leia Livros* é possível concluir que a editora de Fernando Gasparian tornou-se, quando comparada às outras, um empreendimento de médio porte. Nas listas elaboradas pelo periódico acerca das principais casas editoriais do país, a Paz e Terra ocupou o décimo quarto lugar no ano de 1979, o vigésimo oitavo em 1980, o trigésimo em 1984, o vigésimo primeiro em 1985 e, em 1987, o ano em que menos produziu, ficou na quinquagésima posição.

um – o primeiro grupo ocupou dez volumes da série e o segundo, oitenta e seis volumes¹¹⁸. No total, incluindo os dois tipos de obras e, por conseguinte, todos aqueles que tiveram seus nomes expostos em capas ou fichas catalográficas como responsáveis pela publicação, oitenta e oito indivíduos se envolveram com a coleção da Paz e Terra no período em que ela esteve ativa. Nesse conjunto amplo de autores, numa análise ainda dentro dos critérios estabelecidos acima, que inclui, para certos casos, mais de um autor por livro, a maior parte, algo em torno dos setenta e três por cento, editou trabalhos sem qualquer parceria, enquanto que o restante pode ser dividido da seguinte forma: aproximadamente vinte por cento do total participou somente de obras coletivas e, com um número pequeno, perto dos cinco por cento, um grupo publicou os dois tipos de livros citados (ver tabela 13)¹¹⁹.

Tabela 14 – Distribuição dos autores com mais de um título editado na *Coleção Estudos Brasileiros* da editora Paz e Terra (1974-1987)

Número de Títulos	Número de autores	Porcentagem do número de autores
6	1	1,1%
3	3	3,4%
2	10	11,4%

Fonte: Coleção Estudos Brasileiros – editora Paz e Terra

Dos oitenta e oito autores que participaram da coleção da Paz e Terra, a maioria, setenta e quatro no total, apareceu como responsável por apenas uma obra em seu catálogo, enquanto que o restante, quatorze autores, contribuindo de forma decisiva para ampliação do leque de temas da série, editou mais de um livro durante seus quase quinze anos de atividade. Juntos, os autores mais ativos foram responsáveis por cerca de trinta e cinco por cento das obras publicadas – ou trinta e quatro livros¹²⁰. Nesse grupo, estão em maior número aqueles que participaram da edição de dois títulos, dez autores no total, são eles: Thomas H. Holloway, Paulo Sérgio Pinheiro, Paul Singer, Maria Victoria Benevides, Luciano Martins, Hélio Jaguaribe, Wanderley Guilherme dos Santos, Eli Diniz, Braz José de Araujo e Paulo Nogueira Batista Junior. Em outro conjunto, com apenas um livro a mais, figuram os nomes do economista Edmar Bacha, do jornalista José Carlos de Assis e também de Fernando

¹¹⁸ Como o livro *Transição incompleta: Brasil desde 1945*, de autoria de Edmar Bacha e Herbert S. Klein, foi publicado em dois volumes, o grupo de obras coletivas é composto por nove títulos.

¹¹⁹ Apenas cinco autores publicaram livros em parceria e de forma individual, são eles: Fernando Henrique Cardoso, Edmar Bacha, Paulo Nogueira Batista Junior, Hélio Jaguaribe e Wanderley Guilherme dos Santos.

¹²⁰ Desses trinta e quatro livros, quatro são obras coletivas e, por isso, também possuem como autores indivíduos que publicaram apenas um livro pela coleção. Hélio Jaguaribe e Wanderley Guilherme dos Santos são os únicos no grupo dos que participaram da coleção com mais de um livro que também foram coautores de um mesmo título: *Brasil, 2000 - para um novo pacto social*, que ainda conta com a participação de Fernando Bastos de Ávila e Marcelo de Paiva Abreu.

Henrique Cardoso, cada um com três obras publicadas¹²¹. Por fim, ocupando o primeiro lugar na tabela como o autor mais editado da série, está o amigo e “pequeno sócio” de Fernando Gasparian na Paz e Terra: o economista Celso Furtado. Com seis livros editados, Furtado chegou a publicar uma obra por ano no catálogo da *Estudos Brasileiros* entre 1981 e 1985 (ver Tabela 14).

Gráfico 3 – Distribuição de autores por tipo de formação acadêmica – *Coleção Estudos Brasileiros* da editora Paz e Terra (1974-1987)

Fonte: Coleção Estudos Brasileiros – editora Paz e Terra

Entre os mais editados e os que publicaram apenas um livro, seguindo uma tendência presente em outras editoras, grande parte dos autores que participaram na série da Paz e Terra apresentava uma sólida formação universitária. Dentro do conjunto total de responsáveis pelas obras, oitenta e um por cento possuíam títulos de doutorado ou mestrado obtidos em alguma instituição brasileira ou do exterior – a maioria de doutorado, como pode ser observado no Gráfico 3¹²². Os outros dezenove por cento, muitos com passagens por diversos cursos de graduação, têm como marca importante nas trajetórias a atuação em órgãos da imprensa e/ou no mundo político, casos de Marcos Freire, do ex-deputado José Joffily e do jornalista Mauro Santayana, por exemplo. Cabe ressaltar também que, integrando esse grupo menor de autores,

¹²¹ Cabe aqui uma ressalva com relação aos livros com a participação de Fernando Henrique Cardoso. Em 1983, como volume 70 da coleção, foi lançado o título: *Perspectivas: Fernando Henrique Cardoso, idéias e atuação política*, uma coletânea de artigos e entrevistas publicadas entre 1978 e 1983 em diversos periódicos. Embora na biografia de Cardoso exposta no site do IFHC (Instituto Fernando Henrique Cardoso) e alguns bancos de dados de bibliotecas tenham registrado como uma obra de sua autoria, um único escrito na primeira página do livro informa que a organização foi de Eduardo P. Graeff, mestre em Ciência Política pela USP e um assessor do então Senador por São Paulo naquele momento. Respeitando o critério de organizador ou coordenador, voltado para o sujeito que “cria” um livro a partir de textos que podem não ser da sua autoria, contabilizamos essa obra como um título publicado por Graeff. É por isso que, nos dados acima, contam como de responsabilidade de Fernando Henrique apenas três títulos: *Autoritarismo e Democratização*, *Os partidos e as eleições no Brasil* e *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*.

¹²² Levamos em conta para essa contagem o título que o autor possuía no momento da edição da obra. A exceção nesse caso foi Maria Victoria Benevides, que publicou sua dissertação de mestrado na coleção em 1976, logo após a defesa do trabalho, ocorrida em 1975, e também a sua tese de doutorado, finalizada em 1980 e publicada em 1981. Para evitar discrepância entre o número de autores e o número de títulos, optamos por inseri-la apenas uma vez e como doutora.

estão intelectuais com atividades e produção acadêmicas muito significativas no momento em que os livros foram editados, como Darcy Ribeiro, Berta Ribeiro, Hélio Jaguaribe e Abdias do Nascimento, apesar da falta de uma titulação dentro dos padrões dos outros participantes da série¹²³.

Gráfico 4 – Distribuição de autores por área de formação acadêmica – *Coleção Estudos Brasileiros* da editora Paz e Terra (1974-1987)

Fonte: Coleção Estudos Brasileiros – editora Paz e Terra

No universo de mestres e doutores da *Estudos Brasileiros*, o campo da Ciência Política reinou como principal fonte para a formação dos autores. Nada menos que trinta e dois por cento do total de titulados – ou vinte e três indivíduos – frequentaram programas de pós-graduação dessa área. Esse grupo foi seguido com certa distância por aqueles com formação especializada em História: vinte e três por cento do total – ou dezesseis de um conjunto de setenta e um autores. Em seguida, com fatias menores do que a dos dois primeiros grupos, estão os sociólogos e os economistas, treze (dezoito por cento) e nove (treze por cento) autores para cada área, respectivamente. Por fim, ainda fazem parte do núcleo de formação dos responsáveis pelas publicações as áreas da Antropologia, do Direito, da Ciência da Comunicação e o que classificamos como Interdisciplinar¹²⁴ – nenhuma com mais de cinco autores (ver Gráfico 4). No entanto, é importante observar que, somadas, as disciplinas de Ciência Política, Sociologia, Economia e Direito, todas elas voltadas, em sua maior parte, a

¹²³ Darcy Ribeiro e Hélio Jaguaribe receberam o título de “Doutor Honoris Causa” de universidades estrangeiras, o primeiro no Uruguai em 1968 e o segundo na Alemanha em 1983. Abdias do Nascimento, apesar dos anos de trabalho em universidades americanas, também recebeu o mesmo tipo de título, mas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro em 1993, muito depois da publicação do seu livro pela coleção. Pela especificidade desse tipo reconhecimento, que pode considerar critérios bastante distintos de um doutorado regular, eles não foram contabilizados nessa categoria. Berta Ribeiro, por sua vez, não foi incluída na lista de doutores por ter se titulado em antropologia pela Universidade de São Paulo no ano posterior a publicação de seu livro.

¹²⁴ Fazem parte desse grupo um doutorado em Ciências Políticas e Sociais e um mestrado em História Econômica da América Latina.

problemas do mundo contemporâneo, formam ao todo quase metade dos autores – o que define um perfil distanciado daquele das coleções mais antigas, como a *Brasiliana* da Companhia Editora Nacional, em que tinham mais peso a publicação de obras históricas e repertórios documentais.

Quanto ao local de formação desse grupo de autores, um número muito significativo dos seus títulos não teve origem em uma universidade do Brasil. Se os doutorados e os mestrados são colocados no mesmo conjunto temos um quadro que aponta a superioridade em cinco pontos percentuais dos títulos adquiridos em instituições estrangeiras (ver Gráfico 5). Uma diferença que se deve essencialmente ao grupo de doutores da *Estudos Brasileiros* – separada essa qualificação, a distância entre formados no exterior e no Brasil passa para vinte pontos percentuais, ou seja, sessenta por cento dos doutores tinham títulos por outros países no momento da edição das obras e quarenta por cento por programas de pós-graduação brasileiros (ver Gráfico 6). O mesmo não se repete com o conjunto de mestres da série da Paz e Terra, cujo local de conclusão dos trabalhos foi prioritariamente nacional: de um total de treze mestrados, apenas dois (quinze por cento) foram cumpridos em instituições fora do país (ver Gráfico 7).

Gráfico 5 – Distribuição de autores (Doutores e Mestres) por local de origem dos títulos – *Coleção Estudos Brasileiros* da editora Paz e Terra (1974-1987)

Fonte: Coleção Estudos Brasileiros – editora Paz e Terra

Gráfico 6 – Distribuição de autores (Doutores) por local de origem dos títulos – *Coleção Estudos Brasileiros* da editora Paz e Terra (1974-1987)

Fonte: Coleção Estudos Brasileiros – editora Paz e Terra

Gráfico 7 – Distribuição de autores (Mestres) por local de origem dos títulos
– *Coleção Estudos Brasileiros* da editora Paz e Terra (1974-1987)

Fonte: Coleção Estudos Brasileiros – editora Paz e Terra

Para a compreensão desse quadro geral, é preciso levar em consideração o peso dos estrangeiros na formação do conjunto de autores da série. Dentro do grupo existem dezessete estudiosos que podem ser considerados brasilianistas, isto é, pesquisadores procedentes de outros países que fizeram do Brasil seu objeto de estudo em cursos de pós-graduação ou em outro tipo de atividade acadêmica. De todos, apenas um optou pelo doutorado em uma universidade brasileira: trata-se da belga Marie-Ghislaine Stoffels, que recebeu a orientação de Leôncio Martins Rodrigues no Programa de Sociologia da USP e viveu em São Paulo entre 1972 e 1977. O restante, cerca de vinte e dois por cento do total de autores titulados da coleção, seguindo um tipo de trajetória mais comum para esse tipo de estudioso, construiu seu currículo fora do Brasil – são dezesseis doutores com títulos obtidos em universidades norte-americanas, sendo um natural da Inglaterra e quinze estadunidenses.

Esse grupo de estrangeiros que se dedicou aos temas do Brasil nos Estados Unidos está quase totalmente vinculado ao campo da História: do total de dezesseis, doze concluíram doutorado na área. Os outros quatro apresentaram formação nos campos da Ciência Política e da Antropologia, três com a primeira especialização e apenas um com a segunda, como pode ser observado no Gráfico 8. Neste ponto, existem diferenças fundamentais com os brasileiros formados no exterior que participaram da série – um total de vinte e um autores. Em destaque, o fato de que nenhum deles cumpriu o doutorado na área mais privilegiada pelos estrangeiros; no grupo, foram as qualificações em Ciência Política e Economia que despontaram como principais campos de formação, com oito e seis títulos para cada uma das áreas. De outro lado, em menor número, figuram os conjuntos de autores que frequentaram programas de pós-graduação em Sociologia, Antropologia e Interdisciplinar (ver Gráfico 8).

Gráfico 8 – Distribuição de autores titulados no exterior por nacionalidade e área de formação acadêmica – *Coleção Estudos Brasileiros* da Editora Paz e Terra (1974-1987)

Fonte: Coleção Estudos Brasileiros – editora Paz e Terra

Com relação ao grupo de brasileiros titulados no exterior, também é importante destacar o papel dos Estados Unidos como local privilegiado para a sua formação. Dos vinte e um doutores e mestres, quase a metade cumpriu os requisitos para a titulação na academia norte-americana: um total de nove autores. Entre esses, a Ciência Política foi a área que recebeu maior atenção: quatro títulos; seguida com proximidade pelos grupos que frequentaram os cursos nos campos da Economia e da Antropologia, três para o primeiro caso e dois para o segundo (ver Tabela 15). Dos outros países onde os brasileiros foram completar seus currículos, obteve maioria a França, com cinco títulos distribuídos entre as áreas da Ciência Política, Sociologia e Economia. Como pode ser observado na Tabela 16, ainda completam a lista de locais o Reino Unido, o Canadá e a Bélgica, todos muito distantes do número que deu aos Estados Unidos a hegemonia na formação dos brasileiros qualificados no exterior.

Tabela 15 – Distribuição dos autores brasileiros titulados no exterior por país e área de formação acadêmica – *Coleção Estudos Brasileiros* da editora Paz e Terra (1974-1987)

País/Área de Formação	Ciência Política	Sociologia	Economia	Antropologia	Interdisciplinar	Total
Estados Unidos	4	-	3	2	-	9
França	2	2	1	-	-	5
Reino Unido	-	-	2	-	1	3
Bélgica	-	1	-	-	1	2
Canadá	2	-	-	-	-	2
Total	8	3	6	2	2	21

Fonte: Coleção Estudos Brasileiros – editora Paz e Terra

Assim como no conjunto de titulados em universidades estrangeiras, quando separamos os autores que construíram suas carreiras somente no Brasil, a Ciência Política aparece como a principal área de formação do grupo, o que contribuiu de forma determinante para a importância adquirida pelo campo no quadro geral de autores visto anteriormente. Vale ressaltar que a liderança dessa área está atrelada ao número de mestres que publicaram livros na *Estudos Brasileiros*, muito superior do que em qualquer outro campo de pesquisa (ver Gráfico 9). Especificamente para esse tipo de título, o maior centro de formação foi o IUPERJ (Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro), onde quatro autores da série defenderam suas dissertações no programa de pós-graduação. As Universidades de São Paulo, de Campinas e a Federal de Minas Gerais também apareceram nos currículos dos integrantes da coleção com títulos em Ciência Política – a primeira, além de citada mais vezes, foi o local de defesa de todos os doutorados (ver tabela 16).

Gráfico 9 – Distribuição de autores titulados no Brasil por grau e área de formação acadêmica – *Coleção Estudos Brasileiros* da editora Paz e Terra (1974-1987)

Fonte: *Coleção Estudos Brasileiros* – editora Paz e Terra

Como segundo campo principal de formação dos titulados no Brasil está a Sociologia, com um número de autores bem mais significativo do que no conjunto que cursou sua especialização em outros países (ver Gráfico 9). Nesse caso, mais uma vez, foi decisiva a contribuição da Universidade de São Paulo, cujo programa de pós-graduação qualificou todos os indivíduos vinculados à área que integraram a *Estudos Brasileiros* – nove doutores e apenas um mestre. A importante participação da instituição paulista nesse campo foi um fator preponderante para que ela se tornasse a universidade de maior destaque na trajetória dos

autores que não completaram seus estudos no exterior: de trinta e quatro pesquisadores, vinte passaram pelos seus cursos ao longo da carreira, como pode ser observado na Tabela 16. Além da Sociologia e da Ciência Política, as áreas contempladas com seus ex-alunos foram a História (três autores) e a Ciência da Comunicação (um autor).

Na comparação entre os quadros que trazem os números de titulados no Brasil e no exterior nem todas as áreas seguiram o mesmo caminho da Sociologia. No que se refere ao campo da História, por exemplo, o percurso foi justamente o oposto. Nessa área, que possui o maior número de estrangeiros especialistas no país, o número de qualificados fora do Brasil está muito além da quantidade de brasileiros que frequentaram as pós-graduações em universidades como a USP e a UNICAMP – exatos um terço daquele total. O campo da Economia, por sua vez, seguiu uma trajetória parecida, também apresentando um número menor de autores no quadro de titulados em centros de pesquisa brasileiros. Nessa última área, é importante destacar, a UNICAMP marcou a maior presença com o registro de dois doutorados – que se somados à mesma quantia de mestrados citados em outras especializações lhe deu certo destaque no conjunto de universidades referidas, grande parte representada por apenas um titulado, como mostra a Tabela 16.

Tabela 16 – Distribuição dos autores titulados no Brasil por universidade e área de formação acadêmica – *Coleção Estudos Brasileiros* da editora Paz e Terra (1974-1987)

Universidade/Área	Ciência Política	Sociologia	História	Economia	Antropologia	Direito	Ciência da Comunicação	Total
USP	6	10	3	-	-	-	1	20
IUPERJ	4	-	-	-	-	-	-	4
UNICAMP	1	-	1	2	-	-	-	4
UFMG	1	-	-	-	-	-	-	1
UFP	-	-	-	-	-	1	-	1
FFCL-Rio Claro	-	-	-	-	1	-	-	1
FGV	-	-	-	1	-	-	-	1
UFRJ	-	-	-	-	-	1	-	1
Museu Nacional	-	-	-	-	1	-	-	1
Total	12	10	4	3	2	2	1	34

Fonte: Coleção Estudos Brasileiros – editora Paz e Terra

Essa vocação acadêmica da *Estudos Brasileiros* que viemos traçando até aqui também está presente num elemento importante para a composição do seu catálogo: a publicação das teses e dissertações apresentadas em programas do Brasil e do exterior por esse conjunto de autores. Se somados todos os textos com origem desse tipo, entre mestrados, doutorados e

livres-docências, são encontrados trinta e quatro títulos¹²⁵ – que representam cerca de trinta e seis por cento do total de obras publicadas. Essa produção não foi concentrada em algum período específico, mas está espalhada por quase todos os anos em que a coleção esteve em funcionamento, seguindo de perto os altos e baixos no número de livros editados ao longo de todo o período. O ano de 1977, por exemplo, que foi o mais produtivo da linha da Paz e Terra (ver Gráfico 2), também figura como o de maior número de teses e dissertações publicadas: seis títulos no total. Em contrapartida, os anos de 1974 e 1987 – primeiro e último da série –, assim como os de 1982 e 1983 – que estão num intervalo antes do pico final de produção –, não têm registro de livros com essa origem.

Gráfico 10 – Distribuição dos livros procedentes de Teses ou Dissertações por local de origem dos títulos e área – *Coleção Estudos Brasileiros* da editora Paz e Terra (1974-1987)

Fonte: Coleção Estudos Brasileiros – editora Paz e Terra

Como há um vínculo essencial entre essa produção e o conjunto de currículos que analisamos nas últimas páginas, já que os dados trabalhados na trajetória dos autores têm sua origem justamente nas teses e dissertações defendidas nos vários programas de pós-graduação, uma parte das tabulações desses títulos apenas confirma uma série de tendências já apresentadas aqui. Nesse sentido, por exemplo, são as pesquisas de doutorado as mais presentes no conjunto de livros: um total de vinte e uma teses; enquanto os trabalhos de

¹²⁵ Nos dados sobre as titulações dos autores, para ser possível uma comparação mais eficiente, o último grau considerado foi o de doutor. A livre-docência não foi citada por se tratar de um título que não tem equivalente em países como os Estados Unidos e, mesmo no Brasil, possui peso diferente nas universidades – grande parte das federais não a considera como uma exigência para o concurso de professor titular. Entretanto, no número de trabalhos originalmente apresentados para obtenção de um grau acadêmico, para marcarmos a raiz exata dos livros, incluímos as referências a essa titulação, uma vez que no seu concurso a escrita pelo candidato de um texto do tipo tese – com todas as suas peculiaridades – sempre foi parte fundamental.

mestrado têm onze representantes e os de livre-docência somente dois¹²⁶. A área a que esses estudos foram vinculados em sua feitura também está quase totalmente de acordo com o quadro geral de formação dos autores, sendo as três primeiras posições idênticas: Ciência Política, História e Sociologia, como pode ser visto no Gráfico 10. Neste último ponto, a maior alteração ficou por conta da Economia, que caiu consideravelmente por possuir apenas uma tese de Doutorado publicada na *Estudos Brasileiros* apesar do bom número de participantes com especialização na área. Por fim, com relação ao local de origem desses estudos, a maior parte dos trabalhos produzidos em universidades do exterior está entre os historiadores, campo da série com o maior número de brasilianistas. Quanto às universidades brasileiras mais bem representadas, a USP novamente ocupou a primeira posição, muito à frente das outras instituições onde também foram apresentados trabalhos (Tabela 17).

Tabela 17 – Distribuição dos livros procedentes de Teses ou Dissertações por universidade e área de defesa – *Coleção Estudos Brasileiros* da editora Paz e Terra (1974-1987)

Universidade/Área	Ciência Política	Sociologia	História	Antropologia	Interdisc.	Economia	Ciência da Comunicação	Total
USP	6	7	1	-	-	-	1	15
UNICAMP	2	-	1	-	-	-	-	3
ESP	-	-	-	-	1	-	-	1
FGV	-	-	-	-	-	1	-	1
IUPERJ	1	-	-	-	-	-	-	1
Museu Nacional	-	-	-	1	-	-	-	1
FFCL-Rio Claro	-	-	-	1	-	-	-	1
UFMG	1	-	-	-	-	-	-	1
Total	10	7	2	2	1	1	1	24

Fonte: Coleção Estudos Brasileiros – editora Paz e Terra

Excluindo o título de Marie-Ghislaine Stoffels, que se pós-graduou no Brasil, das teses e dissertações publicadas pelos brasilianistas na série da Paz e Terra, todas já possuíam edições nos Estados Unidos por meio de editoras universitárias – são sete doutorados e um mestrado. Se tomado como base o ano de publicação original pelas editoras norte-americanas, traduzidos pela editora de Fernando Gasparian, o intervalo médio entre as publicações nos dois países foi de apenas quatro anos. Não obstante, se levados em consideração os anos em que ocorreram as defesas dos trabalhos nos cursos de origem, o tempo médio para que uma versão mais acessível ao público brasileiro ganhasse vida foi de aproximadamente nove anos.

¹²⁶ No número de dissertações de mestrado incluímos o título *Ensaio de Antropologia Indígena e Caiçara. Giconda Mussolini*, publicado em 1980. O livro possui, junto com uma série de textos publicados em revistas especializadas até ano de 1953, o trabalho defendido pela antropóloga na Escola de Sociologia e Política em 1945. Falecida em 1969, a coletânea foi organizada pelo historiador da Universidade de São Paulo Edgar Carone.

Comparados aos trabalhos escritos para as universidades brasileiras, que estão em maior número, a janela para que os textos estadunidenses tivessem uma edição no país foi, naturalmente, mais extensa. No caso das teses e dissertações produzidas por pesquisadores no Brasil, em média foram necessários cinco anos para que a versão livro viesse à tona após a defesa do trabalho perante uma banca de avaliadores¹²⁷.

Dentro desse grupo de trabalhos acadêmicos feitos no Brasil, entretanto, existiu uma grande variação no intervalo de tempo para que as pesquisas entrassem no mercado editorial. Com uma distância significativa dos outros títulos, o trabalho mais antigo publicado na *Estudos Brasileiros* foi a dissertação de mestrado de Gioconda Mussolini, editada trinta e cinco anos após a sua finalização na Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Como já afirmamos em nota anterior, o livro que abrigou o trabalho defendido em 1945 também trouxe outros artigos da autora editados originalmente em periódicos especializados até o início da década de 50, mas foi uma coletânea póstuma, “projetada e organizada” por Edgar Carone, que escreveu como introdução uma pequena nota explicativa com dados da trajetória da antropóloga e da forma de organização dos textos.

Nesse livro, além da pequena apresentação do historiador paulista, a obra contou com o prefácio de Antonio Candido, membro do Conselho da Paz e Terra e da mesma geração de Mussolini, a quem conheceu nas primeiras turmas da Faculdade de Filosofia da USP enquanto aluno e, depois, na convivência como professor da instituição. Entre as lembranças acerca da personalidade da pesquisadora e afirmações sobre a relevância dos temas tratados, Candido pontuou a importância daquela fase inaugural da antropologia em São Paulo, num claro esforço para marcar a validade das “maneiras de trabalhar” do que viu como um mundo já distante e, de certo modo, difícil de ser compreendido pela onda de jovens estudiosos:

Os jovens de hoje, muito mais ativos no cotidiano e muito mais livres de amarras, talvez não cheguem a entender bem o que os estudos, de sociologia, filosofia, antropologia, geografia, significaram naquele tempo para o esclarecimento do país, sentimento do mundo e participação da realidade. [...] Livro de estudo produzido aqui, quase nenhum, fora uns tantos clássicos. Geralmente o material impresso que prestava vinha de fora e, como as aulas, era em francês, italiano ou inglês. Vista da perspectiva de hoje, parece um pouco como se fosse uma descoberta do Brasil por meio das eternas caravelas estrangeiras e, de nossa parte, um enorme esforço de moer as noções alheias para fazer comida nacional (CARONE, 1980, p.11).

¹²⁷ Por fugirem dos critérios estabelecidos para cada um dos grupos definidos acima e, assim, evitarmos discrepâncias, as publicações de trabalhos defendidos por brasileiros no exterior não foram incluídas. Referimos-nos ao livro de Paulo Sérgio Pinheiro: *Política e trabalho no Brasil, dos anos vinte a 1930*, uma tese de doutorado finalizada na França em 1971 e publicada pela Paz e Terra em 1975; e a obra de Wania Malheiros Barbosa Alves: *Vanguarda operária: elite de classe?*, uma dissertação de mestrado apresentada na Universidade de Liverpool em 1980 e publicada na *Estudos Brasileiros* em 1984. Para esses casos, a dificuldade da tradução, típica dos estrangeiros estudiosos do Brasil, foram menores, sem, contudo, torná-los tão acessíveis quanto os trabalhos defendidos no Brasil.

Junto das palavras do importante prefaciador, as orelhas do livro, dentro do mesmo tom elogioso, contaram com a presença da também antropóloga Berta Ribeiro. Sua participação, em especial, foi fechada confirmando a preocupação social no exercício da antropologia pela professora da USP e o sentido da edição dos textos para as Ciências Humanas naqueles anos – o que, na sua concepção, conferia verdade ao *slogan* estampado pela Paz e Terra nas capas dos livros:

Depois da publicação de *Índios e Brancos no Brasil*, de Eduardo Galvão, que reúne marcos da antropologia brasileira dispersos em revistas especializadas e publicações oficiais, dificilmente acessíveis às novas gerações de estudiosos das ciências humanas, a editora Paz e Terra presta um grande serviço à cultura brasileira, reunindo trabalhos de Gioconda Mussolini que, como Galvão, dedicou sua vida ao estudo e defesa das minorias esquecidas e relegadas do nosso país (CARONE, 1980).

O trabalho de Eduardo Galvão citado é o volume vinte e nove da coleção – publicado no ano anterior, em 1979. Assim como Gioconda Mussolini, mas sem qualquer revelação dos nomes que organizaram a edição também póstuma, o antropólogo foi considerado numa pequena nota inicial como um dos pioneiros do campo no Brasil, cujos importantes estudos mereciam novas edições para o contato das gerações mais recentes¹²⁸. Nesse livro, que também teve as orelhas redigidas por Berta Ribeiro, o prefácio foi de Darcy Ribeiro, que expôs com intimidade as qualidades do parceiro já falecido em empreendimentos como o Museu do Índio e, sobretudo, na Universidade de Brasília, onde desempenhou papel importante na implantação do Instituto de Ciências Humanas, observando porém que, com a atuação dos militares em 1965, Galvão perdeu o posto de diretor e se afastou da instituição. Ademais, de modo geral, as duas apresentações convergiram no relevo dado à atuação do antropólogo em nome dos grupos estudados. Berta, por exemplo, depois de colocar o estudioso como o primeiro brasileiro com formação acadêmica na tradição americana, afirmou:

Galvão se preocupou com a chacina dos Índios, a alienação das suas terras, a espoliação de que eram vítimas. Protestou contra a exploração que incidia sobre o seringueiro, o castanheiro, o homem rural (GALVÃO, 1979).

Darcy Ribeiro, por sua vez, reforçando o mesmo ponto, deixou claro que o antropólogo tinha como preocupação fundamental salvar os índios do país e sempre retribuir o

¹²⁸ Segunda a nota de introdução: “Os trabalhos sobre mudança cultural, de autoria de Eduardo Galvão, reunidos neste volume, foram publicados nas décadas de 50 e 60, em boletins de órgãos oficiais e divulgados à sua época em tiragens reduzidas, esgotando-se em pouco tempo. A sua utilização por parte dos diversos cursos universitários e a falta de textos sobre o assunto vêm exigir a republicação desses artigos básicos para o estudo e a pesquisa nos campos da antropologia social. [...] *Os editores*” (GALVÃO, 1979).

que havia apreendido com eles. Para o amigo e prefaciador, sua obra também se destacava das demais por converter pesquisas de campo em estudos temáticos comparativos que:

[...] contribuía efetivamente para a ciência em lugar de contentar-se com o papel fútil de ilustrador bizarro das teorias alheias que estão em moda, com exemplificações exóticas brasileiras. (GALVÃO, 1979, p.11).

Nesse último ponto, vale ser ressaltado que Darcy Ribeiro trouxe para o prefácio elementos da importante discussão sobre as “formas de praticar antropologia” que se estabeleceu definitivamente na revista *Encontros com a Civilização Brasileira* também em 1979 (KEINERT, 2011). Seu principal interlocutor, Roberto DaMatta, ao reeditar, junto com Roque de Barros Laraia, o livro *Índios e castanheiros: a empresa extrativa e os índios no médio Tocantins*, também pela *Estudos Brasileiros* em 1978, já tinha feito o mesmo¹²⁹. Grosso modo, pode ser dito que no debate entre os dois especialistas ficou evidente, por um lado, a cobrança pelo “desenraizamento político” das novas gerações, algo inadmissível na definição de intelectual de Darcy Ribeiro, para quem teorias sociais e descrições não podiam interessar apenas ao antropólogo, sob o risco de sua alienação, enquanto que, de outro lado, DaMatta defendeu o sentido contrário, isto é, a antropologia menos influenciada pelo seu contexto, sendo assim, menos ideológica, pois do entendimento pleno dos indígenas e de suas especificidades, feito melhor quanto maior a autonomia das noções da disciplina, derivava sua posição política de respeito à pessoa e aos costumes humanos (BOMENY, 2000).

A despeito desse debate, diretamente relacionado ao avanço da institucionalização da antropologia no país, um novo cenário encontrado por Darcy Ribeiro ao voltar do exílio, o papel público dos antropólogos foi reforçado nesses anos, seja na discussão mais ampla sobre as medidas do governo ou sua entrada na burocracia do Estado e outras instituições com participação direta na definição da política indígena. Foi com base nesse lastro, inclusive, que Berta Ribeiro justificou a sua própria publicação na série de Fernando Gsparian. O trabalho que editou foi composto por conclusões de suas pesquisas desenvolvidas junto ao Museu Nacional sobre o Parque Nacional do Xingu. Publicada em 1979, a obra expôs uma série de

¹²⁹ A primeira edição da obra dos dois antropólogos já tinha completado pouco mais de dez anos quando saiu pela coleção da Paz e Terra. O estudo, que foi realizado como parte do projeto de Roberto Cardoso de Oliveira desenvolvido no âmbito do Centro Latino-Americano de Pesquisa em Ciências Sociais (CLAPCS), chegou pela primeira vez ao mercado editorial como um volume da série dirigida por Fernando Henrique Cardoso: *a Corpo e Alma do Brasil*, em 1967. Nos novos prefácios, feitos para a participação na série de Gasparian, o exercício feito por Laraia e, notadamente, por Roberto DaMatta, foi o de rever o momento das suas trajetórias e da antropologia no Brasil, percebendo nesse entrecruzamento a explicação para os erros cometidos, em especial a afirmação de que uma das tribos pesquisadas logo desapareceria na região devido ao pequeno número de membros a que tinha chegado depois do contato com os brancos – nesse ponto, ambos comentaram a vocação política que a primeira edição ganhou em virtude dessa e de outras conclusões.

aspectos do cotidiano dos índios do Brasil Central, isto é, dados sobre sua rotina, socialização, infância, aprendizagem e a arte do trançado, entre outros pontos. A autora, seguindo a linha das outras declarações que fez na coleção, já na apresentação foi clara quanto à motivação política do livro: "Se este trabalho puder contribuir, o mínimo que seja, para que essa solução jurídica beneficie os índios, sentir-me-ei gratificada" – Berta Ribeiro referia-se aqui à resolução sobre o decreto de emancipação dos índios delineado pelo presidente Geisel, por intermédio de Rangel Reis, seu ministro do Interior, que sairia no ano em que a obra veio à público. "Emancipar" os índios, de modo geral, significava declará-los não-índios e, desse modo, dar ao Estado o direito de não protegê-los de modo integral, em especial na questão das terras (RAMOS, 1995)¹³⁰.

Essa discussão em torno da emancipação dos índios é considerada um dos pontos cruciais na história do movimento em prol dos índios no país, o que, junto de outros fatores, deve ter contribuído para o destaque que os temas vinculados aos grupos ganharam da Paz e Terra nesses anos. De acordo com Alcida Ramos (1995), esse foi o "momento heróico do indigenismo atual", quando antropólogos, advogados, jornalistas, religiosos, artistas e líderes indígenas tomaram a cena pública e os meios de comunicação para realização de protestos e, assim, embargar o projeto do governo – no que foram bem sucedidos. A atuação de Berta Ribeiro no episódio não ficou apenas na publicação de *Diário de Xingu* com seu apoio às políticas de assistência aos grupos da região; nesses anos a antropóloga também fez parte da Campanha pela demarcação das Terras Indígenas, coordenada pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), um órgão criado pela CNBB e que agiu fortemente em todo o processo junto de instituições como a SBPC ou a Associação Brasileira de Antropologia.

Além do livro com as pesquisas de Gioconda Mussolini citado anteriormente, que, ao lado de outras reedições da área da antropologia, facilitou o acesso à tradição do campo para as novas gerações, num momento em que o repertório temático e conceitual da disciplina ganhava cada vez maior variação, outro trabalho que se destaca pelo tempo entre a defesa

¹³⁰ A maneira como o livro contribuiria para a solução favorável aos grupos do Xingu foi bem sintetizada na resenha escrita no jornal *Leia Livros* por Carmem Junqueira, outra especialista da região que, inclusive, foi lembrada pela autora nos agradecimentos feitos na introdução do livro. Para a também antropóloga, sem afastar-se do padrão "boa ciência", a obra de Berta Ribeiro avalizava a importância das políticas de assistência para os grupos da região: "Diante disso, só resta concordar que a tarefa de assistência é irrealizável na prática. Mas não é. E temos um bom argumento para amparar nossa esperança. É o testemunho de Berta Ribeiro em livro *Diário do Xingu*. É uma viagem ao Xingu de 1980, 1960, 1950, quem sabe 1886? É um relato que mexe com a nossa imaginação e mostra como é possível ser índio em 1979. [...] Duas boas lições podem ser tiradas dessa leitura: é possível uma política de assistência aos índios eficaz e fecunda, e é possível fazer boa ciência sem pedantismo" (JUNQUEIRA, 1980). Carmem Junqueira também prefaciou uma obra da *Estudos Brasileiros* em 1979. Trata-se do livro *As alternativas dos vencidos: índios Terena no Estado de São Paulo*, de Edgard de Assis Carvalho – originalmente, a tese de doutorado em antropologia do autor orientada pela própria Carmem Junqueira.

perante uma banca avaliadora e a publicação na *Estudos Brasileiros* é o livro *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*, de Fernando Henrique Cardoso – que se identificou, na ocasião, como membro da segunda geração da Ciências Sociais paulistas, posterior, justamente, à da antropóloga e de seu prefaciador Antonio Candido. Finalizado em 1962, sua edição pela Paz e Terra aconteceu em 1977, isto é, quinze anos após sua apresentação para obtenção do título de doutor em Sociologia na Universidade de São Paulo. No entanto, nesse caso, o intervalo para a chegada ao mercado editorial do trabalho pode ser relativizado, já que essa publicação não foi a primeira edição da tese. A pesquisa, que contou com a orientação de Florestan Fernandes, passou a integrar a série da Difel dirigida pelo próprio autor no mesmo ano em que foi defendida.

Do conjunto da *Estudos Brasileiros*, esse não foi o único episódio de uma obra que migrou da *Corpo e Alma do Brasil* para seu catálogo na segunda metade dos anos 70. O mesmo se deu com o livro *Desenvolvimento e crise*, escrito por Paul Singer e reeditado na série da editora de Fernando Gasparian também em 1977, e, como citado acima, com o trabalho dos antropólogos Roque de Barros Laraia e Roberto DaMatta, que teve a segunda edição publicada na *Estudos Brasileiros* um ano depois, em 1978¹³¹. Essa transição, em especial de Cardoso e de Paul Singer, ambos com outros trabalhos publicados na série, deve ser compreendida pelas fortes relações com o editor da Paz e Terra nos anos próximos às edições, consolidadas com o primeiro na “minoritaríssima”, mas importante participação em ações da casa – recebidas como forma de pagamento pelos direitos dos livros –, ou também pela atuação dos dois na importante via criada entre o CEBRAP, o *Opinião* e, depois, o MDB.

Dentro desse cenário, há que se notar também como esses intelectuais, responsáveis por fundar e conduzir o CEBRAP após uma forte turbulência em suas carreiras – quando foram obrigados a deixar para trás, na expressão de Lahuerta (2001), a posição de “ilha do saber” de que desfrutavam –, o fizeram num momento em que já tinham atingido certa maturidade intelectual, isto é, com alguns dos pilares fundamentais de suas formações já constituídos (BAPTISTA, 2009). Dessa forma, embora esse tenha sido um momento de

¹³¹ Na Difel, o livro de Paul Singer foi publicado em 1968 e o de Roque Laraia e Roberto DaMatta em 1967. Se levarmos em consideração as declarações de Juarez Brandão Lopes sobre suas publicações na *Corpo e Alma do Brasil*, é provável que essas edições tenham sido definidas dentro da teia de relações do diretor Fernando Henrique Cardoso. Singer, por exemplo, no final dos anos 50, participou com o sociólogo dos famosos seminários sobre o Capital na USP e, quando da publicação do livro, empenhava-se na fundação do CEBRAP. Já para pesquisa de Laraia e DaMatta, acreditamos que o contato foi indireto. O trabalho que resultou no livro foi realizado como parte do projeto de Roberto Cardoso de Oliveira, que já havia publicado uma obra na série da Difel em 1964 – *O Índio no Mundo dos Brancos: a situação dos Tukúna do Alto Solimões* – e era cunhado de Fernando Henrique.

renovação das práticas, do repertório conceitual e de atuação em temas longe de sua agenda tradicional, muitos dos frutos que estavam sendo colhidos, inclusive com alcance político, por conta do golpe militar e da necessidade de explicar seu surgimento e consequências para a sociedade, vinham de noções construídas a partir da década anterior, quando formaram o seminário para discutir a principal obra de Marx na Universidade de São Paulo e, desde então, se lançaram à crítica às “ideias-força” que pautavam o debate intelectual, especialmente a partir do ambiente intelectual carioca, como o nacional-desenvolvimentismo, o populismo ou o “marxismo” do partido comunista (LAHUERTA, 2008).

Inseridas nesse quadro, as novas edições dos trabalhos apresentados na Difel também podem ser pensadas como atos dentro de um velho e fundamental “acerto de contas” com outras interpretações do Brasil ainda vigentes naqueles anos. Não foi em vão que Fernando Henrique Cardoso, como afirmou Lahuerta (2008), ao escrever o segundo prefácio para a sua tese, colocou-se como partícipe da fundação de uma escola, confirmando os sinais das rupturas e do nascimento de uma linhagem teórica no início dos anos 60 – marcada, sobretudo, pela escolha da “dialética marxista” como “alternativa de conhecimento” e não como algo “ritual e indolente”. Já Paul Singer, ao apresentar novamente suas reflexões sobre vários temas da economia da primeira metade da década anterior, afirmou que a reedição se justificava pela validade das “preocupações teóricas” e “vicissitudes políticas” que animaram a feitura do trabalho. Indo além, deixou claro sua disposição em contribuir para que os erros cometidos anteriormente, de certa forma, possíveis de serem vislumbrados por suas análises, não se repetissem:

Creio que estes ensaios adquiriram agora certo caráter histórico. Diz-se que os povos que não conseguem compreender sua história estão condenados a repeti-la. Se este livro puder contribuir um pouco que seja para evitar esta desgraça ele terá correspondido às imodestas intenções de quem os escreveu (SINGER, 1977, p.19-20).

Ao lado dessas duas obras, também podemos citar o livro publicado por Francisco Weffort na série em 1978: *O populismo na política brasileira*. Trata-se de um trabalho que também incluiu a tese de doutorado do autor defendida na Universidade de São Paulo, mais um a extrapolar significativamente o tempo médio levado pelos textos desse tipo para integrar a coleção. Orientado pela professora Paula Beiguelman na área da Ciência Política, Weffort havia apresentado sua pesquisa dez anos atrás, em 1968. O livro, no entanto, trouxe algumas alterações no corpo do trabalho, frutos de divergências teóricas que surgiram com Fernando H. Cardoso em relação à teoria da dependência, e também artigos publicados em alguns

periódicos especializados. Grosso modo, apesar das mudanças, o autor procurou confirmar o vigor de suas conclusões sobre a participação das classes populares no Brasil, nesse caso, notadamente, sobre o que chamou de “duplo paradoxo do populismo”, isto é, “dos setores dos grupos dominantes que promovem a participação dos dominados e de massas que servem de suporte para um regime no qual são dominadas”, afirmando, ainda, a importância do tema num momento em que “as classes populares”, de acordo com seu olhar, pareciam querer ganhar a cena mais uma vez :

Quando começam novamente a aparecer no horizonte os sinais de um possível ressurgimento das classes populares na política brasileira, talvez valha a pena voltar a refletir sobre as experiências do passado, afinal tão recente ainda. Esta é a razão que me levou a agrupar aqui estes pequenos ensaios sobre o Brasil que dão também lugar, especialmente na segunda parte do volume, a algumas referências a Argentina e outros países latino-americanos (WEFFORT, 1978, p.11).

Recentemente, em resposta às nossas questões sobre o processo que levou à publicação dos seus estudos pela Paz e Terra, o cientista político também mencionou a aprovação já alcançada nos meios acadêmicos como motivação para divulgar mais amplamente o trabalho, ou seja, o êxito obtido pela pesquisa entre seus pares como um fator para a decisão de editá-la dez anos depois. Além disso, fez referência aos laços que existiam com Fernando Gasparian em função de amizades próximas e das suas participações no jornal *Opinião*:

Eu conhecia por amigos comuns o Fernando Gasparian. E também em razão de minha colaboração no *Opinião*. Mas há que ter em conta que esse livro nasceu de uma tese de doutorado de dez anos antes e que era apreciada por vários colegas de Universidade (WEFFORT, 2010).

Ainda que Weffort tenha desempenhado um papel importante no CEBRAP, é preciso ressaltar que, no ano da edição dessa obra, o pesquisador tinha se afastado da instituição para a fundação de outro grupo de pesquisa em São Paulo: o CEDEC (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea). Na base desse evento, que ocorreu em 1976, encontrava-se a existência de prioridades diferentes no grupo quanto ao processo político em andamento: de um lado, com Cardoso à frente, parte dos integrantes atentava para a compreensão do regime, do Estado autoritário-burocrático e da distribuição de renda – temas que foram, inclusive, tratados pelo sociólogo e Paul Singer nos seus outros livros publicados na *Estudos Brasileiros*¹³²; enquanto de outro, o grupo que fundou o CEDEC, liderado por aquele que,

¹³² Fernando Henrique Cardoso publicou o livro *Autoritarismo e Democratização* em 1975 e Paul Singer, em 1981, *Dominação e desigualdade: estrutura de classes e repartição da renda no Brasil*. Na segunda obra,

segundo Lahuerta (2001, p.66), “dava a forma acabada e politizada a uma longa tradição da escola paulista de Ciências Sociais”, centrava o foco na questão dos movimentos sociais, da identidade dos trabalhadores e de uma “hegemonia de base popular”, adotando uma perspectiva mais radical do que a dos primeiros – que será observada, sobretudo, na disposição em construir um “instrumento partidário autônomo”, que ganhou vida no projeto do Partido dos Trabalhadores em 1979 e se manteve distante, portanto, da frente democrática do PMDB e de qualquer tradição operária ligada ao PCB.

No conjunto de contatos que fizemos com os autores da série, José Álvaro Moisés, que participou da fundação do CEDEC junto com Francisco Weffort, fez algumas considerações sobre esse momento evidenciando como Fernando Gasparian logo estabeleceu uma ponte com o grupo que surgiu. Em especial, afirmou como essa relação também foi um desdobramento do elo criado pelas participações dos seus fundadores no jornal *Opinião*, que somadas ao interesse de Gasparian em divulgar textos que faziam a crítica do Brasil contemporâneo acabou resultando no convite do editor para a publicação das obras do novo Centro de Estudos:

Antes do CEDEC ser fundado, em 1976, José Álvaro Moisés e Francisco Weffort – os dois principais fundadores da instituição – já tinham uma longa e produtiva relação com a Editora Paz e Terra e, particularmente, com o seu proprietário e diretor, Fernando Gasparian. Essa relação foi particularmente mais intensa no que se refere à colaboração desses professores – além de outros que depois fizeram parte do CEDEC ou colaboraram com ele – com o jornal *Opinião* [...]. Tanto José Álvaro Moisés como Francisco Weffort, entre outros, escreveram, a convite de Fernando Gasparian, inúmeros artigos de análise da situação política, social e cultural do país [...] A ênfase mais importante desses artigos era sempre a questão da democracia, a participação popular e os direitos de cidadania, temas que, a partir de 1976, foram centrais na produção intelectual e acadêmica do CEDEC, ao menos até o início dos anos 90. Assim, quando o CEDEC e, em particular esses acadêmicos, começaram a produzir textos com os resultados de suas pesquisas sobre o processo de democratização, o lugar dos movimentos sociais na luta contra a ditadura e, em especial, os movimentos de ampliação da cidadania política e social dos brasileiros, a Paz e Terra foi o veículo que se dispôs a publicar em revistas e livros essas análises. O próprio editor Fernando Gasparian nos procurou e ofereceu a parceria. E, em várias coleções de textos do CEDEC que eu próprio coordenei, o guarda-chuva editorial foi a Paz e Terra (MOISÉS, 2010).

Para abrigar trabalhos feitos por aqueles próximos ao Centro foi criada, em 1977, a série *CEDEC – Paz e Terra*, cuja diretoria passou a estampar os nomes de Paulo Sérgio

inclusive, foi registrado o agradecimento a Juarez Brandão Lopes, diretor da série: "Desejo consignar que estes estudos foram realizados no CEBRAP, de cujo ambiente intelectual extremamente estimulante tive o privilégio de participar desde sua fundação. Agradeço as críticas de meus colegas do CEBRAP, em especial as de Juarez Brandão Lopes, Vinícius Caldeira Brant e Octavio Ianni, que muito contribuíram para que certos defeitos da versão original pudessem ser corrigidos" (SINGER, 1982, p.16).

Pinheiro, Marilena Chauí e do próprio José Álvaro Moisés¹³³. Até 1979, ao todo, encontramos sete números publicados nessa coleção, mas nenhum deles com autoria individual – o que deu à série o perfil de uma revista especializada, com determinados eixos temáticos a cada volume, como, por exemplo, *Ideologia e mobilização popular*, *Cidade, povo e poder* ou *Contradições urbanas e movimentos sociais*, abordados a partir de diferentes prismas por alguns pesquisadores. Ao descrever a dinâmica que possibilitou essas edições, Moisés pontuou que a parceria proposta por Gasparian deu à editora certa exclusividade na produção elaborada pelo grupo, de onde os trabalhos saíam para serem, de certa forma, novamente avaliados e, assim, publicados – sempre sem qualquer interferência em seus “conteúdos intelectuais”:

[...] com base em um acordo geral e inicial com a editora, o CEDEC enviava os textos para publicação, propondo a sua edição. Fernando Gasparian, a partir de critérios próprios da editora, submetia os textos às comissões editoriais e a seus assessores editoriais e, depois de tomada as decisões, comunicavam-nas ao CEDEC (MOISÉS, 2010).

Como a *CEDEC – Paz e Terra* tornou-se uma opção para a edição apenas de coletâneas, no caso de José Álvaro Moisés – que, nesse meio tempo, finalizou o doutorado em Ciência Política sob a orientação de Francisco Weffort –, ao enviar a proposta de uma publicação individual para Fernando Gasparian, seguindo o procedimento descrito acima, ele teve o pedido aceito, mas a obra foi inserida na *Estudos Brasileiros*, a despeito de sua posição de diretor de outra série. Repetindo o que outros participantes da coleção afirmaram, a decisão sobre o local em que a obra foi publicada coube exclusivamente ao editor, que dizia agir de acordo com o apoio de assessores ou conselhos da casa:

No caso de *Lições de Liberdade e de Opressão*, depois de escrever os textos com bases em minhas pesquisas sobre o chamado “novo sindicalismo” (de cuja expressão, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo foi o mais importante), eu propus ao Gasparian publicá-los como um livro de autoria individual e ele aceitou e publicou. [...] A decisão de incluir esse livro na *Coleção Estudos Brasileiros* foi de Fernando Gasparian. Não tenho notícia precisa sobre se ele consultou algum conselho editorial, mas, em geral, segundo o que ele nos dizia, era assim que as decisões eram tomadas.

Composto por textos publicados primeiramente em revistas e jornais, como a *Isto é* e a *Folha de São Paulo*, e de trabalhos apresentados em seminários para especialistas, o livro do cientista político, nesse momento professor da USP, pode ser visto como um produto símbolo

¹³³ Paulo Sérgio Pinheiro já havia publicado um título pela coleção *Estudos Brasileiros* em 1975: *Política e trabalho no Brasil, dos anos vinte a 1930* – originalmente uma tese de doutorado em Ciência Política defendida em 1971 na Universidade de Paris.

de algumas concepções trabalhadas pelos membros do CEDEC, especialmente pelo seu claro posicionamento quanto às tendências políticas que pleiteavam o retorno da democracia no início dos anos 80. Já na quarta capa da obra, encontramos uma foto muito significativa para aquela conjuntura: Luís Inácio da Silva (Lula) – autor do prefácio do livro – e o pesquisador dialogando no que parece ser uma sala. Ao abrir a obra, antes do prefácio, nos deparamos com outra imagem do líder sindicalista, com a citação da revista que cedeu os direitos de alguns artigos e o nome do fotógrafo, mas sem qualquer outra referência. Nessa imagem, que ocupou uma página inteira, vemos somente o rosto do operário com o microfone próximo à boca, situação típica de algum dos discursos que contribuíram para sua notoriedade. Vista ao lado do prefácio, a montagem parece querer induzir o leitor a fazer uma analogia, como se as frases ao lado pudessem ser proferidas de um palanque pelo líder dos metalúrgicos (ver Figura 6)

Figura 6 – Imagem de Luís Inácio da Silva (Lula) e prefácio presentes em *Lições de liberdade e de opressão: os trabalhadores e a luta pela democracia*, de José Álvaro Moisés.

Em seu texto, Lula ressaltou o cientista político como parte da intelectualidade que apoiou de forma “desinteressada” a mobilização e a construção do “Partido dos Trabalhadores”, “uma realidade nacional” no momento. Declarando-se “à vontade” para prefaciá-lo, num esforço para demonstrar a fusão entre os dois grupos, Lula também colocou que essa intelectualidade era “formada de trabalhadores”, e José A. Moisés foi posto

como um tipo misto, ao mesmo tempo “estudioso” e “militante”, que prestava ali “mais um serviço ao povo brasileiro”. A presença de Lula e dessas declarações, confirmadas pelas orelhas escritas por Francisco de Oliveira – onde o autor foi elogiado por ser aquele que “analisa e participa e analisa participando e participa analisando” –, deixam claro o que Lahuerta (2001) viu como um momento “singular” da nossa história, quando um grupo intelectual, portador de uma interpretação do país e desejoso em romper com tradições consideradas nacionais populistas, encontrou-se com um movimento de operários que também recusava o velho sindicalismo e que, naquele momento, estava pronto para fazer a ruptura, tendo ambos constituído juntos, a partir dessa posição, um partido para abarcar uma espécie de novo sujeito político nacional.

Além de José Álvaro Moisés, outros alunos de Francisco Weffort preocupados com o tema dos operários e do sindicalismo em seus estudos participaram da *Estudos Brasileiros*, contribuindo para o destaque que o tema recebeu na série segundo outros recortes e enfoques. Dos que orientaram trabalhos preparados originalmente como teses ou dissertações, inclusive, Weffort foi além de qualquer outro: ao todo, orientou cinco pesquisas editadas na coleção – depois dele, o maior orientador foi o norte-americano Thomas Skidmore, com dois trabalhos, enquanto os outros professores tiveram apenas uma presença registrada. A forma como ocorreu sua participação em um desses processos, a partir de nosso questionamento, foi descrita por uma de suas orientandas, Ingrid Sarti, que revelou não só o aconselhamento do orientador, mas também a importância do seu vínculo com a pesquisa como “garantia” de qualidade:

Eu havia defendido a dissertação na USP alguns anos antes, me mudara para o Rio e consultei meu orientador, Francisco Weffort, sobre a possibilidade de publicar o trabalho na Paz e Terra. A recomendação foi de levar um exemplar para o editor, o Fernando Gasparian, que me recebeu muito bem e se entusiasmou com o material. Pareceu-lhe que história dos estivadores no porto de Santos, cujo protagonismo foi inegável na política brasileira dos anos 60, era de muita relevância e a orientação de Weffort a garantia de um bom trabalho. Disse-me, no entanto, que submeteria o exemplar à apreciação do Conselho Editorial. Em pouco tempo, foi tomada a decisão de publicar o livro (SARTI, 2010).

Quando publicado, em 1981, o livro de Ingrid Sarti, uma dissertação de mestrado em Sociologia defendida em 1972¹³⁴, trouxe na apresentação, além de outros comentários sobre Weffort, uma pequena descrição sobre a importância do CEBRAP e suas figuras no desenvolvimento da pesquisa, deixando claro seu local de origem para os leitores, num

¹³⁴ O trabalho recebeu o seguinte título: *Porto vermelho: os estivadores santistas no sindicato e na política*.

momento em que o grupo liderado por seu orientador ainda não tinha iniciado a construção de seu próprio Centro (o CEDEC):

Sua inquietude, seu dinamismo, transformaram em bons tempos aqueles em que as discussões se prolongavam nos seminários da Faculdade ou nas reuniões do CEBRAP, onde trabalhávamos então – Fábio Munhos, Régis de Castro Andrade e eu compartíamos a "salinha do m.o.". Naquela época, o apoio de Fernando Henrique Cardoso, sua presença amiga, inteligente, e por que não dizer, sempre tão simpática, insuflavam ânimo e bom humor no cotidiano instável e difícil mesmo do Cebrap. Ali, companheirismo e dinamismo intelectual eram as diretrizes da convivência.¹³⁵ (SARTI, 1981, p.17)

Em outra parte, também na apresentação da obra, Sarti fez referência a sujeitos e grupos que, mais próximos da edição, já num outro momento da sua carreira (afinal, a edição aconteceu tempos depois da finalização da pesquisa), contribuíram para a sua existência:

Transformá-lo em livro parecia-me uma ideia remota, passados sete anos. Azis Simão, deu-me, sem saber, o primeiro impulso. Fernando Gasparian não vacilou em editá-lo. Luís Werneck Vianna mostrou-me que, quando se tem um amigo, uma pitada de coragem é o ingrediente que falta para dissipar dúvidas. Com a revisão de todo o texto feita por Rubem Barbosa F., e depois dos debates calorosos de nosso Laboratório sobre Movimento Operário e Sindical, só me restava encaminhá-lo ao leitor¹³⁶ (SARTI, 1981, p.18).

O laboratório ao qual a autora se referiu fazia parte das atividades desenvolvidas no IUPERJ – onde, posteriormente, realizou seu trabalho de doutorado em Ciência Política. A citação de Werneck Vianna, que também integrava essa instituição, como um motivador para a publicação, é aqui significativa. Assim como Sarti, Vianna participou das atividades do CEBRAP e foi um dos orientandos de Weffort na Universidade de São Paulo. Sua tese, um importante estudo também dedicado ao fenômeno do sindicalismo, diferente das que citamos até agora, foi publicada pela *Estudos Brasileiros* no mesmo ano em que ocorreu a defesa do trabalho: 1976. Intitulado *Liberalismo e sindicato no Brasil*, como outros dessa linha da editora, além de ser divulgado através de propagandas no jornal de Gasparian, do qual Vianna já havia participado com a publicação de um artigo, também ganhou uma resenha nas páginas do periódico no ano posterior a sua edição, fruto, por certo, das tentativas do editor em direcionar os leitores para os livros da Paz e Terra.

No que se refere à crítica publicada no jornal do editor, naturalmente, muito mais positiva do que negativa, vale destacar que seu responsável também frequentava os mesmos

¹³⁵ As siglas “m.o.”, significam, provavelmente, movimento operário – núcleo de pesquisa a qual estava vinculada na instituição.

¹³⁶ A referência da autora ao intervalo de sete anos entre a defesa na USP e a publicação do livro está relacionada ao ano que escreveu a apresentação, em 1980. Não obstante, o trabalho foi publicado somente no próximo ano, como já afirmamos aqui.

espaços que Luís Werneck Vianna. Marco Aurélio Nogueira era aluno do doutorado em Ciência Política da USP e participou das atividades do semanário entre 1974 e 1976 – de acordo com seu currículo, foi um colaborador semanal na “editoria de Cultura e de Livros”. Em seu trabalho na academia, foi orientado por Oliveira S. Ferreira e, em 1984, apenas um ano após finalizar sua pesquisa, também se tornou um dos autores da *Estudos Brasileiros*. No que chamou de *Nota preliminar* à obra, inclusive, descreveu Werneck Vianna como um amigo e ressaltou a importância de seu trabalho para as reflexões que desenvolveu no livro:

Por fim, uma menção particular aos trabalhos de Roberto Schwarz e dos amigos Carlos Nelson Coutinho e Luiz Werneck Vianna, que me ajudaram a pensar o tema das idéias e da política na história brasileira. Sem eles, certamente estaria patinando no escorregadio terreno das ideologias, dos intelectuais e do liberalismo no Brasil (NOGUEIRA, 1984, p.13).

Desse conjunto complexo de relações marcadas por laços afetivos, institucionais, intelectuais e políticos, o relato de outra autora que editou uma obra na série – nos referimos a Wania Malheiros, que publicou, em 1984, *Vanguarda operária: elite de classe?* –, demonstra como as teias em que alguns dos envolvidos estavam inseridos, a partir de um núcleo em São Paulo, ao longo de suas trajetórias, naturalmente, foram se alargando, contribuindo para que outros sujeitos e, assim, instituições, participassem da coleção. Nesse caso, Luís Werneck Vianna contribuiu decisivamente para que a Paz e Terra fosse a opção para a chegada de seu trabalho ao mercado editorial, indicando diretamente à editora a pesquisa realizada no exterior:

Eu fiz mestrado em sociologia no Centro de Estudos Latino-americanos da Universidade de Liverpool, Inglaterra, com tese orientada por John Humphrey, na época um apaixonado pelos movimentos sindicais do ABC. Entre os autores que estudei para essa tese, me identifiquei muito com os textos e pensamento de Werneck Vianna. Tão logo retornei ao Brasil procurei-o para propor-lhe que me orientasse no doutorado que eu estava pleiteando no IUPERJ. Ele leu o trabalho (a tese de mestrado), recomendou-o à Paz e Terra e me orientou na tese de doutorado realizado naquela instituição entre 1986 e 1993, ano em que defendi (MALHEIROS, 2012).

Detalhando a forma como se deu a indicação e o aceite para a publicação do trabalho, Malheiros ainda afirmou que seu contato foi direto com o editor:

Com uma indicação por escrito de Luiz Jorge Werneck Vianna, apresentei o trabalho, em inglês, diretamente ao Fernando Gasparian. Foi, então, solicitado que eu o traduzisse e reapresentasse o mesmo. Assim foi feito e poucos meses depois foi publicado (MALHEIROS, 2012).

A aproximação de Fernando Gasparian e sua editora com o IUPERJ ainda se aprofundou. O outro elemento a compor esse quadro também passou no doutoramento pelos cuidados de Francisco Weffort, mas não se dedicou ao estudo dos operários e suas formas de organização. Trata-se de Eli Diniz, que fez mestrado em Ciência Política na instituição carioca e manteve vínculos com os projetos de pesquisa do centro mesmo enquanto realizava o trabalho em São Paulo, tornando-se professora dos seus cursos de pós-graduação assim que finalizou a pesquisa na USP. Nesse caso, a edição na *Estudos Brasileiros*, como a de Werneck Vianna, foi imediata: o trabalho foi defendido e publicado em 1978. No entanto, diferentemente das outras pesquisas que acabamos de citar, o convite para a edição partiu diretamente de Gasparian, que foi entrevistado pela autora durante a confecção da tese – um estudo sobre papel desempenhado pelo empresariado brasileiro junto ao Estado depois de 1930. Ainda de acordo com Eli Diniz, interessado pelo tema, pela sua identificação com o grupo analisado, Fernando Gasparian leu o texto e elogiou seus resultados, propondo a publicação pela Paz e Terra quase que imediatamente¹³⁷.

De certa forma, pelo que as outras falas de Eli Diniz deixaram claro na entrevista que realizamos, essa primeira e tranquila edição, que aconteceu de forma “simples e fácil”, pavimentou o caminho para a segunda obra que publicou na editora de Fernando Gasparian, também na *Estudos Brasileiros*, quatro anos depois. Entretanto, nessa ocasião, foi a autora quem enviou o trabalho para a Paz e Terra, cuja publicação logo foi aprovada. O tema do livro, embora longe do primeiro, novamente, não estava distante do editor: apresentava resultados de uma pesquisa desenvolvida no IUPERJ cujo objetivo foi analisar a trajetória do MDB no Rio de Janeiro, especialmente a dinâmica intrapartidária e a ampliação do partido após a fusão do Estado com a Guanabara. Esse trabalho, bastante crítico à atuação da agremiação, recebeu o título de *Voto e máquina política: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro*. Nos seus agradecimentos, a autora citou, além dos membros da instituição com a qual sempre possuiu vínculos, a apresentação que fez do trabalho no CEBRAP, sinal dos contatos que manteve em São Paulo e do interesse que certos membros do grupo sediado na capital paulista também possuíam nesse tema:

¹³⁷ Nesse trabalho, que foi intitulado *Empresário, Estado e Capitalismo No Brasil: 1930/1945*, de acordo com Francisco Weffort, Eli Diniz evitou "as posições polares subjacentes à maior parte das análises" sobre o tema, isto é, "o protagonismo burguês", de um lado, numa referência clara ao ISEB, e, no extremo oposto, a recusa de qualquer significação política à trajetória do grupo, viés adotado por Fernando Henrique Cardoso na década de 60. Para Weffort, o estudo avançou justamente por adotar essa perspectiva: "O fato de que os empresários não tenham sido classe dirigente no sentido em que se pretendia antes, não significa que não tenham tido eficácia política e, portanto, participação no poder [...]. A questão é: se o Estado tem a sua própria lógica e se o empresariado existe, como se daria a articulação entre ambos? Eis a pergunta central que orienta esse estudo e que conduz a superar os limites anteriores do debate" (DINIZ, 1978, p.17-18).

A Carlos Estevam Martins devo importantes observações e um grande estímulo, que me animaram a retomar alguns escritos iniciais. Tendo sido por ele convidada a expor, no CEBRAP, um de meus textos sobre a pesquisa, tive então oportunidade de receber novas críticas e comentários, que certamente ajudaram-me a corrigir algumas das deficiências do meu trabalho. Sou especialmente grata a Bolívar Lamounier, Maria do Carmo Campello de Souza, Maria Herminia Tavares de Almeida, Ruth Cardoso, além do próprio Carlos Estevam pelas questões que levantaram no decorrer das discussões (DINIZ, 1982, p.14).

Esse registro de Eli Diniz é significativo se tomarmos como base as declarações do diretor da série, Juarez Brandão Lopes, sobre a dinâmica fluida que construiu o repertório de livros da editora de Fernando Gasparian. Para o sociólogo, algumas das obras que chegaram até a editora passaram antes por leituras ou debates dentro do Centro, como nos chamados “mesões”, onde se discutiam trabalhos de membros do grupo e de pesquisadores ligados a outras instituições do país e do exterior. Segundo Paul Singer (2009), de um início com a presença de sete ou oito pessoas, os debates, posteriormente, chegaram reunir cinquenta indivíduos para uma apresentação. Sintetizando a experiência, afirmou: “O ‘mesão’, portanto, foi além dos limites do próprio CEBRAP.” De acordo com Brandão Lopes, dessas discussões, muitas vezes, resultavam avaliações do que merecia ser publicado como livro ou traduzido no Brasil, chegando, em alguns casos, até a editora, mesmo que indiretamente, trabalhos já aprovadas com o selo de boa qualidade¹³⁸.

No caso de Eli Diniz, ao que parece, bem relacionada com os centros intelectuais do Rio e de São Paulo, com relação à diretoria da *Estudos Brasileiros*, há que se considerar também o contato que já possuía com Aspásia Camargo, com quem frequentou cursos da graduação na Universidade do Brasil na década de 1960. Dos trabalhos que publicou na série nenhum deles era desconhecido pela diretora. No primeiro, sobre os empresários e o Estado, a autora se referiu ao auxílio prestado por ela via CPDOC: “No que se refere ao trabalho de campo, o apoio de Celina Moreira Franco e Aspásia Alcântara de Camargo, diretoras do Centro de Pesquisa e documentação de História Contemporânea, foi fundamental” (1978, p.14). No segundo livro, em que trabalhou com o MDB, Aspásia Camargo também foi lembrada, dessa vez pela participação na exposição feita por Diniz de alguns dados que compuseram o trabalho numa reunião da ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais).

¹³⁸ Como afirmou Bernardo Sorj no seu estudo sobre a instituição paulista, os “mesões”, além da experiência intelectual, tornaram-se, pela repercussão, “[...] uma espécie de cerimônia de reconhecimento pela principal instituição intelectual da época, tudo isto envolvido num clima de resistência à ditadura” (SORJ, 2001, p.55).

Com outra integrante do IUPERJ a situação não foi muito distinta das relações estabelecidas por Eli Diniz com a Paz e Terra. Lucia Hippolito, que defendeu seu mestrado na instituição em 1985, sob orientação de Wanderley Guilherme dos Santos, editou seu trabalho no mesmo ano. O foco da pesquisa foi outro partido político, o Partido Social Democrático (PSD), que segundo a autora teve um papel chave no sistema político brasileiro entre 1945 e 1964. Também nesse caso a iniciativa para a publicação partiu do editor. Ao ser questionada sobre o modo como ocorreu a negociação com a Paz e Terra, ressaltou que já conhecia o proprietário da casa, o que foi fundamental para a edição: “Encontrei o editor Fernando Gasparian num almoço (éramos amigos), ele me perguntou como ia a tese, eu disse que estava em processo de defesa. Ele me respondeu: pois defenda a tese, que editor você já tem” (HIPPOLITO, 2010). Vale lembrar que, como Diniz, Hippolito registrou nas primeiras páginas o auxílio prestado por Aspásia Camargo no desenvolvimento da pesquisa¹³⁹, e seu orientador, que atuou na fundação do IUPERJ, já havia participado da série no ano anterior¹⁴⁰.

As participações de Eli Diniz e Lucia Hippolito não foram as únicas a focar os partidos políticos como tema principal dentro da *Estudos Brasileiros*. Elas foram precedidas pela autora das orelhas do livro de Hippolito: Maria Victoria de Mesquita Benevides, que em 1981 publicou o livro *A udn e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)* – outra tese de doutorado orientada por Francisco Weffort na USP¹⁴¹. Antes ainda, bem no princípio da coleção, foi publicado o trabalho de Bolívar Lamounier em parceria com Fernando Henrique Cardoso, *Os partidos e as eleições no Brasil*, em 1975, cuja temática e motivação política, junto da repercussão, levaram logo a uma segunda edição em 1978, ano de eleição no país. Ao descrever sua participação na publicação, Cardoso fez uma declaração importante sobre como aquele estudo possuía uma perspectiva diferente da tradição de pesquisa de alguns membros do CEBRAP, sendo a edição também uma tentativa de lhe garantir um espaço no grupo:

[...] achavam que aquilo tinha um enfoque analítico demasiadamente norte-americano. O Cebrap ainda estava mais na visão “a classe e partido” do que na “a eleição e o partidos”, e eu apoiei o Bolívar. Eu disse: “Nós vamos ter que estudar isso, porque temos que nos preparar para uma estrutura que não vai ser a do caminho

¹³⁹ Depois de declarar que trabalhou no projeto de História Oral do CPDOC, Hippolito afirmou: “Sou grata a todos, e particularmente a Aspásia Camargo, Ricardo Benzaquen de Araújo, Lúcia Lippi de Oliveira [...]”. (HIPPOLITO, 1985, p.15-16).

¹⁴⁰ Em 1984 Santos editou *Kantianas brasileiras: a dual-ética da razão política nacional*, composto, em grande parte, por textos sobre partidos, democracia, Estado, economia e tortura, publicados originalmente no jornal *Folha de São Paulo*.

¹⁴¹ A defesa do trabalho ocorreu no ano anterior, em 1980. Essa, entretanto, não foi a obra de estreia de Benevides na coleção. Em 1976 a pesquisadora editou *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961* – sua dissertação de mestrado, que também foi orientada por Weffort.

que se imaginava possível há vinte anos: o jogo vai se dar num outro tabuleiro”. E aquele trabalho teve importância. Não sei se o Cebrap o comprou como tal, mas eu assinava junto, e naquela ocasião eu tinha grande influência, de modo que isso abriu espaço para esse tipo de discussão (CARDOSO, 2009, p.36).

Além dos textos de Lamounier e Cardoso, que figuraram como os organizadores da obra, foram inseridos no livro artigos de Fábio Wanderley Reis, Armando Boito Júnior, Héglio Trindade, Verena Martinez-Alier, Vilmar Faria e Carlos Estevam Martins. Desses participantes, que tinham atuação em Minas Gerais, Campinas e Rio Grande do Sul, os dois últimos também faziam parte do CEBRAP – junto a Lamounier e outros nomes compuseram o que Sorj (2001) chamou de “segunda geração” do centro paulista¹⁴², todos distantes da USP ao longo de sua formação.

Nesse momento, é preciso compreender que, como afirmou Fábio Keinert (2011b, p.4), existia “um novo arranjo do jogo de forças” na produção universitária no país, até então favorável à sociologia uspiana, cujo modelo “havia se firmado como o exemplo mais bem sucedido de excelência acadêmica na área”. O surgimento desse novo quadro, que passou a contar com outros espaços de produção dentro um “padrão de trabalho científico” diferente da tradição francesa consolidada em São Paulo, foi possibilitado, entre outros fatores, pela Reforma Universitária em 1968, incentivadora da criação de cursos de pós-graduação como forma de priorizar a pesquisa dentro das universidades. A partir desse ponto, isto é, do esforço para constituir um sistema nacional de pós-graduação, inserido no projeto de desenvolvimento dos militares, a área das humanas participou ativamente do processo de expansão do trabalho científico, com um aumento significativo do número de docentes, candidatos a pesquisadores, bolsas de estudo e bibliotecas. Contribuindo decisivamente para o vigor desse avanço institucional, visível nos quadros de formação dos autores da *Estudos Brasileiros*, esteve também o financiamento estrangeiro para algumas atividades, sustentáculo de empreendimentos que talvez não tivessem sido concretizados caso dependessem apenas dos recursos nacionais.

Dentre os investimentos feitos por agências internacionais, os mais significativos, sem sombra de dúvida, foram os efetuados pela Fundação Ford, entendidos quando colocados como parte do empenho norte-americano em conter o “avanço comunista” em vários países do mundo desde o pós-guerra. Para o caso do Brasil, em sintonia com a política exterior estadunidense para toda a América Latina, o interesse da agência ao assistir instituições de ensino e pesquisa estava voltado para a gestão do processo de desenvolvimento, numa aposta

¹⁴² Nesse grupo Sorj (2001) também incluiu Francisco de Oliveira e Vinícius Caldeira Brandt.

de que a capacitação institucional e as bolsas de estudos para pós-graduandos no exterior poderiam levar à assimilação de modelos teóricos que acabariam influenciando intervenções práticas – em outras palavras, como definiu Forjaz (1997), “formar elites e influenciar o *policy-making*”. Dentro desse quadro, já no início dos anos 60, as áreas de Economia e de Administração foram as mais privilegiadas, mas com a importância adquirida pelas esferas da política e do social nas hipóteses sobre a condução da modernização, tendo em vista a persistência da desigualdade social e da ausência da democracia na região, as disciplinas dedicadas a esses objetos também passaram a receber parte significativa dos subsídios. Entre as áreas das Ciências Sociais, a Política foi a que mais se destacou, granjeando metade das verbas. Segundo Keinert (2011), na base desse maior interesse estava a afinidade com a “ideia de aplicação” do arcabouço teórico metodológico dessa disciplina, que se tornou fundamental durante o processo de abertura do regime militar no país.

Entre as instituições que receberam recursos da Ford no país, a primeira, em 1967, foi o Departamento de Ciência Política da UFMG, que criou o primeiro programa de mestrado da área no Brasil. Logo em seguida, houve o financiamento para o IUPERJ, que também constituiu um programa de pós-graduação em Ciência Política, em 1969. O contato entre o IUPERJ e os mineiros, para onde alguns migraram, além das dificuldades no estabelecimento do curso em Minas, deve ser compreendido pela maior visibilidade política e acadêmica do espaço carioca, mais interessante para a construção da carreira na percepção de certos membros (KEINERT; SILVA, 2010)¹⁴³. No processo de constituição e condução desses dois órgãos, núcleos centrais da institucionalização da disciplina no Brasil, participou não só a segunda geração do CEBRAP – Lamounier, Martins e Vilmar Faria –, como também, entre outros, Wanderley Guilherme dos Santos, Simon Schwartzman, Amaury de Souza e Herbert José de Souza, todos com livros publicados pela *Estudos Brasileiros*. Comum à trajetória desse conjunto de atores, além desses vínculos em Minas e no Rio de Janeiro, houve a pós-graduação na FLACSO (Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais) e nas grandes universidades americanas, que contribuíram para a incorporação dos modelos explicativos elaborados na academia estadunidense e a rejeição do marxismo como paradigma teórico (FORJAZ, 1997).

Os primeiros encontros de Fernando Henrique com os membros desse grupo podem ser localizados na segunda metade da década de 1960, enquanto lecionou na FLACSO, antes de se dirigir à França. A FLACSO foi criada pelo Departamento de Ciências Sociais da

¹⁴³ Foram para o IUPERJ: Bolívar Lamounier, Simon Schwartzman, Amaury de Souza, Edmundo Campos Coelho, Olavo Brasil de Lima Jr., Renato Boschi, José Murilo de Carvalho e Elisa Reis.

UNESCO, num processo semelhante ao da CEPAL. Entre seus objetivos estava a unificação dos padrões de trabalho em todo o continente, no âmbito da pós-graduação e pesquisa, tendo a problemática da “modernização” como o centro das atenções. O perfil das lideranças da instituição, apesar de europeias, possuía grande influência da produção norte-americana, cujas técnicas e métodos foram difundidos nos cursos de especialização oferecidos, constituindo-se numa das portas de entrada para essas referências no Brasil. Em especial, a presença de cientistas sociais de Minas Gerais nos seus quadros antes dos doutorados nos Estados Unidos, como Vilmar Faria, mas também Fabio Wanderley Reis e Simon Schwartzman, segundo Keinert (2011), pode ser explicada pela ausência de cursos de pós-graduação bem definidos em Belo Horizonte pelos menos até 1968, contribuindo para que os alunos da UFMG, aproveitando-se dos financiamentos disponíveis, cumprissem sua especialização fora do Brasil.

A presença de Fernando Henrique no Chile nesse momento foi motivada pelos convites que recebeu para estar na CEPAL, fruto da amizade com José Medina Echevarria, Raul Prebisch e Celso Furtado. Ali, num local com intelectuais de várias partes do mundo, vinculou-se ao ILPES (Instituto Latino-americano e do Caribe de Planejamento Econômico e Social) e, para “não perder contato com o mundo acadêmico”, também passou a dar aulas na FLACSO e na Faculdade de Economia e de Sociologia do Chile (CARDOSO, 2006, p.80). Como afirmou Fábio Keinert (2011), ao “rememorar” sua estadia em Santiago nos anos 60, Cardoso considerou essa passagem extremamente significativa em sua trajetória, a ponto de colocá-la como um momento “de viragem”, sobretudo pelo contato com as técnicas “quantitativas de pesquisa”, quase inexistentes no contexto da formação em São Paulo. Ainda de acordo com Keinert (2011), a “sociabilidade transcorrida” nas instituições chilenas, onde Cardoso afirmou também ter aprendido um “ideal de profissionalismo” – voltado à aplicação do conhecimento fora da academia –, foi fundamental para sua aproximação em relação a essa outra geração de cientistas sociais distantes da tradição uspiana, a base da “rede de alianças” que se consolidou nos anos 70, quando passou a concentrar suas pesquisas também na área de Ciência Política.

Dentre os espaços onde as relações entre Cardoso e essas novas figuras se concretizaram o CEBRAP foi capital. De similar na trajetória dos mineiros, cariocas e o centro paulista está o apoio recebido da Fundação Ford entre as décadas de 1970 e 1980. No caso do CEBRAP, o grande responsável pelas negociações com a instituição norte-americana foi o próprio Fernando Henrique, que em 1969, depois do período na França, já havia adquirido um considerável prestígio internacional com sua versão da teoria da dependência.

Nessa posição, mobilizou não só pessoas do cenário político brasileiro, mas também membros de centros nacionais já patrocinados pelos norte-americanos e intelectuais de outros países com trânsito na instituição, de modo que as verbas chegaram até São Paulo, embora não tenham sido bem vistas por todos, em especial Otavio Ianni e Florestan Fernandes, pelo receio de que sua aceitação pudesse resultar em ingerência. Este, inclusive, pode ser considerado como um dos motivos para o fato da USP não se tornar uma beneficiária da fundação estadunidense, que deve ser posto ao lado das ideias de grandeza e autossuficiência imperantes na Sociologia da universidade paulista – fatores decisivos para um desenvolvimento pouco voltado para fora de seus muros e nem sempre disposto a operar mudanças em suas práticas até aqueles anos¹⁴⁴ (KEINERT, 2011).

Nesse ponto, é preciso considerar que o CEBRAP acabou se tornando um ambiente onde a tradição de pesquisa da própria USP, desdobrada a partir do “grupo do Capital”, enfrentou mais rapidamente os ditames do novo contexto intelectual que se estabelecia na área das humanas. Diferente da tradição das Ciências Sociais paulistas de geralmente contratar para seu quadro de docentes apenas ex-alunos, o centro também inovou ao inserir no seu grupo pesquisadores brasileiros sem nenhuma passagem por São Paulo ao longo de suas formações – que, evidentemente, procuraram alcançar seu lugar na instituição, apesar das dificuldades em lidar com a geração mais velha num ambiente bastante hierarquizado (SORJ, 2001). Dessa forma, ao mesmo tempo em que a importância das referências de origem do grupo formador não foram desprezadas, pode ser dito que a nova casa, projetada como multidisciplinar, não deixou de trabalhar e discutir temas e métodos privilegiados pela Ford e pela tradição de pesquisa norte-americana que ganhavam espaço no país especialmente com os cientistas políticos formados perto de 1970. Segundo Fernando Henrique, essa abertura se deu muito em função da sua atuação, mas também de outros membros, casos de Juarez Brandão Lopes e Elza Berquó, com passagens pelo exterior antes da entrada na USP:

Mas quem trouxe essa gente? Fui eu. Sempre fui contra grupo fechado. Como eu tinha ligações com o mundo não uspiano, comecei a trazer gente de outras tendências. Acho que no Cebap sempre houve uma tentativa de abertura, de ter diálogo e debate. Naquele tempo, a USP era muito fechada, não tinha diálogo com outras tendências (a USP nasceu francesa e contentíssima por ser francesa, considerando-se superior ao resto daqui que não era francês; a França foi perdendo a centralidade na vida intelectual, e os uspianos continuaram franceses) [...]. Quando fui para o Cebap, já havia trabalhado no Chile, no México, na Argentina, na França, o que alargou a minha visão e meus contatos com centros de pesquisa e universidades de vários países. Eu tinha ligações mais amplas e menos provincianas

¹⁴⁴ A falta de patrocínio às Ciências Sociais da USP deve levar em consideração também as diretrizes da própria Ford, que priorizou novos espaços de produção – sem, portanto, uma tradição de trabalho já estabelecida – para que sua influência fosse mais impactante.

do que a média dos professores daqui. Não só eu como vários outros colegas do Cebrap, a exemplo da Elza Berquó e do Juarez Brandão Lopes, que estudou na Universidade de Chicago. (CARDOSO, 2009, p.37).

A presença do tema dos partidos políticos no CEBRAP e, por conseguinte, também na *Estudos Brasileiros* com o livro *Os partidos e as eleições no Brasil*, é um resultado direto desse quadro que viemos pontuando. A publicação da obra em 1975 evidencia a presença no centro de uma linha que optou por pensar os impasses da democracia no Brasil de um ponto distinto do representado, em especial, por Francisco Weffort, isto é, sem centrar-se na identidade e movimento dos trabalhadores – o que Fernando Henrique chamou de “a classe e o partido” na fala citada anteriormente. Tendo em Bolívar Lamounier uma de suas figuras mais importantes, essa vertente deu ênfase ao campo institucional na análise da transição, com estudos que passaram a se dedicar aos processos eleitorais, partidos, sistemas partidários e formas de governo – “as eleições e os partidos”, se lembrarmos, mais uma vez, a percepção de Cardoso sobre o tema privilegiado por Lamounier e que procurou apoiar. Por trás dessa perspectiva estavam teorias e valores adquiridos com as viagens de pesquisa aos Estados Unidos, onde a relação entre “estabilidade” e “institucionalização política”, ou seja, na governabilidade adquirida com o adensamento das instituições, deu ensejo à grande preocupação com os mecanismos formais do jogo democrático. No caso do Brasil – analisado sob essa chave do “desenvolvimento político” –, a discussão sobre a fragilidade ou força das instituições passou a ocupar o papel central nas explicações de cientistas políticos sobre os reveses da história (KEINERT; SILVA, 2010).

Para esses anos, há que se considerar também que o andamento do processo de abertura contribuiu significativamente para a força de trabalhos com esse perfil. Entre os fatos desse momento, um ganho fundamental veio das eleições de 1974, que foi justamente o objeto de análise do livro publicado na *Estudos Brasileiros*. Os bons resultados alcançados pelo MDB deram força às projeções que colocavam o “caminho eleitoral” como o correto para o fim da ditadura. Motivado politicamente, Bolívar Lamounier foi nesse sentido e procurou legitimar em teoria a força dos partidos como melhor forma de oposição ao regime autoritário, conferindo ao voto efetuado no pleito da cidade de São Paulo, pela relação entre certas características socioeconômicas e a escolha pelo MDB ou ARENA, caráter ideológico. Por essa análise, apesar de constatadas algumas debilidades no sistema representativo, a conclusão quis tornar evidente a vontade de mudança por parte da população, especialmente a urbana. Como afirmou Keinert (2011), além desse trabalho com o empírico, o cientista político nessa e em outras obras lançou mão de um novo olhar sobre a história para reforçar seu argumento.

Utilizando-se de interpretações de clássicos como Victor Nunes Leal e de cenários do processo de urbanização ou mesmo do bipartidarismo, Lamounier leu o século XX brasileiro do ponto de vista dos passos fundamentais na viabilização de um sistema democrático, observando uma diminuição da força do clientelismo e de outros pontos da herança colonial que emperravam a “modernização política” nacional.

Nessa conjuntura, é preciso enfatizar que Bolívar Lamounier, Vilmar Faria, Luís Werneck Vianna e outros que circulavam em torno do centro paulista, liderados por Fernando Henrique Cardoso, contribuíram para a formulação do programa de campanha do MDB em 1974, fruto do contato feito por Ulisses Guimarães com o grupo (CARDOSO, 2009). Dessa forma, a interpretação dos resultados levada a cabo na obra não pode deixar de ser considerada uma avaliação das próprias ações desses intelectuais no âmbito do partido. No caso de Fernando Henrique, sua posição não ficou distante do tipo de otimismo esboçado por Lamounier, o que tem uma relação clara com a sua perspectiva política para aqueles anos. Como definiu Lahuerta (2001), Cardoso foi dos primeiros da tradição paulista a retirar seu alvo das dimensões estruturais para se concentrar nos temas da representação política e nas instituições. Nesse movimento, que levou à publicação também na *Estudos Brasileiros de Autoritarismo e Democratização* em 1975, posicionou-se claramente a favor da sociedade civil como o ponto a ser fortalecido para minar o regime autoritário, de modo que a montagem de um sistema partidário pudesse abarcar a pluralidade que advinha da modernização gerada pelo próprio regime. Na sua defesa da democracia como estratégia, portanto, manteve-se distante de conferir qualquer prioridade ou papel especial à classe dos operários para uma possível ruptura no país dos militares, um tipo de postura mantido nos próximos anos quando mergulhou cada vez mais profundamente na vida política nacional através do PMDB¹⁴⁵.

Além da significativa participação como organizador desse livro com Lamounier, a presença de Fernando Henrique na *Estudos Brasileiros* ainda foi reforçada pelas chancelas que conferiu a outros autores via prefácios e orelhas – vale frisar que ele foi o intelectual com o maior número de participações desse tipo: em toda a coleção escreveu cinco dessas

¹⁴⁵ Para compreensão da posição de Cardoso, Lahuerta (2001) fez um importante contraponto com a postura assumida por Francisco Weffort, demonstrando como as duas caminharam em sentidos opostos com o processo de abertura: “Basta notar que enquanto Cardoso centra o foco de sua análise na perspectiva de construção de um sistema partidário capaz de expressar o pluralismo dessa sociedade civil, amenizando a importância das classes sociais e de sua identidade, Weffort radicaliza seu posicionamento quanto ao potencial de ruptura do movimento operário, valorizando os movimentos sociais, especialmente o movimento sindical, como o elemento mais dinâmico dessa sociedade civil emergente. Entre 1983 e 1984, Fernando Henrique Cardoso já consolidou uma posição de forte questionamento dos movimentos sociais – identificando-os com o corporativismo e/ou basismo simplista e despolitizado, e revelando, inclusive, muita descrença em relação ao potencial de novas lideranças operárias” (LAHUERTA, 2001, p.77-78).

apresentações¹⁴⁶. Para essas publicações, seguindo o que fez na parceria de *Eleições e Partidos no Brasil*, têm força os vínculos estabelecidos com acadêmicos ligados a linhagens de pensamento distantes do seu local formação. Entre eles, um possuía doutorado em Ciência Política na França e outros três adquiriram seus títulos nos Estados Unidos. Trata-se, no primeiro caso, do amigo Luciano Martins, para quem Cardoso prefaciou *Nação e corporação multinacional: a política das empresas no Brasil e na América Latina*; enquanto o segundo bloco foi composto pelos seguintes autores e livros: o historiador norte-americano Joseph Love, que publicou *A locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira, 1889-1937*¹⁴⁷, a cientista política Janice E. Perlman, também norte-americana e autora de *O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*, e, por fim, uma das principais lideranças intelectuais do IUPERJ e na consolidação da Ciência Política no Brasil: Wanderley Guilherme dos Santos, responsável pela publicação de *Kantianas brasileiras: a dual ética da razão política nacional*.

Do conjunto de autores com apresentações feitas por Fernando Henrique, apenas Lúcio Kowarick possuía doutorado em Sociologia pela USP, embora seu mestrado tenha sido feito na França no fim dos anos 60, antes de sua entrada no CEBRAP, que se tornou um espaço fundamental para a sua trajetória. De acordo com o próprio Kowarick, cujo livro da série recebeu o título de *Espoliação Urbana*, seu primeiro encontro com Cardoso se deu quando estava na Europa, sendo que, com a sua volta ao Brasil, partiu dele o convite para participar das atividades do Centro paulista. Ali, onde permaneceu até 1976, estão localizadas as raízes dos trabalhos que desenvolveu nessa década, seja a obra publicada na *Estudos Brasileiros* ou a própria tese, que contou com a orientação de Leôncio M. Rodrigues e foi desdobrada em outro livro editado também pela Paz e Terra, mas na *Coleção Estudos Latino Americanos*¹⁴⁸. Suas pesquisas desse período, de modo geral, podem ser vistas como uma consequência direta da ênfase que foi dada no CEBRAP aos estudos sobre a questão populacional, um tipo de objeto muito privilegiado pelas agências de financiamento em vários pontos do mundo pelo seu vínculo com a ideia de “gestão pública”. Os apoios alcançados para essa área acabaram por fornecer uma espécie de “guarda-chuva” para outras temáticas trabalhadas dentro da instituição, como o urbanismo, a colonização ou a estrutura agrária, permitindo aos seus integrantes a formação de um amplo quadro da realidade socioeconômica

¹⁴⁶ Depois de Fernando Henrique Cardoso, Paulo Sérgio Pinheiro e Francisco Weffort foram os que mais participaram da série com textos desse tipo, cada um foi responsável por três apresentações em livros.

¹⁴⁷ O prefácio desse livro foi escrito por Cardoso e o historiador Fernando Novais.

¹⁴⁸ O livro pertencente a *Coleção Estudos Latino Americanos* foi publicado em 1975 e recebeu o título de *Capitalismo e Marginalidade na América Latina*.

nacional para aqueles anos (SORJ, 2001; KEINERT, 2011). No caso do livro de Kowarick prefaciado por Cardoso, sua origem está justamente em um dos subsídios fornecido pela Fundação Ford, como o próprio autor descreveu em entrevista recente:

A espoliação urbana é de 1979, e resultou de um trabalho financiado pela Fundação Ford e coordenado por mim e pela Ruth Cardoso, cujo título era “Integração e desintegração das populações marginais”. Comecei a perceber ali a população em vulnerabilidade, mas esse termo não era usado na época – então se falava em marginalidade. Fizemos um estudo em duas favelas [...]. Eram terrenos muito grandes. Tinha uma encosta, e a gente fez uma descoberta dramática: os caminhões jogavam o aterro para baixo, sobre um vale, com uns doze barracos, e as pessoas estavam sendo literalmente soterradas (KOWARICK, 2009, p.136).

A citação de Ruth Cardoso por Kowarick nesse ponto é bastante significativa para a compreensão do teor de seu trabalho e, ao mesmo tempo, de mais uma referência para a inserção de determinados títulos no repertório da *Estudos Brasileiros*. Aqui, vale a pena destacar que a antropóloga também desempenhou um papel importante na composição do catálogo da editora durante esse período, o que foi confirmado pelo próprio Gasparian ao lembrar-se da relação do casal com as atividades da casa em uma entrevista: “A Ruth e o Fernando Henrique me dão sugestões de livros até hoje” (GASPARIAN, 2002). Sobre o modo que a influência da intelectual Ruth Cardoso se deu, podemos, inclusive, citar o importante depoimento de Luís Milanesi acerca da edição de sua dissertação de mestrado na *Estudos Brasileiros*. Na descrição da maneira como foram feito o convite e as conversas para a publicação do livro, que é um dos poucos estudos envolvendo a área da comunicação na série, tem destaque a articulação com o propósito de dar força para a inovação metodológica produzida dentro de outra unidade da USP, nesse caso a Escola de Comunicação e Artes, sobretudo pela distância que possuía da perspectiva marxista dominante na área da FFLCH:

O que restou na memória é pouco. Recebi um telefonema da Profa. Ruth Cardoso, pedindo para conhecer a minha dissertação de mestrado – O Paraíso via Embratel – feita, de início, sob orientação do antropólogo Prof. Egon Schaden e, depois, por Paulo Emílio Sales Gomes. Pelo que percebi dessa conversa inicial o título chamara a atenção. Dias depois, Ruth me convidou para a sua casa. E lá me disse que a dissertação fora indicada para edição pela Paz e Terra. Na época, a Paz e Terra era a casa publicadora mais conceituada do Brasil, onde os mais destacados intelectuais editavam seus textos[...]. Ruth nessa visita à sua casa me disse que as teses das Humanidades eram produzidas dentro de um formato que se repetia à exaustão. Era obrigatório ao mestrando e doutorando provar que dominava as teorias marxistas e isso consumia a maior parte do texto, restando pouco para o objeto específico da pesquisa. No caso de minha dissertação esse formato estava ausente, mesmo porque de Marx eu conhecia o essencial “para o gasto” no dia-a-dia da USP. E nunca iria me meter a redigir centenas de páginas sobre suas teorias antes de entrar no assunto. Nunca reli O Paraíso via Embratel, mas creio que fui direto ao assunto. Soube, depois, que professores de metodologia da pesquisa tentavam desconstruir o meu texto para flagrar qual método usara. Hoje, o que penso sobre isso é o que se sabe a respeito da Ruth: ela buscava sempre o novo. Quando o livro saiu, com uma certa

visibilidade na imprensa, fiquei no meu canto, temendo eventuais bengaladas de alguns marxistas ortodoxos. Depois o livro - duas edições - tornou-se referencial para os estudos de Comunicação¹⁴⁹ (MILANESI, 2012).

Quanto à obra de Lúcio Kowarick, trata-se também de outra nova perspectiva, que, como em outros estudos de membros da FFLCH-USP, partiu de uma abordagem marxista, mas superou antigas fórmulas ao se esforçar para compreender a atuação social de segmentos populares além do mundo das fábricas e do trabalho, encontrando as extorsões nos espaços da moradia, dos transportes e outros locais que faziam parte da sobrevivência de camadas menos abastadas nas grandes cidades (BARREIRAS, 2010). Na mesma entrevista que citamos anteriormente, quando questionado sobre a importância da sua aproximação com Ruth Cardoso para as pesquisas, a quem agradeceu nas páginas iniciais de *Espoliação Urbana*, Kowarick pontuou que sua contribuição se deu na efetivação desse movimento, ou seja, cooperando decisivamente para o afastamento do que chamou de um “mau marxismo”:

[...] Ruth era antropóloga, e eu era formado em ciência política, sociologia. Esse trabalho é de cunho antropológico e etnográfico, então não tem nada de estruturalismo. Ajudou a evitar o mau marxismo, quando você diz a “estrutura é assim” e o “movimento vai ser assim”, numa causalidade estúpida (KOWARICK, 2009, p.136).

Na *Estudos Brasileiros*, ao lado desse trabalho de Kowarick, duas outras autoras já haviam publicado pesquisas próximas do tema, ambas estrangeiras, significativamente. Uma delas foi a belga Marie-Ghislaine Stoffels, que também foi orientada por Leôncio Martins Rodrigues no doutorado em Sociologia na USP¹⁵⁰. Nesse caso, pelas lembranças da autora, o próprio Lúcio Kowarick participou do processo que levou à edição do seu livro, embora não tenha demonstrado certeza quanto à indicação para o primeiro contato com Fernando Gasparian – que, segundo a socióloga, aconteceu logo após a defesa do trabalho por motivação de seu orientador ou de outro professor que acompanhou a pesquisa. Ainda de acordo com Stoffels, o interesse do editor em publicar a tese, com quem se encontrou no Rio de Janeiro uma única vez, teve relação com a falta de títulos sobre os mendigos no país.

¹⁴⁹ O livro de Milanesi ocupou a décima posição dos mais vendidos do *Leia Livros* entre os meses de abril e junho de 1979.

¹⁵⁰ A forma como chegou ao Brasil e à USP foi descrita pela própria autora em entrevista cedida a nós recentemente: “Estudei ciências sociais (graduação) e ciências do trabalho (pós-graduação) na U.C.L. (Universidade Católica de Louvain) com alguns cursos sobre América latina. Quis conhecer mais de perto essa parte do mundo e recebi uma bolsa do Itamaraty por um ano. Dei aulas em colégios e faculdades de São Paulo e do interior e comecei a pós-graduação na USP; depois com bolsa da FAPESP continuei o doutorado. Fiquei em São Paulo cinco anos (1972-1977)”. Para esse caminho, entretanto, cooperou também o acaso, já que seu desejo inicial não passava pelo Brasil: “Já que era mais fácil aprender espanhol do que português, pedi bolsa para outro país, mas não havia vaga; todo mundo preferia a América hispânica, pelo idioma, suponho... *A posteriori* digo: tudo foi bom como foi” (STOFFELS, 2012).

Ademais, no que tange ao contato com o proprietário da Paz e Terra, citou um fato peculiar relacionado à estratégia adotada nas situações em que, aparentemente, ele considerava o tema mais significativo do que o nome do autor:

Realmente, acho que houve encontro só com o Sr. F. Gasparian. E isso só a respeito do fato de publicar. Não me lembro de diálogo sobre a Coleção. Também me lembro de um detalhe gozado, o Sr. Gasparian me disse: a Sra. não é conhecida; vamos então imprimir em letra grande o título do livro e em letra pequena, o nome da Sra.!(STOFFELS, 2012)

Como pode ser observado na Figura 7, que é a capa da obra Marie-Ghislaine Stoffels, a opção do editor foi cumprida na íntegra.

Figura 7 – Capa do livro *Os mendigos na cidade de São Paulo*, de Marie-Ghislaine Stoffels, publicado em 1977.

A outra autora à qual nos referimos é a cientista política norte-americana Janice Perlman, que publicou o livro *O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*, fruto de uma tese de doutorado defendida em 1971. Provavelmente outra “desconhecida” no momento da edição no Brasil, que aconteceu dois anos após a publicação nos Estados Unidos, seu trabalho também não tem raízes distantes das de Lúcio Kowarick. Nos agradecimentos da obra, afirmou: “a orientação teórica que recebi do grupo do CEBRAP foi da maior ajuda, e cito especialmente Fernando Henrique Cardoso” (PERLMAN, 1977) – também o responsável pela redação do prefácio do livro. Nele, o líder do centro paulista declarou que a autora estadunidense “se fez antropóloga *malgré elle-même*”, tendo a conhecido depois de seus “estágios existenciais nas favelas”, quando se encontrava “angustiada” com a tarefa de dar sentido “ao mundo dos favelados”. Mundo esse que, também segundo Cardoso, acabou

comprovado como não marginal em muitos aspectos do trabalho – distante, portanto, de um ambiente dominado pela apatia, desorganização social, subemprego ou desemprego –, sendo visto, corretamente, como o local em que a pobreza, a exploração e a repressão sistemática, existentes em toda a pirâmide social, tornavam-se mais diretamente percebidas, num resumo, “talvez acentuado”, de um quadro bem mais amplo (PERLMAN, 1977).

Figura 8 – Capa e quarta capa do livro *Espoliação Urbana*, de Lúcio Kowarick, publicado em 1979.

Ainda de acordo com o prefácio de Fernando Henrique Cardoso, ao trabalhar essas questões, Janice Perlman não partiu diretamente para a reconstituição da história dessa exploração e dos mecanismos que a atualizaram no universo carioca, embora tenha indicado pontos importantes desse processo pelo papel que sempre ocupou na geração do suporte social necessário à sobrevivência do mito da marginalidade¹⁵¹. Um tipo de análise que declarou ter encontrado de fato na obra de Lúcio Kowarick três anos depois, já que ali foi apresentada uma noção fundamental para os estudos da área: a “espoliação urbana”, cuja importância, segundo Cardoso, estava justamente na possibilidade de verificação da forma como a expansão capitalista atual reordenava as relações sociais de exploração, fazendo do controle da terra e dos recursos de infraestrutura das cidades, por exemplo, importantes instrumentos no despojamento geral dos mais pobres. Para o fundador do CEBRAP, por se aprofundar nessa questão com um trabalho de anos, Kowarick permitiu uma “compreensão mais global do processo urbano e, ao mesmo tempo, dos processos sociais e econômicos vigentes na

¹⁵¹ Cardoso se referiu nesse ponto às situações analisadas por Perlman em que as relações de exploração apareciam como se fossem resultado de processos sociais sem vínculos com o “desenvolvimento industrial, o “crescimento econômico”, o progresso capitalista”. Com essa roupagem, para a sociedade, os grupos de favelados surgem como culpados pela própria “marginalidade” (PERLMAN, 1977).

sociedade capitalista (KOWARICK, 1979, p.10). Vale ressaltar aqui que a percepção dessa “linha” e, por conseguinte, dos avanços obtidos no estudo do tema entre os dois prefácios, condiz com a visão do próprio Kowarick sobre o teor e o sentido do desenvolvimento dessa área de pesquisa dentro da instituição paulista naqueles anos:

Na época, o Cebrap fez uma pesquisa quantitativa sobre marginalidade, coordenada pelo Carlos Estevam Martins, na Bahia. E chegou-se à conclusão de que não havia marginalidade. Aliás a Janice Perlman, pesquisadora americana, escreveu um livro que denominou o mito da marginalidade urbana. Discutia-se a teoria da dependência, que teve o sucesso que se conhece. As discussões eram essas: marginalidade, exército de reserva, polo marginal, custos da reprodução da força de trabalho, em suma, a formação das classes sociais urbanas em uma sociedade de capitalismo periférico (KOWARICK, 2009, p. 136).

Ao prefaciар o livro de Lúcio Kowarick, além do elogio aos seus avanços metodológicos, a legitimidade conferida à pesquisa por Fernando Henrique também acabou tocando num dos eixos que moveu seu envolvimento no trabalho publicado com Bolívar Lamounier em 1975. Para Cardoso, um dos assuntos implícitos na análise efetuada pelo sociólogo foi o da “participação”, isto é, da constituição de novos espaços de “mobilização popular” desenvolvidos na “cidade moderna” – a seu ver, fundamentais à “efetividade” da democracia no país ou, “quem sabe”, ao socialismo. Numa área de poucos estudiosos, de acordo com o prefaciador, o autor trabalhou indiretamente o importante tema das “formas de organização” nas favelas, essenciais à sobrevivência de seus moradores, junto de discussões sobre a “cidadania” e os “limites dos processos de participação social e política na grande cidade do capitalismo selvagem.” Seguindo a posição que defendia desde os artigos publicados no *Opinião*, Fernando Henrique também projetou um futuro com contestações cada vez mais intensas e plurais nas áreas estudadas, levantando a possibilidade de que o próprio livro estimulasse a “luta social urbana” – o que ficou bem representado nas capas do título, com imagens demonstrando o significativo movimento de um sujeito arrancando uma grade do chão¹⁵² (ver Figura 8) –, e que Kowarick retomasse a análise para tratar diretamente do “dinamismo” que viria à tona nos próximos anos:

Espero que dentro de alguns anos, com a cidade sacudida pelo sopro das greves, das reivindicações urbanas e dos movimentos das minorias oprimidas (que, na verdade, são maiorias) seja possível uma retomada do tema por Lúcio Kowarick para sublinhar o lado dinâmico da vida social nas cidades. Por enquanto as organizações comunitárias de base, as lutas das populações periféricas, o protesto urbano em geral, ainda são gotas d’água no universo de espoliação estrutural que a cidade expressa. Justifica-se, portanto, a perspectiva adotada pelo Autor que nos ajuda a entender os grandes mecanismos de reprodução da espoliação. Já virá o tempo do

¹⁵² As capas do livro foram elaboradas a partir da estilização de duas fotografias de autoria de Antonio Saggese – fotógrafo profissional que teve outros trabalhos inseridos na obra.

inconformismo. Parece-me salutar, pois, que os cientistas sociais comecem a afiar os instrumentos de análise e belisquem aqui e ali o movimento do real para permitir que a cidade seja vista e se torne também palco de renovação social. Nos limites do realismo sociológico, Lúcio Kowarick deixa entrever que as pedras que construíram o universo urbano ainda podem rolar. Que este livro sirva de estímulo pra um empurrão na luta social urbana é o que de melhor se pode desejar a um Autor que tanto se tem destacado pela seriedade de sua abordagem e pelo compromisso de sua atitude crítica (KOWARICK, 1979, p.11).

Ao acompanhar o desenvolvimento das atividades da produção acadêmica sobre o Brasil com publicações desse tipo, a Paz e Terra, orquestrada com base nas relações de Gasparian e, notadamente, de seus conselheiros, contribuiu não só para a divulgação e consolidação de novos campos de pesquisa e abordagem, refletindo a formação de grupos e tensões inerentes aos círculos acadêmicos, mas também para a maneira com que alguns desses sujeitos, dotados de diversas referências, acreditavam poder contribuir com a vida pública no período. Para esses anos, há que se notar que, entre os cientistas sociais, passou a ser valorizado um tipo de intervenção pontual, feito por um especialista no tema, que buscava cooperar com o seu trabalho para o processo de transição política (KEINERT, 2011). Nesse sentido, se a obra de Kowarick, de acordo com Cardoso, podia se tornar um impulso para a “luta social urbana”, no caso dos autores vinculados à Ciência Política publicados na série, cuja importância naquele momento esteve diretamente atrelada à orientação da recomposição do regime democrático, é fácil encontrar nas capas e no início dos trabalhos frases que direcionavam o leitor para esse sentido. O livro de Eli Diniz sobre o MDB no Rio de Janeiro, por exemplo, trouxe a seguinte afirmação: “Este oportuno lançamento da Paz e Terra constitui pois, mais uma contribuição fundamental para todos aqueles preocupados com os rumos da democracia em nosso país”¹⁵³. O que não se distingue muito do exposto no trabalho de Lúcia Hippólito: “Leitura imprescindível para quem se interessa pelos problemas da democracia no nosso país”. Ou então do livro do norte-americano Alfred Stepan (1986), cujas orelhas trouxeram o seguinte comentário de Paulo Sérgio Pinheiro: “Alfred Stepan clarifica limpidamente os requisitos que estão a nossa frente. Se o desafio for mesmo construir a democracia”.

Na década de 70, durante a existência do jornal *Opinião*, esse tipo de menção à função pública das pesquisas ganhou mais força perante o leitor com as ações publicitárias e, ao

¹⁵³ Em resenha publicada no *Leia Livros*, o também cientista político Fabio Wanderley Reis especificou o significado da obra para aquela conjuntura: “Eli Diniz escreveu um livro oportuno. Ele trata da “máquina política” montada no Rio de Janeiro em torno da figura de Chagas Freitas. Além do interesse que o tema apresenta por si mesmo, é óbvia a relevância que adquire neste momento, em que se conjugam a proximidade de eleições singularmente importantes com um complicado processo de reformulação partidária, do qual o chaguismo é um dos notórios cavalos de batalha” (REIS, 1982).

mesmo tempo, extremamente políticas, de Fernando Gasparian nas páginas do periódico. Para ficarmos no exemplo de uma obra, podemos citar novamente o caso de *Os partidos e as eleições no Brasil*, para o qual encontramos um anúncio no jornal em 1976 com o título: *Pesquisa Eleitoral obtém grande repercussão*. Nele, além da informação sobre os autores da coletânea, foram colocados trechos retirados de duas resenhas publicadas primeiramente no *Jornal do Brasil*: uma por Aspásia Camargo, diretora da coleção, e outra por Aliomar Baleeiro, ex-presidente do Supremo Tribunal Federal que se tornou um importante crítico do regime após o AI-5. Na afirmação do último, foi destacado, justamente, o pioneirismo da pesquisa, a importância do serviço prestado pelos cientistas políticos para o país e, sobretudo, o otimismo com as conclusões do estudo sobre o pleito, como pode ser lido nesse excerto:

É possível que o leitor refletido não concorde com uma ou outra conclusão desses estudiosos, nem eles pretendem ter dito a última e definitiva palavra. São bandeirantes na penetração da selva de enigmas políticos brasileiros. Mas o aparecimento desse livro coletivo e o resultado apurado pelo grupo desses cientistas políticos são confortantes: investiga-se o problema e colhem-se observações otimistas. Pelo menos a meu ver (PESQUISA, 1976).

Figura 9 – Página do *Jornal Opinião* (n.210) com artigo e propaganda de *Eleições e Partidos no Brasil*.

Ainda dessa obra e nesse mesmo ano, encontramos no *Opinião* um longo texto composto por trechos do artigo de Verena Martinez-Alier e Armando Boito Júnior sobre a dinâmica de votação na área rural de Campinas, com o título *Eleições Municipais: enxada e voto*. Nesse caso, a apenas três dias das eleições locais, para informar o leitor sobre o funcionamento das urnas, foram colocados pontos do capítulo do livro que descreviam o maior interesse daquela população por esse tipo de pleito, embora fosse um interesse, segundo os autores, “pouco genuíno”, já que não apresentava preocupações com questões partidárias e era, sobretudo, muito preso à lógica da troca de favores como critério de decisão – o que está diretamente relacionado a um dos preceitos que guiou algumas conclusões da obra, isto é, da relação direta entre urbanização e o fortalecimento da democracia no país, bem enfatizado por Cardoso e Lamounier no texto de abertura do livro: “À crer nos dados (e por que não?), quanto mais urbanizado for o país, mais democrática será a opinião e mais independente das pressões do governo será o eleitorado” (CARDOSO, LAMOUNIER, 1975, p.11). Além da citação clara da fonte do texto em seu início, na mesma página do jornal, para reforçar o direcionamento do leitor até o livro e o tratamento completo da questão pelos especialistas, logo ao lado do artigo figura uma propaganda da obra com uma imagem da capa, preço e o número de páginas (ver Figura 9).

Num momento de expansão do público universitário e do leitor em geral, concomitante a uma preocupação que se tornou cada vez mais significativa com os caminhos tomados pelo governo militar, a presença de títulos com esse perfil no catálogo da Paz e Terra e as ações de Fernando Gasparian para garantir um lugar no universo editorial deram à *Estudos Brasileiros* algumas citações na lista de livros mais vendidos na categoria “não ficção” do jornal *Leia Livros*, prova do seu acesso a uma importante fatia do mercado nesses anos. Dos cientistas políticos que acabamos de citar, Lúcia Hippolito e Alfred Stepan, autores, respectivamente, de *De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira* e *Os militares: da abertura à nova república*, ocuparam posições no espaço em momentos distintos: a primeira foi citada na décima posição em julho de 1985, e o segundo, em novembro de 1986, também ocupou a décima posição.

Antes desses autores mais voltados à política, entre os indivíduos possuidores de vínculos com o universo acadêmico publicados por Fernando Gasparian, o nome mais frequente nessa lista foi o do economista Celso Furtado, o outro sócio “minoritaríssimo” da casa responsável por uma produção significativa na primeira metade dos anos 80. Dos livros que editou pela coleção nesse período, apenas *Cultura e desenvolvimento em época de crise* não ocupou um lugar entre os mais vendidos do *Leia Livros*. O restante, num total de quatro

obras, apareceu em ótimas posições seguidamente: *O Brasil pós-milagre* permaneceu na lista por cinco meses em 1982, tornando-se um dos livros mais vendidos em todo o ano (décima quarta posição); *A nova dependência*, em 1983, ocupou posições na lista por dois meses; *Não à recessão e ao desemprego*, também em 1983, foi citado ao longo de quatro meses entre os dez mais vendidos pelo jornal; e, por fim, *A fantasia organizada*, publicado em 1985, esteve na lista desse ano por dois meses consecutivos.

Com relação a essas publicações de Furtado, além do reconhecimento que já possuía enquanto intérprete do país, fruto de análises consolidadas, uma vasta experiência em instituições do exterior e de um histórico de projetos e participações na arena política antes de 1964, o sucesso de vendas tem relação direta com os seus grandes alvos nesses anos: a busca por explicações para a grave conjuntura econômica e a proposição de saídas para a superação dos problemas que assolavam o país. Para tanto, como foi deixado claro em *O Brasil pós-milagre*, os “temas quentes” do momento foram enfatizados, como a inflação, a dívida externa e a desigualdade, muitos deles localizados bem no centro da atenção de leitores dentro e fora dos muros das instituições universitárias. Como afirmou Mallorquin (2010), o Furtado do início da década de 1980, que compôs o diretório nacional do PMDB e assessorou o partido em suas tomadas de posição na esfera econômica, preocupou-se, em primeiro lugar, com a desmistificação do “milagre” e a divulgação de suas piores consequências. Nessas obras, não fez parte das suas considerações qualquer descrição positiva do crescimento do capitalismo no país, mas, pelo contrário, a história que registrou procurou evidenciar como o “milagre” serviu para o endividamento e desarticulação da economia nos anos recentes, estando o caminho para o fim da crise, que parecia interminável para alguns setores da população, entre muitos outros pontos, na reorganização dos centros de coordenação nacional e a consequente transformação do padrão industrial, com o que retomou algumas ideias de sua produção deixadas de lado por anos¹⁵⁴.

Além dessas questões ligadas ao reconhecimento e à importância das temáticas trabalhadas, o grande apelo dos títulos de Furtado veio também da forma como foram

¹⁵⁴ Nessas obras da primeira metade dos anos 80, com exceção de *A Fantasia Organizada*, espécie de autobiografia relacionada à década de 1950 e, por isso, mais distante da temática trabalhada nos outros livros, foi claro o objetivo de “amarrar” os títulos, dando-lhes o caráter de série dentro da série. Nas páginas iniciais o leitor era informado da continuidade que existia entre um e outro, com afirmações que enfatizavam como eram resultado de um aprofundamento da visão do autor acerca dos problemas e, sobretudo, de renovação das propostas para a solução da crise que se estendia. Na quarta capa de *Não à recessão e ao desemprego* temos, por exemplo, a seguinte frase: “Nos dois mais recentes – *O Brasil pós-milagre* e *a Nova dependência* (ambos da Paz e Terra) – o autor defendeu a tese de que era necessário partir para uma ampla negociação da dívida externa brasileira. No presente ele vai mais longe e afirma que somente um rompimento com o FMI e a declaração unilateral da moratória poderão restituir ao País a liberdade de ação de que necessita para retomar o desenvolvimento” (FURTADO, 1983).

apresentados para o público, num esforço conjunto do autor e da editora para atrair ou formar indivíduos pouco satisfeitos com a situação do Brasil, independente do grau de especialização que possuíam acerca dos assuntos tratados. É nesse sentido que os alertas do economista presentes logo no prefácio de *O Brasil pós-milagre* sobre a opção pelo uso da linguagem fácil e, ainda mais, para que os leitores não desistissem das partes em que afirmou ter sido inevitável o uso de maior rigor, devem ser vistos. O mesmo pode ser dito sobre a escolha de um título como *Não à recessão e ao desemprego*, destituído de qualquer academicismo, mas, ao invés, simples e objetivo, sendo eficaz enquanto crítica ao governo e, do mesmo modo, capaz de atingir diretamente o desejo de muitos naquele contexto – a capa, mais uma vez, exprimiu bem essa aspiração, como pode ser observado na Figura 10 ela trouxe em destaque um grande “não”, símbolo da insatisfação com os rumos e as consequências das políticas na esfera econômica. Nesse caso, o modo como esse livro foi vendido pela Paz e Terra também merece uma menção. De acordo com Gasparian (2002), seguindo um modelo já implantado por outras editoras, não ficou restrito somente às livrarias, sendo oferecido aos consumidores também nas bancas de jornal, o que contribuiu para uma vendagem de quase setenta mil exemplares do título.

Figura 10 – Capa do livro *Não à recessão e ao desemprego*, de Celso Furtado, publicado em 1983.

Esse não foi o único caso de um livro da *Coleção Estudos Brasileiros* vendido fora das livrarias por Fernando Gasparian. Quase ao mesmo tempo que Celso Furtado, José Carlos de Assis, que editou três obras pela série sem grandes intervalos, de acordo com o editor, também teve alguns de seus trabalhos oferecidos nas bancas de jornal (GASPARIAN, 2002). Esse autor possuía graduação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em Economia, área

que sempre explorou em seus escritos, mas seu campo de atuação principal era a imprensa, sendo conhecido, portanto, pelo público dos jornais e revistas¹⁵⁵. Em texto divulgado mais recentemente, José Carlos de Assis registrou a história da publicação dos livros pela Paz e Terra, que tiveram como fio condutor a denúncia de grandes escândalos financeiros nos anos próximos das edições. Apesar de longa, sua citação é significativa. Nela, o autor relatou dois aspectos importantes no processo de edição de seus livros nesse período: a motivação política, de um lado, e o aspecto “prático” da produção editorial, de outro – essa última, relacionada às dificuldades de alcançar grandes vendas e retorno financeiro:

Em 1984 eu era o que se costuma chamar de escritor bem-sucedido. No ano anterior lançara dois livros, *A Chave do Tesouro*, que vendeu quinze edições, e *Os Mandarins da República*, que vendeu dez, ambos muito bem acolhidos pela mídia. Eram o resultado de um profundo esforço de jornalismo investigativo, que inaugurei em 82 na Folha de S. Paulo, com o caso Delfin.

Por certo que isso não me trouxe maiores resultados financeiros, porque no contrato informal que tinha com meu editor, Fernando Gasparian, da Paz e Terra, os acertos eram feitos de três em três meses, tempo suficiente para que a inflação corroesse quase por completo os direitos autorais. Entretanto, não estava atrás de dinheiro, mas de efeitos políticos. Acreditava que meus livros estavam ajudando o país a vencer a corrupção institucionalizada e o autoritarismo, o que era uma gratificação em si. Com esse espírito escrevi um terceiro livro, *A Dupla Face da Corrupção*, onde resumi de forma a mais simples possível, visando a um grande público, a discussão institucional feita nos prólogos dos livros anteriores, e acrescentando novos casos, inclusive o Coroa-Brastel, além de um posfácio com o título “O valor potencial da imprensa”. Aí é que se intentou decretar a sentença de morte de minha carreira literária.

Gasparian estava entusiasmado, e mandou imprimir, de um tapa, 45 mil exemplares para venda também em banca. Se isso tivesse dado certo, eu teria sido um precursor de Paulo Coelho, em matéria de sucesso de vendas. Mas não deu. O motivo foi uma nota curta na revista *Veja*, dizendo, de forma sibilina e sumária, que havia saído um novo livro de J. Carlos de Assis, mas que ele não tinha nada de novo. Ninguém mais na grande imprensa sequer fez resenha do livro. Os executivos da Paz e Terra leram a nota e entraram em pânico. Gasparian queria fazer propaganda do livro na televisão, para venda em banca. Não fizeram, por medida de economia. Preferiram deixar encalhar algo como uns 40 mil livros rodados!

A novidade que *Veja* ou qualquer outro órgão da grande imprensa não reconheceu no livro foi o relato do seu próprio papel na cobertura dos escândalos financeiros mais escabrosos que haviam ocorrido no Brasil, até então, e que eu havia levantado na Folha de S. Paulo. Pois, no posfácio intitulado “O valor potencial da imprensa”, fica sugerido, em cima de evidências inescapáveis, que o próprio caso Baumgarten, de grande repercussão na época, surgiu em *Veja* com suspeita coincidência para abafar o caso Delfin, igualmente escabroso. O dono da Delfin era também dono do apartamento onde morava Alexandre von Baumgarten. O caso Baumgarten foi produto de um dossiê entregue a *Veja*. Elementar, meu caro Watson! (ASSIS, 2011)

¹⁵⁵ Para o prefácio de seu primeiro livro, o autor fez questão de trazer à tona sua filiação intelectual, convidando um dos nomes mais importantes da instituição em que estudara economia: Maria da Conceição Tavares, lembrada por ele como a responsável pelo “essencial” de sua formação. No texto de apresentação, a antiga professora, por sua vez, devolveu os elogios, descrevendo-o como um “aluno brilhante”. Para aquela que havia renovado os debates sobre a economia brasileira nos anos anteriores, Assis foi bem sucedido ao manter os pés no jornalismo e na economia, tratando, especialmente, de “traduzir do economês” para uma linguagem mais acessível ao público amplo, “consciente do papel da imprensa livre na abertura democrática” (ASSIS, 1983). Em 1986, essa parceria se consolidou de forma ainda mais consistente, com ambos lançando pela Jorge Zahar Editor na *Coleção Brasil - Os Anos de Autoritarismo* o livro *O Grande Salto para o Caos*.

Embora o autor não tenha citado no trecho acima, essa série de livros ganhou vida também por uma influência direta de Fernando Gasparian, em mais uma ação para aumentar o coro da oposição ao governo e, a partir dele, dar visibilidade e recursos para o seu negócio. Segundo Flávio Rangel – importante diretor de teatro que conviveu com José Carlos de Assis na redação da *Folha de São Paulo* e o responsável pelas orelhas da primeira obra –: “A idéia deste livro nasceu das reportagens sobre o escândalo Delfin – quando o editor Fernando Gasparian quis fazer uma série que relembresse a impunidade neste País de leis degeneradas.” O próprio Assis também se referiu a essa ação do proprietário da Paz e Terra na apresentação de *A chave do Tesouro*: “Finalmente, não me teria animado a escrever se o editor Fernando Gasparian, impressionado com a dimensão política de nossos escândalos financeiros, não tivesse tomado a iniciativa do projeto” (ASSIS, 1983, p.11).

Apesar dos problemas enfrentados na recepção e divulgação da última obra, que chegaram a impedir sua vendagem nas bancas de jornal, não se pode negar que o “projeto” foi, relativamente, mais uma boa aposta de Gasparian. Prova disso é que os três livros do jornalista foram citados na lista dos mais vendidos do *Leia Livros* – o primeiro deles e o de maior sucesso, inclusive, disputou posição com a obra *Não à recessão e ao desemprego*, escrita por Celso Furtado, durante alguns meses, dando grande visibilidade a Paz e Terra. No jornal de Caio Graco essas obras apareceram da seguinte forma: *A dupla face da corrupção* foi citada em dois números consecutivos de 1984, repetindo o desempenho do segundo livro – *Os mandarins da república: anatomia dos escândalos na administração pública, 1968-84* – também em 1984. Antes desses dois títulos, a estreia do autor na Paz e Terra, com a *A Chave do Tesouro: anatomia dos escândalos financeiros, Brasil 1974-1983*, ocupou posições na lista do mais vendidos em livrarias entre outubro de 1983 e maio de 1984.

Em meio às denúncias sobre a corrupção de José Carlos de Assis e as críticas de Celso Furtado, outra obra que na primeira metade da década de 1980 ganhou destaque na pesquisa efetuada pelo *Leia livros* também veio das mãos de um economista, deixando ainda mais evidente a importância dos temas da área para os leitores daquele momento e a oportuna atuação da Paz e Terra junto a novos especialistas e centros de produção. Nesse caso, trata-se do livro intitulado *Dívida externa, recessão e ajuste estrutural: o Brasil diante da crise*, organizado por Pêrsio Arida e citado na pesquisa do periódico entre março e junho de 1983, ano em que foi lançado no mercado. Fruto de um seminário interno do departamento de Economia da PUC-RIO, a obra reuniu textos de quatorze professores da casa, praticamente todos com importantes passagens pelo exterior em sua formação, como foi ressaltado logo nas orelhas da obra:

Os 14 autores do livro, com idade entre 30 e 40 anos, tiveram formação acadêmica (pós graduação e doutorado) nos Estados Unidos - em Harvard, no Massachusetts Institute of Technology (MIT), na Universidade da Califórnia (Berkeley), em Vanderbilt e em Yowa - e na Inglaterra - na Universidade de Cambridge. Além de extensiva produção intelectual, têm atuado em órgãos públicos e privados e exercido posições de destaque profissional (ARIDA, 1983).

O peso dessa origem, tal como aconteceu com parte dos cientistas sociais, especialmente os dedicados à Ciência Política, deve ser visto dentro do quadro mais amplo da Reforma Universitária e do que Loureiro (2006) definiu como a “modernização da ciência econômica no Brasil”, que ocorreu em um contexto de grande “assimilação” dos padrões teóricos e metodológicos em vigor nos países desenvolvidos, notadamente nos Estados Unidos. Ainda de acordo com essa autora, a “modernização” acabou por implicar na “internacionalização” ou “americanização” da ciência econômica brasileira, que se fez muito pela existência de um duplo movimento, isto é, tanto pelos professores que vieram do exterior para lecionar nos recém criados cursos de pós-graduação brasileiros, quanto, por outro lado, pelo apoio de fundações e órgãos de pesquisa para que professores e estudantes brasileiros fizessem os cursos de doutorado em outros países – a Ford, outra vez, foi uma das peças mais ativas no fomento desse importante “intercâmbio”.

Não obstante, numa visão mais de longo prazo, que vai desse período de lançamento das pós-graduações até os anos 90, é preciso considerar que essa “internalização” de práticas teóricas e metodológicas elaboradas nos Estados Unidos não foi vista com os mesmos olhos sempre, a ponto de ser pouco valorizada em alguns locais de produção sobre a economia. De acordo com Loureiro (1997), em determinadas “escolas” ela foi associada ao imperialismo e ao colonialismo cultural, especialmente nas mais próximas da esquerda no terreno político e, em termos teóricos, das orientações heterodoxas. Foi o que ocorreu no Instituto de Economia da UNICAMP e também no da UFRJ, menos abertos aos currículos de profissionais formados em universidades norte-americanas. Constituídos por “ex-discípulos da CEPAL”, nesses locais, de modo geral, os indivíduos continuaram a análise das chamadas questões estruturais, com estudos mais distantes da linguagem matemática e valorizadores da abordagem “histórica e sociopolítica dos processos econômicos”. Nesse pólo, sobretudo em Campinas, parte do corpo docente e dos alunos, significativamente, esteve ligada nos anos iniciais de sua formação ao Direito e às Ciências Sociais (LOUREIRO, 1997).

Na *Estudos Brasileiros*, essas duas vertentes tiveram seu espaço. A mais avessa a “internacionalização”, estruturada sob uma posição já defendida por Fernando Gasparian desde os anos 60, pode ser vista na proximidade e participações de Celso Furtado e Maria da

Conceição Tavares, símbolos e/ou agentes desse pólo, e também em duas outras publicações: *A economia brasileira em marcha forçada*, de autoria de Antônio Barros de Castro e Francisco Eduardo Pires de Souza, e *Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960*, de Sonia Draíbe – os primeiros, com doutorado em Economia pela UNICAMP, migraram para a UFRJ para o exercício da docência e pesquisa, e a segunda, com doutorado em Ciência Política pela USP, fez carreira nas Ciências Sociais da UNICAMP, mas sempre próxima do Instituto de Economia, a ponto de se vincular a ele após sua aposentadoria. Do livro de Draíbe, sua tese de doutorado orientada por Juarez Brandão Lopes, vale destacar também que as orelhas foram escritas por João Manoel Cardoso de Mello, um dos grandes responsáveis pelo caminho tomado pela pós-graduação em Economia em Campinas, e a indicação para Fernando Gasparian contou com o incentivo de Celso Furtado e Luciano Coutinho:

Por volta de 1982 ou 1983, em um jantar em casa de Luciano Coutinho, do qual participava também Celso Furtado, Fernando Gasparian soube da minha tese pelo amigo que nos convidava e também por Furtado. Ambos elogiaram a pesquisa que havia feito, incentivando Gasparian a publicá-la. Ele pediu-me o texto, que lhe enviei em seguida, e imediatamente dispôs-se a publicá-lo. Logo foi iniciado o *copy-desk* por uma especialista e em inícios de 1985, o livro já estava publicado (DRAIBE, 2010).

Ainda segundo Sonia Draíbe, com Juarez B. Lopes, apesar de ter sido o orientador do trabalho, nunca chegou a conversar sobre a *Estudos Brasileiros* ou qualquer outro aspecto da publicação do livro pela Paz e Terra. Mais importante aqui, entretanto, é a participação de Luciano Coutinho, junto a Celso Furtado, nessa indicação. Apesar do doutorado em Economia nos Estados Unidos, Coutinho saiu do perfil que descrevemos acima e entrou como docente na UNICAMP depois da passagem pela USP, chegando a chefiar a pós-graduação em Campinas no final da década de 70. A partir desse ponto da sua trajetória, fez o mesmo caminho de outros dessa vertente dos economistas e da casa, aproximando-se do grupo desenvolvimentista do PMDB no início dos anos 80, ao lado do próprio Furtado, de Maria da Conceição Tavares (UFRJ) e Luiz Gonzaga Beluzzo (UNICAMP), e que ascendeu, junto com o da PUC-RIO, isto é, com Pérsio Arida, André Lara Resende, Edmar Bacha e Pedro Malan, entre outros, para o centro das decisões econômicas em nível estadual nas eleições de 1982, e, depois, em 1984, ao nível federal com Tancredo Neves.

Como já deixamos evidenciado aqui ao mencionarmos a publicação do livro de Pérsio Arida – que contou com artigos de todos os nomes citados acima –, o grupo da PUC-RIO constituiu um espaço mais “internacionalizado” da ciência econômica nacional, próxima, por

isso, dos instrumentais matemáticos e de quantificação, chaves desse processo pelo potencial de superação das barreiras linguísticas. Com acadêmicos com passagens pela UNB, UFRJ e, sobretudo, FGV, um dos objetivos no processo de formação desse centro foi trazer para o pensamento econômico brasileiro “o rigor americano, mas numa visão alternativa à dominante no governo militar”. Com isso, acabou por alojar muitos “economistas de oposição” recém-doutorados nos Estados Unidos, responsáveis pela constituição de uma “massa crítica” que os levou a uma significativa participação na vida acadêmica e política do país nos próximos anos (BIDERMAN, et al., 1996, p.25-24).

É nesse contexto que o livro de Pérsio Arida deve ser percebido, ou seja, como resultado desses objetivos e ambiente, cuja existência se tornou possível, segundo o organizador da obra, pela formação de “um núcleo básico e comum de ideias”, apesar dos caminhos distintos em que os problemas foram pensados e analisados na coletânea. Amigo do organizador e seu companheiro de escrita desde os tempos de Estados Unidos, André Lara Resende descreveu como a obra também representou um momento em que o grupo optou por uma maior divulgação dos seus trabalhos, entrando definitivamente no debate mais aberto sobre os rumos da política econômica no país:

Durante muito tempo a EPGE da Fundação Getúlio Vargas foi o lugar de prestígio em Economia no Rio. A PUC não era conhecida. Lembro-me de que uma vez fizemos lá um *brain storm*, um seminário de um fim de semana, para discutir os rumos do Departamento de Economia. Achávamo-nos, de longe, o melhor Departamento de Economia do Brasil e, no entanto, éramos desconhecidos. A postura era um pouco arrogante: somos bons e não faremos esforço nenhum para demonstrá-lo, o mundo que nos descubra. Havia um certo desprezo por quem tentava aparecer, ia para a televisão, escrevia em jornal [...] Nós é que estávamos fazendo pesquisa no duro. Defendi muito que deveríamos aparecer mais. Dionísio Dias Carneiro, nessa época, era um *hardcore* contra qualquer esforço de aparecer. Achava que deveríamos nos concentrar em pesquisa e ensino; tudo o mais decorreria da qualidade acadêmica do departamento. Acabou sendo voto vencido. A primeira iniciativa da PUC no sentido de ter um perfil mais alto e participar do debate de política econômica foi o livro *Dívida Externa, Recessão e Ajuste Estrutural* (RESENDE, 1996, p.313).

Essa não foi a única publicação dos autores que participaram do grupo pela Paz e Terra e a *Estudos Brasileiros*, o que só confirma o prestígio da editora e de Gasparian como meio de divulgação dos trabalhos sobre a crise ou mesmo sobre as grandes questões do Brasil contemporâneo naqueles anos. Podemos citar, por exemplo, no mesmo ano da edição do livro de Pérsio Arida, a obra *Mito e realidade na dívida externa brasileira*, de autoria de Paulo Nogueira Batista Junior, que, nesse momento, também era vinculado ao Instituto Brasileiro de Economia da FGV. No ano posterior, 1984, temos o mesmo Paulo Nogueira se associando a Luiz Aranha Corrêa do Lago – também vinculado a PUC-RIO e ao IBRE-FGV –, Margaret

Hanson Costa e Tito Bruno Bandeira Riff – ambos do IBRE-FGV – para a edição de *O combate à inflação no Brasil: uma política alternativa*. A ligação que esses autores possuíam também com o já tradicional órgão da Fundação Getúlio Vargas, possivelmente, esteve na base da escolha do apresentador para escrever as apresentações das duas obras: o veterano Octavio de Gouveia Bulhões, criador do instituto na década de 40 e, também, nos anos 60, do PAEG – que foi o alvo de muitas críticas do editor da Paz e Terra, como já observamos aqui. Não obstante, no livro *Mito e realidade na dívida externa brasileira*, as orelhas trouxeram um intelectual que fazia parte da nova geração e integrava o departamento da PUC-RIO: Pedro Malan, que participou da coletânea organizada por Arida e já tinha alcançado certo reconhecimento por outras publicações em jornais e periódicos acadêmicos com duras críticas à concentração de renda e à forma de negociação da dívida externa brasileira – uma trilha que também foi seguida no pequeno texto de apresentação, bem mais direto do que o de Bulhões no ataque à maneira como o governo brasileiro enfrentava os vários aspectos da crise brasileira naqueles anos¹⁵⁶.

Dos pesquisadores que participaram desse núcleo carioca e da série, outro nome muito significativo foi o de Edmar Bacha, que teve uma trajetória bastante variada para chegar até PUC-RIO, sempre marcada por longos períodos no exterior. O economista fez o doutorado em Yale, o pós-doutorado pelo MIT (Massachusetts Institute of Technology), trabalhou como docente na Escola de Pós-Graduação da FGV e, por fim, antes da PUC, contribuiu decisivamente para o funcionamento da pós-graduação da Universidade de Brasília entre 1975 e 1978 – de onde se ausentou por um período para exercer a função de pesquisador visitante no Harvard Institute for International Development. Foram justamente nesses anos, quando ficou entre Brasília e os EUA, que saíram do prelo seus dois livros pela coleção de Gasparian, com os seguintes títulos: *Os mitos de uma década: ensaios de economia brasileira* e *Política econômica e distribuição de renda*, publicados em 1976 e 1978, respectivamente.

Essas duas obras editadas por Edmar Bacha têm a mesma origem, isto é, trouxeram artigos publicados anteriormente em jornais de grande circulação e periódicos especializados, variando, por isso, a densidade da abordagem de temas como crescimento econômico, política de inflação, análise do balanço de pagamentos, capital estrangeiro, concentração da renda e

¹⁵⁶ Segundo Malan, Paulo Nogueira, que fez o mestrado pela London School of Economics and Political Science em 1978, não dava “concessões aos mitos envolvidos no incrível jogo de faz de conta em que se transformou a visão oficial sobre a nossa dívida externa”; ademais, segundo o economista, num momento em que as ideias provincianas e importadas acriticamente formavam uma “Babel” sem relação com o “país real e o sofrido cotidiano do seu povo”, o autor era um homem marcado pelo verdadeiro “espírito público”, aquele que é “consciente de que sua responsabilidade social e política aumenta em momentos de crise, e exige independência intelectual, coragem, lucidez, e participação mais efetiva no debate nacional” (BATISTA JR., 1983).

outros¹⁵⁷. Para o primeiro trabalho, numa demonstração de que a equipe da editora estava ciente das mudanças que estavam sendo operadas na produção sobre a economia nacional, uma das capas trouxe afirmações que o destacaram como membro de uma nova safra de economistas brasileiros, mas, ao mesmo tempo, foi sugerido ao leitor que ele possuía uma competência semelhante aos grandes nomes que a casa já abrigava – os combatentes Celso Furtado e Paul Singer –, numa clara utilização do impressionante catálogo que possuía como poder de classificação para aumentar o peso da importância do autor perante o público:

Havendo publicado *O mito do desenvolvimento econômico*, de Celso Furtado (que em menos de um ano já está em sua 4ª edição) e, recentemente, *A crise do Milagre – interpretação crítica da economia brasileira*, de Paul Singer, a EDITORA PAZ E TERRA se orgulha de entregar, ao público em geral e ao universitário em particular, mais um livro vigoroso e polêmico de autoria de um economista da nova geração, Edmar Bacha, que promete um desempenho intelectual comparável ao dos especialistas citados¹⁵⁸ (BACHA, 1976).

De modo geral, como o próprio Edmar Bacha reconheceu em resposta aos nossos questionamentos sobre o processo que levou à edição dos dois títulos, ambos tinham clara conotação política, especialmente o primeiro. Revelando que era amigo de Fernando Gasparian, com quem resolveu todos os assuntos referentes aos procedimentos para a publicação das duas obras, afirmou ainda que editar livros pela Paz e Terra na época era algo “natural”: “Estávamos todos na luta contra a ditadura militar e a Paz e Terra era o veículo natural nessa luta, além da Zahar” (BACHA, 2010). Vale destacar que Edmar Bacha, como Gasparian e outros economistas, estavam próximos do PMDB nessa época, o que também deve ter contribuído para a existência ou fortalecimento dos elos dessa amizade e a forma fácil com que os livros chegaram até o público leitor. Para o economista, aquele era um momento em que a questão política ocupava uma posição muito mais central e verdadeira do que as preocupações acadêmicas e as diferenças teóricas, que só passaram a se tornar mais significativas quando a primeira deu sinais de resolução mais concretos, isso já nos anos 1980, quando voltou ao Rio de Janeiro:

Toda a minha reinserção no Brasil depois do doutorado teve muito a ver com a luta contra a ditadura. É basicamente nesse contexto. A atuação naquele tempo era muito politizada e havia concorrência nesse sentido. Delfim [Netto] e [Mário] Simonsen estavam ligados ao governo militar e a UnB representava uma alternativa. Tem um claro sentido político aí. Essa é a coisa mais importante, porque uma vez que se tire a nuvem da ditadura da frente, as diferenças propriamente de teoria econômica aparecem com muito menor relevância. Havia uma sobreênfatização de

¹⁵⁷ Um dos artigos, a “fabula” intitulada *O rei da Belíndia*, uma crítica dura a excessiva concentração de renda durante regime dos militares, foi publicada no *Opinião* de Gasparian.

¹⁵⁸ Esses livros de Celso Furtado e Paul Singer, publicados em 1974 e 1976, respectivamente, não foram editados dentro de nenhuma coleção da Paz e Terra.

diferenciações de questões teóricas em Economia, mas o que estava realmente “pegando” era a questão da luta pela democracia. A PUC-RJ já é uma nova fase, já estávamos praticamente superando o período da ditadura militar e, portanto, podíamos ter uma busca mais clara de objetivos propriamente acadêmicos [...] O PMDB era o grande guarda-chuva. Nós éramos economistas de oposição, e esses centros eram onde os economistas de oposição tinham não só guarida mas voz, e nesse sentido faziam parte de todo o processo. Estando lá em Brasília, em particular, a atuação junto aos congressistas do PMDB pôde ser mais acentuada (BACHA, 1996, p.234-235).

Para além da economia, ou seja, também pelo que já analisamos aqui de outras áreas do conhecimento, especialmente da Sociologia e da Política, é possível afirmar que esse papel de “grande guarda-chuva” se repetiu no desempenho da Paz e Terra durante esse período. De certo modo, a editora foi um dos esteios que deu sustentação à figura do “intelectual de oposição” – aquele que, como definiu Milton Lahuerta (2001), constituiu nos anos 70 uma espécie de partido, o “partido da inteligência”, com uma união mais densa sob o MDB até o final da década, sendo composto por líderes, tendências de interpretação e opções políticas bastante variadas, mas com um objetivo comum em meio à prática científica: a superação do autoritarismo e de suas consequências para a sociedade daqueles anos. Nesse sentido, pode ser dito que Fernando Gasparian e a coleção de sua editora trabalharam como seu próprio partido à época, isto é, como um espaço daqueles que compuseram a frente de oposição ao regime, sobrevivendo desse modo – dando vazão às várias correntes da crítica ao governo –, mesmo com o fim do bipartidarismo e a migração de alguns para novas agremiações com objetivos mais específicos, como o PT dos anos 80 que já citamos aqui.

Para a formação desse perfil, indubitavelmente, a atuação do editor no MDB/PMDB foi essencial. Há que se considerar assim que, nesses anos, sua participação na vida do partido não foi superficial. Seu nome chegou a ser levantado mais de uma vez para as disputas de cargos eletivos, como o de senador no Rio de Janeiro, ao mesmo tempo em que assumiu os postos de tesoureiro, de secretário de Relações Internacionais e de editor do jornal da agremiação, tendo se envolvido em questões cruciais do período, como o movimento pelas diretas e a campanha de Tancredo Neves. O ápice dessa trajetória foi a sua eleição para o cargo de deputado federal constituinte em 1986. Além disso, note-se que, seguindo tendência antiga, muito favorável à prática editorial, a própria residência pessoal de Gasparian também foi um local onde se fazia política, como ponto de encontro para recepções, discussões e estratégias, tendo sido descrita pelo jornalista Sergio Augusto (1985, p.27) como um espaço onde “os comensais costumam valer mais pelo que possuem na cabeça do que na conta bancária”. Numa dessas ocasiões, para ficarmos apenas em um exemplo, segundo nota na *Folha de São Paulo*, mais de cento e cinquenta pessoas foram até a sua residência para um

jantar durante a campanha eleitoral de 1984. Entre elas, revelando todo o seu prestígio dentro do partido e no universo cultural carioca, destacavam-se o próprio Tancredo Neves, outros políticos, artistas e, como sempre, alguns indivíduos com atuação intelectual – nas fotografias desse encontro, disponíveis no acervo do CPDOC, entre Fernando Gasparian, sua família e Tancredo Neves, aparecem: Antonio Carlos Jobim, Jô Soares, Grande Otelo, Flávio Rangel, Ferreira Gullar, Celina Vargas do Amaral Peixoto, Lúcia Hipólito, Barbosa Lima Sobrinho, Candido Mendes de Almeida e Maria da Conceição Tavares (ver Fotografias: 1, 2 e 3).

Fotografia 1 – Da esq. p/ dir. (1º plano): Tancredo Neves (1º); Celina Vargas do Amaral Peixoto (2º); Fernando Gasparian (3º). À frente: Barbosa Lima Sobrinho. Foto: Mathias Rezende (CPDOC/FGV).

Fruto direto desse emaranhado de relações em que Fernando Gasparian se envolveu ao longo de sua trajetória, o repertório da *Estudos Brasileiros* tornou-se um conjunto complexo de livros. Além das matérias discutidas na série já citadas aqui, como a dos grupos indígenas, do sistema político, do movimento operário e da conjuntura econômica, que estão entre as mais trabalhadas, outras também ganharam vida nas suas publicações, entre elas: a formação e atuação do Estado, as relações de trabalho nos meios rurais e urbanos, a formação e a estrutura da sociedade, o pensamento social, as condições históricas de regiões, a história de movimentos e revoluções políticas, os meios de comunicação e, também, as biografias ou perfis de líderes religiosos, sociais e políticos. Para mais esse “retrato do Brasil”, uma espécie de colcha de retalhos, feita de costuras bem sucedidas ao agrupar autores de interesses e perspectivas variadas, os estrangeiros, em especial os com formação em História, também contribuíram. Sua presença, como veremos no próximo capítulo, tem relação com o perfil das

ações do editor no mercado de livros, moldada, entre outros fatores, pela influência direta e indireta dos cientistas sociais que sempre estiveram ao seu redor.

Fotografia 2 – Da esq. p/ dir. (1º plano): Hugo Carvana (1º) Tancredo Neves (2º); Lucélia Santos (3ª). Atrás de Lucélia Santos: José A. Oliveira e Hélio Beltrão. À dir. (ao fundo): Lúcia Hipólito. Foto: Mathias Rezende (CPDOC/FGV).

Fotografia 3 – Da esq. p/ dir. (1º plano): Fernando Gasparian (1º); Maria da Conceição Tavares (2ª); Jô Soares (3º). Foto: Mathias Rezende (CPDOC/FGV)

CAPÍTULO 4 – A “Coleção Estudos Brasileiros”: um espaço para a historiografia norte-americana sobre Brasil.

4.1 Aspectos gerais da presença dos historiadores com formação nos Estados Unidos no mercado editorial brasileiro.

Em sua análise da participação de autores estrangeiros no mercado editorial brasileiro entre 1930 e 1988, Heloísa Pontes (1990) percebeu a predominância de tipos distintos ao longo desse período. Para a autora, até a década de 60, o maior número de livros publicados saiu das mãos de um grupo de pesquisadores que estabeleceu fortes vínculos com as primeiras fases do desenvolvimento das Ciências Sociais brasileiras, tendo passado anos de suas vidas trabalhando no Brasil. Entre eles, estão os seguintes professores da Escola de Sociologia e Política: Herbert Baldus (1939-1953), Emilio Willems (1938-1949) e Donald Pierson (1938-1949); e também os da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo: Roger Bastide (1937-1955), Pierre Monbeig (1939-1946) e, novamente, Willems (1938-1949). Juntos, especialmente por meio de editoras paulistas, como a Companhia Editora Nacional e a Martins, publicaram vinte cinco livros até 1968, que é, de acordo com o levantamento trabalhado por Pontes, quase a metade do total de obras publicada por pesquisadores de diversas nacionalidades nesses anos.

Na década de 1970, seguindo mudanças no ambiente acadêmico interno, já com bases mais firmes depois dos investimentos via Reforma Universitária, e também do externo, especialmente nos Estados Unidos, que por motivos políticos alavancou o número de seus estudiosos do continente, outro perfil de autor foi firmado como principal publicador no mercado nacional: pesquisadores que vinham ao Brasil coletar dados para as teses de doutorado e, diferentemente do grupo anterior, tendo laços, quando existentes, geralmente menos fortes e longos com as universidades locais – Pontes os denominou como “pesquisadores itinerantes”. Nesse grupo, desbancando a primazia dos cientistas sociais, estão os historiadores, sobretudo os com formação em universidades norte-americanas – quase todos estadunidenses –, antes minoria na tabela de livros publicados. O crescimento do número de edições desses acadêmicos, que também aconteceu com outras áreas, mas não na mesma intensidade, pode ser observado em detalhe no Gráfico 11, que evidencia sua ascensão vertiginosa na década de 1970, notadamente na sua segunda metade, quando um total de vinte

e oito obras desse tipo de brasilianista foi editado, incluindo aquelas em parceria com autores brasileiros – um número muito maior do que a soma dos livros publicados nos quarenta e cinco anos anteriores (1935-1974) e, também, do que anos posteriores (de 1980 a 1988)¹⁵⁹.

Gráfico 11 – Distribuição anual dos livros publicados no Brasil por autores estrangeiros com formação em História nos Estados Unidos (1935-1988)
Fonte: Massi e Pontes (1992) e Almeida (2002b)

Um número significativo de editoras contribuiu para que esse conjunto de sessenta e um livros de historiadores estrangeiros formados nos Estados Unidos chegasse ao mercado editorial brasileiro, embora algumas tenham participado muito mais ativamente do que outras. Ao todo – somando, inclusive, as universitárias, que se associaram às privadas para alguma edição –, vinte e sete casas foram responsáveis pelas publicações. De todo o grupo, entretanto, apenas quatro editaram pouco mais que a metade das obras. Como pode ser observado na Tabela 18, Paz e Terra, Nova Fronteira, Civilização Brasileira e Brasiliense, juntas, colocaram em seus catálogos trinta e quatro livros desse tipo de autor, cinquenta e cinco por cento do total, sendo a editora de Fernando Gasparian a com maior número de obras – mais, até mesmo, do que o dobro da segunda posição. Do restante, entre as que menos publicaram, um grupo de quinze editoras contribuiu com a edição de apenas um livro em todo o período (ver Tabela 18)¹⁶⁰.

¹⁵⁹ De acordo com o Gráfico 11, entre 1935 e 1974, foram publicadas dez obras de historiadores e, de 1980 a 1988, vinte e três.

¹⁶⁰ Uma dessas quinze editoras foi a Saga, que publicou o livro de Thomas Skidmore em 1969: *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco*. Com o encerramento das atividades da casa, em sua terceira edição, o livro foi incorporado ao catálogo da Paz e Terra por Fernando Gasparian. Para essa tabulação consideramos apenas a primeira edição do livro.

Tabela 18 – Distribuição dos livros publicados no Brasil de autores estrangeiros com formação em História nos Estados Unidos por editoras (1935- 1988)

Editoras	Número de livros	Porcentagem
Paz e Terra	15	25%
Civilização Brasileira	7	11%
Nova Fronteira	7	11%
Brasiliense	5	8%
Difel	3	5%
Perspectiva	3	5%
Cia. das Letras	2	3%
Cia. Editora Nacional	2	3%
Record	2	3%
Alfa ômega	1	2%
ArteNova	1	2%
Campus	1	2%
Cultura	1	2%
Editora da Universidade de Brasília	1	2%
Editora Renes	1	2%
Fundação Getúlio Vargas	1	2%
Graal	1	2%
Guararapes	1	2%
Itatiaia/Edusp	1	2%
Jose Olympio	1	2%
Labor do Brasil	1	2%
Pioneira	1	2%
Saga	1	2%
Serv.de Doc. Ministério da Educação	1	2%
Total	61*	100%

Fonte: Massi e Pontes (1992) e Almeida (2002b)

* Nesse grupo de livros, alguns foram publicados por meio de parceria com editoras universitárias, como a Edusp – responsável por uma edição com a Nova Fronteira, outra com a Difel e uma com a Pioneira –, a Unicamp – parceira da Paz e Terra em um trabalho –, e a Editora da Universidade Federal do Ceará – que publicou uma obra junto com a Civilização Brasileira.

Tabela 19 – Distribuição dos livros publicados no Brasil de autores estrangeiros com formação em História nos Estados Unidos por Editoras e Coleções (1935-1988)

Editora	Coleção	Número de livros
Paz e Terra	Estudos Brasileiros	13
Civilização Brasileira	Retratos do Brasil	7
Nova Fronteira	Brasil Século XX	6
Companhia Editora Nacional	Brasiliana	2
Difel	Corpo e Alma do Brasil	2
Perspectiva	Estudos	2
Graal	Biblioteca de História	1
Itatiaia/Edusp	Reconquista do Brasil	1
Paz e Terra	Estudos Latino Americanos	1
Perspectiva	Debates	1
Pioneira	Biblioteca Pioneira de Estudos Brasileiros	1
Saga	Imagem do Brasil	1
Total	-	38

Fonte: Massi e Pontes (1992) e Almeida (2002b)

Tabela 20 – Distribuição dos livros publicados no Brasil de autores estrangeiros com formação nos Estados Unidos pela Editora Paz e Terra

Ano	Autor	Área de formação	Título	Coleção
1975	SKIDMORE, Thomas	História	Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco.	-
1976	SKIDMORE, Thomas	História	Preto no Branco. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro.	Estudos Brasileiros
1976	STEIN, Stanley; STEIN, Bárbara	História	A herança colonial da América Latina.	Estudos Latino-americanos
1977	DEAN, Warren	História	Rio Claro. Um sistema brasileiro de grande Lavoura.	Estudos Brasileiros
1977	DELLA CAVA, Ralph	História	Milagre em Joazeiro.	Estudos Brasileiros
1977	PERLMAN, Janice E.	Antropologia	O mito da marginalidade. Favelas e política no Rio de Janeiro.	Estudos Brasileiros
1977	EISENBERG, Peter L.	História	Modernização sem mudança. A indústria brasileira em Pernambuco, 1840-1910.	Estudos Brasileiros
1978	FORMAN, Shepard L.	Antropologia	Camponeses: sua participação no Brasil.	Estudos Brasileiros
1978	HOLLOWAY, Thomas Helsey	História	Vida e morte no convênio de Taubaté. A primeira valorização do café.	Estudos Brasileiros
1978	MAXWELL, Kenneth R.	História	A devassa da devassa. A inconfidência Mineira.	Estudos Brasileiros
1979	MARAM, Sheldon L.	História	Anarquistas, imigrantes e movimento operário brasileiro.	Estudos Brasileiros
1980	LEVINE, Robert	História	A velha Usina. Pernambuco na federação brasileira.	Estudos Brasileiros
1981	CHANDLER, Billy J.	História	Lampião, o rei dos cangaceiros	Estudos Brasileiros
1982	LOVE, Joseph L.	História	A locomotiva. São Paulo na federação brasileira.	Estudos Brasileiros
1982	WIRTH, John	História	O fiel da balança.	Estudos Brasileiros
1984	HOLLOWAY, Thomas	História	Imigrantes para o café. Café e sociedade em São Paulo 1886- 1934.	Estudos Brasileiros
1984	McDONOUGH, Peter; SOUZA, Amaury de	Ciência Política	A política de população no Brasil.	Estudos Brasileiros
1986	KLEIN, Herbert; BACHA, Edmar	História	Transição Incompleta. O Brasil desde 1945. (2v.)	Estudos Brasileiros
1986	STEPAN, Alfred	Ciência Política	Os militares: da abertura à nova república.	Estudos Brasileiros
1988	SKIDMORE, Thomas E.	História	Brasil: de Castelo Branco a Tancredo Neves	-
1988	STEPAN, Alfred	Ciência Política	Democratizando o Brasil.	-

Fonte: Massi e Pontes (1992) e Almeida (2002b)

Na participação dos catálogos das editoras brasileiras, trinta e oito livros foram inseridos em coleções e séries, com a presença da tradicional *Brasiliiana*, da Companhia Editora Nacional, mas, sobretudo, da nova safra de coleções sobre o país inaugurada a partir

dos anos 1960, como a *Corpo e Alma do Brasil* da Difel, a *Retratos do Brasil* da Civilização Brasileira, a *Brasil Século XX* da Nova Fronteira e a *Estudos Brasileiros* da Paz e Terra (ver Tabela 19). Seguindo a configuração da Tabela anterior (18), têm maior número de livros publicados as coleções pertencentes às três principais editoras para o conjunto de sessenta e um livros. Vale frisar que nas casas em que as séries se tornaram opções para alojar as obras desses historiadores, nem sempre isso se deu de forma completa, com livros que foram publicados sem qualquer vínculo com alguma linha – o que explica a diferença entre alguns números das tabulações 18 e 19.

Pelos dados expostos acima, fica claro que a Editora Paz e Terra de Fernando Gasparian foi a principal peça na “importação” da história escrita sobre o Brasil por esse tipo de autor entre 1930 e 1988, responsável por vinte e cinco por cento do total de livros editados, portanto, com força suficiente para a definição dos rumos do quadro geral que traçamos. Essa contribuição para o acesso dos brasileiros às obras de acadêmicos do exterior ainda aumenta se considerarmos o livro do historiador Thomas Skidmore, *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco* – que foi integrado ao catálogo da Paz e Terra em 1975, em sua terceira edição –, e as obras publicadas por brasilianistas com formação nos Estados Unidos nas áreas das Ciências Sociais – nesse caso, podemos incluir mais cinco livros, publicados por pesquisadores com doutorado em Antropologia e Ciência Política. Dessa forma, se somadas as participações de todos esses sujeitos, a Paz e Terra publicou até 1988 um total de vinte e um livros de autores com o último grau acadêmico obtido em universidades norte-americanas – desses, apenas um era natural da Inglaterra, o historiador Kenneth Maxwell. Esse conjunto total de autores e livros pode ser observado na Tabela 20¹⁶¹.

Na Paz e Terra, a forma de organização de todos esses livros priorizou sua entrada em coleções, notadamente a *Estudos Brasileiros*. Do conjunto, apenas a reedição do título de Thomas Skidmore em 1975 e dois livros publicados em 1988, quando Fernando Gasparian se afastou da editora para assumir o cargo de Deputado Federal, não fizeram parte de qualquer série da casa (ver Tabela 20). Independente desse fato, a frequência desse grupo de publicações na editora é similar à do panorama geral do Gráfico 11, tendo sido ela, junto com a Civilização Brasileira, do seu ex-proprietário Ênio Silveira, as que mais contribuíram para o grande número de livros de formados em história editados entre 1975 e 1979: oito obras na

¹⁶¹ O livro *Os militares e a Revolução de 30*, publicado na *Estudos Brasileiros* em 1979, foi composto por artigos editados originalmente em revistas especializadas de autoria de cinco pesquisadores estrangeiros, entre historiadores e cientistas sociais, sendo que quatro deles possuíam títulos adquiridos em universidades norte-americanas (Jordan Young, John Wirth, Robert Alexander e Michael Conniff) e apenas um formação no Reino Unido (Peter Flynn). Contudo, como essa obra foi organizada pelo brasileiro Eurico de Lima Figueiredo, mestre em Ciência Política pelo IUPERJ, optamos por não contabilizá-la nas tabulações.

Paz e Terra e seis na Civilização Brasileira¹⁶². Nas mãos de Fernando Gasparian, assim como aconteceu na famosa casa de Silveira, esse total de livros por anos, na década de 1980, caiu significativamente (a distribuição dessas obras na Paz e Terra pode ser observada com detalhes no Gráfico 12), o que pode estar relacionado tanto ao esfriamento da produção nos Estados Unidos, quanto a uma reorientação da historiografia nacional, que passou a ocupar o espaço aberto pelos norte-americanos.

Gráfico 12 – Distribuição anual dos livros publicados no Brasil por autores estrangeiros com formação nos Estados Unidos na Editora Paz e Terra

Fonte: Massi e Pontes (1992) e Almeida (2002b)

4.2 Os historiadores norte-americanos e a “Coleção Estudos Brasileiros”.

Dos trabalhos que, de algum modo, envolveram as atividades de Fernando Gasparian no mundo editorial e os historiadores norte-americanos, o livro *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco*, de Thomas Skidmore, foi o primeiro. Se levado em conta o número de edições que essa obra recebeu, deve ser considerada também a mais bem sucedida dessas “parcerias”, muito em função do ineditismo no que se refere à abordagem do passado republicano a partir de 1930 e das explicações para o 1964, ainda pouco exploradas pela bibliografia no momento de sua edição¹⁶³. Somente pela Saga, que era uma propriedade de Gasparian dirigida pelos amigos e ex-deputados José Aparecido de Oliveira e Hélio Ramos, o livro teve duas edições em 1969, ambas como parte da coleção *Imagem do Brasil* – finalizada

¹⁶² Seguindo o padrão do Gráfico 11, feito de livros inéditos, essa contagem não levou em consideração a reedição de “Brasil: de Getúlio a Castelo” no novo repertório organizado por Fernando Gasparian.

¹⁶³ Um exame detalhado dessa obra está na dissertação de mestrado *O Brasil e os brasilianistas nos circuitos acadêmicos norte-americanos: Thomas Skidmore e a história contemporânea do Brasil* (CARRIJO, 2007).

junto com a editora em virtude dos problemas do empresário com o governo e a sua ida para a Inglaterra por um curto período. Ao retornar para o país, com pouco tempo de comando em uma nova editora, o também proprietário do jornal *Opinião* fez o livro de Skidmore repetir o feito, com mais duas edições no mesmo ano, a terceira e a quarta em 1975. Depois disso, alcançou, em 1979, a sexta edição, acumulando ainda mais três edições na década de 1980, duas na de 1990 e três nos anos 2000, com um total de quatorze pela Paz e Terra. Só recentemente, depois de quase quarenta anos nos mesmos formato e editora, a obra ganhou outra casa: com nova tradução e prefácios foi publicada pela Companhia das Letras, em 2010.

Não encontramos referências precisas sobre a história do processo que resultou na publicação desse livro pela Saga e sobre o início da longa relação estabelecida entre Fernando Gasparian e Thomas Skidmore¹⁶⁴. Dos trabalhos para a edição, sabemos apenas que o historiador norte-americano encontrou dificuldades na primeira tentativa de trazer a obra para o Brasil. Nesse caso, foi feita uma tradução para uma editora que faliu antes da publicação – Skidmore não citou seu nome na entrevista cedida a Meihy (1990), mas lembrou daquele trabalho como “um verdadeiro desastre”. De Francisco de Assis Barbosa, historiador e ensaísta brasileiro professor visitante na Universidade de Wisconsin nesse momento¹⁶⁵, recebeu a recomendação de ter de pagar outra tradução, devido ao grande número de erros daquela. O brasilianista aceitou a opinião do “amigo”, que acabou se tornando o apresentador da obra no Brasil, e a nova versão foi feita por uma equipe de seis especialistas, contando ainda com a revisão técnica do escritor brasileiro Orígenes Lessa. Esse foi o trabalho publicado pela Saga em 1969 e transferido, em 1975, para a Paz e Terra, sem qualquer tipo de alteração (MEIHY, 1990, p.267).

Das relações entre Fernando Gasparian e o brasilianista, de acordo com as memórias colocadas pelo historiador no prefácio da nova tradução da Companhia das Letras, feito originalmente para o quadragésimo aniversário da obra nos Estados Unidos, o contato entre os dois foi significativo durante a pesquisa que resultou no livro, tendo sido iniciado, portanto, antes da publicação em qualquer país. Nesse pequeno texto, ao qualificar Fernando Gasparian como o “editor de esquerda que apoiou muitas causas progressistas”, Thomas Skidmore o inseriu no grupo de brasileiros “generosos” que contribuiu para “dar forma” ao “pensamento” sobre o Brasil exposto na obra, em especial por ter colocado à sua disposição, no início dos anos 60, um “minucioso conhecimento da política em São Paulo” (SKIDMORE, 2010, p.27).

¹⁶⁴ Depois de *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco*, Thomas Skidmore editou os seguintes livros pela Paz e Terra: *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro* (1976); *Brasil: de Castelo Branco a Tancredo Neves* (1988); *O Brasil Visto de Fora* (1994); e *Uma História do Brasil* (1998).

¹⁶⁵ Thomas Skidmore era professor assistente dessa Universidade.

Segundo o historiador, desde suas primeiras visitas ao país, subsidiadas com uma bolsa de pós-doutoramento de Harvard, essa foi uma prática comum em suas atividades, quando entrou em contato com uma série de pessoas que auxiliaram com informações e obras para o entendimento daquele momento “tumultuado” da história brasileira. Nesse grupo, composto desde “nacionalistas, socialistas e marxistas convictos até aquelas com opiniões mais conservadoras”, dos poucos que nomeou, além de Fernando Gasparian, citou também Caio Prado Junior, Francisco de Assis Barbosa e Hélio Jaguaribe.

Como já afirmamos anteriormente, dois livros da *Estudos Brasileiros* resultaram do trabalho de Thomas Skidmore como professor orientador, ambos com a autoria de Thomas Holloway, seu aluno nos cursos de mestrado e doutorado da Universidade de Wisconsin na década de 70. Ao nos relatar como se deu o processo que levou a edição de suas pesquisas no Brasil, Holloway, além de demonstrar como os norte-americanos também procuraram indicar obras e alargar a presença do grupo no círculo de autores de Fernando Gasparian e a sua Paz e Terra, destacou essa habilidade de Skidmore para os “contatos pessoais”, sempre estratégicos, e que também contribuíram para seu encontro com o editor no Brasil em 1976:

My first contact with Gasparian, and Paz e Terra, came through my graduate study advisor at the University of Wisconsin-Madison, Prof. Thomas E. Skidmore [...]. Skidmore already had a connection with Gasparian. Paz e Terra had published his book “Politics in Brazil, 1930-1964: An Experiment in Democracy”, as “De Getúlio a Castello”. Skidmore was good at the very Brazilian practice of making personal contact with specific individuals who could be useful in his professional activities, and Gasparian was one of his many such personal contacts in Brazil. [...] During a research trip to Brazil in 1976, I arranged to meet with Gasparian (after writing a letter to him earlier, and after Skidmore’s had mentioned me and my work to Gasparian) at the Paz e Terra offices [...]. That was the only time in all my contact with Paz e Terra that I saw or talked to Gasparian face-to-face. It was an informal conversation about my research, and about the Masters thesis on the coffee valorization of 1906. I left a copy of my published Masters thesis with him at that time, for him to review (HOLLOWAY, 2010).

O livro de Holloway foi publicado em 1978 com o título de *Vida e morte no convênio de Taubaté. A primeira valorização do café*. Segundo o historiador, em 1980, quando estava no Brasil como professor visitante na Universidade Federal de Santa Catarina, escreveu outra carta para Fernando Gasparian indagando sobre o interesse em publicar também seu trabalho de doutorado, que já possuía uma edição nos Estados Unidos. Mais uma vez, a resposta do editor foi positiva, e o livro, intitulado *Imigrantes para o café. Café e sociedade em São Paulo 1886- 1934*, saiu do prelo em 1984, como mais um dos volumes do conjunto de estudos sobre o Brasil da Paz e Terra.

Ainda sobre Thomas Skidmore e seu contato com Fernando Gasparian, antes dessas correspondências envolvendo um de seus alunos, é significativo destacar que, também do outro lado, isto é, pela parte do brasileiro, existe um registro demonstrando que o auxílio prestado ao historiador norte-americano para escrita de seu primeiro livro sobre o Brasil logo foi retribuído. Em 1973, na publicação pela Civilização Brasileira do livro *Capital estrangeiro e desenvolvimento da América Latina. O mito e os fatos*, escrito pelo empresário no período em que esteve fora do Brasil como *visiting scholar* no Royal Institute of International Affairs e, por mais tempo, como *visiting fellow* no St. Antony's College da Universidade de Oxford, agradeceu aos que “mais de perto” colaboraram com o desenvolvimento do trabalho, tanto pela disposição em discutir suas “ideias centrais”, quanto pela criação de uma “atmosfera de calor humano e amizade”. Nesse grupo de pessoas, todas participantes do Centro de Estudos Latino-americanos em Oxford, além dos professores da casa, citou o nome de outros estrangeiros que de algum modo passaram pela instituição naqueles anos, como pesquisadores ou professores visitantes, e entre eles o do brasilianista Thomas Skidmore, demonstrando que seu contato com o norte-americano permaneceu no início da década de 1970 (GASPARIAN, 1973)¹⁶⁶.

Nessa história das relações entre Fernando Gasparian e o historiador, outro registro que pode ser considerado bastante significativo está na participação do brasilianista em outra ação do empresário em mais uma área do universo editorial, também em 1973 – antes, portanto, da edição de *Brasil: de Getúlio a Castelo* pela Paz e Terra. Trata-se, nesse caso, da publicação do segundo artigo de Thomas Skidmore no Brasil, que chegou até o público leitor por meio da revista *Argumento*, também um sinal do contato direto que desenvolveu com o círculo de intelectuais responsáveis por auxiliar o editor na condução de seus empreendimentos¹⁶⁷. O texto, intitulado *O Negro no Brasil e nos Estados Unidos*, foi editado no número inaugural do periódico, que tinha a direção de Barbosa Lima Sobrinho e na Comissão de Redação intelectuais como Fernando H. Cardoso, Celso Furtado, Francisco Weffort e Antonio Candido, entre outros¹⁶⁸. No espaço, que teve uma história curta e de boas vendas, o trabalho do historiador norte-americano foi muito bem recebido, tendo ocupado

¹⁶⁶ Fernando Gasparian também incluiu nesse conjunto o brasileiro Boris Fausto, historiador com vínculos com a USP e o CEBRAP nesse momento.

¹⁶⁷ Antes, em 1967, Thomas Skidmore publicou na *Revista Brasileira de Estudos Políticos* o artigo *Gilberto Freyre e os Primeiros Tempos da República Brasileira*, uma espécie de resenha da obra *Ordem e Progresso*.

¹⁶⁸ A Comissão de redação era composta ainda por Paulo Emilio Salles Gomes, Anatol Rosenfeld, Luciano Martins e Leôncio Martins Rodrigues. De acordo com Antonio Candido (2011), a parte dessa comissão que mais se dedicou à “rotina” da revista, a ponto de se reunir semanalmente, foi formada pelos que moravam em São Paulo, onde era impressa.

o papel de destaque da capa com uma ilustração do artista Elifas Andreato. Numa espécie de introdução ao texto, Skidmore foi apresentado aos leitores com as seguintes palavras:

A boa consciência do brasileiro branco sempre contemplou a brutalidade com que se manifesta o preconceito racial nos Estados Unidos como algo que não lhe diz respeito. Mas a democracia racial brasileira não resiste a um exame mais sério. É o que afirma T. Skidmore, norte-americano, professor da Universidade de Wisconsin e autor de *Brasil – De Getúlio a Castelo*, um dos livros mais importantes sobre a nossa história recente (1973, p.25).

Apesar da diferença no que concerne à abordagem e ao foco do primeiro livro, o tema trabalhado no artigo por Thomas Skidmore não era uma preocupação recente, menor ou de ocasião em seus estudos sobre o país. O interesse pela questão, desenvolvido ao lado da preparação do livro sobre os acontecimentos que desembocaram no fim do governo de João Goulart, resultou também na edição de sua segunda obra nos Estados Unidos sobre o Brasil: *Black into White: race and nationality in brazilian thought*, publicada em 1974 e traduzida pela Paz e Terra dois anos depois, em 1976, com o título: *Preto no Branco. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro* – dessa vez como parte da *Coleção Estudos Brasileiros*, o número nove e o primeiro livro de um historiador norte-americano na série.

Em entrevista ao *Jornal do Brasil*, por ocasião do lançamento da obra no país, Thomas Skidmore revelou quando e como a questão racial despertou seu interesse, sobretudo pelo vínculo que encontrou com o nacionalismo, percebido corretamente como uma importante força da vida “política” e “intelectual” do Brasil no início dos anos 60:

Comecei minha pesquisa depois de visitar o Brasil no período de 1963-1964, ao observar que o nacionalismo era um dos aspectos mais importantes da vida intelectual e política do país. Quis descobrir as raízes do pensamento nacionalista brasileiro, compreender o desenvolvimento deste tipo de mentalidade. Cheguei inevitavelmente ao problema das relações de raça como fenômeno social no Brasil do século XIX e às várias etapas que a elite brasileira de então teve de superar para o estabelecimento de sua identidade (SKIDMORE, 1976).

A perspectiva adotada por Skidmore nessas pesquisas foi, certamente, junto à ligação pessoal com Fernando Gasparian, mais um elemento facilitador do processo que resultou na edição do seu trabalho pela Paz e Terra. Ao desenvolvê-la, sobretudo por ter efetuado uma análise da assimilação das teorias racistas e da formação de um ideal de branqueamento pela elite brasileira, o brasilianista se aproximou de uma linhagem de pensamento com base nas Ciências Sociais de São Paulo desde os anos 50, que com Florestan Fernandes e seus alunos tornou-se o local mais importante na história da caracterização do mito da “democracia racial” no Brasil. Esse movimento, pontuado nitidamente na pequena introdução de seu texto na

Argumento, também pode ser sentido quando observamos um trecho de uma resenha feita em virtude da reedição de *Black into White: race and nationality in brazilian thought* nos Estados Unidos em 1993, escrita pelo brasileiro professor de português da Universidade de Wisconsin Severino J. Albuquerque. Nele, Albuquerque, destacou como o livro serviu como base para a desconstrução de uma visão oficial do país nos anos 70, cuja origem foi atribuída em grande parte aos trabalhos de Gilberto Freyre, alvo preferencial dos estudiosos de São Paulo:

A guisa de conclusão, permita o leitor uma reflexão pessoal a este resenhista. Pouco depois de deixar o Brasil em meados da década de setenta ainda empanturrado da noção freyriana que era, e em muitos casos ainda é, imposta à juventude brasileira nas salas de aula fiz minha primeira leitura desta obra de Skidmore. Dentre os muitos horizontes que se me abriram naquele período, devo a Skidmore a elucidação desta questão central para o entendimento do nosso país. O mesmo se pode dizer a respeito de grande número de intelectuais brasileiros, os quais entraram em contacto com o pensamento de Skidmore quando da publicação, alguns anos depois, da tradução ao português, *Preto no branco*. E este preto de gratidão (insuficientemente expressado, e às vezes até rudemente negado) que quero aqui registrar por ocasião da oportuna publicação desta nova edição de *Black into White* (ALBUQUERQUE, 1995, p.484).

A edição comentada pelo professor brasileiro de Wisconsin não trouxe qualquer mudança no texto publicado em 1974, apenas uma nova introdução dedicada principalmente à atualização da bibliografia referente ao tema. No Brasil, essa versão foi utilizada pela Companhia das Letras para uma nova tradução, publicada em 2012. Nessa edição, a terceira do livro no país, o prefácio foi escrito por Lilia M. Schwarcs, que também registrou como a obra do brasilianista questionava “uma grande máxima do regime militar”, o qual, segundo a antropóloga, fez “renascer” naqueles anos a “noção” de que a singularidade do Brasil estava em seu “perfil pacífico”, de lugar capaz de acomodar todas as diferenças – “o paraíso das raças” no mundo (SCHWARCS, 2012, p.13).

Esse cenário descrito por Schwarcs (2012) foi, inclusive, relatado por outro livro da *Estudos Brasileiros*, publicado apenas dois anos depois. Nos referimos, nesse caso, a obra *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*, lançada em 1978 pelo artista e intelectual Abdias do Nascimento, que vivia nos Estados Unidos desde a promulgação do AI-5¹⁶⁹. Dono uma extensa carreira de ativismo político, sua obra trouxe à tona um ensaio redigido para o Colóquio do Segundo Festival Mundial de Artes e Cultura

¹⁶⁹ Na promulgação do AI-5 Abdias do Nascimento já estava nos Estados Unidos, para onde foi com o objetivo de encontrar lideranças do movimento negro. Diante de muitas investigações sobre as suas atividades no Brasil, optou por não voltar para o país, aceitando uma bolsa como intelectual visitante da Escola de Arte Dramática de Yale, onde permaneceu por um semestre. Posteriormente, vinculou-se a Universidade de Wesleyan e, por mais tempo, a Universidade Estadual de Nova York, na qual permaneceu até 1981, quando veio definitivamente para o Brasil.

Negras, realizado em Lagos, na Nigéria, no ano de 1977, em que buscou traçar a dura “realidade” racial no Brasil, mas que não foi exposto no evento, segundo o autor, pela ação de representantes oficiais brasileiros que fizeram valer os “altos interesses diplomáticos”¹⁷⁰. Ainda de acordo com Nascimento, e que vai de encontro com a fala de Schwarcs (2012) sobre a “ideologia nacional” propagada pelos militares, esse era um tema “proibido” para aqueles anos:

Devo observar de saída que este assunto de “democracia racial” está dotado, para o oficialismo brasileiro, das características intocáveis de verdadeiro tabu. Estamos tratando com uma questão fechada, terreno proibido sumamente perigoso. Ai daqueles que desafiam as leis deste segredo! Pobre dos temerários que ousarem trazer o tema à atenção ou mesmo à análise científica! Estarão chamando a atenção para uma realidade social que deve permanecer escondida, oculta. Certamente, como sugeriu o antropólogo Thales de Azevedo, para que não “despertemos as supostas vítimas” (NASCIMENTO, 1978, p.45).

Nesse quadro, com as investidas do governo militar dentro e fora do país, ao lado de uma repercussão internacional que a interpretação de Gilberto Freyre já havia alcançado, tornando-se uma fonte importante para o conhecimento da história sobre o Brasil no exterior, é significativo destacar que, como afirmou Emília Viotti da Costa (1975), o tratamento dessa questão também possuía grande significado no contexto norte americano, sobretudo pelo contraponto comumente estabelecido entre a suposta “democracia racial” brasileira e a história cruel da segregação nos Estados Unidos¹⁷¹. Naqueles anos, segundo a historiadora, a revelação do “mistério” brasileiro, junto das mudanças causadas pelo movimento por integração, a partir das diversas frentes de luta pelos Direitos Civis, tornaram-se instrumentos

¹⁷⁰ Significativamente, a obra de Abdias do Nascimento foi dedicada a Florestan Fernandes, que retribuiu escrevendo o prefácio do livro, no qual destacou não só a contribuição do livro para compreensão da posição do negro na sociedade brasileira, mas também sua identificação com o autor e a importância de sua atuação política, como pode ser observado nesse trecho: “São tantos e tão profundos os laços que me prendem a Abdias do Nascimento, que enfrento um compreensível acanhamento em apresentar esta obra ao público brasileiro. Estamos no mesmo barco e dando o mesmo combate – não de hoje, mas há anos. Persistimos por uma questão de caráter e de formação política. E se algo nos separa, é o vulto de sua contribuição, comparada com a minha. Eu fui acusado de identificação moral e psicológica com o negro. Ele é o negro militante que não pode ser acusado por ninguém, e, por ventura, o que não desistiu depois que todas as bandeiras se arriaram. Portanto, o que nos distingue é a qualidade de sua contribuição e o valor de sua atividade.” (NASCIMENTO, 1978, p.19). É importante destacar também que na introdução do texto, onde foi relatado o episódio descrito acima, Abdias do Nascimento, em mais de uma ocasião citou e agradeceu Thomas Skidmore, ao lado de Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Otávio Ianni, entre outros pesquisadores, pelos trabalhos que revelaram “o racismo subjacente na sociedade brasileira”.

¹⁷¹ De acordo com Marly Tooge (2010), nos Estados Unidos, a primeira tradução de “Casa Grande e Senzala” em 1946, pelo editor Alfred A. Knopf, não gerou grande impacto. Entretanto, com a influência de Gilberto Freyre na criação do projeto da UNESCO no início da década de 1950 – que escolheu o Brasil, segundo a autora, “para sediar uma ampla pesquisa sobre os aspectos que influenciariam ou não a existência de um ambiente de relações cooperativas entre raças e grupos étnicos, com o objetivo de oferecer ao mundo uma nova consciência política que primasse pela harmonia entre as raças” –, e o trabalho de divulgação do pernambucano em várias instituições do exterior, a reedição do livro em 1956, pela mesma editora, lhe rendeu maior reconhecimento acadêmico nos círculos norte-americanos (TOOGE, 2010, p.114-116).

com os quais a sociedade estadunidense, aos olhos de seus estudiosos, como Thomas Skidmore e também de Carl Degler, passou a ser vista numa posição menos desfavorável e com um maior otimismo para seu futuro¹⁷².

Ainda de acordo com Emilia Viotti, que se estabeleceu como docente da Universidade de Yale depois da aposentadoria compulsória na USP em 1968, no caso de *Black into White*, existiu, por parte de Thomas Skimore, certo lamento pela força que o ideal de branqueamento ainda possuía no Brasil da década de 70, o que mantinha o país, de acordo com o historiador norte-americano, distante do movimento pela valorização da tradição e da cultura africana em andamento nos Estados Unidos e determinados regiões em processo de descolonização. A assumir essa posição, que colocou o Brasil longe de qualquer posto de modelo ideal no que dizia respeito às questões raciais, Viotti também observou que o brasilianista, de certo modo, pensava como “bom e necessário” a adoção de alguma ideologia corrente de “blackness” pelos brasileiros negros, para o que logo sentenciou: “This, however, is a tactical and political question. It must be decided by political groups in a political praxis in which the scholar has but a modest role to play” (VIOTTI, 1975, p.573).

A despeito dessa posição de Emilia Viotti, a questão racial nos Estados Unidos, como um elemento determinante para o posicionamento temático e político dos seus historiadores, não esteve presente apenas no livro de Thomas Skidmore na *Estudos Brasileiros*. Na coleção de Fernando Gasparian, em 1977, ano posterior à edição de *Preto no Branco*, também foi editado *Rio Claro. Um sistema brasileiro de Grande Lavoura*, escrito pelo brasilianista Warren Dean – que também iniciou seus estudos sobre o sul do continente com impulso gerado pela Revolução Cubana nos meios acadêmicos norte-americanos. O autor, que durante o curso de graduação participou diretamente das manifestações pelos “Direitos Civis” em um pequeno grupo que se vinculou a Martin Luther King Jr.¹⁷³, ao narrar o momento em que se dedicava às pesquisas no Brasil durante os anos 60 e 70 assumiu o peso do contexto estadunidense no desenvolvimento do seu trabalho, num tempo em que a situação do negro na sociedade brasileira deixava pouco espaço para otimismo:

Acho que meus interesses naqueles dias eram muito mais canalizados para o problema racial dos Estados Unidos e também para a realidade política brasileira...

¹⁷² Carl Degler publicou *Nem branco nem preto: escravidão e relações raciais no Brasil e nos Estados Unidos* pela editora Labor do Brasil, em 1976.

¹⁷³ Ao descrever essa passagem de sua vida, Dean afirmou: “Acho que devo mencionar que, na época em que estava na faculdade, ainda em Gainesville, o meio universitário era segregado... Então liderei um grupo de estudantes que se propôs a eliminar esta barreira. Isso foi em 1962... Ganhamos o apoio de Martin Luther King Jr, que trabalhava na Flórida naqueles dias. Conseguimos, vamos dizer assim, aliciar, seduzir uma dúzia de estudantes negros de vários colégios em diversas cidades do estado da Flórida para entrar na faculdade e apoiarmos sua chegada...” (DEAN, 1990, p.276)

Acho que isto transparece no meu texto sobre os escravos de Rio Claro... Mas sempre duvidei que tivesse aceitação, pois ele iria interessar muito mais aos negros brasileiros, que eram poucos na universidade e que sequer teriam dinheiro para comprar um livro assim, meramente acadêmico. Duvidei também de que muito brancos brasileiros tivessem sensibilidade para apreciá-lo... (DEAN, 1990, p.276)

Essa ideia de que seus escritos interessariam “muito mais aos negros brasileiros” foi detalhada no prefácio do livro, onde destacou que seu “fundamento ideológico” estava na busca do protagonismo do negro na história da escravidão:

É preciso admitir que a preocupação do autor também tem seu fundamento ideológico. O povo tem direito à sua própria história. Que a terra, o trabalho e o lucro tivessem sido expropriados tem menor relevância do que o fato de que a expropriação tivesse sido legitimada, e legitimada de tal maneira que os que sofreram a expropriação saíram humilhados. Por ocasião de um congresso que se realizou no Rio de Janeiro em 1950 a fim de estudar a posição do negro na sociedade brasileira, um dos participantes desaprovou enfaticamente o estudo da história da escravidão: “Precisamos é esquecer esse tratamento brutal, para não sentirmos ódio. Para que o Congresso vai lembrar que meu pai apanhou, minha mãe apanhou. Por quê?” Por motivos científicos, declarou o presidente; para mostrar aos brancos seus erros, disseram outros participantes; para mostrar que os negros, apesar de tudo, sempre tinham cooperado; para mostrar que a situação melhorara. A angústia do orador era insuportável, e a reunião teve de ser suspensa apressadamente. A resposta deveria ter sido: Seu pai e sua mãe merecem ser recordados porque sofreram, e ainda mais porque resistiram e triunfaram. A história não revela submissão e resignação, mas sobrevivência e revide. O estudo do trabalho nas grandes lavouras tem implicações igualitárias, mas o que se pretende – é preciso deixar bem claro antecipadamente – é corrigir perspectivas que foram distorcidas mediante argumentações especiais, e não, introduzir distorções onde não as havia (DEAN, 1977, p.15).

Como afirmou Robert Slenes (1999) em sua análise da bibliografia produzida sobre a escravidão, as ações do movimento negro no início da segunda metade do século XX estão entre os motivos que contribuíram para que o enfoque “apenas” no processo de vitimização dos seus “povos” fosse deixado de lado em muitas pesquisas realizadas por historiadores norte-americanos. Nesse novo momento, engrossando o coro de uma historiografia do social voltada para a voz dos operários, dos pobres, dos colonizados e outros grupos de subalternos, numa linha consagrada com o historiador inglês Edward Thompson, certos acadêmicos, entre os quais podemos incluir Warren Dean, optaram nitidamente pelo resgate dos negros e escravos como “agentes de sua própria história”, de modo que um presente de lutas não ficasse desconectado do passado, até então repleto com imagens de indivíduos sem capacidade de ação, somente sujeitos à crueldade ou benevolência dos brancos.

É importante sublinhar que essa foi a segunda obra editada por Warren Dean no Brasil. Como com outros autores que chegaram até a *Estudos Brasileiros*, o brasilianista possuía uma ligação de alguns anos com a intelectualidade paulista, notadamente com o grupo

vinculado à cadeira de Sociologia da USP, que marcou sua primeira publicação no mercado editorial nacional e que, possivelmente, contribuiu para que também obtivesse seu espaço na Paz e Terra. Dean se aproximou desses professores desde suas primeiras viagens ao país no início da década de 1960, em virtude, sobretudo, do interesse que possuía no processo de industrialização do Estado de São Paulo, seu tema de estudo para a tese de doutorado que confeccionava:

No começo cheguei a frequentar aulas na Escola de Sociologia e Política como um ponto de apoio... Passados alguns meses, comecei a ficar ligado ao pessoal da cadeira de Sociologia da Usp, vinculado ao professor Florestan Fernandes... Foi quando conheci Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni e Gabriel Bolaffi, entre outras pessoas... Não posso dizer que eles deram uma orientação ao meu trabalho, mas as pesquisas de Fernando Henrique e do Luciano Martins eram ligadas, de certa forma, ao mesmo tipo de interesse, isto é, ao surgimento de um empresariado e de uma burguesia nacional (DEAN, 1990, p.275).

Defendida a tese na Universidade da Flórida em 1964, sete anos depois o trabalho se tornou quase toda a base para a edição de *A industrialização de São Paulo (1880-1945)*, com o que Warren Dean estreou no mercado editorial do Brasil¹⁷⁴. O livro, como registro importante de sua relação com a escola da USP, foi publicado justamente na coleção *Corpo e Alma do Brasil* da Editora Difel, coordenada por Fernando Henrique Cardoso e espaço privilegiado da Sociologia de São Paulo – nos agradecimentos da obra, inclusive, alguns de seus membros não deixaram de ser lembrados pelo autor, com o peso da sua influência mais assumido do que no trecho da entrevista citado anteriormente:

O leitor não deixará de notar que o autor deve muito, intelectualmente, a alguns estudiosos da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo. Sobretudo no que concerne aos professores Fernando Henrique Cardoso, Juarez Brandão Lopes, Paulo Singer, Gabriel Bolaffi e Florestan Fernandes, a dívida é muito maior do que a que se pode registrar em notas de rodapé. Em relação às suas primorosas análises do sistema industrial brasileiro, este trabalho pode ser considerado um apêndice histórico, que contém algumas ampliações e revisões (DEAN, 1971).

Como bem pontuou Maria Ligia Prado (1995), Warren Dean demonstrou nesse livro toda sua identificação com o grupo que já há alguns anos vinha desbancando o modelo de interpretação propagado pelas esquerdas, isto é, de que existia oposição entre os interesses da oligarquia agrária e os da burguesia industrial. Com base em uma extensa documentação e em discussões que também estavam sendo desenvolvidas pelos especialistas em América Latina nos Estados Unidos, relacionadas ao debate sobre a modernização, o historiador norte-

¹⁷⁴ O recorte temporal da pesquisa desenvolvida na tese é um pouco diferente do exposto na obra da *Corpo e alma do Brasil*, como pode ser observado em seu título: *São Paulo's Industrial elite, 1890-1960*.

americano deixou evidente que os interesses dos cafeicultores e dos industriais estavam mesclados no Brasil do fim do século XIX e primeira metade do XX, contribuindo com mais um aporte fundamental para o fim da ideia de que a “revolução burguesa tinha ainda tarefas históricas a serem cumpridas”, num processo que levaria à construção do “capitalismo nacional”.

Em seu testemunho sobre a importância dessa obra de Warren Dean, M. Ligia Prado (1995) também descreveu como foi sua recepção no ambiente uspiano, de desconfiança e descrédito com relação à produção dos brasilianistas, mas cuja ligação com um tema extremamente significativo para a política daquele contexto a fez ser discutida e, assim, valorizada entre os professores e estudantes:

A primeira vez em que ouvi o nome de Warren Dean, ainda como estudante, foi numa acirrada discussão entre dois colegas considerados "muito atualizados", que divergiam sobre as teses de *A Industrialização de São Paulo*, publicado em português, em 1971. Li imediatamente o livro para poder participar dos debates, pois todos pareciam ter uma opinião sobre ele. Fato notável, pois naquela época não nos importávamos muito com historiadores norte-americanos, já que, em geral, os víamos como inexpressivos e demasiado empiricistas ou – sinto-me como se estivesse falando sobre a Idade da Pedra – como inimigos, já que nosso sentimento anti imperialista era muito forte. Eram os piores anos da ditadura e nesses difíceis tempos, a História era nossa aliada. Debruçávamo-nos sobre ela, para ler, no passado, as trilhas do futuro. E no futuro, quando a tempestade houvesse passado, algum tipo de revolução social iria acontecer para destruir a opressão, a miséria, a censura, a tortura, as prisões, colocando em seu lugar a liberdade, a democracia, a justiça e a igualdade social. O livro de Warren – daí seu tremendo impacto naquele momento no Brasil – de alguma maneira, dizia respeito às nossas inquietações. Ele nos oferecia uma interpretação sobre a história do Brasil que esclarecia a "realidade" e, explicando o passado, preparava o caminho para o futuro (PRADO, 1995, p.91).

Em 1971, quando esse livro foi editado, Warren Dean estava envolvido com a preparação de seu outro trabalho a respeito da história de São Paulo, com o qual manteve o olhar sobre a atuação da oligarquia agrária, mas com foco na questão da escravidão, como já foi observado aqui. Nesse período, quando, naturalmente, alargou seus contatos com os acadêmicos brasileiros, muitos dos quais sofriam com as severas restrições na prática de seus ofícios, o brasilianista não ficou alheio à situação do país, participando diretamente de atividades nos Estados Unidos voltadas para a crítica do regime militar. Uma preocupação que não foi demonstrada, ao menos de forma explícita, na obra editada pela Difel, mas que em *Rio Claro. Um sistema brasileiro de grande lavoura*, publicada na *Estudos Brasileiros*, foi exposta claramente logo no início do livro, com destaque para a prisão de Caio Prado Junior, a quem – e a “outros corajosos homens de letras” – fez questão de dedicar o trabalho:

Este trabalho foi levado a efeito no Brasil durante um ano de grande agitação política, quando parecia que o governo militar abandonaria seu caráter de autoritarismo, em face da oposição, inclusive por parte das universidades. O autor não se sentia à vontade com sua relativa imunidade, e lamentou o prejuízo causado ao progresso dos estudos históricos no Brasil. Muitos colegas perderam seus cargos e foram encarcerados por terem exercido honestamente e com dignidade os seus direitos de cidadão e as responsabilidades de seu ofício. Temos uma dívida especial de inspiração para com Caio Prado Junior, que foi para a prisão numa idade em que deveria ter ido para a cátedra vitalícia. A ele e a outros corajosos homens de letras este livro é dedicado (DEAN, 1977, p.16).

Desde o fim da década de 1960, do interior do universo acadêmico, uma série de manifestações contrárias ao governo militar veio à tona por diferentes meios nos Estados Unidos, combatendo uma visão inicial propagada por órgãos oficiais e pela imprensa que colocou o regime instaurado em 1964 como aquele que salvou a democracia no Brasil do “perigo” daqueles anos: o comunismo (GREEN, 2003; 2009). Com relação a Caio Prado Junior, por exemplo, não só Warren Dean fez a sua defesa. Em 1970, no momento em que o historiador era julgado pela acusação de ter incitado a subversão da ordem política e social, outros quatro especialistas em temas brasileiros – Thomas Skidmore, Richard Morse, Stanley Stein e Charles Wagley – enviaram uma carta ao *New York Times* protestando contra o processo e a instalação da ditadura no país. Nela, para justificar o apoio ao brasileiro, o governo no Brasil foi definido como aquele em que esforços sistemáticos eram feitos para:

[...] amordaçar a imprensa, silenciar a crítica pública em todos os níveis e encarcerar ou exilar os que protestam contra a tortura, as prisões sem justa causa e a suspensão dos direitos civis [...]

Duvidamos de que jamais na história do Brasil tenha havido tratamento mais sistemático, mais amplo e mais desumano de dissidentes políticos (apud GREEN, 2009, p.195).

No mesmo ano dessa publicação, Yolanda Prado, filha do intelectual paulista, estava nos Estados Unidos, para onde foi na busca de apoio internacional para a solução do caso. Em Nova York, ela manteve contato direto com o brasilianista Ralph Della Cava, um dos fundadores do American Committee for Information on Brazil, criado com o apoio de outros acadêmicos – como o próprio Warren Dean –, e também de religiosos, para divulgar mais amplamente a violação dos direitos humanos no país. Com a condenação de Caio Prado Junior pelo tribunal militar¹⁷⁵, esse grupo juntou-se a outros ativistas da Anistia Internacional para uma manifestação em frente ao consulado brasileiro de Nova York, onde distribuíram

¹⁷⁵ A base principal para a condenação de Caio Prado foi uma entrevista cedida pelo intelectual a um jornal feito por estudantes da USP. De acordo com Green (2009, p.185), as perguntas dos alunos versaram sobre a teoria marxista, o contexto político e a validade da luta armada enquanto estratégia para classe operária, para as quais o historiador deu repostas “cautelosas e moderadas”, mas sem descartar a “possibilidade teórica” de que o proletariado pudesse pegar em armas num momento de condições desfavoráveis.

panfletos denunciando o “tratamento de prisioneiros de consciência no Brasil e em particular para o uso generalizado da tortura nas prisões.” Ademais, em apoio ao historiador paulista, houve a divulgação de um documento assinado por noventa e sete latino-americanistas de diversas universidades – intitulado *Um protesto contra o governo brasileiro* – e outras citações no *New York Times* contra a sua prisão (GREEN, 2009, p.185-195).

Desse grupo de norte-americanos que se engajou em manifestações de repúdio ao governo instalado no Brasil em 1964, o historiador Ralph Della Cava, também um dos autores da *Estudos Brasileiros* no ano de 1977, desempenhou um papel fundamental em outras ocasiões. Da mesma geração de brasilianistas que Warren Dean e Thomas Skidmore, nomeada por Sebe Bom Meihy (1990) como a dos “filhos de Castro”, em virtude do impulso institucional gerado com a Revolução Cubana na área dos estudos sobre a América Latina, Della Cava veio ao Brasil pela primeira vez no início dos anos 1960 para realizar as tarefas de sua pesquisa de doutorado. Ao retornar para os Estados Unidos, ao lado de outros professores e também de religiosos, trabalhou diretamente na confecção de abaixo-assinados e na viabilização de conferências com adversários da ditadura, como as do deputado cassado pelo regime Márcio Moreira Alves, vinculado ao MDB. Desses esforços, como porta-voz dos brasileiros e crítico do papel norte-americano no continente, também podemos destacar a contribuição para publicações de vários tipos como forma de denúncia. Uma delas foi o folheto editado em 1970 com o título *Terror in Brazil: a dossier*, feito como parte das atividades American Committee for Information about Brazil. Esse documento foi composto por dezoito páginas e relatava os eventos no país desde 1964, com depoimentos de presos políticos sobre a tortura, as demissões dos professores em 1968 e as ações da Igreja Católica em oposição aos militares.

Assim como Warren Dean, Ralph Della Cava também já havia participado de movimentos sociais nos Estados Unidos antes de conhecer de perto a realidade do sul do continente. De acordo com James Green (2009), o descendente de italianos possuía ligações estreitas com a esquerda católica norte-americana, a ponto de ter acompanhado sacerdotes progressistas na marcha sobre Washington em 1963, que reuniu lideranças e mais de duzentas e cinquenta mil pessoas em busca de justiça e do fim da segregação¹⁷⁶. Ainda segundo Green (2009), esse tipo de contato foi determinante para que conexões similares fossem estabelecidas no Brasil durante a realização do seu trabalho sobre a história em torno da figura

¹⁷⁶ Citando uma entrevista com Della Cava, Green (2009) afirmou que o brasilianista demonstrou orgulho por ter tido contato e caminhado ao lado dos jovens sacerdotes Philip e Daniel Berrigan, que mais tarde se tornaram líderes da ala católica radical no movimento contra a guerra do Vietnã.

de Padre Cícero, quando passou quatorze meses entre pesquisas no Rio de Janeiro e cidades do nordeste, tendo presenciado, como outros brasilianistas, o fim do governo de João Goulart e o início da repressão sob o comando dos militares. Em especial, Della Cava se aproximou e criou laços de amizade com militantes da esquerda cristã no Brasil, como os membros da Ação Popular e da Juventude Universitária Católica, com quem manteve contato posteriormente.

Sobre essas movimentações nos Estados Unidos, é importante destacar que nem todas as ações praticadas passaram despercebidas pelo governo brasileiro, que procurou dificultar os projetos de alguns acadêmicos envolvidos em campanhas de oposição. Um desses casos envolve o texto *Terror in Brazil: a dossier*, distribuído amplamente na segunda Conferência nacional da Latin American Studies Association (LASA) em 1970, realizada em Washington, e que surtiu grande impacto no evento. Numa das reuniões, uma resolução unânime – de responsabilidade de Thomas Skidmore, que foi procurado por Della Cava e outros membros American Committee for Information about Brazil –, protestou contra a violação dos direitos dos acadêmicos e autorizou que uma missão fosse organizada a fim de preparar um relatório sobre a situação do país. De acordo com James Green (2003; 2009), como um reflexo desse ato, o governo brasileiro negou um visto temporário ao historiador em 1970, que havia sido convidado pelo cientista político Paulo Sérgio Pinheiro para ministrar um curso na UNICAMP sobre o pensamento social brasileiro do final do século XIX e início do XX, tema próximo do livro que publicou na Paz e Terra em 1976.

Apesar desse tipo de retaliação, que chegou a ser mais grave em outras situações, como na do sequestro de Werner Baer, Carlos Pelaez e Riordan Roett para realização de um “interrogatório” no Rio de Janeiro em 1970¹⁷⁷, os acadêmicos norte-americanos mantiveram suas pesquisas sobre o Brasil e continuaram com as visitas ao país nos próximos anos – o que deve ser visto também como parte do processo de institucionalização do ambiente acadêmico brasileiro, quando algumas áreas das humanas entraram definitivamente na órbita do sistema científico norte-americano nos anos 60 e 70. Nesse quadro, foi fundamental, por exemplo, a vinda de muitos estadunidenses para o Brasil por conta do financiamento de centros de pesquisa e programas de pós-graduação locais por suas instituições, como o aporte recebido pelo IUPERJ e o CEBRAP da Fundação Ford nesses anos. Nesse último caso, é válido destacar, na estruturação dessas parcerias, que se desdobraram em funções inerentes ao

¹⁷⁷ Uma das hipóteses para a ocorrência desse fato está na suposição dos militares de que os norte-americanos estavam envolvidos com esforços para divulgar o documento em apoio a Caio Prado Junior assinado por mais de noventa latino-americanistas como matéria paga em algum jornal brasileiro. A narração detalhada desse evento e das ações posteriores dos órgãos oficiais brasileiros e estadunidenses está no trabalho de James Green (2009).

trabalho da própria Ford no Brasil, surgiram ocasiões que favoreceram as relações entre aqueles que se tornaram autores e as pessoas fundamentais para formação do catálogo da Paz e Terra. Em foto publicada no trabalho de Sérgio Miceli datada de 1979 (1990, p.30), por exemplo, aparecem reunidos no Rio de Janeiro os membros do Comitê de Assessoria de Ciências Sociais da fundação norte-americana, entre eles: Juarez Brandão Lopes, Shepard Forman e Ruth Cardoso. Na entrevista cedida por Juarez B. Lopes (2010), inclusive, suas afirmações revelaram que os contatos com Forman, cuja obra foi indicada por ele à editora de Fernando Gasparian, ao serem consolidados também em outros espaços, ultrapassaram os limites da academia, tornando-os “amigos”.

Nesse momento, como já levantamos no capítulo anterior, o número de viagens de brasileiros aos Estados Unidos também foi significativa, seja para cursar o doutorado – como muitos futuros cientistas políticos e economistas – ou, no caso dos que já possuíam uma carreira consolidada e titulação, para participar de eventos e temporadas como professores e pesquisadores visitantes. Sem sombra de dúvida, os contatos estabelecidos com teorias e estudiosos das mais diversas áreas, especialmente os dedicados ao Brasil e à América Latina, também contribuíram para aprovação da sua presença nos meios brasileiros. Para uma visualização desse tipo de situação, que marcam possíveis raízes de publicações no Brasil, podemos citar uma viagem que envolveu Fernando Henrique Cardoso, figura central na ponte entre a produção intelectual e o universo editorial no Brasil desde os anos 60. O sociólogo, em 1971, participou de um *workshop* na Universidade de Yale sobre o *Brasil contemporâneo*, voltado, segundo Alfred Stepan, seu organizador, para discutir os problemas analíticos e contradições que tinham emergido com a instauração do regime militar em 1964¹⁷⁸. Esse evento, que resultou num livro publicado em 1973 nos Estados Unidos – com artigos de alguns dos participantes –, contou com as presenças de Thomas Skidmore, Luciano Martins, Ralph Della Cava, Janice Perlman, Albert Hirschman e Juan Linz, entre outros¹⁷⁹ – muitos, segundo Stepan, com contatos informais anteriores (STEPAN, 1973). Como já citamos em diversas passagens neste trabalho, desse grupo, alguns publicaram seus trabalhos na Paz e

¹⁷⁸ De acordo com Alfred Stepan (1973), entre essas situações estavam: o crescimento econômico associado à regressão das taxas de distribuição de renda; um sistema marcado pela repressão e tortura em uma nação com orgulho de ser harmônica e sem violência; e o apoio de uma parte da população aos militares apesar do cerceamento da liberdade.

¹⁷⁹ O livro, que não possui edição brasileira, foi publicado pela Editora da Universidade de Yale com o seguinte título: *Authoritarian Brazil. Origins, Policies, and Future*.

Terra, inclusive o próprio Alfred Stepan, que tem dois livros editados pela casa, sendo o segundo um desdobramento desse evento de 1971¹⁸⁰.

Outro caso, mas da década de 1980, relacionado a um encontro nos Estados Unidos e que resultou em uma publicação na própria *Estudos Brasileiros*, envolveu mais um dos “amigos” de Fernando Gasparian: o economista Edmar Bacha, com muitas passagens pelas universidades norte-americanas ao longo de sua trajetória e que, naquele momento, se associou ao historiador estadunidense Herbert Klein na organização do livro intitulado *Transição Incompleta. O Brasil desde 1945*. A obra, que foi publicada em 1986, trouxe em suas páginas os trabalhos apresentados na Conferência sobre *Evolução Social no Brasil desde 1945*, que aconteceu na Universidade de Columbia com apoio financeiro para a realização do evento e preparo do livro cedido, entre outras instituições, pela Fundação Ford. Além do sugestivo título do livro, logo na introdução encontramos os dois pesquisadores que organizaram o trabalho denominando a sociedade que vinha “atravessando os estágios do processo de modernização” de “Belíndia”, devido às mudanças profundas e incompletas que tornaram o Brasil uma mistura de Bélgica e Índia, ou seja, moderno e tradicional, sintetizando um aspecto importante das perspectivas sobre o Brasil à época e que perpassou toda a obra¹⁸¹. Composta por dois volumes, apresentou pesquisas sobre vários aspectos da estrutura social brasileira, contando com a participação de acadêmicos do Brasil e dos Estados Unidos, entre eles: Vilmar Faria, Claudio de Moura Castro, José Pastore, Thomas Merrick e David Goodman¹⁸².

Nesse contexto dos anos 1970 e 1980, também existiu o outro lado, isto é, os norte-americanos vieram para o Brasil participar de eventos científicos de um universo acadêmico que, só recentemente, estruturava-se em bases mais estáveis. Assim como nas situações que citamos acima, essas visitas também resultaram em contatos e acordos para publicações. Como exemplo, podemos citar o caso de Ralph Della Cava e sua segunda viagem para o Brasil em 1974, que ocorreu dez anos após o trabalho com as fontes para a tese de doutorado no sertão cearense. Nesse ano, o brasilianista saiu de seu país com o objetivo de participar da XXVI Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), realizada

¹⁸⁰ Em 1988, Alfred Stepan organizou uma obra onde reuniu novamente artigos de alguns autores para discutir os dilemas do Brasil contemporâneo, dessa vez relacionados à redemocratização, como uma continuidade do trabalho anterior. Nessa ocasião, mais uma vez, estiveram presentes os nomes de Ralph Della Cava, Thomas Skidmore e Fernando Henrique Cardoso, além de Edmar Bacha, Francisco Weffort, Bolívar Lamounier e Pedro Malan. Publicado primeiramente pela Paz e Terra – com o título de *Democratizando o Brasil* –, mas sem qualquer vínculo com alguma coleção da casa, que se reestruturava nesse momento, também foi editado nos Estados Unidos e no Reino Unido no ano posterior, pela Oxford University Press.

¹⁸¹ Essa ideia de “Belíndia” já havia sido trabalhada por Edmar Bacha em publicações da década de 70 na *Estudos Brasileiros* e em um artigo no *Opinião*.

¹⁸² Segundo a nota da introdução, também participaram do evento, como debatedores: Amaury de Souza, Pedro Malan, Pérsio Arida e Simon Schwartzman, entre outros.

em Recife. No evento, que teve como maior destaque as presenças dos economistas Celso Furtado e Ignacy Sachs, convidados para um exame da relação entre o meio ambiente e o desenvolvimento, Della Cava compôs a mesa *Aspectos do mundo rústico brasileiro*, proposta pela Associação dos Sociólogos do Estado de São Paulo (ASESP) e coordenada pela professora da USP Walnice Nogueira Galvão, cujo foco foi a discussão sobre aspectos variados da cultura nordestina.

Nesse encontro de 1974, sinalizando uma relação entre os cientistas sociais e a SBPC que se aprofundou com o andamento do processo de abertura, a ASESP, como parte Comissão Executiva da Sociedade, foi peça fundamental na organização do evento. Em junho de 1974, o presidente da associação, o Professor Duglas Teixeira Monteiro, do Departamento de Sociologia da USP, em uma reportagem da *Folha de São Paulo* – com o título *SBPC: sociólogos debaterão o meio ambiente* (1974, p.16) – deu uma série de declarações sobre a organização dos simpósios, seus significados, participantes e outros detalhes do encontro, citando, inclusive, o convite feito a Ralph Della Cava. Vale destacar que Duglas e o brasilianista, ambos estudiosos de movimentos que envolveram a religião no Brasil, tornaram-se próximos. É o que mostra o registro deixado pelo norte-americano em 1985 quando publicou o livro *A Igreja em flagrante. Catolicismo e sociedade na imprensa brasileira*: “À memória de Duglas Teixeira Monteiro, amigo estudioso e visionário”.

Quanto ao trabalho apresentado por Ralph Della Cava entre especialistas de diversas áreas na SBPC de 1974, não ficou restrito ao evento, tornando-se a base de sua participação na revista organizada pelo CEBRAP, a *Estudos Cebrap*, no ano posterior, onde editou um texto com o seguinte título: *Igreja e Estado no Brasil do Século XX: sete monografias recentes sobre o catolicismo brasileiro, 1916/64*. Foi também nessa vinda ao Brasil que Ralph Della Cava articulou sua presença no mercado editorial nacional com um livro. Na revista *Veja* da semana seguinte ao evento, ao lado de uma reportagem sobre o manifesto elaborado pelos cientistas brasileiros com sugestões e exigências em diversas áreas de pesquisa no país, foi publicada uma curta entrevista com o brasilianista. No espaço, além de questões sobre sua percepção do congresso e da produção recente dos acadêmicos locais, mas nenhuma sobre qualquer assunto da política atual, seu último comentário deixou claro o desejo que existia naquele momento de editar a obra que resultou de sua tese de doutorado também no Brasil, de modo que pudesse dar uma continuidade no estudo em torno da figura do padre de Juazeiro:

Além do mais, vou bater papo, comer “baião de dois” (feijão com arroz) e desfrutar a maravilha que é chegar ao Cariri na época da moagem da cana e poder sentir o cheiro do “puxa-puxa” quando é esticado. Pretendo também retomar o fio do meu

Padim Ciço e ver se uma possível edição do “Miracle at Joaseiro” em português poderia estender meu estudo até nossos dias (DELLA CAVA, 1974, p.66).

A entrevista foi cedida por Ralph Della Cava ainda durante a reunião da SBPC em Recife. Terminado o evento no dia 17 de julho, o historiador foi para o Rio de Janeiro pouco depois, onde a perspectiva apresentada ao repórter da *Veja* foi parcialmente concretizada. Sem lembranças muito precisas da situação, o brasilianista afirmou que conheceu Fernando Gasparian nesse momento, quando o editor fez o convite para a publicação de sua obra pela Paz e Terra:

Logo depois da reunião de Recife em Julho de 1974 da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, viajei pra Rio de Janeiro onde não estivera desde novembro de 1964.

Em seguida, conheci uma das figuras proeminentes da indústria editorial carioca daquele tempo, o Fernando Gasparian. Não lembro bem as circunstâncias do encontro, mas sei que o Fernando propôs de traduzir e publicar o livro e eu topei. Ele foi não só empresário e depois deputado, mas também um homem dedicado ao bem estar do povo do Brasil (DELLA CAVA, 2010).

O livro foi publicado pouco mais de dois anos depois pela *Estudos Brasileiros*, mas sem qualquer continuidade na pesquisa do tema e alteração do seu formato original. Da inserção na série e de seus diretores, Della Cava afirmou que na época não possuía conhecimento de que existiam, embora Aspásia Camargo – “pelo interesse comum sobre o Nordeste” – e Juarez B. Lopes – “por tê-lo conhecido via um amigo em comum, o saudoso Professor Octávio Ianni” – converteram-se também em “amigos” ao longo das suas visitas e dedicação à história do Brasil (DELLA CAVA, 2010). De fundamental no processo de edição da obra, o brasilianista registrou em entrevista a questão da tradução, que, para a sua satisfação, ficou a cargo da historiadora Maria Yedda Linhares:

Sobre a capa, formato, fontes e fotos não tive nenhuma intervenção. Acho que tudo se realizava entre a minha editora da edição original (em inglês) em Nova York, a Columbia University Press, e a Paz e Terra.

Enquanto à tradução, isto sim era uma outra história. O livro teve a sorte de cair nas mãos duma das maiores conhecedoras de inglês, a professor Maria Yedda Linhares, antiga colaboradora da BBC e ela mesma descendente de uma notável família cearense.

Trocávamos os textos pelo correio.

Uma norma inquebrantável era de citar sempre textualmente na edição brasileira os documentos originais achados nos arquivos de que eu dispunha (DELLA CAVA, 2010).

Para além do cuidado que foi tomado com a tradução da obra para o português, há aqui outro fato importante relacionado à escolha da responsável pelo trabalho. Assim como Fernando Gasparian e Ralph Della Cava, tratava-se de outra figura com histórico de embate

com o governo brasileiro. Maria Yedda Linhares foi aposentada compulsoriamente pelo AI-5 em 1968, quando ocupava a posição de professora titular de História Moderna e Contemporânea da UFRJ e de diretora da rádio do Ministério da Educação. Presa em mais de uma ocasião, exilou-se na França em 1969 e passou a dar aulas na Universidade de Vincenne e Toulouse com o apoio de Fernand Braudel. Por questões pessoais e acreditando que os primeiros passos em direção à abertura tinham sido dados, voltou ao Brasil em 1974, mas não encontrou vida fácil. Diferentemente do que ocorreu no trabalho para a Paz e Terra, local de fluxo de muitos opositores e/ou atingidos pelo regime, Linhares afirmou que, em função de seu currículo, certos espaços do setor privado não permitiam naqueles anos nem a sua assinatura nas traduções:

Em 1974, retornei por vontade própria e decidida a não viver mais longe dos netos. Novamente a luta pela sobrevivência foi difícil. Encontrei obstáculos intransponíveis no setor privado. Até como tradutora não me autorizavam a assinar as traduções que eu fazia. Finalmente, fui acolhida por um setor da Fundação Getúlio Vargas, onde eu e um pequeno grupo de jovens professores e economistas montamos um curso pioneiro de mestrado em Planejamento Agrícola, no final dos anos 1970 (LINHARES, 2012, p.15).

Para o trabalho publicado no catálogo da *Estudos Brasileiros*, além do registro como tradutora do livro nas primeiras páginas, Maria Yedda Linhares tornou-se a responsável pelo texto de apresentação posto para o público leitor nas orelhas da obra. A partir do conhecimento profundo que a tarefa de verter o texto para o português lhe proporcionou, a historiadora fez ali uma síntese elogiosa de alguns dos elementos determinantes da análise efetuada pelo norte-americano, com o que, por sua trajetória pessoal e acadêmica, também contribuiu para minorar o peso das desconfianças no terreno político e ideológico sobre a produção brasilianista entre os pares brasileiros.

Desse livro de Ralph Della Cava, como não houve mudanças da edição norte-americana para a publicada pela Paz e Terra, no início da versão editada na *Estudos Brasileiros* encontramos apenas o prefácio escrito pelo autor datado de 1970 – elaborado para que sua pesquisa compusesse a série de estudos sobre a América Latina do Instituto de Estudos Latino Americanos da Universidade de Columbia. Nesse texto, ao relatar o percurso que fez para compreender o fenômeno em torno de Padre Cícero, o brasilianista deixou um registro importante de como o tumultuado presente brasileiro, que vivenciou de perto e também do seu país – haja vista suas participações na organização dos manifestos nos Estados Unidos –, foi fundamental para a construção da análise que fez do passado, já que viu algo de comum entre aquele momento e o fato que queria analisar, embora tenha sido obrigado a

alterar a forma como concebeu essa relação ao longo no desenvolvimento da pesquisa. Essa mudança de perspectiva de Della Cava é significativa para o entendimento das principais discussões que estavam sendo travadas sobre o Brasil e a América Latina naqueles anos na academia norte-americana.

No pequeno prefácio, Ralph Della Cava afirmou que, quando escolheu o Brasil como tema de estudo em 1962, pensou que trataria do “País do Futuro”, marcado pelas reformas, rebeldia e a possibilidade de mudanças significativas, e para o qual olhava com certa simpatia:

Na época, foi de especial importância para mim a convicção de que o Brasil, o proverbial “País do Futuro”, lançara-se, havia uma década, no caminho de profundas reformas sociais. Nas cidades e no campo, populações até então entorpecidas e oprimidas acordavam para os seus direitos de nascença, como forjadores de seus próprios destinos. Homens e mulheres idealistas a elas se uniam, sobretudo estudantes universitários e jovens operários, que se congregavam sob uma nova e promissora liderança política comprometida com a autodeterminação e o bem-estar de todo o povo brasileiro (DELLA CAVA, 1977, p.13).

Em um testemunho mais recente, o brasilianista detalhou como as informações que dispunha acerca das manifestações de camponeses no interior tornaram-se uma das bases para que fosse formada essa imagem do Brasil no início do seu interesse pela região – e que, sobretudo, ia ao encontro com dos seus ideais políticos e também dos de outros alunos que frequentavam o curso ministrado por Charles Wagley na pós-graduação da Universidade de Columbia, um dos mais importantes centros de formação em temas da América Latina nesse momento nos Estados Unidos:

[Charles Wagley] por uma década, decano dos incipientes Estudos brasileiros nos Estados Unidos, foi inicialmente responsável pela minha mudança de interesse e, em função da sua afeição e contagiante entusiasmo pelo Brasil, também por uma mudança de sentimentos. [...] Suas páginas dedicadas aos movimentos sociais no Nordeste, como Canudos e Juazeiro, logo tornaram alguns de nós entusiastas da política contemporânea e das lutas do Terceiro Mundo, levando-nos a perceber naquele específico passado brasileiro os precursores das mudanças que viriam. Aquela impressão foi reforçada pelos relatos de Antonio Callado, grande jornalista e romancista do revolucionário despertar rural então ocorrendo em toda a região. Sua descrição do líder político Francisco Julião, que discursava em cima de um pau-de-arara, enquanto permanecia lado a lado a uma estátua do padre Cícero em tamanho natural, era toda a evidência que necessitávamos para reforçar nossas próprias expectativas políticas (DELLA CAVA, 2003, p.5).

Assim como para Thomas Skidmore e Warren Dean, é preciso levar em consideração para Ralph Della Cava o peso da movimentação na sociedade estadunidense daquela década. No seu caso, a aproximação com grupos católicos no contexto de luta pelos Direitos Civis e das manifestações que despontaram nas universidades em oposição à política exterior norte-americana contribuíram decisivamente para que o Brasil se tornasse um ponto de

convergência dos seus interesses, como podemos observar também no trecho dessa entrevista da década de 1980:

Há 22 anos, o Brasil era o País mais quente da América Latina, depois de Cuba. Aqui estavam evidentes todas as contradições da política de Kennedy, então foi fácil optar. Depois, com o aprofundamento dos estudos sobre a Igreja, era impossível não escolher o Brasil, maior país católico do mundo. (DELLA CAVA, 1985, p.34)

Frente a esse quadro, que lhe sinalizava mudanças profundas na sociedade brasileira, com o apoio do próprio Charles Wagley na categoria de orientador da pesquisa, Ralph Della Cava afirmou no pequeno prefácio que optou pelo estudo do movimento de protesto “religioso-popular” em Juazeiro tendo em vista a possibilidade de identificar no fim do século XIX as raízes do que acontecia no presente – já que, em sua perspectiva, naquele momento da história do nordeste, “parecia” existir o “precursor do despertar que então se verificava pelo Brasil afora”. Uma hipótese que, no entanto, logo demonstrou suas deficiências. Segundo o historiador, no começo do trabalho, a partir da “pesquisa no campo”, que se deu entre 1963 e 1964, percebeu que “as tendências populistas do movimento de Juazeiro, assim como aquelas que estiveram em jogo no Brasil antes de 1964, foram abortadas”¹⁸³ (DELLA CAVA, 1977, p.14). Sendo assim, sem que o termo “populista” carregasse um sentido negativo, se existia uma relação entre os dois processos, era o do desaparecimento de objetivos ou expressões mais voltadas ao popular no meio das manifestações, controlados com eficácia por outras forças da organização social e política brasileira. Com essa constatação, Della Cava foi à busca de outras perspectivas para analisar a história que queria registrar.

Naturalmente, Ralph Della Cava não foi o único norte-americano nessa década que precisou acertar o rumo das expectativas com relação ao Brasil. Nesse ponto, vale citarmos aqui o relato do antropólogo Shepard Forman sobre o desenvolvimento de mais uma tese de doutorado com os resultados publicados em livro também na *Estudos Brasileiros*. Ele confirma esse processo no qual a imagem do país ganhou seus principais contornos a partir da busca por elementos que prometiam uma grande reviravolta, mas que se demonstraram pouco condizentes com a realidade durante a visita feita para a pesquisa e o correr dos fatos:

Antes de a reunião começar, entrevistei um velho camponês, na esperança de compreender alguns dos seus problemas e de discernir a amplitude e o significado

¹⁸³ Seguindo a tendência de outros brasilianistas, Ralph Della Cava relatou que essa viagem de pesquisa foi fundamental para o desenvolvimento do projeto e de suas conclusões. Segundo o historiador, naquele momento, foi possível acessar uma espécie de “reservatório da história oral de Juazeiro” através da participação diária em várias “rodas de calçada” – quando, entre cadeiras de balanço e as ruas, conversou com muitas pessoas e tomou ciência de “fatos, conflitos e interpretações” que sintetizavam como a história havia sido “vívda e sentida” por importantes “personagens” (DELLA CAVA, 1976).

do então muito falado movimento político do campesinato, que começara a levantar temores de uma revolução ao estilo cubano no interior do Brasil. “Sim, Senhor”, respondeu o ancião quando perguntei se ele já tinha ouvido falar de Francisco Julião, o famoso líder das Ligas Camponesas. “Ele é o Príncipe da Vida que vai nos dar o nosso ganha-pão”. “O Senhor já ouviu falar de Fidel Castro?”, perguntei ao pobre parceiro. “Não, Senhor, respondeu. “O Senhor já ouviu falar de Cuba?”, insisti. “Sim, Senhor”. O meu vizinho tem um rádio transistor que disse que havia uma guerra lá. Afinal quem venceu a guerra?”

Durante a reunião, os capangas dos proprietários locais abriram fogo sobre o grupo de camponeses e camponesas aglomerados na praça principal para ouvir os jovens organizadores da Liga Camponesa. No tiroteio indiscriminado, várias pessoas saíram feridas e um garoto de doze anos morreu com uma bala na cabeça. Desde aquela época, e durante os dez anos de estudo e ensino sobre o Brasil, tenho refletido sobre quem poderia vencer a guerra brasileira contra a pobreza, o analfabetismo e as moléstias que afligem a maioria esmagadora da população rural. Tenho pensado se os camponeses, num fervor revolucionário, se colocariam contra uma estrutura agrária que domina o Brasil há quatro séculos, e que continua a exercer uma extraordinária influência nos assuntos governamentais até hoje. Em outras palavras, eu me pergunto se os muitos esquemas de desenvolvimento e programas de ajuda estrangeira têm condições de levantar o nível de vida das massas antes que elas próprias se decidam a sublevar-se a um custo muito grande – e provavelmente com resultados sem muito efeito.

É lógico que esta última consideração é pouco provável num momento em que uma ditadura militar bem fincada mantém as massas sob rédeas curtas, e procura atrelá-las ao objetivo nacional do “desenvolvimento transamazônico”. Esta panaceia desenvolvimentista, assim como outras apresentadas como paliativos para as massas da nação, oferece atrativos maiores para as elites agrárias e industriais do que para os camponeses e trabalhadores rurais (FORMAN, 1979, p.19-20).

É significativo como para o antropólogo – também um aluno na Universidade de Columbia sob a orientação de Charles Wagley no mesmo período em que Della Cava – o contato com a realidade local por meio da participação em um dos encontros das Ligas Camponesas serviu para que despertasse para a gravidade da situação do camponês no Brasil. Acima de tudo, para uma tomada de consciência dos muitos limites com relação a uma transformação profunda e em curto prazo na vida dos integrantes do grupo. Pensada por esse prisma, a descrição tem ainda mais relevo pela presença da preocupação do estudioso com a Revolução Cubana no episódio, que também motivou tantos outros acadêmicos e o financiamento de estudos pelo governo dos Estados Unidos em razão da suspeita de que se tornasse paradigmática no continente, mas para a qual o nordestino comum demonstrou-se quase completamente alheio. Nesse momento, Shepard Forman parece ter se distanciado de uma imagem pré-concebida acerca da movimentação no interior brasileiro e se posicionado frente a uma realidade que, durante os anos de trabalho e de preparação da tese e do livro, não apresentou grandes possibilidades para um fim definitivo.

Além dos acertos naturais no processo de desenvolvimento de qualquer pesquisa, essas mudanças na forma de ver Brasil dos dois brasilianistas tornam-se ainda mais comuns e, ao mesmo tempo, significativas, se observarmos que, nos anos em que os trabalhos estavam

sendo preparados, foi iniciada a revisão de uma diversidade de representações do país, sobretudo do modo e das possibilidades de transição para formas consideradas mais “avançadas” de organização social. Se tomarmos como base os debates nos Estados Unidos dos anos 60 e 70, aos quais, pelos seus vínculos, esses autores estavam muito atentos, o momento é o de questionamento da chamada teoria da modernização (BERGER, 1995) – até então o mais importante instrumento de interpretação para os problemas e fatos da América Latina na acadêmica norte-americana.

Da teoria da modernização nos Estados Unidos, é importante destacar, primeiramente, a forte relação que possuiu com a política. Articulada especialmente a partir de 1945, deve ser vista como uma ação dos cientistas sociais e outros especialistas para definir um sistema que pudesse determinar um padrão global de mudança. Num tempo de Guerra Fria – seu o auge de assimilação ocorreu durante a década de 1950 –, foi utilizada conscientemente como uma proposta teórica alternativa ao marxismo, nesse sentido, como o caminho que distanciaria os países pobres da Revolução Comunista sob uma possível liderança da União Soviética (RIBEIRO, 2007)¹⁸⁴. Foi para tanto, inclusive, que os Estados Unidos e outras potências ocidentais figuraram como os exemplos a serem seguidos pelo terceiro mundo nas suas proposições, cujos países foram informados que, gradativamente e sem qualquer ímpeto revolucionário, podiam trilhar o percurso seguro entre uma economia agrária e de características feudais (sociedade tradicional) para uma economia urbano-industrial e de valores capitalistas (sociedade moderna) – um tipo de organização que, evidentemente, garantia a hegemonia norte-americana no mundo (JACKSON, 1993).

Nesse quadro, deve ser ressaltado também que, com influências que vinham do século XIX, a teoria da modernização nos Estados Unidos possuía em suas bases duas raízes marcantes: o pensamento evolucionista e o funcionalismo de Talcott Parsons, que contribuíram para a formação de um conjunto de princípios em que a modernização ganhou o status de um processo, frequentemente denominado como difusão, que por meio da economia abarcava toda sociedade, afetando aspectos relacionados aos valores, à religião, à organização familiar e ao tipo de governo (SO, 1990). Dentro das análises da teoria, portanto, a economia foi considerada o ponto inicial e a melhor estimuladora para que ocorressem as transformações em toda a estrutura de um país, aproximando-o da “modernidade” e o distanciando de qualquer tipo de organização “tradicional”. Assim, no início, pode ser dito que os teóricos da modernização perceberam um vínculo causal direto entre crescimento

¹⁸⁴ É consenso que a obra *The Stages of Economic Growth: a non-communist Manifest* de Walt Whitman Rostow é uma declaração clássica da teoria da modernização nesse período nos Estados Unidos.

econômico, mudança social e democratização – termos e ordem que passaram a serem válidos para compreensão dos processos de mudança em todas as regiões consideradas subdesenvolvidas (BERGER, 1995).

Muitos aspectos dessa teoria da modernização influenciaram várias áreas de estudo, uma vez que imperava na década de 50 uma verdadeira onda interdisciplinar – ponto chave nos espaços dedicados às pesquisas de outros países nos Estados Unidos, os chamados “estudos de área”¹⁸⁵. Na política, uma de suas influências mais marcantes se deu com a elaboração da Aliança Para o Progresso, quando o presidente Kennedy, assessorado por especialistas e convencido de que o progresso econômico e social aumentaria a possibilidade do enraizamento democrático, foi responsável por um dos maiores esforços para a sua promoção na América Latina. Nesse momento, foram criadas medidas que visavam à reforma econômica – com o objetivo de aumentar as taxas de desenvolvimento anual –, alcançar maior produtividade no campo, erradicar o analfabetismo, estimular a diversificação do comércio e melhorar a distribuição de renda na região – afirmando a “missão” modernizadora dos Estados Unidos na área¹⁸⁶ (BERGER, 1995)

Apesar da difusão alcançada por esse tipo de análise e, por conseguinte, de um tipo de saída para os problemas do continente, a crescente oposição às medidas da política exterior norte-americana, estimulada pelos próprios fracassos da própria Aliança para o Progresso, resultaram numa desilusão com a suposta capacidade do desenvolvimento econômico em trazer o “avanço” para a América Latina¹⁸⁷. Perto da metade dos anos 60, no momento em que a teoria da dependência¹⁸⁸ também começou a ganhar adeptos no ambiente acadêmico

¹⁸⁵Podemos definir os estudos de área nas universidades norte-americanas como o resultado da união de especialistas de várias disciplinas através de projetos de departamento ou de institutos especializados para tratar de uma região do mundo a partir de um enfoque que privilegiasse a abordagem multidisciplinar. A área, dependendo do caso, poderia ser uma unidade geográfica, um continente, um grupo cultural, ou uma nação (BASADRE, 1949, p.61).

¹⁸⁶Houve a contribuição de latino-americanistas no Task Force on Latin America, fonte chave para a política dos EUA durante a era Kennedy (BERGER, 1995). Thomas Skidmore (1998), denominando certos autores como “otimistas para a democracia”, também viu em algumas pesquisas desse período análises condizentes com os desejos que seriam expressos no programa. Entre os exemplos colocou o trabalho *Political change in Latin America: the emergence of the middle sectors* publicado em 1958 por John J. Johnson. O livro, de acordo com o historiador, colocava a classe média como um dos focos para a difusão da mudança, endossando os princípios de transformação democrática posteriormente pregada pela era Kennedy.

¹⁸⁷Embora distante de uma revolução comunista, com as medidas dos Estados Unidos, ao invés do progresso econômico e social aumentar o enraizamento democrático, a região cresceu com ausência de distribuição de renda e, principalmente, passou por sucessivos golpes e a instauração de ditaduras militares, desbancando pontos chave das análises da região (BERGER, 1995).

¹⁸⁸Jeffrey Jackson (1993) analisou a teoria da dependência como uma resposta dos intelectuais latino-americanos à leitura desenvolvida pela sociologia norte-americana com a teoria da modernização. Influenciada pelos modelos da CEPAL e de correntes marxistas renovadas após a Revolução Cubana e a Chinesa, na teoria da dependência as causas e origens da pobreza, da desigualdade e de um sistema político corrupto e autoritário passaram a ser buscadas no exterior, notadamente nos Estados Unidos e no sistema capitalista defendido pela

estadunidense, a ordem dos fatores da teoria da modernização, assim como os próprios fatores, começaram a ser questionados. Desde então, a economia, antes o ponto central das formulações, perdeu muito do seu espaço. Em alguns estudos, por exemplo, os principais problemas latino-americanos e do “terceiro mundo” foram vistos como resultado do lento desenvolvimento das instituições políticas perante as mudanças econômicas e sociais – um ponto deixado de lado nas políticas de Washington e que passou a ser priorizado nas pesquisas, especialmente na Ciência Política¹⁸⁹. Também é desse período, sobretudo, a descaracterização da dicotomia tradicional ou moderno, diminuindo a força da ideia de que a existência de um estado levava a exclusão do outro. Nesse caso, alguns autores apontaram que mesmo as sociedades consideradas desenvolvidas resultavam da fusão dos dois elementos. Sendo assim, ao invés de decretarem o fim da tradição, falou-se de sua capacidade de adaptação perante as transformações que assolavam as várias esferas da sociedade e na sua força para conduzir um determinado tipo de desenvolvimento – que deixou de ser visto como um movimento unidirecional e linear (SO, 1990; BERGER, 1995).

No trabalho de Shepard Forman, alguns aspectos dessas novas “chaves explicativas”, que se desenvolviam por várias frentes combatendo a força da visão anterior, inclusive no Brasil, onde os fatos dos anos 60 também foram fundamentais para as transformações na forma de pensar o continente e suas transições¹⁹⁰, tornaram-se suas principais referências para a análise da participação dos camponeses na sociedade brasileira até 1971, quando afirmou ter

potência em suas ações. Para essas primeiras versões, uma mudança real para os menos desenvolvidos só viria com a ruptura das relações norte e sul e não pela sua intensificação. De acordo com Berger (1995), o principal condutor para sua entrada nos Estados Unidos foi André Gunder Frank, autor de ensaios editados durante a década de 60 e de um dos principais livros dessa corrente: *Capitalism and Underdevelopment in Latin America: historical studies of Chile and Brasil*, publicado em 1967. Em seguida, surgiram também correntes menos afeitas a revoluções estruturais, como é o caso da dependência associada de Fernando Henrique Cardoso.

¹⁸⁹ Um dos principais proponentes dessa linha foi Samuel Huntington, que defendeu não existir conexão entre subdesenvolvimento e instabilidade, sendo a tentativa de modernizar e não a falta de modernidade o que resultou na instabilidade política da região. Para Mark Berger (1995), Huntington produziu um dos livros mais influentes sobre a modernização na América: *Political order in changing societies*, publicado em 1968. Sua análise, atenta ao desenvolvimento e debilidades das instituições políticas ganhou espaço também entre os brasileiros, com os cientistas políticos que foram aos Estados Unidos para cumprir o doutorado (KEINERT, 2010).

¹⁹⁰ Grosso modo, como já pontuamos em outra parte desse trabalho, se antes de 1964 as esperanças que vinham da década de 1950 em torno da “aliança” da suposta burguesia nacional, dos operários e das classes médias para conduzir o progresso e acertar o passo do país com as grandes potências já eram questionadas, frente ao quadro do novo regime afundaram por completo. São nesses anos – de desenvolvimento econômico com ausência de igualdade social, sem liberdade política e, por conseguinte, de esfacelamento da democracia –, que outros modelos aprofundaram a explicação de como o trânsito para a modernização no país era direcionado por uma coalizão entre elites modernas e elites tradicionais, resultando em revolução sem revolução, cooptação e não representação, consolidando o fim da rigidez das fórmulas dualistas tão em voga anteriormente pela influência exercida pela CEPAL e o ISEB (WERNECK VIANA, 1997). Como afirmou Milton Lahuerta (2008) em artigo sobre a atuação do grupo de sociólogos de São Paulo, o dilema brasileiro durante os anos 60 tornou-se muito mais complexo: “Com o golpe militar e suas consequências, o desafio intelectual não seria mais apenas o de compreender e superar os obstáculos estruturais à modernização do país, mas, fundamentalmente, o de desvendar como o desenvolvimento se separaria da democracia, assumindo novas formas através das quais o ‘atraso’ se combinava com o ‘moderno’ e era funcional a ele” (LAHUERTA, 2008, p.350).

finalizado a redação do livro nascido com a tese de doutorado. Pouco otimista com a possibilidade de mudança profunda e real, inclusive por ações de programas de ajuda estrangeira, o pesquisador afirmou, por exemplo, que existia no Brasil um “dualismo peculiar”, marcado não pela separação, isolamento ou confrontação das partes, mas por sistemas “ligados simbioticamente através dos tempos”, que fazia do camponês parte integrante da vida nacional, embora sua participação “integral naquela vida boa” fosse sempre limitada. Segundo Forman, ao propor essa análise, não estava apenas afirmando de uma “maneira complicada” que o camponês brasileiro possuía essencialmente um título de “cidadão de segunda categoria”, mas era a melhor forma de definir o dilema sobre a maneira pela qual o homem do campo tinha obrigatoriamente que produzir para um sistema do qual, na realidade, não participava – em que havia crescimento econômico e, ao mesmo tempo, uma disparidade crescente tornava a sua vida e de outros grupos ainda mais dura e sem muitas saídas (FORMAN, 1979, p.20-21).

Na pesquisa desenvolvida por Ralph Della Cava encontramos o mesmo tipo de olhar estruturando boa parte da argumentação a respeito do movimento liderado pelo Padre Cícero. Nela, o historiador foi claro quanto a sua disposição em reformular o “ponto de vista brasileiro de longa tradição”, e ainda amplamente utilizado, que afirmava a existência de um conflito ou espécie de barreira entre a “cultura moderna e sofisticada” dos centros urbanos do litoral e a “cultura arcaica e atrasada do interior abandonado”. De acordo com Della Cava, essa visão dualista não se enquadrava no caso de Juazeiro, uma vez que, além de integrado em muitos níveis a uma única “ordem social de âmbito nacional”, o objetivo da movimentação no interior estava na busca por um “Brasil mais igual”, isto é, em participar, a seu modo, do processo de desenvolvimento e “tirar uma fatia maior” das suas “vantagens” – distante, portanto, de qualquer resistência às conquistas e avanços de desenvolvimento do litoral e efetuado por outras elites (DELLA CAVA, 1977, p.20).

Entretanto, ainda segundo o historiador norte-americano, esse movimento no interior cearense não foi conduzido em favor dos camponeses. E esse é o ponto em que a Juazeiro do começo século está próxima do nordeste que conheceu em 1964. Como já afirmamos, em ambos, para o brasilianista, o “despertar” das massas rurais foi “abortado”. Atento a esse sentido, sua narrativa buscou demonstrar como o movimento, inicialmente de cunho religioso – sem que isso significasse a ausência do desejo dos mais pobres de “controlar o meio adverso e sobrepujar as injustiças sociais que faziam de suas vidas uma desgraça” (1977, p.120) –, se tornou “eminentemente político e o baluarte das forças conservadoras”. Para tanto, foi fundamental a atuação do padre Cícero como líder, que se tornou um “agente chave do

processo de modernização do esquecido nordeste”, de inspiração “conservadora, capitalista e paternalista”. Foi ele o responsável, segundo Della Cava, por manter a “ordem” num tempo de transição, controlando comportamentos e a oferta da mão de obra na área, que se inseria cada vez mais na economia nacional e global. Ao mesmo tempo, por meio dos cargos políticos, foi capaz de selar os acordos também entre as elites da região, entre comerciantes e coronéis, tornando-se o caminho do equilíbrio entre o velho e o novo em mais aquele espaço da sociedade brasileira (DELLA CAVA, 1977).

Ao lado desses dois trabalhos, o livro de outro historiador estadunidense publicado na *Estudos Brasileiros* trouxe reflexões que também caminharam nesse sentido. Peter Louis Eisenberg, mais um dos alunos que frequentou o programa de doutorado da Universidade de Columbia durante a década de 1960, deu a sua obra um título extremamente significativo para aquele contexto político e intelectual: *Modernização sem mudança. A indústria açucareira de Pernambuco 1840-1910* – por si só, uma síntese das considerações que vinham sendo desenvolvidas e que estamos relatando¹⁹¹. Publicado primeiramente nos Estados Unidos em 1975, entrou no catálogo Paz e Terra no mesmo ano em que o trabalho de Ralph Della Cava: 1977, por meio de uma parceria entre a editora de Fernando Gasparian e a da Universidade de Campinas. Diferentemente dessa geração de estudiosos estrangeiros, que desenvolveu poucos vínculos formais com os centros de ensino e pesquisa brasileiros, no momento da publicação, Eisenberg ocupava há dois anos o cargo de professor de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, onde permaneceu desenvolvendo seu trabalho até o ano da sua morte, que ocorreu em 1988.

Em *Modernização sem mudança*, utilizando-se de uma extensa e inédita documentação, entre publicações da imprensa local e fontes de cartórios, Peter Eisenberg fez uma crítica rigorosa ao principal eixo da teoria da modernização em voga nos Estados Unidos desde os anos 50. Assim como seus outros dois colegas do Instituto de Estudos de Columbia, com foco estratégico em uma região do nordeste brasileiro, alvo das atenções na Aliança Para o Progresso pela sua pobreza extrema, o brasilianista mostrou como o desenvolvimento técnico da indústria açucareira em Pernambuco, concomitante à mudança do trabalho escravo para o trabalho livre, não trouxe mudanças sociais profundas. Segundo o historiador, a

¹⁹¹ Ao descrever a história desse seu primeiro trabalho sobre o Brasil, Eisenberg afirmou: “Meu interesse pelo açúcar e Pernambuco foi despertado pela leitura de “Casa Grande e Senzala”, de Gilberto Freyre. Em 1965 Charles Wagley sugeriu-me a transição do engenho à usina como tema de tese de doutorado. Lewis Hanke acompanhou a evolução da tese em suas primeiras etapas e E. Bradford Burns orientou sua elaboração e defesa em 1969” (EISENBERG, 1977, p.19). Sobre a presença da obra de Freyre em suas considerações, a despeito de tê-lo utilizado muito para a descrição do cotidiano na região, seguindo a linha de outros autores da *Estudos Brasileiros*, não deixou de criticá-lo pela “nostalgia romântica” e as afirmações que apontavam a “doce vida dos escravos” (1977, p.225).

tradicional elite do engenho soube aliar poder econômico e político para manter inalterada sua posição social privilegiada na era das usinas. Dessa forma, mesmo com as transformações na esfera produtiva em um momento de crise, a despeito do que pregavam governo e alguns teóricos, a história mostrava que uma mudança em termos de distribuição do poder e de renda nem sempre acontecia. Para os trabalhadores do açúcar em Pernambuco, entre os que nasceram livres e ex-escravos, o investimento de capital e a chegada de certo “progresso” não transformaram a condição de miséria a que estavam submetidos desde o início das atividades econômicas na área (EISENBERG, 1977).

Há também no trabalho de Peter Eisenberg sobre Pernambuco uma constante citação da história cubana do final do século XIX, natural pela importância da ilha nos rumos da produção mundial de açúcar e, por conseguinte, para o que acontecia no nordeste brasileiro no mesmo período. Entretanto, como um reflexo do contexto em que seu estudo foi desenvolvido, a comparação teve seu ápice quando arriscou uma hipótese sobre o futuro do estado brasileiro, onde deixou registrado, indiretamente, que um levante como o liderado por Fidel Castro ainda podia acontecer, haja vista a essência do tipo de modernização desenvolvida nos dois lugares:

O Brasil dificilmente pode ser tido como a única área colonial ou semi-colonial em que a modernização preservou a estrutura tradicional. Não foi por acidente que Cuba, uma das mais adiantadas colônias açucareiras do hemisfério ocidental, tanto em tecnologia quanto no desenvolvimento de organizações trabalhistas, realizou a primeira experiência, bem sucedida, de revolução socialista. Nenhum montante de investimento capital ou nenhuma revisão dos métodos de trabalho nas economias capitalistas de exportação agrícola podem render benefícios sociais a menos que as mudanças intensifiquem o controle e a participação dos trabalhadores na produção. Cuba deu início a sua revolução em 1959. Pernambuco atravessou diversos reajustamentos, nos últimos vinte e cinco anos do século passado, mas ainda aguarda uma modernização que seja mais benéfica (EISENBERG, 1977, p.251).

Essa conclusão se deu depois de Peter Eisenberg analisar conjecturas para a solução da crise do açúcar no século XIX não levadas a efeito de fato no Brasil: a recolonização de Pernambuco ou uma reforma agrária radical na região¹⁹². Para o historiador norte-americano,

¹⁹² Ao detalhar o que seria essa “reforma agrária radical”, Eisenberg afirmou: “Um governo menos submisso ao controle dos produtores de açúcar poderia ter optado pela reforma agrária, conjuntamente com a diversificação, para evitar os efeitos da estagnação açucareira sobre a renda. Cultivando mais ampla variedade de produto exportáveis, como açúcar, algodão, fumo e outros de consumo regional, os pernambucanos poderiam ter ficado relativamente imunes às violentas mudanças em qualquer dos mercados, podendo também ter satisfeito as necessidades dos importadores em moeda estrangeira. Maior quantidade de terras marginais poderia ter sido usada para a pecuária, a avicultura, ou hortaliças, melhorando o nível nutritivo geral. O governo teria de fornecer o crédito substancial, implícito em tal reforma agrária, sob a forma de pequenos empréstimos, em vez de dar grandes subsídios aos usineiros, que na maior parte, afinal, não foram pagos de forma alguma. A terra necessária teria de ser tomada aos proprietários, assim aumentando ou o número de propriedades sem criar minifúndios, ou o número de proprietários através de cooperativas ou de organizações coletivas. O resultado teria sido uma

a recolonização, como mostrava a experiência cubana com o capital dos Estados Unidos, não teria efeitos tão distantes do desenrolar dos fatos no nordeste, isto é, a manutenção de uma “estrutura tradicional”. Uma mudança mais profunda, de acordo com o brasilianista, só viria pela adoção da segunda opção, a única capaz de produzir “um padrão socialmente eficaz de desenvolvimento”, sobretudo pela melhor distribuição das riquezas produzidas. Dessa forma, se atentarmos para o trecho acima, que coloca Pernambuco ainda numa encruzilhada, esta afirmativa também soa como uma solução para o presente, pois seria capaz de fomentar o necessário protagonismo dos trabalhadores no processo de produção, fazendo da modernização um processo mais “benéfico” sem, necessariamente, ter origem num ímpeto revolucionário, que foi o fim de Cuba.

Assim como no trabalho de Ralph Della Cava, a apresentação do livro de Peter Eisenberg na Paz e Terra caiu em mãos já vitimadas pelo governo dos militares. Significativamente, quem assinou o texto nas primeiras páginas foi o geógrafo Manuel Correa de Andrade, autor, entre outros livros, do conhecido *A terra e o homem no Nordeste*, publicado em 1963 pela editora Brasiliense e onde a reforma agrária na região, no momento em que as Ligas Camponesas estavam em pleno funcionamento, foi discutida e apoiada – muito em função desse perfil, Manuel Correia tornou-se um dos responsáveis pela política agrícola no governo de Miguel Arraes, tendo sido preso e exilado em 1964¹⁹³. Nesse caso, o coro dos elogios e da importância do estudo foi engrossado também pelas palavras de Paul Singer, que escreveu as orelhas do livro. O economista e membro do CEBRAP, ao lado de outros detalhes da obra, registrou seu aval para os leitores lembrando da capacidade do autor em discutir com a história, “propondo” para o Nordeste outras alternativas que não “o atraso e a estagnação” depois da crise do século XIX, numa alusão à discussão que citamos sobre a reforma agrária ou a recolonização.

Tanto Paul Singer quanto Manuel Correia de Andrade foram citados nos agradecimentos registrados pelo historiador estadunidense no prefácio à edição norte-americana, num sinal claro de que os conheceu ainda durante a preparação da pesquisa nos anos 60. Também nessas páginas iniciais do livro, mas no prefácio escrito especificamente para edição no Brasil, Peter Eisenberg fez menção direta aos que contribuíram para a

redução do produto regional bruto e uma distribuição mais igualitária de tal produto. Tal reforma, no Brasil do século XIX, seria politicamente irrealista, é claro, embora não fosse impensável conforme o testemunham os documentos redigidos em 1847 e 1848 por Antonio Pedro de Figueiredo” (1977, p.250).

¹⁹³ Naturalmente, a apreciação de Manuel Correia de Andrade da pesquisa e do norte-americano foram as mais positivas possíveis, chegando ao ponto de afirmar, sem qualquer receio com a nacionalidade de Peter Eisenberg, que ele conseguiu, pelo fato de ter vivido por um período em Olinda entre 1966 e 1967, “abrasileirar-se”, sentindo “de perto o problema dessa civilização”.

publicação, incluindo duas figuras centrais na composição do catálogo da “Estudos Brasileiros” ao lado de Fernando Gasparian: o diretor da série Juarez Brandão Lopes e Fernando Henrique Cardoso.

Pela colaboração na realização desta edição agradeço a Juarez Brandão Lopes, Fernando Henrique Cardoso, Manuel Tosta Berlinck, e ao professor Dr. Zeferino Vaz, Reitor da Universidade Estadual de Campinas (EISENBERG, 1977, p.13).

Ademais, esse espaço da edição também foi aproveitado pelo historiador para revelar que ali cumpria a “promessa” de tornar seus estudos mais acessíveis ao público leitor brasileiro, procurando demonstrar honestidade intelectual e compromisso com o país, em mais um ato que pode ser visto como parte do combate às suspeitas em relação às obras dos brasilianistas nesses anos:

Com a publicação desta tradução cumpro uma promessa feita a mim mesmo, ao iniciar meus estudos sobre a história do Brasil, qual seja, a de tornar mais acessível ao público brasileiro seus resultados. A presente edição procura realizar este propósito de várias maneiras. Primeiro, ela pretende atingir o leitor que não domina o inglês. Segundo ela é editada numa tiragem maior que a original. Terceiro, para facilitar a consulta às fontes, sempre cito nas notas a versão em português, quando existentes, de livros originalmente publicados em outros idiomas (EISENBERG, 1977, p.13).

Ainda do conjunto de pesquisadores que passou pelo doutorado na Universidade de Columbia nos anos 1960, também participou da *Estudos Brasileiros* outra importante referência do universo brasilianista nas próximas décadas: o historiador Joseph Love. E ele não compôs a coleção da Paz e Terra sozinho, já que sua obra fazia parte de um projeto que contou com trabalhos de dois outros historiadores também publicados na série de Fernando Gasparian: Robert Levine – com doutorado por Princeton – e John Wirth – que adquiriu seu título pela Universidade de Stanford¹⁹⁴.

Ao responder nossos questionamentos sobre a forma em que se deu o contato que concretizou a edição dos livros, Joseph Love declarou apenas, sem ter precisão com relação à origem das negociações, que a decisão de publicar os resultados de pesquisas realizadas em conjunto durante dez anos na Paz e Terra não foi tomada sozinha. Afirmou também, seguindo casos de outros autores, ter participado durante o processo de um jantar na casa do editor, que contou com a presença, entre outras pessoas, de Celso Furtado e de Fernando Henrique Cardoso – esse, o prefaciador de uma das obras:

¹⁹⁴ Apesar desses dois autores possuírem títulos em programas de doutorado de outras universidades, Love afirmou que os conheceu em Columbia, para onde foram para complementar sua formação (LOVE, 2003).

Foi uma decisão coletiva dos três autores. As versões em Inglês já tinham sido publicadas. Como isso aconteceu há quase 30 anos, não me lembro de como entramos em contato com a editora, mas no processo assisti a um jantar na casa de Fernando Gasparian. Celso Furtado e Fernando Henrique estavam presentes, entre outros (LOVE, 2010).

Ainda segundo as afirmações de Love, a “escolha” da Paz e Terra levou em conta não só os aspectos técnicos da produção, mas também a “reputação” que a editora possuía na área das Ciências Sociais:

Julgamos – Levine, Wirth e eu – que, naquele momento, a Paz e Terra era a melhor editora no Brasil em termos de produto gráfico, distribuição, publicidade, e reputação em ciências sociais. A propósito, os títulos em português foram impostos pela editora, para vender melhor no Brasil. O título inglês foi *São Paulo in the Brazilian Federation* e o título português, *A Locomotiva* [...] (LOVE, 2010)

Vale destacar que nenhum dos pesquisadores estreou no Brasil com a publicação desses trabalhos desenvolvidos a partir desse projeto em grupo. Quando da negociação com a Paz e Terra, todos já haviam editado suas teses de doutorado nos Estados Unidos perto dos anos 70 e acertado com outras editoras para publicação da versão em português – possuindo, dessa forma, certa experiência no mercado editorial brasileiro¹⁹⁵. Robert Levine, inclusive, enfrentou grandes problemas nesse processo, envolvendo até mesmo a censura, que contribuiu para que seu primeiro livro fosse publicado no Brasil dez anos após a edição norte-americana. Seu relato do caso, embora extenso e sem os nomes das casas editoriais envolvidas, é importante pelo detalhamento de algumas das dificuldades do historiador estrangeiro em publicar no país nesses anos, que não encontramos nas descrições dos que editaram seus livros pela “Paz e Terra” e deve ter pesado para a escolha da casa como local de publicação das três obras:

Seis meses depois de ter publicado o livro sobre Vargas nos Estados Unidos, o Boris Fausto, em Nova York, recomendou-me que mandasse uma cópia para uma determinada editora, que nunca respondeu ... Uma outra editora se interessou e me convenceu a publicar o livro por ela... A casa editora havia prometido várias coisas, como o envio da tradução para ser autorizada, o que é sempre bom para evitar os problemas comuns que ocorrem quando se publica algum texto sem que o autor tenha a oportunidade de ver a tradução antes... Depois destes acertos, o tempo começou a correr e nada acontecia. Sempre que perguntava sobre o que estava acontecendo, eles respondiam com uma desculpa qualquer, sugerindo modificações, até que finalmente o editor confessou que temia a censura, pois caso a publicação fosse apanhada, haveria um prejuízo grande... Então, para cortar caminho, resolvemos que seria mais prático se o editor mesmo mandasse voluntariamente para

¹⁹⁵ Joseph Love, em 1971, publicou nos Estados Unidos o livro *Rio Grande do Sul and Brazilian regionalism*, editado no Brasil pela Perspectiva, em 1975; John Wirth editou *The politics of Brazilian development, 1930 - 1954* nos Estados Unidos em 1970, traduzido pela Editora da Fundação Getúlio Vargas em 1973; e Robert Levine publicou *The Vargas Regime: the critical years, 1934-1938* também nos Estados Unidos em 1970, com publicação pela Nova Fronteira em 1980.

a censura... Feito isto, revelou-se que os “leitores” apresentaram objeções, recusando-se a liberar o livro... Um ou dois anos depois, o Márcio Moreira Alves chegou a Stony Brook, então minha universidade, para uma palestra e resolveu retomar o assunto... Naquela época, ele morava em Portugal e, sabendo da história, se propôs a publicá-lo lá. Estabeleceu-se toda uma longa troca de cartas, mas o projeto acabou sucumbindo uma vez mais, talvez porque havia no horizonte sinais de distensão política (estamos falando em 76, 77). Finalmente, em 78, Sérgio Lacerda, da Nova Fronteira, optou por publicá-lo... Demorou um pouco, mas saiu em 80... (LEVINE, 1990, p.334)

Segundo Joseph Love (2010), por uma escolha sua, a tradução do trabalho que publicou na Paz e Terra ficou sob a responsabilidade de Vera Alice Cardoso, aluna brasileira na Universidade de Illinois naquele momento, que contou com sua orientação para desenvolver o mestrado e o doutorado. Para os livros de Levine e Wirth os tradutores foram outros – Raúl de Sá Borbas e Maria Carmelita P. Dias, respectivamente. Nesse ponto, é significativo citarmos a declaração de Thomas Holloway sobre o processo de publicação de suas pesquisas na série, que evidencia como essa era uma questão fundamental entre os brasilianistas e, em mais de um caso, nos quais podemos inserir também o de Della Cava, foi bem conduzida por Fernando Gasparian, tornando-se, entre o grupo de norte-americanos, possivelmente, mais uma boa referência da editora:

In my own experience, I never had any input into the other technical issues. I, like many other US Brazilianists I have known in my career, are just happy to have the opportunity to have their work published in Brazil, in Portuguese. So I (and others I have known) left most other such technical matters in the hands of the Brazilian publishers and their staff. Translation is always an issue, because few US Brazilianists have the mastery of Portuguese to write academic work in that language. We develop the skill of reading Portuguese fluently, and can evaluate the translations of our work, but writing in Portuguese like an educated native speakers is another matter. So we depend on Brazilian professionals to produce the translations, and those professionals must be paid. In my case, since Paz e Terra agreed to have the translations done (and pay for them) then I considered that a major contribution of the publisher to the project (HOLLOWAY, 2010).

No caso de Holloway, essa satisfação com o pagamento da tradução por Fernando Gasparian, no segundo livro que publicou pela casa, se somou a escolha da tradutora e o trabalho que conseguiu desenvolver com a profissional, já que moravam na mesma cidade e foi possível revisar e discutir cada parte do trabalho por meio de encontros pessoais:

Since we lived in the same city, when Eglê [Malheiros] had finished a chapter of the translation we would meet at her house and go over it page by page, to see if what she had written in Portuguese was a correct version of my original English text, and that it conveyed the meaning of what I wanted to say. She was an excellent translator, but now and then I would suggest an alternative phrasing of some of the parts. In that process, I was able to review and approve the entire translation, and have any questions resolved with the translator directly, before the work was sent to the Paz e Terra office. The result was truly a collaborative effort resulting with the author and the translator agreeing on all details. Naturally, I am very happy with the

result. Again, the translation itself was paid entirely by Paz e Terra (HOLLOWAY, 2010).

Thomas Holloway estava vivendo em Florianópolis em 1980, quando ocupava o cargo de professor visitante da Universidade Federal de Santa Catarina.

Quanto ao projeto dos três brasilianistas que ganhou o público brasileiro pela Paz e Terra, segundo Levine (1990), ele foi iniciado informalmente numa conferência em Porto Rico em 1967. Ali, embora o regionalista fosse Joseph Love, pelo estudo que já havia desenvolvido no doutorado sobre o Rio Grande do Sul, cuja influência foi marcante para o projeto, quem levantou a possibilidade da pesquisa comparando estados brasileiros foi John Wirth (LOVE, 2003). Depois das primeiras conversas, com acertos para o pedido de bolsas e da estruturação das formas e discussão das análises¹⁹⁶, o objetivo posto pelo trio foi o de compreender a dinâmica das mudanças sociais e políticas em nível regional num período de grande descentralização política: entre 1889, com a proclamação da República, e 1937, quando instituído o Estado Novo. Para tanto, com o propósito de abarcar áreas diferentes, foram escolhidos como objetos do estudo os estados de São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco. No projeto inicial, a pesquisa também englobaria um estudo a respeito do Rio de Janeiro, que seria concretizado com a participação de Ralph Della Cava, mas que por razões pessoais deixou de contribuir com o trabalho (LOVE, 2003).

Com espaço para comparações e uma estrutura muito semelhante, mais temática do que cronológica¹⁹⁷, foi publicado um livro específico para cada estado, resultado de uma separação inicial em que cada autor ficou responsável por uma determinada área durante os dez anos de trabalho. Nos Estados Unidos, eles chegaram ao público entre 1977 e 1980, e, no Brasil, pouco depois, entre 1980 e 1982¹⁹⁸. No início de cada título, para a versão brasileira, como apontou a declaração de Joseph Love que citamos acima, por uma interferência direta da Paz e Terra, foram incluídas definições simples, mas, ao mesmo tempo, muito significativas, sobre a posição de cada região no contexto daquele período da República. Dessa forma, representando a pujança econômica de São Paulo naqueles anos, o livro de Love

¹⁹⁶ De acordo com Joseph Love (2003), foram necessários dois anos para preparar o estudo antes dos pedidos de bolsa que os permitiram permanecer no Brasil pesquisando entre doze e quinze meses (entre 1969 e 1970). Nesse período, aconteceram reuniões a cada três meses para discussão dos dados e dos rumos da pesquisa. Depois desse primeiro momento, aconteceram novas viagens para o Brasil e reuniões esporádicas até a finalização do projeto.

¹⁹⁷ Os sumários trazem quase os mesmos títulos para cada capítulo nos três livros, voltados especificamente para determinados temas – como, por exemplo: “A economia”, “Sociedade e cultura”, “A elite política” ou “Estado e Nação: dimensões políticas”.

¹⁹⁸ Nos Estados Unidos, o livro de Wirth foi publicado em 1977, o de Levine em 1978 e o de Love em 1980, todos pela Editora da Universidade de Stanford, onde o primeiro era professor. No Brasil, essa ordem não foi repetida, tendo sido o trabalho de Levine o primeiro a chegar no mercado editorial, em 1978, e os dos outros dois autores foram publicados em 1982.

foi intitulado como *A locomotiva. São Paulo na federação brasileira 1889-1937*; o trabalho de John Wirth, pelo peso político de Minas Gerais, como *O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira 1889-1937*; já o de Robert Levine, pela decadência geral de Pernambuco, apesar de seu papel de líder de uma região, foi publicado com o título de *A velha usina: Pernambuco na federação brasileira 1889-1937*.

Seguindo a tendência principal dos estudos nos Estados Unidos sobre a América Latina, ao tratar as transformações das regiões brasileiras no início do século, os autores discutiram e se apoiaram em hipóteses relacionadas à teoria da modernização e que se desdobravam nos anos 70. A disposição em contribuir com esse debate foi, inclusive, declarado na introdução escrita por Wirth, Love e Levine para as três obras:

Era nossa intenção não só lançar luz sobre o passado do Brasil, mas fazer uma contribuição à literatura da mudança social e política. Os três estudos em causas focalizam unidades subnacionais de vulto durante sua fase inicial de modernização. Ao traçar as estratégias das elites para promover ou retardar mudanças, e as consequências políticas de deslocamentos de base econômica, esperamos que estes volumes sejam lidos por estudantes do processo de modernização capitalista, mas também por todos os que se interessam pelas características peculiares da história do Brasil (LEVINE, 1980, p.26).

De modo geral, o trio de autores, utilizando dos mesmos conceitos e compartilhando dados, ao analisar a história de Pernambuco, Minas Gerais e São Paulo, apesar do exame de muitos aspectos do universo social e econômico, colocou o foco principal na arena política, em especial sobre o papel desempenhado pelas elites nesses estados, que resultou na organização de um conjunto massivo de informações biográficas desses grupos – posições em partidos, atuação no governo, origens familiares e desempenho econômico, entre outros – cujas tendências foram obtidas por meio da novidade da época: a utilização de computadores. Das conclusões, guardadas as especificidades de cada área e a relação estabelecida entre elas, foi notado como os detentores do poder adaptaram as estruturas hierárquicas e se mantiveram em posições de privilégio, controlando ou associando-se as forças de uma sociedade em transformação, buscando a manutenção da ordem apesar das mudanças. No estudo de Robert Levine, por exemplo, não existem muitas diferenças entre as suas considerações mais gerais e as de Peter Eisenberg. Ao tratar da dinâmica das transformações durante esse período da história, o autor que se dedicou a Pernambuco também foi taxativo quanto a existência de uma modernização seletiva no nordeste brasileiro:

Os participantes de um sistema têm de agir segundo as regras. Membros da elite podiam mudar de partido indiscriminadamente ou tratar com malícia os adversários sem ter de pagar com o ostracismo da sociedade. Mas as normas eram sutis, e quem as quebrava tinha de pagar [...].

Grande parte da oratória política era inócua, uma vez que ficava dentro das raiais da “ideologia oficial”, cuja aceitação era a exigência fundamental para a admissão na elite política. Uma condição não escrita ficava no centro dessa ideologia: modernização e mudança só eram aceitáveis quando não ameaçava a ordem estabelecida nem alteravam o *status quo* social (LEVINE, 1980, p.232).

Desse conjunto de obras, Robert Levine e sua *A velha Usina*, que foi a primeira publicada no Brasil, não trouxe orelha, prefácio ou qualquer tipo de apresentação escrita por outro autor. Um fato que não se repetiu com John Wirth e o seu trabalho sobre a história de Minas Gerais, que estampou nas primeiras páginas da edição brasileira dois avais bastante distintos de figuras nascidas no próprio estado: uma apresentação mais “politizada” escrita por José Aparecido de Oliveira – jornalista, escritor e político parceiro de Fernando Gasparian em algumas atividades de oposição desde a década de 1960¹⁹⁹; e um prefácio com termos mais acadêmicos do cientista político José Murilo Carvalho – que foi aluno em Stanford e, no momento da edição, junto do cargo que ocupava no IUPERJ, estava vinculado ao tradicional Institute for Advanced Study da Universidade de Princeton, onde assinou o texto²⁰⁰. No caso de Joseph Love, também mais dois brasileiros fizeram a apresentação do livro, ambos paulistas, com formação pela USP e anos de convivência no CEBRAP: o historiador Fernando Novais e o já citado Fernando H. Cardoso, que escreveram juntos o texto intitulado *Anotações para um preâmbulo, a quatro mãos* – das apresentações para a trilogia sobre estados, sem sombra de dúvida, o portador da defesa mais incisiva de uma postura imparcial dos brasileiros frente à produção brasilianista, apresentada como o caminho mais seguro para a “maioridade intelectual” e a “assimilação crítica”:

Por todas essas razões, é de prever que, mais divulgado na edição brasileira, o São Paulo de Joseph Love irá provocar novos estudos, debates, desdobramentos. Isso na medida em que, diante da realidade do “brasilianismo”, conseguirmos superar duas posturas igualmente perversas, o deslumbramento provinciano e a rejeição

¹⁹⁹ Com um discurso bastante laudatório sobre seu estado, José Aparecido de Oliveira, ao endossar a importância do desempenho político das elites de Minas Gerais afirmada pelo brasilianista, não deixou de refletir sobre o presente em suas considerações. Eleito naquele ano como Deputado Federal pelo PMDB, chegou a afirmar – lembrando, entretanto, que essas eram “questões marginais à obra de Wirth” – que a região contribuía de forma decisiva para que houvesse a inserção no processo de redemocratização da “consciência reformista como condição necessária” a “almejada reordenação social”, sempre pautada “no equilíbrio e na justiça” (OLIVEIRA, 1982, p.17).

²⁰⁰ José Murilo de Carvalho foi lembrado por John Wirth nos agradecimentos pelo auxílio prestado na preparação da edição norte-americana. É provável que a relação que resultou nessas parcerias tenha sido iniciada na Universidade de Stanford, onde Wirth era professor enquanto Carvalho realizava o doutorado e, em seguida, também o pós-doutorado. Em seu texto, dos pontos positivos que encontrou no livro do brasilianista, José Murilo destacou, sobretudo, o fato de o autor ter ido além da “mera descrição cronológica dos acontecimentos”, muito em função das preocupações teóricas na base da pesquisa que apontamos anteriormente. Para o cientista político, toda a obra foi estruturada a partir das ideias sobre as “condições de modernização retardada dentro do capitalismo e as complexas vinculações entre o desenvolvimento econômico e as estruturas políticas”, que estavam inseridas num debate amplo e atual das ciências sociais, “constantemente renovado” (CARVALHO, 1982, p.22).

xenófoba, para assumir finalmente a maioria intelectual que permite a assimilação crítica²⁰¹.

No empenho para desenvolver esse tipo de postura, também nesse texto de apresentação escrito pela dupla paulista, foi levantada muito brevemente uma importante tendência da produção dos historiadores brasilianistas e que é parte fundamental do conjunto da *Estudos Brasileiros*: o grande interesse pelo Brasil Republicano – característica que tem relação direta com a preocupação dos pesquisadores, e também das agências de financiamento estadunidenses, de resgatar as raízes do presente e decifrá-lo, ambos motivados pelas movimentações de ordem política e social no continente²⁰². Se tomarmos como base os livros publicados na série, ao lado trilogia sobre os estados e sua posição na federação, todas as outras obras de historiadores norte-americanos alcançaram o século XX nas abordagens. Sendo assim, independente dos temas trabalhados nos livros, todos trataram dos anos após a instauração da República no Brasil, com o foco especificamente no período ou, então, com análises que partiram do Império e chegaram até ele²⁰³.

Ainda de acordo com Novais e Cardoso, essa característica do trabalho dos brasilianistas vinha demonstrando ser uma das principais contribuições do grupo para a

²⁰¹ Fernando Novais, em texto sobre a pesquisa histórica no Brasil publicado em 1990, retomou os mesmos pontos colocados na apresentação do livro de Joseph Love, detalhando certos elementos da afirmação feita junto com Cardoso: “Acentuou-se o interesse do centro hegemônico, isto é, dos Estados Unidos; avolumando-se, em consequência, os estudos dos *brazilianists* que, hoje, configuram quase um alude, que nos vai afogando. Esta imagem, proposital, é para indicar a reação mais comum que nos provoca a ‘invasão’ americana. Mas é claro que temos que superar essa reação emocional; os estudos norte-americanos sobre o Brasil – de resto, sobre o mundo todo – são um dado de realidade com o qual temos que nos defrontar madura e racionalmente. Isto é: não podemos cair nem na xenofobia (pretender ignorar, ou exorcizar o ‘brasilianismo’), nem no provincianismo que também ocorre (entrar em êxtase diante da maravilha); o que temos é que assimilar criticamente a produção dos brasilianistas, tornando-a instrumento de reflexão” (NOVAIS, 1990, p.112).

²⁰² Esse aspecto está claro nas afirmações de Ralph Della Cava citadas anteriormente e também pode ser percebido facilmente nas declarações de outros indivíduos dessa geração de historiadores. Warren Dean, por exemplo, fez a seguinte afirmação na entrevista que cedeu a José Carlos Sebe Bom Meihy sobre o início de seus estudos: “Dada a fascinação que os movimentos sociais em curso no Sul do continente exerciam sobre mim naqueles dias do início dos anos 60, principalmente pela Revolução Cubana, inclinava-me ao estudo do que se passava por aqui... Parecia que alguma coisa nova se inaugurava na América Latina e isto merecia atenção pois acreditava-se que a Revolução poderia se alastrar por todo continente... Felizmente para mim, o governo repartia comigo a mesma percepção, ainda que motivado por razões diferentes... Havia então muitas bolsas disponíveis para jovens como eu, que naqueles dias se dispuseram a explicar como prevenir tais ocorrências no futuro...” (DEAN, 1990, p.273).

²⁰³ Como parte desse interesse pela história mais recente dos norte-americanos, embora não incluso em nossas tabulações, podemos citar também o livro organizado pelo cientista político brasileiro Eurico de Lima Figueiredo, que trouxe em suas páginas artigos de quatro pesquisadores estadunidenses – sendo dois com doutorado em história e os outros com formação em filosofia e economia –, todos discutindo o papel dos militares na Revolução de 30 e o tenentismo. Do conjunto de livros publicados por Gasparian na coleção, vale destacar também que, dos estudos elaborados pelos estrangeiros, apenas o trabalho de Kenneth R. Maxwell, único historiador sem nacionalidade estadunidense, mas que cursou o doutorado na Universidade de Princeton, não alcançou o período republicano. Seu trabalho, dedicado à análise da Inconfidência Mineira, tem como principal referência o século XVIII, portanto, o Brasil colonial.

“comunidade local”, sobretudo pelo fato de cooperar com uma reorientação da história escrita pelos brasileiros, que tinha deixado o Brasil República à margem da sua produção por anos:

Efetivamente, além da contribuição específica que as pesquisas dos universitários norte-americanos vêm acumulando sobre o Brasil nos últimos anos, elas têm despertado o interesse dos pesquisadores brasileiros para áreas antes pouco trabalhadas pela comunidade local. Assim, por exemplo, na “corporação dos historiadores”, o interesse pelo período republicano, antes pouco cultivado, é hoje um dos focos de maior atração; e isso, em grande parte (mas não exclusivamente, é claro) decorrente de uma salutar “reação” em face da “invasão” dos brasilianistas (NOVAIS; CARDOSO, 1982, p.3)

A impressão colocada no preâmbulo sobre o desenvolvimento da história no Brasil pelos dois autores já havia sido, inclusive, quantificada por outro historiador. Os dados levantados por José Roberto do Amaral Lapa em 1976 mostravam que, de 1943 a 1973, as quarenta e seis teses de doutoramento defendidas na USP dividiam-se desta maneira: 43,5% se dedicavam ao período colonial, 32,6% ao Império e 15,2% ao período republicano; o restante, ou 8,7%, eram temas que cobriam mais de um período. No entanto, analisando outros dados referentes a períodos mais próximos a 1976, o autor levantou a hipótese de que havia uma mudança no cenário historiográfico brasileiro, cuja tendência era o predomínio de estudos sobre o período republicano. Essa tendência se consolidou plenamente na década de 80. Para ficarmos em alguns números, segundo Fico e Polito (1996), entre os anos de 1980 a 1989, das 835 teses e dissertações defendidas nas universidades brasileiras, 85% referiam-se ao Brasil – dessas, 60% estudaram o período republicano.

Desse debate, vale destacar que, em 1990, o próprio Fernando Novais voltou a refletir sobre a questão, como já apontamos em nota anterior. Nesse momento, ao lado da presença brasilianista, citou como uma das causas das mudanças do padrão historiográfico brasileiro o golpe de 1964. Segundo o acadêmico, a tomada do poder pelos militares deu ensejo a um “exame de consciência” por parte dos historiadores locais, que passaram a reavaliar temas – como o do tenentismo, pela necessidade de entender o papel do exército no país – e a variar os focos de preocupação, privilegiando a “história mais recente na sua dimensão política”. Para comprovar essa virada temática dos últimos anos, Novais chegou a relatar também a sua experiência como professor da USP:

Todos os que orientam pós-graduandos em História sabem como é difícil atraí-los para temas de história do período colonial; a preferência vai amplamente para o período republicano, e mesmo para os períodos mais recentes da República. Ora, há dez ou quinze anos era nitidamente o contrário que se dava. Igualmente, um pouco mais atrás no tempo, a preferência ia para história econômica; hoje, para história política, ou história das ideologias, que é também história política de certa forma (NOVAIS, 1990, p.112).

Frente a esse quadro, como um resultado direto do interesse crescente dos historiadores locais para com os desafios do período republicano – muitos à procura de referências para o desenvolvimento de suas pesquisas, engrossando um coro já composto por outras especialidades²⁰⁴ –, os títulos dos historiadores brasilianistas possuíam um potencial comercial significativo, tendo sido essa, possivelmente, também uma contribuição importante para que esses autores encontrassem espaço na *Estudos Brasileiros*. Nesse ponto, também podemos citar um trecho da apresentação de José Murilo de Carvalho para o livro de John Wirth. Mesmo que não tenha demonstrado preocupações com qualquer análise das tendências do mercado editorial, o cientista político mineiro viu o lançamento de *O fiel da balança* num momento “propício”, deixando clara a existência de um contingente de “jovens pesquisadores” que retomavam com “força nova” a história republicana no início dos anos 80 em centros de pesquisas de Minas Gerais e no Rio de Janeiro, para os quais o livro podia ser um bom orientador:

[...] ela aparece em momento propício quando a história republicana de Minas está sendo retomada como força nova por jovens pesquisadores concentrados na Universidade Federal de Minas Gerais e, secundariamente, no Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro. Esses estudos recentes têm focalizado aspectos específicos, seja da Primeira República, seja do período posterior a 1930. A visão geral agora fornecida por John Wirth virá servir de excelente introdução e de mapeamento de problemas, além de contribuir decisivamente para o esclarecimento de alguns deles (CARVALHO, 1982, p.21).

Ao lado dessa possibilidade de cobrir uma demanda específica do mercado editorial naqueles anos, a presença de historiadores e de especialistas norte-americanos de outras áreas na *Estudos Brasileiros*, como viemos demonstrando ao longo desse capítulo, deve ser vista como resultado de uma série de outras causas que permitiram o contato entre eles e os brasileiros, ladeados por Fernando Gasparian. Sobretudo, se atentarmos para o perfil de muitos intelectuais do Brasil que compuseram o catálogo da série do editor, vemos que os estadunidenses não estavam tão distantes dos seus principais anseios naqueles anos, com um fundo que revela, inclusive, a faceta solidária do brasilianismo. No grupo que participou da Paz e Terra, as memórias desse período trazem muitas referências a situações com essa marca, como podemos observar nos trechos de depoimentos de Joseph Love e Robert Levine, que devem ser acrescidos a outros vistos anteriormente; Love, por exemplo afirmou:

²⁰⁴ Para Ângela de Castro Gomes, houve toda uma produção brasileira durante a década de 70 que elegeu os temas da política brasileira como seu principal enfoque, “expandindo o entendimento da política” e incorporando à história o “tempo presente como um período primordial de análise” (1996, p.65). Uma literatura que buscava a compreensão do fenômeno do autoritarismo no país e as causas do colapso do regime democrático de 1946. Contudo, Gomes também afirmou: “Nesta investida, os cientistas sociais saíram na frente, abrindo-se rapidamente ao estudo do passado para o entendimento do presente, seu território cronológico por definição”.

Chegamos no Brasil num período complicado, uma semana depois do sequestro do embaixador Bulk Elbrick, em setembro de 1969. Para mim, foi um ano difícil em São Paulo, pois de vez em quando colegas desapareciam, eram sequestrados pela Polícia Federal, pelo Dops. Graças a Deus todos saíram da prisão depois de alguns dias. Um professora que conheci foi torturada na época, e fiz o possível para demonstrar minha solidariedade; enviei cartas para os Estados Unidos, para a Anistia Internacional etc. Talvez o meio acadêmico de São Paulo fosse mais aberto por essa razão: queriam estabelecer relações com o exterior, para mostrar como estava a situação. Carlos Guilherme Mota me passou muitos documentos para distribuir no exterior (LOVE, 2003, p.171).

Robert Levine, também lembrou de seus esforços nas ações contra os militares e a favor dos seus opositores:

Lembro-me que assinei um manifesto, juntamente com outras pessoas, contra a invasão da República Dominicana... Os nossos nomes entraram para a lista do FBI... Além disto, muitos dos intelectuais dos Estados Unidos, ligados à América Latina, fizeram esforços para auxiliar acadêmicos exilados, tanto os chilenos e brasileiros como depois os uruguaios, argentinos... Em Nova York, este processo foi liderado por Ralph Della Cava, Joan Dassin Kenneth Erickson e algumas outras pessoas... Nós nos reuníamos num restaurante chinês chamado Moon Palace... E estabelecíamos planos para arranjar empregos e bolsas para exilados... Fazia parte dos nossos planos, além da ajuda material, denunciar as torturas e a repressão [...] (LEVINE, 1990, p.335)

Pelos relatos sobre as trajetórias e os conteúdos das obras, é possível concluir que, em boa parte desses especialistas, estava ativa uma postura progressista, com um histórico de vínculos com o movimento pelos Direitos Civis e de crítica à política externa do seu país, e disposta, em relação ao Brasil, a encontrar as causas da desigualdade e de outros tipos de violência vigentes, como a étnica, a de classe e, sobretudo, a política, contra a qual agiram abertamente em mais de uma ocasião. Nesse sentido, os estadunidenses não aparecem deslocados em relação a Fernando Gasparian e seus conselheiros, pelo contrário, o proprietário da Paz e Terra e os intelectuais que sempre estiveram ao seu redor, inseridos no movimento mais amplo de institucionalização das Ciências Sociais e, ao mesmo tempo, de “resistência democrática”²⁰⁵, contribuíram para que os grandes problemas do país fossem legitimados também por fontes externas, que encontraram de alguma forma nos duros caminhos dos anos 70 e 80.

²⁰⁵ Seguimos, em particular, nesse ponto, a definição dada por Fico: “Com ‘resistência democrática’ estou querendo me referir a uma série multifacetada de iniciativas de oposição ao regime militar, conduzidas, em geral, por militantes políticos que se desencantaram ou nunca acreditaram na luta armada e que, portanto, não tinham a marca da clandestinidade. Embora ocupasse, quase sempre, o terreno da oposição consentida ou legal, a resistência democrática, no Brasil não estava necessariamente isenta dos riscos inerentes à repressão” (FICO, 2009, p.13).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As décadas de 1970 e 1980, com o avanço dos números na educação em todos os níveis (do ensino básico ao superior) e da mercantilização da cultura em diferentes esferas, possuíram uma indústria de livros bastante variada e em constante desenvolvimento. Para esses anos, é absolutamente inviável, mesmo nos piores momentos da crise econômica, da repressão ou da persistência de uma série de obstáculos que sempre acompanharam o campo – como o número de livrarias no país e a constante falta de financiamento para área –, afirmar a existência de um padrão decrescente ou único de títulos e formatos. Pelo contrário, o que se viu, de modo geral, foi uma ampliação do leque temático, dos níveis de complexidade e de tipo textual, possibilitando uma grande circulação de obras com as mais diferentes características.

É nesse momento que, das tendências presentes, como um reflexo do interesse dos produtores e, naturalmente, das camadas leitoras, os dilemas levantados pelo governo autoritário – como, por exemplo, as prisões, o exílio, as eleições e o “milagre econômico” –, contribuíram para que os livros problematizadores do Brasil contemporâneo, nas áreas da ficção e da não ficção, ganhassem um espaço significativo nas estantes das livrarias e também nas bancas de jornal – uma marca do maior poder de difusão da indústria de livros nesses anos. Essa linha do mercado editorial, marcada pela reflexão e, em muitos casos, pelo protesto contra o sistema político, foi muito explorada pelas chamadas “editoras de oposição” (MAUÉS, 2006), que procuraram afligir, com seus catálogos de livros, programas e princípios do regime militar, atacando por todos os lados a ordem implantada em 1964.

Foi nesse “contexto editorial” que o paulistano Fernando Gasparian desempenhou um papel basilar. Empresário e nacionalista, com um histórico de posições desenvolvimentistas que vinham da década 50, tornou-se “oposição” com o fim do governo de João Goulart, passando a compor os quadros do MDB. Assim como outros com o mesmo percurso, nos próximos anos, viu sua força econômica minada e sentiu de perto a violência da repressão. Convicto de seus ideais, não arrefeceu. Depois de um período no exterior, voltou ao Brasil e criou o jornal *Opinião*, que se tornou um dos mais importantes órgãos de reflexão e embate ao governo na imprensa, de ampla circulação entre universitários e outras camadas letradas durante a década de 1970. À sombra do semanário, logo adquiriu a editora Paz e Terra, do também “opositor” Ênio Silveira, diversificando seu catálogo e tornando-a mais produtora,

indo além, portanto, de seu projeto inicial – marcado pela publicação do pensamento da esquerda cristã no Brasil.

Para a ampliação e condução desse “negócio” na área dos livros foi fundamental a aproximação de Fernando Gasparian com alguns dos mais importantes grupos de intelectuais do Brasil nesses anos, sobretudo um núcleo paulista, que expressava em quase todas suas ações o “rigor da ciência”, mas de uma ciência que buscou comprometimento com a situação política e social do país naqueles anos. Sendo assim, entre uma série de nomes com os quais o empresário possuía contato desde o período anterior à conjuntura inaugurada em 1964 – Celso Furtado, Antonio Candido e Darcy Ribeiro, por exemplo –, todos com importantes participações em seu projeto, Fernando Henrique Cardoso foi dos mais cruciais. Participante ativo do *Opinião* e acionista – numa pequena proporção – da Paz e Terra, o sociólogo formado na linha desenvolvida por Florestan Fernandes na USP, e que já havia contribuído para o redimensionamento da ideia de uma “brasileira” quando de sua atuação como diretor da coleção *Corpo e Alma do Brasil* da Difel no anos 60, manteve sua influência no mercado de livros auxiliando decisivamente o desempenho do amigo de longa data como editor.

No exercício desse papel, Fernando Henrique Cardoso, além de assumir a posição de membro do Conselho Editorial da Paz e Terra, estampando seu nome em todas as primeiras páginas ao lado dos de Celso Furtado e Antonio Candido, publicou suas obras com o selo da casa, recomendou trabalhos de outros pesquisadores e foi um dos elementos que contribuiu para a aproximação do editor com nomes importantes das Ciências Sociais de São Paulo, notadamente os acadêmicos que compuseram o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) – um grupo que, é certo, influenciou de forma marcante os rumos tomados pela editora. Neste trabalho, quando separamos a série de livros voltada para o Brasil criada por Gasparian em 1974 – a *Coleção Estudos Brasileiros* –, e a colocamos em plano de análise, tornou-se evidente que, ao lado de Cardoso, Juarez Brandão Lopes, Francisco Weffort, Paul Singer e Ruth Cardoso, que frequentaram o centro de pesquisa, contribuíram para torná-la um reflexo das discussões que se desenvolveram nele e, naturalmente, das posições intelectuais que passaram a defender também em outros locais, como a USP e o CEDEC. Vale frisar que Brandão Lopes foi um dos diretores da *Estudos Brasileiros*, e todos, de alguma forma, marcaram presença na vida da série com livros, prefácios, orelhas ou participação em indicações.

Para além de instituições de São Paulo, a coleção de estudos sobre o Brasil e a Paz e Terra refletiram os contatos dessa elite acadêmica paulista também com outras tradições de pesquisa, marca do “universalismo” que compôs o seu perfil (SORJ, 2001). Junto a Fernando

Gasparian e sua disposição em atuar com o mundo acadêmico em expansão, existiu uma abertura para o contexto que se formou a partir da Reforma Universitária em 1968, quando os Estados Unidos despontaram como referência de formação e influência para novas áreas de pesquisa no Brasil, com raízes e crescimento sobretudo em Minas Gerais e no Rio de Janeiro. Com isso, trabalhos de brasileiros formados em universidades norte-americanas – notadamente cientistas políticos, que desenvolveram instituições como o IUPERJ nesses anos –, e também de pesquisadores brasilianistas estadunidenses – com mais doutores em História do que nas áreas das Ciências Sociais –, encontraram um caminho para chegar até o público leitor interessado. Um caminho, é importante registrar, seguro e agregador de valor, já que a Paz e Terra possuía independência do governo e um vínculo com uma geração de intelectuais já consolidada e que conquistava cada vez mais reconhecimento e espaço naqueles anos.

Nesse contexto em que se constitui a Paz e Terra e a sua série sobre o Brasil, apesar do avanço da profissionalização no ambiente universitário, há que se considerar também que, como força determinante nos processos que resultaram nas publicações, operou um evidente personalismo. Como uma editora privada, seguindo os desígnios de seu proprietário e das pessoas de sua “confiança”, os depoimentos de Juarez Brandão Lopes e dos autores que publicaram alguma obra expuseram uma dinâmica fluida, com escolhas e avaliações de títulos marcadas pela qualidade do trabalho desenvolvido, mas também, quase sempre, pela existência de laços pessoais, que foram se desdobrando numa série de direções. Conhecer o editor, conselheiros ou outros autores que já haviam participado do catálogo foi um dos pontos determinantes na trajetória dos que compuseram o repertório de livros da editora. Aqui, tem importância o fato de que, ao lado dos vínculos pessoais, originados ou não em ambientes acadêmicos, e de preferências temáticas e metodológicas, de visões que mudaram a interpretação sobre o Brasil à época, esse conjunto de relações foi estabilizado também em função da posição política, tendo sido o MDB um espaço inicial importante de identificação entre muitos autores e o editor. Nesse sentido, em meio à variedade de abordagens, de um verdadeiro mosaico de imagens e propostas para o país, a coesão veio da oposição ao regime militar, sobretudo de um consenso de que qualquer mudança para melhor só aconteceria distante da ordem implantada em 1964.

Esse tipo de vínculo, na base da formação do catálogo da editora, como foi observado na última parte dessa pesquisa, se repetiu, de certo modo, também com os pesquisadores norte-americanos, apesar da sua aparente “distância” em relação ao país. Por um lado, em função do interesse dos Estados Unidos na América Latina depois da Revolução Cubana – instigado pelo temor de uma possível expansão do modelo de Fidel Castro na região –, o

financiamento de instituições e bolsas de pesquisa abriu a possibilidade de contato pessoal e, muitas vezes, temático e teórico entre os grupos dos dois lados do continente, firmando um importante “intercâmbio” nesses anos. Por outro lado, a história mais recente, para os brasilianistas e, também, para os cientistas sociais de São Paulo e do Rio Janeiro, bem como economistas como Celso Furtado e Edmar Bacha, foi alvo não só de trabalhos e reflexões acadêmicas, mas também um foco de protesto. Em especial, no grupo que participou da *Estudos Brasileiros*, encontramos autores que procuraram denunciar o governo do Brasil e prestar auxílio aos brasileiros que foram demitidos, presos e exilados. Essas ações, que contrariavam a imagem que a categoria “brasilianista” possuía no país, e que foram reveladas em algumas obras de forma direta e indireta, são símbolos de um perfil “progressista”, que os aproximou do círculo em torno da editora e contribuiu para que seus trabalhos passassem a influenciar mais diretamente a produção local por meio das traduções.

Articulando-se com todos esses grupos, que também atuaram em seus outros empreendimentos editoriais com o mesmo teor, como o semanário *Opinião* e as revistas *Argumento*, a *Cadernos de Opinião* e, sua sucessora, a *Ensaio de Opinião*, Fernando Gasparian construiu um selo editorial aberto à discussão de diversos temas do Brasil e do mundo, mas que se consolidou, sobretudo, como símbolo de liberdade e de oposição ao governo brasileiro. Um perfil que, pelo seu trabalho de expressão com os títulos, composições das capas, formatos, formas de venda e lançamentos, fez com que a Paz e Terra se tornasse, dentre as camadas de autores e leitores, uma referência para os envolvidos com a crescente produção no campo das humanas em universidades e centros de pesquisa naqueles anos. Esse “prestígio”, inclusive, foi sempre ressaltado nas entrevistas que realizamos para a concretização desse trabalho. Delas, sobre esse ponto, podemos citar aqui as declarações de Francisco Weffort, Amaury de Souza e José A. Guilhaon de Albuquerque, que participaram do catálogo da *Coleção Estudos Brasileiros*:

A Paz e Terra era indiscutivelmente uma das principais editoras na área de Ciências Sociais no país. Havia publicado vários títulos importantes e ser a ela associado por certo enriquecia o currículo do autor (SOUZA, 2010).

Foi um passo muito relevante na minha carreira acadêmica e na minha atuação política – não partidária, na sociedade civil. Isso me pôs também em contato mais direto com a elite acadêmica paulista, na qual eu não tinha raízes (ALBUQUERQUE, 2012).

Na época, a Paz e Terra tinha uma atuação editorial mais intensa e mais ampla que agora. Aos meus olhos naquele momento, publicar na Paz e Terra tinha quase o significado de um prêmio (WEFFORT, 2010).

De certo modo, colocadas lado a lado, essas declarações formam uma espécie de síntese do poder alcançado pela marca de Fernando Gasparian nas décadas de 1970 e 1980. O enriquecimento do “currículo” e a “atuação política” foram, de fato, as principais distinções – “prêmios” – que a editora passou a proporcionar aos seus autores por meio de suas séries. Para tanto, foi fundamental a atuação do editor na reunião de grupos que despontaram como lideranças na cena intelectual e na potencialização da presença desses “especialistas” no universo acadêmico e, sobretudo, no espaço público de modo geral, possibilitando que chegassem aos mais variados grupos de leitores. Nesse ponto, os trechos de outras entrevistas, com José Álvaro Moisés e Thomas Holloway, também são elucidativos, servindo de complemento às afirmações anteriores. Nesses casos, os autores deixaram registrado o impulso dado pelo editor na amplificação de seus trabalhos, abrindo espaço entre outros estudiosos e, em função do contexto brasileiro, necessariamente, na política:

Foi uma oportunidade importante de colocar em circulação os resultados de pesquisa e elaborações intelectuais que eu começava a fazer, especialmente, meus textos e contribuições sobre os movimentos sociais e a sua relação com a democracia. Nesse sentido, eu quero deixar claro que tenho uma dívida intelectual com o Fernando Gasparian que, com os seus convites e estímulo a que produzíssemos, abriu a possibilidade de que eu e outros jovens acadêmicos déssemos a conhecer as nossas contribuições. Sou grato por isso (MOISÉS, 2010).

Not only from my own experience, but from the impression I have received from other non-Brazilians who published with Paz e Terra in those years, I consider the work of Gasparian and his publishing house to be a very important organ for disseminating the work of a generation of researchers from outside Brazil whose work would probably not be available in Brazil otherwise. Now, many years later, we must remember that it was a very repressive time for intellectual work that had political implications of any kind, including the interpretation of Brazil's history. I consider Gasparian to have been one of the most courageous figures to challenge the power of the dictatorship during very difficult times, and to make it possible to disseminate in Brazil the work of researchers like myself, who want very much for the results of their research to be available in Brazil, both during the dictatorship and then with the political opening of the 1980s.

For me, to have my books translated and published in Brazil gave Brazilian students and professors the opportunity to read my work, which gave me a reputation in Brazil (mostly positive, I think) that I would not have had if my work had been published only in English (HOLLOWAY, 2010).

Como afirmou Daniel Pécaut (1990), entre os critérios que pautaram a hierarquização dos estudiosos sobre o país durante esse período, figurou com importância, justamente, o cumprimento dos dois pontos para os quais a Paz e Terra e sua série sobre o Brasil prestaram grande auxílio, isto é, o reconhecimento da atividade intelectual enquanto ciência, de um lado, e o engajamento reconhecido, do outro. Com Fernando Gasparian e seus principais conselheiros, a editora se tornou tanto um local para trabalhos previamente aprovados em

ambientes acadêmicos – aumentando, portanto, o alcance e a aprovação entre os pares – e, ao mesmo tempo, em função da possibilidade de conversão desses resultados em produtos para diversos grupos de leitores – com a “tradução” de dissertações, teses e artigos, antes de circulação restrita –, numa ponte entre essa esfera e a política, para a qual alguns migraram com o processo de abertura.

Nesse ponto, é válido colocarmos aqui que, com o desenvolvimento da redemocratização, Fernando Gasparian, também auxiliado pelo prestígio gerado pela Paz e Terra e os outros trabalhos como editor, fez o mesmo caminho de seus mais ilustres autores: abriu mão de sua principal atividade para se ocupar diretamente da nova arena política. Em seu caso, se há um ano em que é possível estabelecer esse corte, é o de 1987, quando assumiu o cargo de deputado federal constituinte por São Paulo. Com cerca de vinte e um mil votos, o vigésimo sexto candidato mais votado do PMDB nesse pleito, sua campanha trouxe temas como arrocho salarial, recessão econômica, autoritarismo e, naturalmente, também um registro de suas ações no mundo editorial – uma das peças de sua propaganda política, que foi elaborada por pelo cartunista Ziraldo, trouxe o seguinte slogan: “Deputado federal Fernando Gasparian. O homem de Opinião”, num resgate do título do semanário e, por ele, do modo como enfrentara o regime militar.

Ao assumir o cargo, nos trabalhos para a redação da Constituição Democrática, Fernando Gasparian teve seu mandato marcado pela função de relator da Subcomissão do Sistema Financeiro, da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças. Nesse posto, defendeu a emenda que restringiu a cobrança de juros bancários a doze por cento ao ano, conseguindo a sua aprovação. Com ela, pela importante transformação que causaria nas relações entre os bancos e mutuários, ganhou repercussão na imprensa e a oposição de parlamentares do seu próprio partido, como do então deputado José Serra²⁰⁶. Indiferente às ponderações das vozes contrárias, em votações e debates, demonstrando que seu ideário manteve muitas raízes dos anos 1960 e 1970, continuou na defesa da necessidade que via de

²⁰⁶ O desacordo em torno dessa questão, segundo José Serra, foi um dos motivos para o seu afastamento de Fernando Gasparian, a quem conhecia desde os anos 60. Sobre a situação, afirmou: “Eu morava no Chile, no início dos anos 70, quando o reencontrei, já transformado em editor, fundador do semanário ‘Opinião’, que virou o principal porta-voz do pensamento crítico em relação ao regime militar. Anos depois, nos EUA, convidou-me para editar um livro sobre a América Latina para a Paz e Terra. Perto de voltar ao Brasil, no final da década, publiquei artigos numa revista editada por ele e dirigida pelo Janio de Freitas: os ‘Cadernos de Opinião’[...]. Depois, na Constituinte, tivemos divergências e embates sobre o sistema financeiro, sobretudo quanto à fixação constitucional do teto de 12% para os juros, a que me opus com veemência. No plenário, encaminhei contra, mas ele venceu, e o dispositivo sobre os juros foi incluído na Constituição. Mais de dez anos depois, como senador, fiz uma emenda, aprovada, para suprimir esse dispositivo. [...] Enfim, criou-se um contencioso por causa de diferentes e apaixonadas visões sobre a economia que infelicitou de vez a antiga amizade, apesar de meus esforços em contrário nos anos seguintes” (SERRA, 2010).

“renacionalizar a economia brasileira”²⁰⁷. Ao lado da medida acima, durante o mandato também se colocou contra a participação do capital estrangeiro nas atividades de mineração e a abertura de agências de bancos estrangeiros no país, manifestando apoio, ao mesmo tempo, à nacionalização do subsolo, à limitação dos encargos da dívida externa e à criação de um fundo voltado à reforma agrária e à desapropriação da propriedade improdutiva (LAMARÃO, 2011).

Nessa nova conjuntura, quando as divisões existentes dentro do antigo bloco oposicionista entraram em maior evidência, essa posição nacionalista e de defesa dos empresários locais nos assuntos de economia garantiram a Fernando Gasparian grandes dificuldades. Prova disso é que a sua mais importante ação no governo, embora tenha sido aprovada, nunca foi efetivada na prática, tornando-se letra morta até a sua supressão. Esse descumprimento, inclusive, motivou a publicação de um livro pela editora Graal. Intitulado *A luta contra usura. O limite constitucional dos juros anuais de 12% está em vigor*, trouxe um artigo do próprio Gasparian sobre os embates para aprovação do dispositivo e outros textos escritos por juristas e advogados, numa tentativa clara de tornar a lei uma realidade. Curiosamente, embora a autoria do livro pareça de Fernando Gasparian, pela posição de seu nome capa – centralizado e acima do título –, a coordenação é do advogado Roberto Fernandes de Almeida. Essa publicação não trouxe ficha catalográfica ou qualquer informação sobre o ano de sua edição – pelo teor dos textos, supomos que tenha se dado ainda durante o exercício do seu mandato.

Para a visualização da disposição de Fernando Gasparian em meio ao seu próprio partido e a grupos que antes conseguiu reunir em seus empreendimentos editoriais, e que estudamos ao longo desta tese, é instrutivo também citarmos um trecho da descrição que Bresser-Pereira fez desse momento na trajetória do proprietário da Paz e Terra, sobretudo pela ênfase no isolamento a que foi colocado, pelo peso da defesa desse nacionalismo “fora de moda”:

Ao contrário do que aconteceu com seus amigos – inclusive comigo próprio –, Gasparian não se deixou encantar pelas ideias modernizadoras e liberais que vinham do Norte e que, a partir do final dos anos 1980, tornaram-se dominantes no Brasil. Jamais acreditou que o desenvolvimento do Brasil pudesse depender da poupança externa ou dos investimentos das empresas multinacionais. Como Furtado, manteve-se nacionalista quando o nacionalismo se tornara “fora de moda” tanto para a direita quanto para a esquerda. Hoje, está claro que o escanteio ideológico em que, de

²⁰⁷ É preciso renacionalizar a economia brasileira é o título de um artigo que Gasparian publicou na *Folha de São Paulo* no mês anterior ao da eleição para a Constituinte na seção “Opinião”, em outubro de 1986. Seu texto foi elaborado como uma resposta positiva a seguinte questão: “A constituição deve estabelecer limites para a participação de capital estrangeiro na economia nacional?”.

alguma forma, o pusemos foi um erro. Evidentemente ele também cometeu seus equívocos, mas estava certo quando afirmava que o desenvolvimento econômico dependia de um projeto nacional [...]

Hoje, depois de um período de quase 50 anos de esquecimento da nação, estamos nos dando conta de que só será possível alcançar maior equidade e maior integração social se o Brasil voltar a crescer. Por outro lado, depois de 26 anos de quase estagnação, estamos descobrindo que o desenvolvimento econômico só se torna realidade quando a nação se fortalece e formula solidária uma estratégia nacional de competição internacional. Fernando Gasparian sempre soube disso e, apoiado por sua mulher, Dalva, lutou sem cessar por suas idéias. (BRESSER-PEREIRA, 2006, p.B2).

Bresser-Pereira, também vinculado ao PMDB, foi Ministro da Fazenda quando da atuação de Gasparian na elaboração da Constituição de 1988, sendo, por isso, diretamente afetado por suas posições na Assembleia. Sua descrição, de certo modo, se aproxima do perfil que Fernando Henrique Cardoso traçou do amigo em texto escrito também em função da sua morte. De acordo com as palavras do ex-presidente, especialmente pela lembrança sobre as discussões a respeito da política econômica, fica claro que as convicções de Fernando Gasparian foram mantidas com o fim do regime militar, não se deixando afetar mesmo por pessoas muito próximas e, nesse caso, dona de grande poder:

Elegeu-se deputado à Assembleia Nacional Constituinte e deixou as marcas de suas convicções gravadas em nossa Constituição. É possível concordar ou não com o pensamento de Gasparian e com sua ação política. Mas jamais lhe negar o idealismo, a firmeza nas convicções e sua capacidade de trabalho. É uma personalidade inesquecível. Na Presidência, e depois dela, continuamos mantendo relações estreitas. Em sua delicadeza, quando Fernando não concordava com meus pontos de vista ou com minhas orientações, sobretudo de política econômica, mais calava do que falava: prezava a amizade, reconhecia a pureza das intenções e, guardando suas posições, não criava atrito algum. Jamais pleiteou junto de mim o que quer que fosse para si, para os seus ou para suas empresas, mesmo quando enfrentava dificuldades. Homem de vontade forte, persistente e determinado, era uma pessoa de inextinguíveis qualidades humanas. Enquanto eu viver guardarei de Fernando Gasparian as melhores recordações e sentirei sempre saudades (CARDOSO, 2006-2007, p.13).

No período em que Fernando Gasparian deslocou boa parte de sua atenção e tempo para a Assembleia em Brasília, momento em que seus principais articuladores também deixaram em segundo plano a produção intelectual para se dedicar aos cargos no governo e nos partidos políticos, a Paz e Terra passou a ser administrada pelo seu filho, Marcus Gasparian. Nesses anos, com o esvaziamento do espaço da casa, já sem a força do bloco heterogêneo da oposição e do seu principal alvo, foram buscadas algumas mudanças. Coleções foram fechadas, como a *Estudos Brasileiros*, e novas séries passaram a fazer parte do catálogo. Houve, também, preocupação com o formato dos livros e dos seus conteúdos, sinalizando uma procura de outro sentido para o selo, tão marcado pela oposição ao regime

militar. Esse quadro, que evidencia uma nova fase na vida da editora, foi relatado no jornal *Folha de São Paulo* numa matéria com o sugestivo título: *Paz e Terra desponha com propostas novas e velha bandeira de coragem*. De acordo com a reportagem:

Fernando Gasparian comandou na década de 70 o jornal “Opinião” (1972-1977), que foi um dos maiores opositores ao regime militar na história da imprensa brasileira. As revistas “Cadernos de Opinião” (que depois mudou o nome para “Ensaio de Opinião”) e “Argumento”, além da editora Paz e Terra, formavam, segundo Fernando, “o grupo de resistência”, dirigido por ele e formado por uma parcela seleta de intelectuais brasileiros. Agora, no início da década de 90, resta apenas a editora Paz e Terra, há quase três anos sendo dirigida por Marcus, que tem como desafio “manter a coragem editorial característica da editora desde os anos 70 e atender o atual ritmo do mercado; conciliar o ideal com uma proposta editorial viva”, conforme suas palavras.

Uma das primeiras inovações da editora para 1990 será diferenciar as capas, com destaque para o nome da obra e do autor, num trabalho de Pink Wainer (...) Marcus pretende manter a linha editorial voltada para seu público fiel, universitários de ciências humanas. Mas também pretende criar um leitor, inaugurando este ano uma linha de publicações sérias sobre políticas ecológicas, com “Breaking Through”, de Walter Schwartz, especialista inglês apresentado pelo historiador Eric Hobsbawm (RIBEIRO, 1990, p.F-1).

É importante destacar que, em declaração feita no final dos anos 2000 à revista *Veja*, num pequeno texto intitulado *Da política para os negócios*, no qual uma foto de Marcus Gasparian veio acompanhada com os dizeres “não importam só idéias – mas também livros bonitos”, a mesma visão acerca da editora foi retomada, num sinal de que, apesar do desejo, os avanços foram poucos ao longo de todos esses anos. Nessa ocasião, o herdeiro da editora afirmou, novamente, a disposição em implantar mudanças, fazendo referência às exigências que se consolidaram no mercado dos livros nas últimas décadas e que fizeram da Paz e Terra, segundo sua percepção, algo como uma empresa deslocada no tempo a partir dos anos 90. A morte de Fernando Gasparian, que não se reelegeu como deputado e, muito possivelmente, voltou a interferir na administração da editora, parece soar como a ruptura definitiva para a superação do perfil que se demonstrou tão próprio aos anos do regime militar. No lugar do apelo político dos livros, a disposição em ligá-los à “sofisticação” – sinônimo de qualidade e apresentação.

Nos últimos anos, porém, a Paz e Terra tem vivido um certo marasmo. Depois da morte de Fernando Gasparian, em 2006, os herdeiros até cogitaram vendê-la – mas acabaram decidindo manter e renovar o legado familiar. “A editora nasceu mais como um projeto político do que como um negócio. Isso não se justifica mais hoje. O Brasil, o mundo, o mercado editorial mudaram”, diz o editor Marcus Gasparian, filho de Fernando. A antiga preocupação exclusiva com o “conteúdo” se revelava até na qualidade gráfica dos livros, com capas feias e diagramação ruim. A capa dura e a paginação elegante de *Dois Vidas* representam uma mudança (SCLIAR, 2008).

Essa disposição para mudança ainda não cessou nesse momento e ganhou novo impulso, mais uma vez, quase três anos depois. No início de 2011, encontramos outra notícia, dessa vez no jornal *Estado de São Paulo*, sobre um novo projeto de reformulação da editora. Nessa ocasião, em que Marcus Gasparian classificou a Paz e Terra como “uma editora universitária sem reitor”, pelo alto número de teses e dissertações publicadas ao longo de sua trajetória, foi anunciada a contratação de uma “diretora editorial” reconhecida por ter emplacado *best sellers* em outras selos – uma “Midas no mercado”, segundo reportagem da *Folha de São Paulo*²⁰⁸. Com o trabalho da “especialista”, que havia atuado na Nova Fronteira e na Ediouro, o novo impulso para a mudança de rumos incluiu reedições de clássicos, o investimento em áreas distantes de seu principal campo de atuação – como os infantis –, e a retirada de “obras datadas” do seu catálogo:

A meta será lançar um título por segmento a cada mês. *Best-seller* da editora, Paulo Freire terá a obra toda reeditada, com quatro volumes já em março. Entre os infantis, sairão traduções de títulos premiados, e, na ficção, romances como *O Que o Dia Deve à Noite*, de Yasmina Khadra. Falta concluir uma etapa difícil: a análise dos 1.200 títulos da editora para saber o que fica em cada selo e o que sai de catálogo - destino provável de obras datadas como *Golpe de Estado - Um Manual Prático*, de Edward Luttwak (COZER, 2011).

Contudo, ao que parece, essa foi, provavelmente, a última cartada de Marcus Gasparian para conduzir a Paz e Terra no mercado de livros. Em dezembro de 2012, o futuro do selo passou para as mãos do Grupo Record, o maior conglomerado editorial da América Latina. Para a nova aquisição, segundo a vice-presidente da empresa, pesou o perfil do catálogo, pela sua proximidade com o da Civilização Brasileira, inserido no grupo desde 2000. De acordo com Sônia Jardim:

A aquisição foca, principalmente, na sinergia entre os catálogos da Paz e Terra, muito forte na área de ciências humanas e sociais, e da Civilização Brasileira. Há autores, como o sociólogo e ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que têm livros lançados por ambas, inclusive [...] Nós já temos duas editoras muito tradicionais, a José Olympio e a Civilização Brasileira. Cada vez mais a gente fortalece esse lado do grupo, de editoras tradicionais, fundamentais dentro da história editorial brasileira. Da mesma maneira como ocorreu com a Civilização, podemos aportar infraestrutura e tecnologia para que a Paz e Terra possa florescer debaixo do nosso guarda-chuva. Teremos também um fortalecimento nesse nicho de ciências sociais, que é o forte do catálogo dela — explica a vice-presidente (CAZES, 2013).

²⁰⁸ Nessa matéria da *Folha de São Paulo*, Izabel Aleixo, a diretora editorial contratada por Marcus Gasparian, foi colocada como a responsável por um dos maiores *best-sellers* da última década: *O Caçador de Pipas*, do escritor afegão Khaled Hosseini, que vendeu mais de dois milhões de exemplares. Ainda segundo o jornal, o “título foi comprado em um leilão por US\$ 12 mil, sem que seu potencial tivesse sido percebido pelas outras editoras”; tendo sido esse “faro” para *best-sellers* o “que tornou Aleixo conhecida como uma espécie de Midas no mercado” (STRECKER, 2011).

Ao formar esse panteão da “história editorial brasileira”, o Grupo Record mantém sua atuação na área da “cultura legitimada”, na busca do maior número de leitores com o menor risco possível, presente em suas ações desde a década de 1980 quando da compra dos direitos de autores como Jorge Amado e Graciliano Ramos. Sem preocupação em reativar qualquer significado atrelado ao “projeto político” dessas editoras, ou de adotar esse princípio como parte do seu perfil, que é extremamente comercial, a aposta está no peso acadêmico dos trabalhos publicados nas casas e na força histórica de seus selos nesse tipo de espaço, em especial da Civilização Brasileira e da Paz e Terra. Dessa última, a vice-presidente do grupo enfatizou, inclusive, seu extenso catálogo de “cauda longa”, isto é, com obras de referência e com uma venda contínua, para o qual procurará contribuir com uma melhor distribuição – mais “capilarizada” – para conseguir ir além dos grandes centros urbanos. Há, até mesmo, o projeto de avançar no formato *ebook* com os trabalhos da editora que foi de Fernando Gasparian.

Em sua avaliação da venda da Paz e Terra para o Grupo Record, depois de quase quarenta anos como uma propriedade da sua família, Marcus Gasparian fez a seguinte afirmação: “Meu pai estaria muito feliz em saber que a Paz e Terra se incorporou ao Grupo Record, um grupo editorial brasileiro independente que investe na cultura nacional” (GRUPO, 2013). Uma declaração que pode talvez ser vista como um contraponto às ações frequentes de corporações editoriais estrangeiras no Brasil nos últimos anos. Naturalmente, ela está em sintonia com a da vice-presidente do Grupo Record, que, ao comentar sua prática de aquisição de editoras no país, também enfatizou sua “independência” e o fato de ser um caminho para a sobrevivência das “tradicionais” num mercado extremamente rigoroso: “Nossa missão é ser, dentro do segmento de obras gerais, a maior editora independente do Brasil. Esse bastião permite que editoras tradicionais sobrevivam em um mercado altamente competitivo” (CAZES, 2013)

Por outro lado, a declaração de Marcus Gasparian não pode deixar de ser vista também como expressão da necessidade de “lembrar” e “valorizar” o sentido inicial do trabalho de seu pai, que perdeu forças a partir da redemocratização e das mudanças que invadiram o mercado editorial desde então. De fato, como observamos nessa pesquisa, Fernando Gasparian abriu um espaço importante para a divulgação e legitimidade de debates e de novas interpretações para o Brasil, contribuindo para que um conjunto de obras decisivas para a consolidação da cultura acadêmica no país viesse à tona, em especial das Ciências Sociais e Humanas. Nesse movimento, atuou também na política. Nos bastidores das universidades, centros de pesquisa e na vida partidária em gestação, o editor operou com uma diversidade de grupos tendo em

vista, sobretudo, o fim do regime implantado em 1964, tornando-se uma das peças com que essa geração de intelectuais saiu “unida” a campo e, depois, com as diferenças marcadas, pode lutar entre si e com grupos de outras áreas para realizar seus projetos na esfera mais elevada possível – como Assessores, Deputados, Ministros e, num caso em particular, como Presidente da República. Expressão de uma época, quando um denominador comum motivou a “união” e fortaleceu o ideal de intervenção política no meio intelectual brasileiro, é significativo que a Paz e Terra de Fernando Gasparian ocupe hoje um espaço no maior grupo editorial América Latina em função, justamente, de seu passado.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes:

I - Coleção Estudos Brasileiros – Editora Paz e Terra

Volumes 1 - 97 (1974-1987): Cf. Anexo

II - Entrevistas em periódicos, livros e meios eletrônicos.

BACHA, Edmar L. Edmar Lisboa Bacha. In: BIDERMAN, Ciro; REGO, José; COZAC, Luis F. *Conversas com economistas brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 1996. Entrevista concedida a Ciro Biderman, José Rego e Luis F. Cozac.

CARDOSO. Fernando H. Fernando Henrique Cardoso. In: BASTOS, Elide R., LOUREIRO, Maria R.; REGO, José M. *Conversas com sociólogos brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2006. Entrevista concedida a Elide R. Bastos; Maria R. Loureiro e Fernando Abrucio e José M. Rego.

_____. Fernando Henrique Cardoso. In: MARKUN, Paulo (org). *O melhor do roda vida: o mais antigo e respeitado programa de entrevista da TV - poder*. São Paulo: Editora Conex, 2005.

_____. Fernando Henrique Cardoso. In: MOURA, Flavio; MONTERO, Paula. (orgs). *Retrato de grupo: 40 anos de CEBRAP*. São Paulo: Cosac-Naify, 2009. Entrevista concedida a Fernando Limongi, André Singer, Flávio Moura e Henri Gervaiseau.

DEAN, Warren. Warren Dean. In: MEIHY, José C. S. *A Colônia brasilianista: história oral de vida acadêmica*. São Paulo: Nova Stella, 1990. Entrevista concedida a José C. S. Bom Meihy.

DELLA CAVA, Ralph. Della Cava e os Ensinamentos deste Congresso. *Veja*. 17 jul. 1974, p.66. Entrevista concedida a Walmes Galvão.

_____. No tempo de Padre Cícero. *Veja*. 24 nov. 1976, p.3-6. Entrevista concedida a Judith Patarra.

_____. Reflexões sobre a Igreja e o poder. *Folha de São Paulo*, Ilustrada, São Paulo, 9 jul. 1985, p.34. Entrevista concedida a Norma Coury.

_____. Entrevista com Ralph Della Cava. *Acervo*. Revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, v.16, n. 2, p. 3-18, 2003.

GASPARIAN, Fernando. Entrevista com Fernando Gasparian – Projeto Memória do Movimento Estudantil. [jun. 2005]. Disponível em: <<http://www.mme.org.br/main.asp?Team=%7B3EBBBABF%2D203C%2D4E3E%2DB99F%2DE8B0CF00E072%7D>> Acesso em: 20 dez. 2010. Entrevista concedida a Carla Siqueira.

KOWARICK, Lúcio. Lucio Kowarick. In: MOURA, Flavio; MONTERO, Paula. (orgs). *Retrato de grupo: 40 anos de CEBRAP*. São Paulo: Cosac-Naify, 2009. Entrevista concedida a Adrian Lavalle, Eduardo Marques, Maria Encarnacion Moya, Flávio Moura e Henri Gervaiseau.

LEVINE, Robert. Robert Levine. In: MEIHY, José C. S. *A Colônia brasilianista: história oral de vida acadêmica*. São Paulo: Nova Stella, 1990. Entrevista concedida a José C. S. Bom Meihy.

LINHARES. Maria Yeda. Entrevista com Maria Yeda Linhares. *Jornal da UFRJ*. Especial 1968, n.40, Disponível em: <http://www.ufrj.br/docs/jornal/2008-dezembro_JornalUFRJ40.pdf> Acesso em: 15 dez. 2012. Entrevista concedida a Corinto Baldez.

LOPES, Juarez Brandão. Juarez Brandão Lopes. In: MOURA, Flavio; MONTERO, Paula. (orgs). *Retrato de grupo: 40 anos de CEBRAP*. São Paulo: Cosac-Naify, 2009. Entrevista concedida Vera S. P Ruas, Nády A. Guimarães, Haroldo Torres, Flávio Moura e Henri Gervaiseau.

_____. Juarez Brandão Lopes. In: BASTOS, Elide Rugai; LOUREIRO, Maria Rita; REGO, José Marcio. *Conversas com sociólogos brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2006. Entrevista concedida a Elide R. Bastos; Maria R. Loureiro e Fernando Abrucio e José M. Rego.

LOVE, Joseph. Entrevista com Joseph Love. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n.32, p.165-177, 2003. Entrevista concedida a Flavio Heinz.

RESENDE, André L. Andre Lara Resende. In: BIDERMAN, Ciro; REGO, José; COZAC; Luis F. *Conversas com economistas brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 1996. Entrevista concedida a Ciro Biderman, José Rego e Luis F. Cozac.

SINGER, Paul. Paul Singer. In: MOURA, Flavio; MONTERO, Paula. (orgs). *Retrato de grupo: 40 anos de CEBRAP*. São Paulo: Cosac-Naify, 2009. Entrevista concedida a Claudio Amitrano, Rogério Schlegel, Flávio Moura e Henri Gervaiseau.

SKIDMORE, Thomas. Skidmore revela a cor do nacionalismo brasileiro. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, Caderno B, 15 jul. 1976, p.40.

VARGAS, Celina. O CPDOC e a redescoberta da história do Brasil contemporâneo. In: D'ARAÚJO, Maria Celina (org). *Fundação Getulio Vargas: concretização de um ideal*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999.

III- Entrevistas não publicadas

ALBUQUERQUE, José A. Guilhon. *RE: Informações sobre publicação na Coleção Estudos Brasileiros (pesquisa de doutorado)*. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <mvcarrijo@usp.br> em 14 fev. 2012. Entrevista concedida a Maicon V. Silva Carrijo.

BACHA, Edmar L. *RE: Informações sobre publicação na Coleção Estudos Brasileiros (pesquisa de doutorado)*. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <mvcarrijo@usp.br> em 22 jan. 2010. Entrevista concedida a Maicon V. Silva Carrijo.

CUNHA, Maria Clementina. *RE: Informações sobre publicação na Coleção Estudos Brasileiros (pesquisa de doutorado)*. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <mvcarrijo@usp.br> em 26 jan. 2010. Entrevista concedida a Maicon V. Silva Carrijo.

DELLA CAVA, Ralph. *RE: Coleção Estudos Brasileiros - Editora Paz e Terra (doctorate in Social History, USP)*. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <mvcarrijo@usp.br> em 07 mar. 2010. Entrevista concedida a Maicon V. Silva Carrijo.

DRAÍBE, Sônia. *RE: Informações sobre publicação na Coleção Estudos Brasileiros (pesquisa de doutorado)*. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <mvcarrijo@usp.br> em 23 ago. 2010. Entrevista concedida a Maicon V. Silva Carrijo.

FIGUEIREDO, Eurico de Lima. *RE: Informações sobre publicação na Coleção Estudos Brasileiros (pesquisa de doutorado)*. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <mvcarrijo@usp.br> em 22 jan. 2010. Entrevista concedida a Maicon V. Silva Carrijo.

GASPARIAN, Fernando. *Entrevista* [mai. 2002]. São Paulo: sede da Editora Paz e Terra, 2002. 2 fitas cassetes (100 min.). Entrevistada concedida a Flamarion Pelúcio da Silva.

HIPPOLITO, Lucia. *RE: Informações sobre publicação na Coleção Estudos Brasileiros (pesquisa de doutorado)*. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <mvcarrijo@usp.br> em 21 jan. 2010. Entrevista concedida a Maicon V. Silva Carrijo.

HOLLOWAY, Thomas H. *RE: Coleção Estudos Brasileiros - Editora Paz e Terra (doctorate in Social History, USP)*. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <mvcarrijo@usp.br> em 10 mar. 2010. Entrevista concedida a Maicon V. Silva Carrijo.

LOPES, Juarez Brandão. *Entrevista* [abr. 2010]. São Paulo: residência de Juarez B. Lopes, 2010. (180 min.) Entrevista concedida a Maicon V. Silva Carrijo.

LOVE, Joseph. *RE: Coleção Estudos Brasileiros - Editora Paz e Terra (doctorate in Social History, USP)*. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <mvcarrijo@usp.br> em 22 jun. 2010. Entrevista concedida a Maicon V. Silva Carrijo.

MALHEIROS, Wania. *RE: Informações sobre publicação na Coleção Estudos Brasileiros (pesquisa de doutorado)*. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <mvcarrijo@usp.br> em 09 fev. 2012. Entrevista concedida a Maicon V. Silva Carrijo.

MILANESI, Luís. *RE: Informações sobre publicação na Coleção Estudos Brasileiros (pesquisa de doutorado)*. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <mvcarrijo@usp.br> em 08 fev. 2012. Entrevista concedida a Maicon V. Silva Carrijo.

MOISÉS, José Álvaro. *RE: Informações sobre publicação na Coleção Estudos Brasileiros (pesquisa de doutorado)*. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <mvcarrijo@usp.br> em 21 jan. 2010. Entrevista concedida a Maicon V. Silva Carrijo.

SARTI, Ingrid. *RE: Informações sobre publicação na Coleção Estudos Brasileiros (pesquisa de doutorado)*. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <mvcarrijo@usp.br> em 20 jan. 2010. Entrevista concedida a Maicon V. Silva Carrijo.

SOUZA, Amaury. *RE: Informações sobre publicação na Coleção Estudos Brasileiros (pesquisa de doutorado)*. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <mvcarrijo@usp.br> em 07 fev. 2010. Entrevista concedida a Maicon V. Silva Carrijo.

STOFFELS, Marie-Ghislaine. *RE: Informações sobre publicação na Coleção Estudos Brasileiros (pesquisa de doutorado)*. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <mvcarrijo@usp.br> em 17 jul. 2012. Entrevista concedida a Maicon V. Silva Carrijo.

WEFFORT, Francisco. *RE: Informações sobre publicação na Coleção Estudos Brasileiros (pesquisa de doutorado)*. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <mvcarrijo@usp.br> em 05 fev. 2010. Entrevista concedida a Maicon V. Silva Carrijo.

WILHEIN, Jorge. *RE: Informações sobre publicação na Coleção Estudos Brasileiros (pesquisa de doutorado)*. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <mvcarrijo@usp.br> em 20 jan. 2010. Entrevista concedida a Maicon V. Silva Carrijo.

IV - Textos e publicidade em jornais, revistas e meios eletrônicos.

A EDITORA Paz e Terra convida para o lançamento do livro. *Opinião*, São Paulo, n.83, 10 jun. 1974, p.20.

A EXPLOÇÃO da literatura política. *Leia Livros*. São Paulo, n.7, 15 nov. 1978, p.11.

A FIES congratula-se com JQ por maior rigor nas importações sem cobertura cambial. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 1º Caderno, 10 fev. 1961, p.10.

AFONSO, Almino. *Ex-presidente da UEE-SP, Fernando Gasparian fará falta na política brasileira*. Disponível em:
<http://www.une.org.br/home3/movimento_estudantil/m_5780.html> Acesso em: 12 jun. 2009.

ASSIS, José Carlos. As voltas da história. Disponível em:
<<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/mt201299.htm>> Acesso: em 25 mai. 2011.

AUGUSTO, Sérgio. O aristocrata das letras americanas. *Folha de São Paulo*. São Paulo, Ilustrada, 14 dez. 1985, p.47.

AUTORES brasileiros do mais alto nível escrevem sobre os temas do momento. *Opinião*, São Paulo, n.172, 20 fev. 1976, p.9.

AUTORITARISMO e democratização. *Opinião*, São Paulo, n.132, 16 mai. 1975, p.3.

BIEHLER, Simone. Mário Fittipaldi. Apesar da crise, o setor está bem. *Leia Livros*. São Paulo, nº 80, jun. 1985, p.21.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Fernando Gasparian. *Folha de São Paulo*, São Paulo, Dinheiro, 20 nov. 2006, p.B2.

CANDIDO, Antonio. Depoimento a FHC. Disponível em: <<http://www.fhc80anos.com.br/depoimentos.php?id=16>> Acesso em: 25 dez. 2011.

CAZES, Leonardo. Record compra editora Paz e Terra e aposta em sinergia. *O Globo*. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/record-compra-editora-paz-terra-aposta-em-sinergia-7121908>> Acesso em: 10 jan. 2013.

CÉZAR, Caia Campos. Os livreiros? Ah! os livreiros... *Leia Livros*. São Paulo, n.20, 15 dez/fev.1980, p.345.

CHINEM, Rivaldo. Um grande negócio em formato de bolso. *Leia Livros*. São Paulo, n.91, mai. 1986, p.18.

CONVITE. *Opinião*, São Paulo, n.198, 20 ago. 1976a, p.2.

CONVITE. *Opinião*, São Paulo, n.201, 10 set. 1976b, p.2.

CORREA, José. O mercado editorial sem inflação. *Leia Livros*. São Paulo, n.90, Abr. 1986, p.18.

COSTA, Caio T. Um dia a casa cai. *Leia Livros*. São Paulo, n.27, 15 ago.1980, p.30-35.

_____. Anatomia do mercado editorial brasileiro. *Leia Livros*. São Paulo, n.27, 15 ago.1980, p.31.

_____. Quem é quem no mercado editorial. *Leia Livros*. São Paulo, n.33, 15 mar. 1981, p.2.

COZER, Raquel. Paz e Terra estreia projeto editorial em março. *O Estado de São Paulo*. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,paz-e-terra-estreia-projeto-editorial-em-marco,684725,0.htm>> Acesso em: 06 mai. 2011.

FALAMOS muito da América Latina. *Opinião*, São Paulo, n.186, 28 mai. 1976, p.23.

FERNANDO Gasparian apresenta ao CNE relatório sobre o PAEG. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 1º Caderno, 14 Jul 1965, p.14.

GALVÃO garante crédito ao setor têxtil. *Folha de São Paulo*. São Paulo, Assuntos Diversos, 7 abr 1963, p.6.

GASPARIAN: CNE fechou por ter dito verdades. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 1º Caderno, 05 mar. 1967, p.10.

GASPARIAN DESTITUÍDO. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 15 nov. 1969, p.11.

GASPARIAN, Fernando. Aspectos econômicos da produção editorial. *Leia Livros*. São Paulo, n.5, 15 set. 1978, p.32.

_____. É preciso renacionalizar a economia brasileira. *Folha de São Paulo*, São Paulo, Opinião, 4 out. 1986, p.3.

GRACO, Caio. Qual crise? *Leia Livros*. São Paulo, n.33, 15 mar. 1981, p.2.

_____. Um encontro diferente. *Leia Livros*. São Paulo, n.31, 15 dez/fev.. 1981, p.2.

GRUPO Editorial Record anuncia a compra da editora Paz e Terra. Disponível em: <http://www.record.com.br/novidades_cada.asp?id_novidade=1188> Acesso em: 10 jan. 2013.

GUAZELLI, Ênio. O velho problema do livro. *Leia Livros*. São Paulo, n.24, 15 mai. 1980, p.25.

HISTÓRIA da América Latina. *Opinião*, São Paulo, n.152, 03 out.1975, p.6.

JUNQUEIRA, Carmem. Ciência sem pedantismo. *Leia Livros*, São Paulo, n.22, 15 mar. 1980 p.9.

LIBERALISMO e Sindicato no Brasil. *Opinião*, São Paulo, n.222, 04 fev.1977, p.22.

LIVRO ou “book”? *Opinião*, São Paulo, n.196, 6 ago. 1976, p.10.

LIVRO sobre o México. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 1º caderno, 17 dez 1965, p.24.

NEVES, Oscar. Um desejo qualitativo. *Leia Livros*. São Paulo, n.116, 15 jun. 1988, p.28.

NOVO Livro de Fernando Gasparian, *Folha de São Paulo*, São Paulo, 2º Caderno, 17 jun. 1973, p.27.

O ITAMARATI evitou a vinda de Cárdenas. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 1º Caderno, 1 mar 1963, p.3.

O POVO está convidado a assistir grande concentração patriótica. *Folha da Manhã*, São Paulo, Assuntos Gerais, 11 jan. 1953, p.10.

OS INTELECTUAIS se reúnem entre livros e tira-gosto. *Folha de São Paulo*, São Paulo, Ilustrada, 18 abr. 1979, p.35.

PARA compreender a vitória do M.D.B. *Opinião*, São Paulo, n.109, 06 dez. 1974, p.24.

PESQUISA Eleitoral obtém grande repercussão. *Opinião*, São Paulo, n.180, 16 abr. 1976, p.22.

POPPOVIC, Pedro Paulo. Um falso problema: cultura ou mercadoria. *Leia Livros*. São Paulo, n.0, 15 abr. 1978, p.22.

QUANDO a cultura vai para as bancas: O fenômeno fascículos leva o conhecimento para dentro da casa de milhões de brasileiros. Disponível em: <<http://www.abril.com.br/institucional/50anos/fasciculos.html>> Acesso em: 12 out. 2010.

RANGEL, Pedro Paulo. Adorando os deuses da sociedade de consumo. *Opinião*, n.118, 7 fev. 1975, p.22.

REIS, Fabio Wanderley. Política do favor. *Leia Livros*. São Paulo, n.49, 15 ago. 1982, p.3.

RIBEIRO, Teresa. Paz e Terra desponta com propostas novas e velha bandeira de coragem. *Folha de São Paulo*, São Paulo, Letras, 20 jan. 1990, p.F-1.

RIECKEN, Kurd. A indústria de papel: produção e consumo. *Leia Livros*. São Paulo, n.8, 15 dez. 1979, p.20.

SAMPAIO, Plínio de Arruda. *Homenagem: Fernando Gasparian*. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-antiores/homenagem-fernando-gasparian>> Acesso em: 20 fev. 2010.

SBPC: sociólogos debaterão o meio ambiente. *Folha de São Paulo*, Educação. 2 jun. 1974 p.16.

SCLIAR, Moacyr. Escritora de uma frase. *Veja*. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/140508/p_146.shtml> Acesso em: 29 set. 2009.

SELEÇÃO de Paz e Terra para uso nas universidades. *Opinião*, São Paulo, n.181, 23 abr. 1976, p.15.

SERRA, Cristina. A Record aposta no pacote. *Leia Livros*. São Paulo, n. 92, Jun.1986, p.28.

SERRA, José. Paixão, generosidade e coragem. *Folha de São Paulo*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opinioao/fz1510200609.htm>> Acesso em: 25 jun. 2010.

STRECKER, Marcos. Izabel Aleixo comprou "mega-seller" de 2 milhões de exemplares. *Folha de São Paulo*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u600199.shtml>> Acesso em: 06 mai. 2011.

UMA NOITE para os intelectuais em São Paulo. *Folha de São Paulo*, São Paulo, Ilustrada, 16 abr. 1979, p.16

Referências Bibliográficas:

I- Livros e artigos publicados em revistas acadêmicas²⁰⁹

ALBUQUERQUE, Severino. Black into White: Race and Nationality in Brazilian Thought by Thomas E. Skidmore. *Hispanic Review*, v.63, n.3, p.482-484, 1995.

ALMEIDA, Lúcio Flávio de. *Ideologia Nacional e Nacionalismo*. São Paulo: EDUC, 1995.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares. *Tomando partido, formando opinião: cientistas sociais, imprensa e política*. São Paulo: Sumaré, 1992.

ALMEIDA, Paulo R. Tendências e perspectivas dos estudos brasileiros nos Estados Unidos. In: _____.; BARBOSA, Rubens A.; EAKIN, Marshall. C. (orgs). *O Brasil dos brasilianistas*. Um guia dos estudos sobre o Brasil nos Estados Unidos. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p.31-55.

_____. Bibliografia seletiva da produção editada ou publicada nos EUA sobre o Brasil. In: _____.; BARBOSA, Rubens A.; EAKIN, Marshall. C.; (orgs). *O Brasil dos brasilianistas*. Um guia dos estudos sobre o Brasil nos Estados Unidos. São Paulo: Paz e Terra, 2002b, p.487-512.

ALMEIDA, Roberto F. *A luta contra usura*. O limite constitucional dos juros anuais de 12% está em vigor. São Paulo: Graal, [199-].

ARRUDA, José J.; TENGARRINHA, José M. *Historiografia luso-brasileira contemporânea*. Bauru: Edusc, 1999.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. A sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a “escola paulista”. In: MICELI, Sérgio. *História das Ciências Sociais no Brasil*, v.1, São Paulo: Vértice, Idesp, 1989.

BAPTISTA, Kátia Aparecida. *O CEBRAP como centro de referência para as ciências sociais nos anos setenta*. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2009.

BARREIRA, Irllys A. Cidade, atores e processos sociais: o legado sociológico de Lúcio Kowarick. *Revista brasileira de Ciências Sociais*. v.25, n.72, 2010.

BASADRE, Jorge. *Courses on Latin America in institutions of higher education in the United States 1948-1949*. Washington: Department of cultural affairs Pan American Union, 1949.

BERGER, Mark. *Under northern eyes: Latin American studies and United States hegemony in the Americas, 1898-1990*. Bloomington: Indiana University Press, 1995.

BERQUÓ, Elza. In memoriam: Juarez Brandão Lopes. *Novos estudos - CEBRAP*, São Paulo, n.90, 2011.

BIDERMAN, Ciro; REGO, José; COZAC; Luis F. *Conversas com economistas brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 1996.

²⁰⁹ Os livros publicados na *Coleção Estudos Brasileiros* da editora Paz e Terra constam no Anexo.

BIELSHOWSKY, Ricardo. Cinquenta anos de pensamento da Cepal: uma resenha. In: _____. (org). *Cinquenta anos de pensamento da Cepal*. Rio de Janeiro: Record: 2000.

BOMENY, Helena M. Darcy Ribeiro e a Escola de Pioneiros. In: *XXIV encontro anual da ANPOCS*. GT: Pensamento Social no Brasil, Rio de Janeiro, 2000

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (org). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

_____. *Razões práticas*. Sobre a Teoria da Ação. São Paulo: Papirus, 1996.

_____. *Os Usos sociais da ciência*. Por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

BRAITH, Beth. Best-seller versus obra-prima: contra os apocalípticos e os integrados. *Cadernos de Jornalismo e editoração*. São Paulo, n.16, p.29-35, 1986.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Do ISEB e da CEPAL à Teoria da Dependência. In: TOLEDO, Caio N. (org). *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2005.

CARDOSO, Fernando Henrique. Fernando Gasparian, guerreiro e amigo. *Política Externa*, São Paulo, v.15, n.3, p. 11-13, 2006-2007.

_____. Apresentação. In: FERNANDES, Florestan. *Mudanças Sociais no Brasil*. São Paulo: Difel, 1974.

CARRIJO, Maicon V. Silva. *O Brasil e os brasilianistas nos circuitos acadêmicos norte-americanos: Thomas Skidmore e a história contemporânea do Brasil*. 2007. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CARVALHO, José Murilo. Prefácio. In: WIRTH, John. *Fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

COELHO, Sandro Anselmo. O Partido Democrata Cristão: teores programáticos da terceira via brasileira (1945-1964). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.23, n.46, p.201-228, 2003.

COIMBRA, Ana Luiza de Lima. *Estudos brasileiros: ângulos americanos*. 2006. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

COSTA, Célia; GAGLIARDI, Juliana. Lysâneas, um autêntico do MDB. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n.37, p.201-212, 2006.

DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo (1880-1945)*. São Paulo: Difel, 1971.

DELGADO, Lucilia Neves de Almeida. Nacionalismo como projeto de Nação: a Frente Parlamentar Nacionalista (1956-1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *Nacionalismo e Reformismo Radical*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DELLA CAVA, Ralph. *A Igreja em flagrante*. Catolicismo e sociedade na imprensa brasileira. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

_____. Igreja e Estado no Brasil do Século XX: sete monografias recentes sobre o catolicismo brasileiro, 1916/64. *Estudos CEBRAP*, São Paulo, n.12, p.5-52, 1975.

DIAS, Juliano Alves. *Sacrificium Laudis: A Hermenêutica da Continuidade de Bento XVI e o retorno do Catolicismo Tradicional (1969-2009)*. 2009. Dissertação (mestrado) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2009.

DIEHL, Astor A. *A cultura historiográfica brasileira*. Passo Fundo: UPF Editora, 1999.

EAKIN, Marshall. Latin American history in the United States: from gentlemen scholars to academic specialists. *The History Teacher*, v.31, n.4, p.539-561, 1998.

FAUSTO, Boris. Organizando a ‘História Geral da Civilização Brasileira’. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.1, n.1, 1988.

FEREZ JUNIOR, João. *A história do conceito de Latin America nos Estados Unidos*. Bauru: Edusc, 2005.

FERREIRA, Marieta de Moraes; FLAKSMAN, Dora. Partido Democrata Cristão (1945). In: *Dicionário Histórico-biográfico Brasileiro*. Disponível em:

<<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>> Acesso em: 14 fev. 2011.

FICO, Carlos. Prefácio. In: GREEN, James. *Apesar de Vocês*. Oposição à ditadura militar brasileira nos Estados Unidos. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____.; POLITO, Ronald. *A história no Brasil (1980-1989)*: Elementos para uma avaliação historiográfica. Ouro Preto: UFOP, 1992.

_____. A historiografia brasileira nos últimos 20 anos – tentativa de avaliação crítica. In: MALERBA, Jurandir. (org). *A velha história: teoria, método e historiografia*. Campinas: Papirus, 1996.

FIGUEIRÔA, Silvia F. de Mendonça. *As ciências geológicas no Brasil: uma história social e institucional. 1875-1934*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

FINKELSTEIN, David; MCCLEERY, Alistair. *An Introduction to Book History*. New York/London: Routledge, 2005.

FORJAZ, Maria Cecília S. A emergência da ciência política no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.12, n.35, São Paulo, 1997.

GASPARIAN, Fernando. *Em defesa da Economia Nacional*. Rio de Janeiro: Saga, 1966.

_____. *Capital estrangeiro e desenvolvimento da América Latina*, o mito e os fatos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

_____. Encontros com Darcy Ribeiro. *Cadernos do Parlatino*, São Paulo, n.13, 1998.

GOMES, Ângela de Castro. *Ministério do Trabalho: uma história vivida e contada*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2007.

_____. Política: história, ciência, cultura etc. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, p.59-83, n.17, 1996.

GRACO, Caio. Mercado de opinião e políticas editoriais. In: ROCHA, José Carlos (org). *Políticas editoriais e hábitos de leitura*. São Paulo: Com-arte, 1987.

GREEN, James. Clerics, exiles and academics: opposition to the brazilian military dictatorship in the United States, 1969-1974. *Latin American Politics and society*, v.45, n.1, p.87-117, 2003.

_____. *Apesar de Vocês*. Oposição à ditadura militar brasileira nos Estados Unidos. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

HALLEWELL, Lawrence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: Edusp, 1985.

_____. O comércio do livro no Brasil visto por um estrangeiro. *Cadernos de Jornalismo e editoração*. São Paulo, n.19, p.31-40, 1986.

HECKER, Alexandre. *Socialismo sociável: história da esquerda democrática em São Paulo (1945-1965)*. São Paulo: UNESP, 1998.

JACKSON, Luiz Carlos. Tensões e disputas na sociologia paulista (1940-1970). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v.22, n.65, 2007.

JACKSON, Jeffrey T. *The decline in the Latin American critique of U.S. sociology: a critical examination of Latin Americanism*. 1993. Dissertação (Master of Arts), Graduate School, The University of Texas at Austin, Austin, 1993.

KEINERT, Fábio C.; SILVA, Dimitri P. A gênese da ciência política brasileira. *Tempo Social*, v.22, n.1, 2010.

KEINERT, Fábio C. *Cientistas Sociais entre ciência e política (Brasil, 1968-1985)*. 2011. Tese (Doutorado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

_____. Cientistas Sociais entre ciência e política (Brasil, 1968-1985). In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, 2011b.

KENSKI, Vani M. *O Fascínio do Opinião*. 1990. Tese (Doutorado), Faculdade de Educação, Universidade de Campinas, Campinas, 1990.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Scritta, 1991.

LABANCA, Gabriel Costa. Relações e Edições de Ouro: a Tecnoprint na expansão do mercado editorial brasileiro durante os primeiros anos da Ditadura Militar. *Em Tempo de História*, Brasília, n.14, p.125-145, 2009.

LAHUERTA, Milton. Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil. *Cadernos AEL*, v.8, n.14/15, p.55-93, 2001.

_____. Marxismo e vida acadêmica: os pressupostos intelectuais da crítica uspiana ao nacional desenvolvimentismo. In: BOTELHO, A.; BASTOS, E. R.; VILLAS BÔAS, G. (Orgs.). *O moderno em questão*. A década de 1950 no Brasil. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.

LAMARÃO, Sérgio. Fernando Gasparian. In: Dicionário Histórico-biográfico Brasileiro. Disponível em: < <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx> > Acesso em: 14 fev. 2011.

LAPA, José R. A. *A historiografia em questão*. Petrópolis: Vozes, 1976.

LIPPI, Lucia. As Ciências Sociais no Rio de Janeiro. In: MICELI, Sérgio. *História das Ciências Sociais no Brasil*, v.1, São Paulo: Vértice, Idesp, 1989.

LOPES, Juarez Brandão. *Sociedade Industrial no Brasil*. São Paulo: Difel, 1964.

_____. *Crise no Brasil Arcaico*. São Paulo: Difel, 1967.

LOPES, Moacir. *A situação do escritor e do livro no Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria editora Cátedra, 1978.

LOUREIRO, Maria Rita. Economistas e Elites Dirigentes no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ano VII, n.20, p. 47-69, 1992.

_____. *Os Economistas no Governo*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1997.

_____. A participação dos economistas no governo. *Análise* Porto Alegre, v.17, n.2, p.345-359, jul./dez., 2006.

MACHADO, J. A. Pinheiro. *Opinião x Censura*. Porto Alegre: L&PM, 1978.

MALLORQUIN, Carlos. Celso Furtado el hacedor del estructuralismo latinoamericano. In: CORSI, Francisco L., CAMARGO, José M. (orgs). *Celso Furtado: os desafios do desenvolvimento*. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2010.

MARTINS, Luciano. *Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento: introdução à crise brasileira*. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

MAUÉS, Flamarion. *Editoras de oposição no período da abertura (1974-1985): negócio e política*. 2005. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

McDONALD, Peter. Implicit Structures and explicit interactions: Pierre Bourdieu and the History of the book. *The Library*, v.XIX, n.2, p.105-121, 1997.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Introdução ao nacionalismo acadêmico – os brasilianistas*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. *A Colônia brasilianista: história oral de vida acadêmica*. São Paulo: Nova Stella, 1990.

_____. Decifra-me ou devoro-te: nacionalismo acadêmico x brasilianismo, *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.4, n.7, 1991.

MICELI, Sérgio. *A desilusão americana – relações acadêmicas e intelectuais entre o Brasil e os Estados Unidos*. São Paulo: IDESP, 1990.

MOREIRA, Regina da Luz. Brazilianistas, historiografia e centros de documentação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.3, n.5, p.66-74, 1990.

MORSE, Richard A *Volta de MacLuhanáima*. Cinco estudos solenes e uma brincadeira séria. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

MOTA, Carlos Guilherme. Presença de Florestan no IEA. *Estudos Avançados*. São Paulo, v.10, n.26, 1996.

MOURÃO, Olympio. *Reforma para o Brasil*. Rio de Janeiro: Saga, 1969.

NICODEMO, Thiago Lima. A Herança colonial – Sérgio Buarque de Holanda e a História Geral da Civilização Brasileira. In: *I Seminário Brasileiro sobre livro e História Editorial*. Casa Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 2004.

NOVAIS, Fernando; CARDOSO, Fernando Henrique. Anotações para um preâmbulo a quatro mãos (Prefácio). In: LOVE, J. *A Locomotiva, São Paulo na federação brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

NOVAIS, Fernando A. A Universidade e a pesquisa histórica: apontamentos. *Estudos avançados*, São Paulo, v.4, n.8, 1990.

OLIVEIRA, José A. Apresentação. In: WIRTH, John. *Fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

PAIM, Antônio. *A escola do Recife*. Estudos complementares à história das idéias filosóficas no Brasil. Londrina: Editora UEL, 1999.

PAIXÃO, Fernando. *Momentos do Livro no Brasil*. São Paulo: Ática, 1996.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

PEIXOTO, Fernanda A. Franceses e norte-americanos nas ciências sociais brasileiras (1930-1960). In: Sérgio Miceli. (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*. 1 ed. São Paulo: Vértice, 1989.

_____. Brazilianismos, brazilianists e discursos Brasileiros. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.3, n.5, p.29-44, 1990.

PEIXOTO, Fernanda A; PONTES, Heloísa. *Guia bibliográfico dos brasilianistas: Obras e autores editados no Brasil entre 1930 e 1988*. São Paulo: Sumaré, 1992.

PEREIRA, Luciana Lombardo Costa. *A lista negra dos livros vermelhos: uma análise etnográfica dos livros apreendidos pela polícia política no Rio de Janeiro 2010*. Tese (Doutorado) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

PIMENTEL, Layane Karine. *Por uma América Latina mais justa: análise das concepções dos cristãos de esquerda sobre a AL na Revista Paz e Terra (1966-1969)*. 2010. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2010.

PONTES, Heloísa. Retratos do Brasil: Editores, Editoras e Coleções Brasileira nas décadas de 30, 40 e 50. In: MICELI, Sérgio. *História das Ciências Sociais no Brasil*, v.1, São Paulo: Vértice, Idesp, 1989.

_____. Brasil com Z. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.3, n.5, p.45- 65, 1990.

PRADO, Maria Lígia C. Warren Dean. *Revista de História*. São Paulo, n.133, p.91-93, 1995.

RAMIREZ, Hernán Ramiro. *Os Institutos de Estudos Econômicos de organizações empresariais e sua relação com o Estado em perspectiva comparada: Argentina e Brasil (1961-1966)*. 2005. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

RAMOS, Alcida Rita. O Índio Hiper-Real. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 28, n.10, p.5-14, 1995.

RAMOS, Dulce. *Um exemplo de pesquisa bibliográfica como elemento da pesquisa pública: as teses americanas sobre o Brasil 1960-1970 (levantamento global e crítica)*. 1972. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.

_____. Levantamento das Pesquisas sobre assuntos brasileiros feitas em universidades norte americanas (1960-1970). *Revista de História*, São Paulo, v.49 n.99, p.281-308, 1974.

REIMÃO, Sandra. Brasil, anos 60, livros – sobre o mercado editorial e os livros mais vendidos. *Cadernos de Jornalismo e editoração*. São Paulo, n.26, p.145-168, 1990.

_____. Os best-sellers no Brasil 1980/1988. *Comunicação e Sociedade*. São Paulo, Ano X, n.17, p. 53-61, 1991.

_____. Brasil, anos 70: mercado editorial e literatura ficcional brasileira. *Comunicação e Sociedade*. São Paulo, Ano XI, n.20, p.73-88, 1993.

_____. Ditadura militar e censura a livros: Brasil (1964-1985). In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia (orgs). *Impresso no Brasil*. Dois séculos de livros brasileiros. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RIBEIRO, Adélia M.; MATIAS, Glauber R. A Universidade necessária em Darcy Ribeiro: notas sobre um pensamento utópico. *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, vol.42, n.03, p.199-205, 2006.

RIBEIRO, Flávio D. *Walt Whitman Rostow e a problemática do desenvolvimento*. Ideologia, política e ciência na Guerra Fria. 2007. Tese (Doutorado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

RIBEIRO, Sabrina. *Um empresário que nunca se vendeu*. Disponível em: <<http://www.anovademocracia.com.br/32/30.htm>> Acesso em: 23 jan. 2008.

RIDENTI, Marcelo S. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da tv*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

ROBERTO, Adriana Thomazotti Claro. *O mercado editorial paulista no decênio de 1990: momento de expansão e diferenciação no setor*. 2000. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2000.

RODRIGUES, Jose Honório. Os estudos brasileiros e os brasilianistas, *Revista de História*, São Paulo, USP, v.54. n.107, p.189-219, 1976.

ROLLEMBERG, Marcello Chami. Um circo de letras: a Editora Brasiliense no contexto sócio-cultural dos anos 80. In: *XXXI Congresso brasileiro de Ciências da Comunicação*. Natal: Intercom, 2008.

SALGADO, Gilberto Barbosa. *O imaginário em movimento: crescimento e expansão da indústria editorial no Brasil (1960-1994)*. Dissertação (Mestrado). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1994.

SANTOS, Marcelo Henrique Pereira. Roberto de Oliveira Campos: homem de ação do governo. *São Paulo em Perspectiva*, v.14, n.2, 2000.

SCHWARCS, Lilia M. Como nascem os clássicos (Prefácio). In: SKIDMORE, Thomas. *Preto no Branco. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SILVA, Janice Theodoro. Contra Thomas Skidmore: silêncio no Uriracoera. *Encontros com a civilização brasileira*, Rio de Janeiro, n.8, p.209-222, 1979.

SILVEIRA, Maria Rita C. Jobim. A revista *Civilização Brasileira*: um veículo de resistência intelectual. In: *I Seminário sobre livro e história editorial*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, UFF/PPGCOM, UFF/LIHED: 2004.

SKIDMORE, Thomas. O Negro no Brasil e nos Estados Unidos. *Argumento*, n.1, p.25-45, 1973.

_____. *Brasil: de Castelo Branco a Tancredo Neves*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. Studying the history of Latin America: a case of Hemispheric Convergence, *Latin American Research Review*, v. 33, n.1, p.105-127, 1998.

_____. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

SLENES, Robert. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações da família escrava*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SO, Alvin Y. *Social Change and Development: Modernization, Dependency and World-System Theories*. Newbury Park: Sage publications, 1990.

SORÁ, Gustavo. Tempo e distâncias na produção editorial de literatura. *Mana*, Rio de Janeiro, v.3, n.2, p.151-181, 1997.

_____. A construção sociológica de uma posição regionalista. Reflexões sobre a edição e recepção de Casa Grande e Senzala de Gilberto Freyre. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v.13, n.36, 1998.

_____. *Brasilianas*. José Olympio e a gênese do mercado editorial. São Paulo: Edusp; Com-arte, 2010.

SORJ, Bernardo. *A construção intelectual do Brasil: da resistência à ditadura ao governo FHC*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

STEPAN, Alfred (ed.). *Authoritarian Brazil. Origins, Policies, and Future*. New Haven: Yale University Press, 1973.

_____. (org) *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SUAREZ, Michael F. Historiographical problems and possibilities in book history and national histories of the book. *Studies in Bibliography*, v.56, p.140-170, 2003-2004.

TOOGE, Marly. Patrono da amizade: as traduções de obras brasileiras da Alfred A. Knopf em meados do século XX. *Tradterm*. São Paulo, n.17, p.101-126, 2010.

VIEIRA, Luiz Renato. *Consagrados e malditos: os intelectuais e a Editora Civilização Brasileira*. Brasília: Thesaurus Editora, 1998.

VIOTTI, Emília. Black into White: Race and Nationality in Brazilian Thought by Thomas E. Skidmore. *The Hispanic American Historical Review*, v.55, n.3, p.571-574, 1975.

WERNECK VIANNA, Luís. A institucionalização das ciências sociais e a reforma social: do pensamento social à agenda americana de pesquisa. In: _____. *A Revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1997.

ANEXO

Títulos publicados pela Coleção Estudos Brasileiros da editora Paz e Terra (1974-1987) Volumes 1 ao 97		
1	1974	FREIRE, Marcos. <i>Oposição no Brasil, hoje.</i>
2	1974	RIBEIRO, Darcy. <i>Uirá sai à procura de Deus: ensaios de etnologia e indigenismo.</i>
3	1975	CARDOSO, Fernando Henrique. <i>Autoritarismo e democratização.</i>
4	1975	MARTINS, Luciano. <i>Nação e corporação multinacional: a política das empresas no Brasil e na América Latina.</i>
5	1975	PINHEIRO, Paulo Sérgio. <i>Política e trabalho no Brasil, dos anos vinte a 1930.</i>
6	1975	CARDOSO, Fernando Henrique; LAMOUNIER, Bolivar (orgs.). <i>Os partidos e as eleições no Brasil.</i>
7	1975	LIMA, Medeiros (org.). <i>Petróleo, energia elétrica, siderurgia: a luta pela emancipação. Um depoimento de Jesus Soares Pereira sobre a política de Vargas.</i>
8	1976	BENEVIDES, Maria Victória. <i>O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961.</i>
9	1976	SKIDMORE, Thomas. <i>Preto no Branco. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro.</i>
9	1976	BACHA, Edmar Lisboa. <i>Os mitos de uma década: ensaios de economia brasileira.</i>
10	1976	LOPES, José Sérgio Leite. <i>O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar.</i>
12	1976	WERNECK VIANNA, Luiz. <i>Liberalismo e sindicato no Brasil.</i>
13	1977	DELLA CAVA, Ralph. <i>Milagre em Joazeiro.</i>
14	1977	CARDOSO, Miriam Limoeiro. <i>Ideologia do desenvolvimento, Brasil: JK-JQ.</i>
15	1977	EISENBERG, Peter L. <i>Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910.</i>

16	1977	SINGER, Paul. <i>Desenvolvimento e crise.</i>
17	1977	ALBUQUERQUE, José A. Guilhon (coord.). <i>Classes médias e política no Brasil.</i>
18	1977	PERLMAN, Janice E. <i>O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro.</i>
19	1977	CARDOSO, Fernando Henrique. <i>Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul.</i>
20	1977	AFONSO, Carlos A.; SOUZA, Herbert de. <i>Estado e o desenvolvimento capitalista no Brasil: a crise fiscal.</i>
21	1977	STOFFELS, Marie-Ghislaine. <i>Os mendigos na cidade de São Paulo: ensaio de interpretação sociológica.</i>
21	1977	DEAN, Warren. <i>Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920.</i>
22	1978	MAXWELL, Kenneth R. <i>A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira: Brasil-Portugal, 1750-1808.</i>
23	1977	FURTADO, Celso (coord.). <i>Brasil: tempos modernos.</i>
24	1977	GUIMARÃES, Alberto Passos. <i>Quatro séculos de latifúndio.</i>
25	1978	WEFFORT, Francisco Corrêa. <i>O populismo na política brasileira.</i>
26	1978	BACHA, Edmar L. <i>Política econômica e distribuição de renda.</i>
27	1978	DINIZ, Eli. <i>Empresário, Estado, e capitalismo no Brasil, 1930-1945.</i>
28	1978	JAGUARIBE, Hélio. <i>Introdução ao desenvolvimento social: breve estudo comparativo e crítico das perspectivas liberal e marxista e dos problemas da sociedade não repressiva.</i>
29	1979	GALVÃO, Eduardo. <i>Encontro de sociedades: índios e brancos no Brasil.</i>
30	1978	NASCIMENTO, Abdias do. <i>O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado.</i>
31	1978	HOLLOWAY, Thomas H. <i>Vida e morte do convênio de Taubaté: a primeira valorização do café.</i>
32	1978	MILANESI, Luís. <i>O paraíso via Embratel: o progresso de integração de uma cidade do interior paulista na sociedade de consumo.</i>

33	1979	CARVALHO, Edgard de Assis. <i>As alternativas dos vencidos: índios Terena no Estado de São Paulo.</i>
34	1979	MARAM, Sheldon Leslie. <i>Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro, 1890-1920.</i>
35	1978	LARAIA, Roque de Barros; DAMATTA, Roberto. <i>Índios e castanheiros: a empresa extrativa e os índios no médio Tocantins.</i>
36	1979	MANGABEIRA, Francisco. <i>João Mangabeira, república e socialismo no Brasil.</i>
37	1979	ARAÚJO, Braz José de (coord.). <i>Reflexões sobre a agricultura brasileira.</i>
38	1980	CARONE, Edgar (org.). <i>Ensaio de antropologia indígena e caiçara.</i>
39	1979	FORMAN, Shepard. <i>Camponeses: sua participação no Brasil.</i>
40	1980	SPINDEL, Cheywa R. <i>Homens e máquinas na transição de uma economia cafeeira: formação e uso da força de trabalho no Estado de São Paulo.</i>
41	1979	FIGUEIREDO, Eurico de Lima (org.). <i>Os militares e a revolução de 30.</i>
42	1979	RIBEIRO, Berta G. <i>Diário do Xingu.</i>
43	1979	JOFFILY, José. <i>Revolta e revolução: cinquenta anos depois.</i>
44	1979	KOWARICK, Lúcio. <i>Espoliação urbana.</i>
45	1980	LEVINE, Robert. <i>A velha usina: Pernambuco na federação brasileira, 1889-1937.</i>
46	1981	CHANDLER, Billy Jaymes. <i>Lampião, o rei dos cangaceiros.</i>
47	1981	GOLDFEDER, Miriam. <i>Por trás das ondas da Rádio Nacional.</i>
47	1981	DANTAS, Orlando Vieira. <i>Vida patriarcal de Sergipe.</i>
48	1981	SARTI, Ingrid. <i>Porto vermelho: os estivadores santistas no sindicato e na política.</i>
49	1981	SINGER, Paul. <i>Dominação e desigualdade: estrutura de classes e repartição da renda no Brasil.</i>

50	1982	WIRTH, John D. <i>Fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira, 1889-1937.</i>
51	1981	BENEVIDES, Maria Victoria. <i>A udn e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)</i>
52	1981	FIGUEIREDO, Ariosvaldo. <i>Enforcados: o índio em Sergipe</i>
54	1981	FURTADO, Celso. <i>O Brasil pós "milagre".</i>
55	1981	GROSSI, Yonne de Souza. <i>Mina de Morro Velho: a extração do homem. Uma história de experiência operária.</i>
56	1982	MOISÉS, José Álvaro. <i>Lições de liberdade e de opressão: os trabalhadores e a luta pela democracia.</i>
57	1982	LOVE, Joseph. <i>A locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira, 1889-1937.</i>
59	1982	DINIZ, Eli. <i>Voto e máquina política: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro.</i>
61	1983	PINHEIRO, Paulo Sérgio (coord.). <i>Trabalho escravo, economia e sociedade: conferência sobre História e Ciências Sociais.</i>
62	1982	WILHEIM, Jorge. <i>Projeto São Paulo: propostas para a melhoria da vida urbana.</i>
63	1982	FURTADO, Celso. <i>A nova dependência: dívida externa e monetarismo.</i>
64	1983	ARIDA, Pérsio. <i>Dívida externa, recessão e ajuste estrutural: o Brasil diante da crise.</i>
65	1983	MELO, Fernando Homem de. <i>O problema alimentar no Brasil: a importância dos desequilíbrios tecnológicos.</i>
66	1983	CHACON, Vamireh. <i>Abreu e Lima, general de Bolívar.</i>
67	1983	BATISTA Jr., Paulo Nogueira. <i>Mito e realidade na dívida externa brasileira</i>
68	1983	ASSIS, José Carlos de. <i>A chave do tesouro: anatomia dos escândalos financeiros, Brasil 1974-1983.</i>
69	1983	FURTADO, Celso. <i>Não à recessão e ao desemprego.</i>

70	1983	GRAEFF, Eduardo (org.). <i>Perspectivas: Fernando Henrique Cardoso, idéias e atuação política.</i>
70	1984	HOLLOWAY, Thomas H. <i>Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934.</i>
72	1984	SANTOS, Wanderley Guilherme dos. <i>Kantianas brasileiras: a dual-ética da razão política nacional.</i>
73	1984	MALHEIROS, Wania. <i>Vanguarda operária: elite de classe?</i>
74	1984	MCDONOUGH, Peter; SOUZA, Amaury de. <i>A política de população no Brasil</i>
75	1984	ASSIS, José Carlos de. <i>Os mandarins da república: anatomia dos escândalos na administração pública, 1968-1984.</i>
76	1984	NOGUEIRA, Marco Aurélio. <i>As desventuras do liberalismo: Joaquim Nabuco, a Monarquia e a República.</i>
77	1984	LAGO, Luiz A. C.; COSTA, Margaret H.; BATISTA Jr., Paulo N.; RIFF, Tito B. <i>O Combate à inflação no Brasil: uma política alternativa.</i>
78	1984	ASSIS, José Carlos de. <i>A dupla face da corrupção.</i>
79	1984	PECHMAN, Clarice. <i>O dólar paralelo no Brasil.</i>
80	1984	FURTADO, Celso. <i>Cultura e desenvolvimento em época de crise.</i>
81	1984	SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena M. B.; COSTA, Vanda M. R. <i>Tempos de Capanema.</i>
82	1985	MARTINS, Luciano. <i>Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64.</i>
83	1985	SANTAYANA, Mauro. <i>Conciliação e transição: as armas de Tancredo.</i>
84	1985	DRAÍBE, Sônia. <i>Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960.</i>
85	1985	HIPPOLITO, Lucia. <i>De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira, 1945-1964.</i>
86	1985	SAES, Décio. <i>A formação do estado burguês no Brasil (1888-1891).</i>

87	1985	LAPA, José Roberto do Amaral. <i>História e historiografia: Brasil pós-64.</i>
88	1985	ARAUJO, Braz José de. <i>Operários em luta: metalúrgicos da Baixada Santista, 1933-1983.</i>
89	1985	FURTADO, Celso. <i>A fantasia organizada.</i>
90	1985	RAGO, Margareth. <i>Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar - Brasil (1890-1930).</i>
91	1985	CASTRO, Antônio Barros de; SOUZA, Francisco E. Pires de. <i>A economia brasileira em marcha forçada.</i>
92	1986	STEPAN, Alfred C. <i>Os militares: da abertura à nova República.</i>
93	1986	BACHA, Edmar L.; KLEIN, Herbert S. <i>Transição incompleta: Brasil desde 1945 v.1</i>
94	1986	BACHA, Edmar L.; KLEIN, Herbert S. <i>Transição incompleta: Brasil desde 1945 v.2</i>
95	1986	JAGUARIBE, Hélio. <i>Brasil, 2000 – para um novo pacto social.</i>
96	1986	CUNHA, Maria Clementina Pereira. <i>O espelho do mundo: Juquery, a história de um asilo.</i>
97	1987	RIBEIRO, Nelson de Figueiredo <i>Caminhada e esperança da reforma agrária: a questão da terra na Constituinte.</i>